PUBLICIDADE LEGAL

Crédito Real
Imóveis e Condomínios S.A.

CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1

AVISO AOS ACIONISTAS

Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2025.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.

Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

PUBLICIDADE LEGAL

Predial Bier Ullmann S/A

CNPJ 92.698.240/0001-20 - NIRE 43 3 0002001 1

AVISO: Encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da empresa, sita à Rua Uruguai, 35, 6º andar, nesta capital, os documentos exigidos na vigente lei das sociedades anônimas, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

CONVOCAÇÃO: Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 29/04/2026 às 9:30 horas, na sede social, sita à Rua Uruguai, 35, 6° andar, nesta capital para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: 1º) Relatório da Diretoria, Balanço Geral e Demonstrativo de Resultados, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025, Eleição da Diretoria e fixação de seus honorários. Outros assuntos de interesse social.

Porto Alegre, 25 de março de 2026.

Claudia Steiner - Matias Meyer da Silva - Diretores

BANCO topázio

Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

www.bancotopazio.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. Em 2025, o Banco manteve sua estratégia de atuação especializada, com foco nas operações de câmbio, crédito e serviços financeiros, preservando uma abordagem prudente e seletiva na expansão das atividades. O período foi marcado por um ambiente regulatório e competitivo desafiador, incluindo mudanças tributárias e transformações na dinâmica de determinados segmentos do mercado de pagamentos internacionais, que impactaram o volume de transações cambiais no sistema financeiro. Nesse contexto, o Banco seguiu priorizando disciplina de capital, eficiência operacional e gestão rigorosa de riscos, ao mesmo tempo em que avançou em iniciativas voltadas à diversificação de suas fontes de receita e ao fortalecimento de parcerias estratégicas. A política de dividendos do Banco estabelece a distribuição mínima anual de 50% do lucro líquido ajustado, condicionada à manutenção de níveis adequados de capital regulatório e à aprovação em Assembleia Geral, em linha com as melhores práticas prudenciais do setor financeiro. O Banco possui como controlada a Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda., dedicada à prestação de serviços de tecnologia e teleatendimento, reforçando a estratégia de suporte operacional e eficiência tecnológica do grupo. **Governança Corporativa:** O Banco Topázio mantém estrutura de governança alinhada às melhores práticas do sistema financeiro, com comitês formalmente constituídos que apoiam a Administração na condução estratégica e na supervisão dos riscos relevantes. A atuação integrada da Diretoria Executiva, Auditoria Interna e instâncias de governança assegura a transparência, a equidade e a aderência aos padrões éticos e regulatórios aplicáveis. **Política de Equidade:** O Banco Topázio reafirma seu compromisso com a equidade e inclusão, trabalhando a cada ano para construir um ambiente em que cada pessoa seja respeitada e valorizada, promovendo um espaço cada vez mais diverso e acolhedor. Ao longo de 2025, diversas iniciativas foram implementadas com esse propósito, fortalecendo nossa cultura organizacional, como: • Programa Jovem Aprendiz: o programa tem duração entre 18 e 24 meses e prioriza alunos de nível técnico, oferecendo um plano de desenvolvimento com possibilidade de efetivação. • Onboarding Novos Colaboradores: todo colaborador que inicia na empresa, além de receber os equipamentos de trabalho, é entregue o kit onboarding, contendo materiais de escritório, caneca e cartões de benefícios. • Licença maternidade e paternidade estendida: conforme o programa Empresa Cidadã. • Datas comemorativas: em datas festivas, como Dia da Mulher, Dia das Mães e Dia dos Pais, proporcionamos entregas de brindes e/ou cards comemorativos. • Meses de conscientização: nos meses de setembro (Amarelo), outubro (Rosa) e novembro (Azul), a empresa realiza ações de conscientização, com palestras, cursos e materiais com informações para o cuidado da saúde física e mental. Em conformidade com a Lei nº 15.177/25, apresentamos informações sobre a representatividade feminina no Banco Topázio:

I - Proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Ano	Superintendências	Lideranças	Operações
2025	50,00%	48,00%	59,29%
2024	40,00%	45,83%	59,20%
Variação	25,00%	4,73%	0,16%

II - Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na Administração.

Ano	Cargos da Administração	Mulheres em Cargos Administração	Proporção
2025	9	2	22,22%
2024	10	3	30,00%
Variação	(10,00%)	(33,33%)	(25,93%)

Diretorias e Superintendências.

III - Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Cargo	2024	2025
Superintendências	(1,67%)	1,48%
Gerentes	(36,09%)	(26,29%)
Coordenadores	–	(2,28%)
Operações	(6,13%)	(8,00%)

Média da remuneração feminina em relação à média de remuneração masculina. Não tínhamos colaboradores homens ocupando cargo de coordenação em 2024.

Ouvidoria: Em conformidade com a regulamentação vigente, o Banco disponibiliza canais específicos para o recebimento e tratamento de manifestações, críticas e reclamações, pautando sua atuação pela transparência, confidencialidade e respeito aos direitos dos consumidores. Informações adicionais estão disponíveis em www.bancotopazio.com.br. **Compliance:** A área de Compliance atua de forma independente na coordenação e monitoramento das políticas e procedimentos internos, promovendo a gestão estruturada do risco de conformidade e o alinhamento às exigências regulatórias. O Programa de Compliance é continuamente aprimorado, reforçando a cultura ética e a integridade na condução dos negócios. **Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo:** O Banco mantém estrutura dedicada à prevenção à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e à proliferação de armas de destruição em massa, com políticas de conhecimento de clientes, funcionários, fornecedores e parceiros, monitoramento contínuo de operações e comunicação tempestiva às autoridades competentes. A atuação é suportada por processos de governança e capacitação permanente. **Gestão de Riscos e Capital:** A estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital contempla riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional e de conformidade, em linha com as diretrizes regulatórias e com o planejamento estratégico do Banco. A Administração monitora continuamente indicadores de inadimplência, concentração, liquidez e cenários de estresse, assegurando a manutenção de níveis adequados de capital e a sustentabilidade das operações. Informações detalhadas sobre a estrutura e o processo de gerenciamento de riscos e capital encontram-se disponíveis na seção Institucional/Relações com Investidores do site www.bancotopazio.com.br. A Administração do Banco Topázio agradece a confiança de seus clientes, parceiros e acionistas, bem como o comprometimento e a dedicação de seus colaboradores, que têm sido fundamentais para a continuidade e o desenvolvimento das atividades da instituição. Reafirmamos nosso compromisso com a solidez financeira, a prudência na gestão de riscos e a geração sustentável de valor para todos os nossos públicos de relacionamento.

Porto Alegre, 18 de março de 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	31/12/2025		31/12/2025
Ativo		**Passivo**	
Disponibilidades (Nota 4)	90.053	**Depósitos e demais instrumentos financeiros**	**1.953.345**
Instrumentos financeiros	**2.296.355**	Depósitos à vista (Nota 9.a)	136.511
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5.a)	618.209	Depósitos a prazo (Nota 9.a)	1.315.113
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5.b)	562.029	Depósitos em moedas estrangeiras (Nota 9.a)	20.474
Relações interfinanceiras (Nota 5.c)	82.007	Obrigações por operações compromissadas (Nota 9.b)	477.392
Transações de pagamento (Nota 5.d)	938.345	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9.c)	3.855
Operações de crédito (Nota 5.e)	95.324	**Provisões (Nota 10)**	**538**
Outros créditos (Nota 5.f)	441	Provisões para contingências	538
Provisões para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 5.g)	**(4.677)**	**Outros passivos**	**238.125**
Ativos fiscais diferidos (Nota 6)	**14.503**	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados (Nota 11)	16.010
Outros ativos	**61.693**	Sociais e estatutárias	1.913
Rendas a receber	383	Fiscais e previdenciárias (Nota 11)	17.289
Diversos (Nota 7.a)	56.233	Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 6)	694
Despesas antecipadas	3.696	Diversas (Nota 11)	202.219
Bens não de uso próprio	1.381	**Patrimônio líquido (Nota 12)**	**284.451**
Investimentos em participações em coligadas e controladas	**4.647**	**Capital social**	**192.292**
Imobilizado de uso (Nota 8)	**12.389**	De domiciliados no País	192.292
Intangível (Nota 8)	**22.247**	**Reservas de lucros**	**92.688**
Depreciações e amortizações (Nota 8)	**(20.751)**	Reserva legal	9.721
Total do ativo	**2.476.459**	Reserva estatutária	82.967
		Outros resultados abrangentes	(529)
		Total do passivo e do patrimônio líquido	**2.476.459**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total
		Legal	Estatutárias			
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**192.292**	**7.920**	**68.893**	**(74)**	**–**	**269.031**
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 (Nota 12)	–	–	–	(537)	–	(537)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	**192.292**	**7.920**	**68.893**	**(611)**	**–**	**268.494**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	36.025	36.025
Destinações						
Constituição de reservas	–	1.801	34.224	–	(36.025)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	(20.150)	–	–	(20.150)
Ajuste ao valor de mercado	–	–	–	82	–	82
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**192.292**	**9.721**	**82.967**	**(529)**	**–**	**284.451**
Saldos em 1º de julho de 2025	**192.292**	**8.647**	**82.702**	**(538)**	**–**	**283.103**
Lucro líquido do semestre	–	–	–	–	21.489	21.489
Destinações						
Constituição de reservas	–	1.074	20.415	–	(21.489)	–
Juros sobre o capital próprio	–	–	(20.150)	–	–	(20.150)[i]
Ajuste ao valor de mercado	–	–	–	9	–	9
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**192.292**	**9.721**	**82.967**	**(529)**	**–**	**284.451**

[i] Juros sobre o capital próprio por ação R$ 0,098.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º semestre/2025	31/12/2025
Receitas da intermediação financeira	**241.145**	**525.521**
Operações de crédito (Nota 5.f)	13.474	25.223
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Nota 5.b)	80.358	146.791
Resultado com instrumentos financeiros derivativos e câmbio (Nota 5.b)	19.881	61.186
Operações de venda ou transferência de ativos financeiros (Nota 5.d)	127.432	292.321
Despesas da intermediação financeira	**(95.687)**	**(186.874)**
Operações de captação no mercado (Nota 9.b)	(94.872)	(185.551)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5.g)	(807)	(1.314)
Provisão para perdas esperadas com demais ativos financeiros (Nota 5.a)	–	(1)
Provisões para perdas esperadas com outras operações (Nota 5.g)	(8)	(8)
Resultado bruto da intermediação financeira	**145.458**	**338.647**
Outras receitas/despesas operacionais	**(127.871)**	**(293.509)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 13)	23.575	52.901
Rendas de tarifas bancárias (Nota 13)	1.114	2.258
Despesas de pessoal (Nota 14)	(20.699)	(42.856)
Despesas administrativas (Nota 15)	(48.892)	(94.348)
Despesas tributárias	(11.488)	(31.038)
Resultado de participações em coligadas e controladas	550	1.459
Outras receitas operacionais (Nota 16)	8.130	16.177
Outras despesas operacionais (Nota 17)	(80.161)	(198.062)
Resultado operacional	**17.587**	**45.138**
Resultado não operacional	**(1)**	**(1)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**17.586**	**45.137**
Imposto de renda e contribuição social	**3.903**	**(9.112)**
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 18)	6.474	(9.109)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 18)	(2.571)	(3)
Lucro líquido do semestre e exercício	**21.489**	**36.025**
Lucro por ação	**0,104**	**0,174**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º semestre/2025	31/12/2025
Lucro líquido do semestre e exercício	**21.489**	**36.025**
Outros Resultados Abrangentes (ORA)	**9**	**619**
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	**9**	**82**
Ajuste ao valor de mercado - TVM	17	89
Efeitos tributários	(8)	(7)
Itens que não serão reclassificados para o resultado	**–**	**537**
Adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21	–	**979**
Efeitos tributários	–	(442)
Total do resultado abrangente	**21.498**	**36.644**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2º semestre/2025	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes da tributação sobre o lucro	**17.586**	**45.137**
Ajustes ao resultado	**(45.510)**	**(107.767)**
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	807	1.314
Provisão para perdas esperadas com demais ativos financeiros	–	1
Provisões para perdas esperadas com outras operações	8	8
Provisão para passivos contingentes	(13)	8
Depreciações e amortizações	2.210	3.965
Baixas líquidas de imobilizado e intangível	385	436
Equivalência patrimonial	(550)	(1.459)
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio	(48.357)	(112.040)
Resultado ajustado	**(27.924)**	**(62.630)**
Variações nos ativos e passivos	**(36.464)**	**(57.489)**
(Aumento)/redução de ativos	**(202.323)**	**(139.290)**
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(67.040)	(98.462)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	25.503	(20.425)
Relações interfinanceiras	(165.712)	(18.170)
Operações de crédito	(8.303)	(17.784)
Outros ativos	13.229	15.551
Aumento/redução de passivos	**171.613**	**109.680**
Depósitos	180.738	85.226
Obrigações por operações compromissadas	78.522	109.914
Relações interfinanceiras	(1.572)	–
Instrumentos financeiros derivativos	2.417	3.477
Outros passivos	(88.501)	(89.019)
Ajustes avaliação patrimonial	9	82
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.754)	(27.879)
Caixa líquido das atividades operacionais	**(64.388)**	**(120.119)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado de uso	(1.566)	(2.231)
Aplicação no intangível	(874)	(1.428)
Aquisição de investimento	(5)	(96)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(2.445)**	**(3.755)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(20.150)	(20.150)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(20.150)**	**(20.150)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(86.983)**	**(144.024)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**128.679**	**122.037**
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio	48.357	112.040
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 4)	**90.053**	**90.053**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(86.983)**	**(144.024)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Valores expressos em milhares de Reais)*

1. Contexto operacional: O Banco Topázio S.A. ("Banco") é uma sociedade anônima de capital fechado que opera na forma de Banco Múltiplo, com sede na Rua 18 de Novembro, 273 - Porto Alegre/RS. Tem como objetivo oferecer serviços e produtos financeiros voltados para clientes pessoas físicas e jurídicas, como crédito, câmbio e investimentos. Atua no segmento de crédito através de operações com lastro em recebíveis de meios de pagamento. No mercado de câmbio, realiza operações com câmbio pronto, contas correntes em moeda estrangeira, remessas internacionais, pagamentos de e-commerce e diversas naturezas de transação. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: a. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e estão em conformidade com a regulamentação emanada do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com as diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/1964 (Lei do Sistema Financeiro Nacional), nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), Resolução CMN nº 4.818/2020 e Resolução BCB nº 2/2020, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009. A Administração declara que as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional da entidade e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados. Declara, ainda, que as divulgações nelas contidas refletem de forma adequada e completa todas as informações relevantes utilizadas na condução da gestão do Banco. Em 18 de março de 2026, as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Administração, bem como, autorizou a divulgação a partir dessa data. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R$), moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c. Mudança nas principais políticas e práticas contábeis:** As Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, juntamente com suas regulamentações complementares e eventuais alterações posteriores, entraram em vigor em 1º de janeiro de 2025, revogando integralmente a Resolução CMN nº 2.682/99. Essas novas normas definem os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, abrangendo aspectos como classificação, mensuração, constituição de provisões para perdas, bem como a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). A implementação dessas disposições tem como objetivo alinhar a regulamentação contábil brasileira aos padrões internacionais aplicáveis a instrumentos financeiros. A Lei nº 14.467/22 dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN poderão deduzir do lucro real e da base de cálculo da CSLL, as perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes de atividades relativas a operações inadimplidas, com atraso superior a 90 dias, em relação ao pagamento do principal ou de encargos. O valor da perda dedutível será apurado mensalmente, mediante a aplicação de fatores sobre o valor total do crédito, a partir do mês em que a operação for considerada inadimplida. As perdas incorridas que não tenham sido deduzidas até 31 de dezembro de 2024 poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. **Adoção inicial:** Em conformidade com o disposto no artigo 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, o Banco Topázio optou por não apresentar informações comparativas nas demonstrações financeiras referentes ao período encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os ajustes oriundos da adoção inicial foram reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, conforme detalhado na Nota Explicativa 12. **3. Resumo das políticas contábeis significativas:** As principais práticas contábeis adotadas pelo Banco na elaboração das demonstrações financeiras são: **a. Apuração de resultados:** As receitas e despesas foram reconhecidas no resultado pelo regime de competência. **b. Transações em moeda estrangeira:** Os ativos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento de balanço, e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período. **c. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (g), imposto diferido ativo (n), provisão para contingências (o) e a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (d). A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente. **d. Caixa e equivalentes de caixa:** O valor apresentado como caixa e equivalentes de caixa corresponde a ativos de alta liquidez, risco insignificante de mudança de valor e prazo de vencimento de no máximo 90 dias, contados da data de aquisição. São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Dessa forma, o valor contábil se aproxima de seu valor justo. **e. Instrumentos financeiros:** Em 1º de janeiro de 2025, o Banco Topázio reclassificou os títulos registrados até 31 de dezembro de 2024 nas categorias "Mantidos até o Vencimento", "Disponíveis para Venda" e "Para Negociação", para as novas categorias contábeis: Custo Amortizado (CA), Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR). Essa reclassificação foi realizada em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21, que estabelece novos critérios para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, e está alinhada ao modelo de negócios aprovado pela administração do Banco. **Modelo de Negócio Adotado e Práticas Internas:** O Banco Topázio adota, de forma combinada, os seguintes modelos de negócios, conforme a natureza e o propósito de gestão de suas carteiras de ativos financeiros: Custo Amortizado (CA): aplicável às carteiras de crédito e demais ativos mantidos com o objetivo de recebimento integral dos fluxos de caixa contratuais até o vencimento; Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA): utilizado nas situações em que há intenção de retenção combinada com possibilidade de venda, conforme estratégias estabelecidas para liquidez e balanceamento de risco; Valor Justo por Resultado (VJR): adotado para os ativos financeiros destinados à negociação ativa, com expectativa predominante de alienação no curto prazo. **Ativos Financeiros: (i) Ativos de Tesouraria e Exposição Cambial:** Os ativos de tesouraria, compreendendo disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos mobiliários, são geridos com o objetivo de assegurar a liquidez da Instituição, garantir o cumprimento das obrigações operacionais e promover a eficiência na alocação de recursos. Estão incluídos, nesse contexto, os ativos financeiros em moeda estrangeira, cuja gestão visa garantir a fluidez dos fluxos cambiais operacionais, preservar o equilíbrio entre ativos e passivos em diferentes moedas e mitigar a exposição ao risco cambial. A condução dessas posições observa o princípio da neutralidade cambial, podendo envolver operações de hedge sempre que necessário, de acordo com os limites e critérios definidos no apetite a risco da Instituição. A gestão desses ativos pode envolver estratégias de manutenção até o vencimento, caracterizando o modelo de custo amortizado (CA), ou operações com possibilidade de venda, enquadradas nos modelos de valor justo por outros resultados abrangentes (VJORA) ou valor justo por resultado (VJR), conforme o caso. A alocação dos ativos e suas movimentações observam critérios de risco, limites operacionais e conformidade definido pela Instituição. **(ii) Operações de Crédito:** As operações de crédito, bem como os ativos financeiros com características de operações de crédito, são, por definição institucional, mantidas até o vencimento, sendo, portanto, classificados sob o modelo de custo amortizado. Essa diretriz reflete a estratégia de geração estável de receita financeira e de

continua →★

BANCO topazio

Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Valores expressos em milhares de Reais)*

preservação do relacionamento de longo prazo com os clientes. A concessão, acompanhamento e recuperação dessas operações seguem parâmetros internos definidos em normativos específicos, com base em critérios técnicos de avaliação de risco institucional. Até 31/12/2024, o *stop accrual* da receita de juros em operações de crédito ocorria após 60 dias de atraso; a partir de 01/01/2025, passou a ocorrer somente após 90 dias de atraso ou quando o ativo é classificado como problemático. Ativos financeiros com evidência de risco de crédito significativo são classificados como ativos problemáticos, especialmente quando houver indícios relevantes de comprometimento da capacidade de pagamento da contraparte. A Instituição considera como ativos problemáticos aqueles com atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou encargos, ou ainda nos casos em que se identifique que a obrigação não será integralmente honrada nas condições originalmente contratadas. As operações renegociadas ou reestruturadas referem-se a ajustes nas condições contratuais originalmente pactuadas, os quais podem ocorrer por diversos motivos, incluindo estratégias de gestão de crédito, adequações às necessidades do cliente ou em razão de alterações no perfil de risco da contraparte. O ativo financeiro será baixado contra prejuízo quando não for mais provável a recuperação de seu valor. A Instituição mantém controles específicos para identificação e acompanhamento dos ativos baixados, até que todos os procedimentos de cobrança tenham sido integralmente esgotados, observado o prazo mínimo de 5 anos, conforme exigido pela regulamentação vigente. As operações inadimplidas com atraso igual ou superior a 361 dias devem ser baixadas para prejuízo e realizados os devidos registros contábeis. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Instituição são, em regra, mantidos até o vencimento, sendo classificados no modelo de custo amortizado (CA), em conformidade com as normas contábeis e regulamentares aplicáveis. A adoção de outra forma de mensuração somente é permitida nas hipóteses expressamente autorizadas pela regulamentação, mediante justificativa técnica e adequada formalização. A gestão dos passivos observa os princípios de estabilidade, previsibilidade e aderência à estratégia de captação (*funding*) definida pela Instituição, assegurando alinhamento com seu perfil de risco e objetivos operacionais. **f. Provisão para Perda Esperada Associada ao Risco de Crédito:** O Banco adota a metodologia simplificada para apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.966/21 e na Resolução BCB nº 352/23, aplicável às instituições classificadas no Segmento S4, nos termos da regulamentação do Banco Central do Brasil. Os ativos financeiros sujeitos a risco de crédito são classificados, mensurados e provisionados com base nessa metodologia simplificada, sendo observada, no mínimo, periodicidade mensal de avaliação. A constituição da provisão segue os critérios definidos na política interna de gerenciamento de risco de crédito, assegurando conformidade com os princípios contábeis aplicáveis e com os requisitos regulatórios vigentes. A metodologia é aplicada a duas categorias distintas de ativos financeiros: ativos de tesouraria e ativos de crédito, considerando as características específicas de risco e prazo de cada modalidade. **Apuração de Perdas Incorridas:** Para os ativos financeiros inadimplidos, a Instituição adota os critérios de apuração de perdas incorridas estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/23, observando os níveis mínimos de provisão exigidos para operações com atraso, conforme os prazos e segmentações de carteira definidos na norma. O valor da provisão é calculado com base na aplicação dos percentuais sobre o valor contábil bruto dos ativos inadimplidos, de acordo com os intervalos de dias de atraso e a classificação das carteiras. **Provisão adicional para Perdas Esperadas:** A provisão adicional é constituída com base na diferença entre o valor da perda esperada, estimada a partir de modelos internos de avaliação de risco, e o valor da provisão mínima regulatória, conforme estabelecido na Resolução BCB nº 352/23, aplicável às instituições do Segmento S4. A Instituição poderá constituir provisão em montante superior ao mínimo exigido, com base em critérios técnicos que considerem riscos específicos não integralmente refletidos nas faixas de atraso ou nas tabelas de referência previstas na regulamentação. Essa abordagem visa assegurar que a provisão reflita adequadamente o risco efetivo da carteira de crédito, em conformidade com o princípio da prudência contábil e as boas práticas de gestão de risco. **g. Valores a receber adquiridos:** Os títulos e créditos a receber são constituídos de operações de antecipação de recebíveis performados, que os estabelecimentos comerciais cedem ao Banco Topázio. As operações são com taxas prefixadas e estão registradas pelo seu valor de resgate e as receitas correspondentes a períodos futuros estão registradas em conta redutora dos respectivos ativos. As despesas sobre as operações são reconhecidas mensalmente, apropriadas no mesmo prazo das operações originais. **h. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso, mencionado na Nota Explicativa nº 8, está registrado ao custo de aquisição. Com base em laudo emitido por empresa especializada, a depreciação é determinada pelo valor depreciável dividido pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida a conta específica de despesa. Conforme a Resolução n° 4.535/2016 do CMN, considera-se vida útil o período durante o qual a entidade espera utilizar o ativo. As vidas úteis estimadas dos bens Instalações, Móveis e Utensílios, Equipamento de Comunicação e Processamento de Dados são de 7 a 18 anos. Não foram identificadas evidências de *impairment* no período findo em 31 de dezembro de 2025. **i. Intangível:** O intangível está representado por gastos com direitos relativos a licenças de uso e projetos gerados internamente, registrados ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização é calculada pelo método linear. A amortização para os projetos concluídos é calculada pelo método linear, no prazo de 1 a 3 anos. **j. Redução ao valor recuperável de ativo:** O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda, deduzido dos custos com vendas e o valor em uso de um ativo. **k. Depósitos a prazo e recursos de aceites e emissão de títulos:** Estão representados por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), pós-fixados, remunerados a taxas de juros em condições de mercado e estão registrados pelo valor captado acrescido dos encargos pro rata dia, até a data do balanço. **l. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro semestral excedente a R$ 120. A provisão para a contribuição social sobre o lucro é constituída à alíquota de 20%. Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.842/2020 do CMN e estão suportados por estudo de capacidade de realização. O saldo existente em 31 de dezembro de 2025 de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido reconhecidos contabilmente foi constituído sobre as diferenças temporárias de provisões para perdas associadas ao risco de crédito, sobre as despesas ainda não dedutíveis, sobre as contingências trabalhistas e cíveis, diferenças de depreciação e ajustes de avaliação patrimonial e está suportado pelo Estudo Técnico de Realização do Crédito Tributário elaborado e aprovado pela Administração, o qual considera projeções de resultado e plano de negócios com base na conjuntura atual e cenários futuros das premissas utilizadas nas referidas projeções. Os efeitos decorrentes da aplicação da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários. **m. Ativos e passivos contingentes:** De acordo com a Resolução nº 3.823/2009 do CMN: **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem sua realização. **Passivos contingentes** - São representados por obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros. O Banco reconhece a provisão levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências classificadas como prováveis são aquelas para as quais são constituídas provisões, quando há decisão judicial desfavorável ao Banco, sem possibilidade de reversão. As contingências classificadas como possíveis requerem somente divulgação e ocorrem quando há decisão desfavorável ao Banco, com possibilidade de reversão em instâncias superiores. As contingências classificadas como remotas, não requerem provisões ou divulgação, e ocorrem quando não há decisão judicial ou há decisão favorável ao Banco. Obrigações legais decorrem de discussão judicial sobre a constitucionalidade das leis que as instituíram e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras. **n. Outros ativos e passivos:** Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos (em base pro rata dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pro rata dia). **o. Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado em Reais com base na quantidade de ações em circulação, na data dos balanços. **p. Resultado recorrente e/ou não recorrente:** O Banco considera como recorrentes os resultados oriundos das operações realizadas de acordo com o objeto social do Banco e obedece à Resolução BCB nº 2/2020. Além disto, a Administração considera como não recorrentes, os resultados que não estejam relacionados ou estejam relacionados incidentalmente com as atividades típicas do Banco e resultados que não estejam previstos para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, o resultado do Banco foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

4. Disponibilidades:

	31/12/2025
Caixa	7.663
Disponibilidades em moedas estrangeiras	82.390
Total	**90.053**

5. Instrumentos financeiros:

a. Aplicações interfinanceiras de liquidez:

	31/12/2025
Aplicações em operações compromissadas - Custo amortizado	
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	91.983
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	99.999
Notas do Tesouro Nacional (NTN)	340.003
Total	**531.985**
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros - Custo amortizado	
CDI Pré DIM	2.933
Perda esperada associada ao risco de crédito	(1)
Total	**2.932**
Aplicações em Moedas Estrangeiras	83.292
Total circulante	**618.209**

b. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

	Vencimento			31/12/2025	
	De 31 a 90 dias	De 181 a 360 dias	Acima 360 dias	Valor Mercado	Valor Custo
Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)					
Carteira Própria - LFT	–	22.898	18.185	41.083	41.081
Vinculados a compromisso de recompra - LFT (a)	45.683	165.567	266.999	478.249	478.237
Vinculados a prestação de garantia - LFT	–	–	13.267	13.267	13.266
Total	**45.683**	**188.465**	**298.451**	**532.599**	**532.584**
Mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR)					
Instrumentos financeiros derivativos	4.062	–	–	4.062	4.062
Total	**4.062**	**–**	**–**	**4.062**	**4.062**
Mensurado ao custo amortizado					
Letra Financeira Privada posição livre posição financiada	384	–	–	384	384
Letra Financeira Privada posição livre	24.989	–	–	24.989	24.989
Perda esperada associada ao risco de crédito	(5)	–	–	(5)	(5)
Total	**25.368**	**–**	**–**	**25.368**	**25.368**
Total	**75.113**	**188.465**	**298.451**	**562.029**	**562.014**

c. Relações interfinanceiras:

	31/12/2025
Depósitos vinculados ao Banco Central	68.307
Correspondentes (a)	13.700
Total circulante	**82.007**

(a) Trata-se de saldos em correspondentes bancários, em sua maioria, valores mantidos em conta gráfica para suportar o serviço de pagamento de contas e boletos com as empresas IS2B Integrated Solutions to Business S.A. no total de R$ 625 e Ebanx Instituição de Pagamentos Ltda. (JUNO) no total de R$ 13.075. **d. Transações de pagamento:** Refere-se a valores a receber relativos a operações de credenciamento conforme apresentado abaixo:

	31/12/2025
Transações de pagamento	938.345

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de receitas foi de R$ 313.871, despesas foi de R$ 288.040 e o resultado líquido foi de R$ 25.831. Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações. A totalidade das operações são de natureza circulante com liquidação dentro dos 12 meses do próximo exercício. **e. Operações de crédito:** O Banco opera produtos de crédito voltados a pessoas físicas e jurídicas. As operações com pessoas físicas são: financiamento ao consumo através de associação com varejos e emissão de dívida. As operações com pessoas jurídicas são: empréstimo de capital de giro, conta garantida e antecipação de recebíveis. A carteira de operações de crédito apresenta a seguinte composição:

(a) Composição das operações de crédito por modalidade:

			31/12/2025
	Circulante	Não circulante	Total
Setor privado			
Capital de giro	60.762	29.557	90.319
Conta garantida	5.005	–	5.005
Total operações de crédito	**65.767**	**29.557**	**95.324**

(b) Composição da carteira por setor de atividade:

	31/12/2025
Comércio	88.665
Outros serviços	6.659
Total	**95.324**

(c) Recuperação de créditos baixados:

	31/12/2025
Recuperação de créditos baixados	1.748

(d) Créditos renegociados: O volume dos créditos renegociados foram apurados considerando os critérios descritos na Resolução CMN n° 4.966/21 e BCB n° 352/23, que considera: Renegociação: uma operação que implica na alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original.

	31/12/2025
Renegociados	413

(e) Concentração dos maiores tomadores de créditos:

	31/12/2025	
	(R$ mil)	% carteira
Maior devedor	1.930	2,02
10 maiores seguintes	15.827	16,60
50 maiores seguintes	32.984	34,60
100 maiores seguintes	29.430	30,88
Demais	15.153	15,90
Total	**95.324**	**100,00**

(f) Receitas com operações de crédito:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Operações de crédito	11.726	22.756
Recuperação de crédito	1.748	2.467
Total	**13.474**	**25.223**

(g) Composição carteira de crédito por nível de risco e por faixas de atraso: Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas associadas ao risco de crédito, os ativos financeiros devem ser classificados em carteiras específicas C1, C2, C3, C4 e C5, conforme os critérios definidos pelas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23.

Os ativos financeiros apresentados abaixo são compostos pelas notas explicativas 5d Transações de pagamento, 5e Operações de crédito e 5f Outros créditos:

					31/12/2025
	C1	C2	C4	C5	Total
Não Problemáticos					
De zero a 14 dias	–	938.345	84.123	4.839	1.027.307
De 15 a 30 dias	–	–	600	243	843
De 31 a 60 dias	–	–	1.269	32	1.301
De 61 a 90 dias	–	–	431	–	431
Problemáticos Adimplidos					
De zero a 14 dias	1.916	–	767	–	2.683
De 15 a 30 dias	–	–	137	–	137
Problemáticos Inadimplidos					
Menor que um mês	–	–	431	215	646
Igual ou maior que 1 e menor que 2 meses	–	–	219	–	219
Igual ou maior que 2 e menor que 3 meses	–	–	13	–	13
Igual ou maior que 3 e menor que 4 meses	–	–	–	12	12
Igual ou maior que 5 e menor que 6 meses	–	–	113	72	185
Igual ou maior que 6 e menor que 7 meses	–	–	135	34	169
Igual ou maior que 7 e menor que 8 meses	–	–	76	–	76
Igual ou maior que 8 e menor que 9 meses	–	–	88	–	88
Total	**1.916**	**938.345**	**88.402**	**5.447**	**1.034.110**
Perda Incorrida	–	–	505	187	692
Provisão Adicional	192	–	2.328	126	2.646
Perda Esperada	1.149	–	150	40	1.339
Total	**1.341**	**–**	**2.983**	**353**	**4.677**

f. Outros créditos: Refere-se a títulos com características de concessão de crédito.

	31/12/2025
Outros créditos	441
Provisão adicional	(8)
Total	**433**

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de receitas foi de R$ 759, despesas foi de R$ 537 e o resultado líquido foi de R$ 222. Não há operações inadimplentes ou em questionamento judicial sobre os recursos ativos ou captados para essas operações.

g. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito:

			31/12/2025
	Operações de Crédito	Outros Créditos	Saldo em 31/12/2025
Saldo inicial	**(4.747)**	**–**	**(4.747)**
Impacto no Patrimônio Líquido Res 4.966/21	**(978)**	**–**	**(978)**
Constituição/reversão provisão	(1.314)	(8)	(1.322)
Baixa por perdas	2.370	–	2.370
Saldo final	**(4.669)**	**(8)**	**(4.677)**
Perda ocorrida associada	(692)	–	(692)
Provisão adicional	(2.637)	(8)	(2.645)
Perda esperada associada	(1.340)	–	(1.340)

6. Ativos diferidos e passivos diferidos: Imposto de renda e contribuição social diferidos:

Ativos diferidos	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2025
Sobre provisões para perdas associadas ao risco de crédito	2.179	871	(345)	2.705
Sobre despesas ainda não dedutíveis	11.412	511	(367)	11.556
Sobre contingências trabalhistas e cíveis	238	4	–	242
Sobre ajustes de avaliação patrimonial	61	–	(61)	–
Total dos créditos tributários	**13.890**	**1.386**	**(773)**	**14.503**

Realização:	31/12/2025
Período	
Até 1 ano	11.891
Até 2 anos	736
Até 3 anos	526
Até 4 anos	329
Até 5 anos	761
Mais de 5 anos	260
Total	**14.503**

O valor presente dos créditos tributários ativos, descontados pelo custo médio de capital de 15,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 13.300.

Passivos diferidos:	Saldo em 31/12/2024	Constituição	Saldo em 31/12/2025
Sobre exclusões temporárias	453	234	687
Sobre ajustes de avaliação patrimonial	–	7	7
Total dos créditos tributários	**453**	**241**	**694**

Realização:	31/12/2025
Período	
Até 1 ano	(165)
Até 2 anos	(2)
Até 3 anos	39
Até 4 anos	125
Até 5 anos	258
Mais de 5 anos	439
Total	**694**

O valor presente dos créditos tributários passivos, descontados pelo custo médio de capital de 15,30% a.a. em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 244.

7. Outros ativos:

Diversos:	Circulante	Não circulante	Total
Impostos e contribuições a compensar	34.552	–	34.552
Sociedades ligadas (i)	5.002	–	5.002
Serviços rede autoatendimento a receber (ii)	2.894	–	2.894
Depósitos judiciais	–	919	919
Valores a receber (iii)	3.512	–	3.512
Conta transitória - movimentação de câmbio	7.092	–	7.092
Outros	2.262	–	2.262
Total circulante	**55.314**	**919**	**56.233**

(i) Valores a receber da empresa Ticket Soluções HDFGT S.A. de R$ 13; Saque Pague Rede de Autoatendimento S.A. de R$ 358; Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. de R$ 6; Repom S.A de 4; Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A. de 3 e EBANX PTE Ltda de 4.618. (ii) Composto por valores a receber das bandeiras Visa e Master relativo a transações de saque na rede de ATMs e valores a receber de bancos relativo ao compartilhamento de ATMs. (iii) Valores a receber relativos ao serviço Efx, coletados pela EBANX Credenciadora de clientes no Brasil para o fechamento de contratos de câmbio.

8. Imobilizado de uso e intangível:

								31/12/2025
	Imobilizado de Uso					Intangível		
	Instalações	Móveis e utensílios	Equipamentos de comunicação	Processamento de dados	Total	Licença	Projetos de implantação de produtos	Total
Saldo inicial em 01/01/2025	**101**	**321**	**166**	**6.334**	**6.922**	**4.285**	**3.420**	**7.705**
Aquisições	–	247	9	1.975	2.231	395	1.033	1.428
Baixas	–	(55)	(11)	(888)	(954)	–	(146)	(146)
Deprec./Amortiz.	(24)	(31)	(5)	(748)	(808)	(59)	(2.434)	(2.493)
Saldo final em 31/12/2025	**77**	**482**	**159**	**6.673**	**7.391**	**4.621**	**1.873**	**6.494**
Custo	462	752	215	10.960	12.389	4.896	17.351	22.247
Deprec./Amortiz.	(385)	(270)	(56)	(4.287)	(4.998)	(275)	(15.478)	(15.753)
Saldo final em 31/12/2025	**77**	**482**	**159**	**6.673**	**7.391**	**4.621**	**1.873**	**6.494**

9. Depósitos e demais instrumentos financeiros: a. Depósitos: Os prazos de vencimentos das operações de depósitos estão assim segregados:

						31/12/2025	
	Sem vencimento	Até 90 dias	91 dias a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Circulante	Não circulante
Depósitos à vista	136.511	–	–	–	136.511	136.511	–
Depósitos a prazo	–	91.130	94.623	1.129.360	1.315.113	185.753	1.129.360
Depósitos em moedas estrangeiras	20.474	–	–	–	20.474	20.474	–
Total	**156.985**	**91.130**	**94.623**	**1.129.360**	**1.472.098**	**342.738**	**1.129.360**

Os depósitos a prazo pós-fixados são remunerados com taxa média de 102,52% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos até dezembro de 2028 e são mensurados ao custo amortizado.

b. Obrigações por operações compromissadas:

	Circulante	Não circulante	Total
Carteira própria			
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	210.402	266.583	476.985
Letras Financeiras Privadas	407	–	407
Total	**210.809**	**266.583**	**477.392**

As obrigações por operações compromissadas são mensuradas ao custo amortizado.

c. Instrumentos financeiros derivativos:

	31/12/2025
Câmbio - compra de moeda estrangeira	1
Câmbio - venda de moeda estrangeira	15
Compras a termo	1.282
Vendas a termo	2.442
Mercado futuro	115
Total circulante	**3.855**

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado (VJR). **10. Provisões: a. Provisões para passivos contingentes:** O Banco possui passivos contingentes relativos a processos em andamento, de natureza trabalhista e cível. Abaixo, demonstramos a provisão contabiliza de acordo com a probabilidade de perda provável:

	31/12/2025
Trabalhista (i)	278
Cível (ii)	260
Total	**538**

(i) As ações de natureza trabalhista decorrem de processos, geralmente ajuizados por empregados, ex-empregados, empregados de empresas terceirizadas, tendo como objeto os direitos trabalhistas. (ii) As ações de natureza cível são referentes a rescisão de contratos, ações de sustentação de protesto, inexistência de débitos e indenizatórias.

continua

BANCO topázio

Banco Topázio S.A.

CNPJ nº 07.679.404/0001-00

→★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS *(Valores expressos em milhares de Reais)*

b. Movimentação da provisão para passivos contingentes:

	31/12/2025
Saldo inicial	530
Constituição de provisão	429
Reversão de provisão	(421)
Saldo final	**538**

c. Processos classificados como possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, o Banco possui R$ 1.478 relacionado a processos cíveis e R$ 2.585 relacionado a processos trabalhistas, classificados como risco de perda possível. Devido a serem classificadas como possíveis, nenhuma provisão para tais processos foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

11. Outros passivos:

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	31/12/2025
IOF Operações de crédito	27
IOF Operações de câmbio	15.983
Total circulante	**16.010**

Fiscais e previdenciárias	31/12/2025
Impostos e contribuições sobre lucros	9.281
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	450
Impostos e contribuições sobre salários	2.130
Outras	5.428
Total circulante	**17.289**

Diversas	31/12/2025
Provisão para pagamentos (a)	39.879
Conta Gráfica (b)	9.985
Valores a repassar (c)	4.170
Sociedades ligadas (Nota 19)	26.369
Valores a ressarcir (d)	9.464
Adiantamento moeda nacional recebido (e)	11.625
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	99.153
Outras	1.574
Total circulante	**202.219**

(a) Valores a pagar de despesas de pessoal, outras despesas administrativas e fornecedores. (b) Conta gráfica destinada a operações de câmbio de contratos de venda e importação. (c) Valores a repassar a Ebanx PTE Ltda. referente a operações de câmbio. (d) Valores a serem ressarcidos a clientes. (e) Valores adiantados pelos clientes em Reais para a formalização de contrato de câmbio em moeda estrangeira, a serem efetivados em data futura. **12. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 31 de dezembro de 2025 o capital social é de R$ 192.292, representado por 206.269.166 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **Reserva legal:** A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do período, quando auferido, limitada até 20% do capital social nos termos da Lei nº 6.404/1976 e alterações. **Reserva estatutária:** O saldo remanescente do lucro líquido ajustado do exercício, depois de atendidas as disposições de Lei aplicável, terá sua distribuição aprovada pela Assembleia Geral conforme estabelecido no Estatuto Social. **Dividendos e/ou juros sobre capital próprio:** O Estatuto assegura a distribuição de dividendos mínimos e/ou juros sobre capital próprio, correspondentes a 50% do lucro líquido ajustado de exercício, nos termos da Lei n° 6.404/1976. **Impactos adoção inicial Resolução CMN nº 4.966/21:** Com a entrada em vigor, a partir de 01/01/2025, os impactos no Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários, da implementação da Resolução CMN nº 4.966/21, aplicados aos instrumentos financeiros, foram:

Saldo do Patrimônio Líquido - 31/12/2024	**269.031**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(538)
Rendas decorrentes de adequação de 60 para 90 dias de *stop accrual*	4
Remensuração aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM	(3)
Saldo do Patrimônio Líquido após ajustes - 01/01/2025	**268.494**

13. Receitas de prestação de serviços:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Tarifa atendimento posto bancário ATMs (a)	9.131	19.782
Outras tarifas (b)	6.686	13.964
Outros serviços (c)	8.872	21.413
Total	**24.689**	**55.159**

(a) Receitas de prestação de serviços de tarifas cobradas dos bancos conveniados à rede de ATMs (caixas eletrônicos) do Banco. (b) Tarifas cobradas de pessoas jurídicas na abertura de crédito, saques, depósitos e operações diversas. (c) Refere-se substancialmente às rendas de prestação de serviço de remessa e recebimento de monetário de clientes e, rendas de serviços administrativos prestados na operação de antecipação de recebíveis.

14. Despesas de pessoal:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Proventos	(13.414)	(28.460)
Benefícios	(3.118)	(6.022)
Encargos	(3.893)	(7.781)
Outros	(274)	(593)
Total	**(20.699)**	**(42.856)**

15. Despesas administrativas:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Processamento de dados (a)	(32.318)	(63.644)
Serviços do sistema financeiro (b)	(1.057)	(2.391)
Serviços técnicos especializados (c)	(3.076)	(5.715)
Serviços de terceiros	(1.729)	(3.615)
Aluguéis	(631)	(1.244)
Comunicações	(1.791)	(3.729)
Outras despesas administrativas (d)	(8.290)	(14.010)
Total	**(48.892)**	**(94.348)**

(a) Refere-se a terminais de postos bancários (ATM) alugados e gastos com tecnologia para fazer frente aos novos projetos do Banco. (b) Refere-se a tarifas, taxas e comissões pagas a parceiros. (c) O Banco possui processo para a contratação de Auditoria Independente considerando aspectos de transparência, conformidade, objetividade e independência do Auditor Independente, bem como, para a observância da não contratação da mesma empresa para outros serviços que possam configurar eventual conflito de interesse e perda de independência ou objetividade na execução de suas atividades. Contempla a parcela já provisionada pelo Banco, até a data base. Os honorários a auditoria independente relativos a 31 de dezembro de 2025 montam R$ 497. (d) Refere-se em sua maioria a despesas administrativas no montante de R$ 7.458, despesas com manutenção e conservação de bens no montante de R$ 782, despesas de seguros no montante de R$ 766, despesas com propaganda, publicidade, publicações e promoções no montante de R$ 1.039 e despesas com amortização e depreciação no montante de R$ 3.965.

16. Outras receitas operacionais:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Recuperação de encargos e despesas	307	1.367
Reversão provisão de contingências	136	245
Reversão provisão de despesas	4.897	10.245
Outras rendas operacionais	2.790	4.320
Total	**8.130**	**16.177**

17. Outras despesas operacionais:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Comissões (a)	(79.731)	(187.695)
Descontos concedidos em renegociações	(35)	(798)
Contingências	(123)	(253)
Outras despesas operacionais	(272)	(9.316)
Total	**(80.161)**	**(198.062)**

(a) Comissões referentes a aquisições de recebíveis através de operações de cessão de créditos. **18. Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado foram apurados através do regime de apuração do lucro real em 31 de dezembro de 2025:

	2º semestre/2025	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	17.586	45.137
(+) Adições		
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	815	1.322
Outras adições permanentes	1.184	6.102
Outras adições temporárias	–	1.242
Total das adições	**1.999**	**8.666**
(–) Exclusões		
Equivalência patrimonial	(550)	(1.459)
Juros sobre capital próprio	(20.150)	(20.150)
Lei do bem	(1.250)	(1.250)
Outras exclusões permanentes	(2.636)	(3.200)
Outras exclusões temporárias	(8.898)	(6.158)
Total das Exclusões	**(33.484)**	**(32.217)**
Base de cálculo da contribuição social	**(13.899)**	**21.586**
Programa de alimentação do trabalhador	557	(860)
Base de cálculo do imposto de renda	**(13.342)**	**20.726**
Deduções do IRPJ	(167)	(193)
IRPJ valor corrente	3.515	(4.964)
IRPJ ajuste de exercício/semestre anterior	510	506
IRPJ diferido	1.428	(2)
CSLL valor corrente	2.780	(4.317)
CSLL ajuste de exercício/semestre anterior	(331)	(334)
CSLL diferido	1.143	(1)
Total imposto de renda e contribuição social correntes	**6.474**	**(9.109)**
Total imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6)	**(2.571)**	**(3)**
Total do imposto de renda e contribuição social no resultado	**3.903**	**(9.112)**

19. Transações com partes relacionadas: As partes relacionadas do Banco incluem transações com as empresas coligadas e pessoas-chave na Administração. Pessoas-chave da Administração são definidas como aquelas que tem autoridade e responsabilidade de planejamento, direção e controle. As transações compreendem, em sua maior parte, depósitos à vista e a prazo efetuados a taxas e condições usuais de mercado. **Transações e saldos com coligadas**

								31/12/2025
	Pessoas jurídicas							
	Saque e Pague	Ticket Soluções	Inter-metro	Ticket Gestão	Repom	Outras (d)	Pessoas físicas (e)	Total
Ativo								
Outros créditos **(a)**	358	13	–	6	4	3	–	384
Antecipação de recebíveis	–	65.838	–	35.321	3.505	9.402	–	114.066
Numerários em trânsito	89.273	–	–	–	–	–	–	89.273
Operações de câmbio	–	–	–	–	–	4.618	–	4.618
Passivo								
Depósitos à vista	25.207	3.677	–	23	133	10.442	105	39.587
Depósitos a prazo **(b)**	10.445	83.350	7.604	44.013	14.720	18.800	12.101	191.033
Contas de Pagamento	–	–	–	–	1	–	–	1
Obrigações por operações compromissadas	–	–	183	–	99.848	306.471	406	406.908
Outros passivos **(c)**	7.316	–	–	–	–	2.159	–	9.475
Juros sobre Capital Próprio	–	–	–	–	–	1.831	82	1.913
Operações de câmbio	–	–	–	–	–	17.613	–	17.613

(a) Outros créditos referem-se a valores a receber de sociedades ligadas oriundos de reembolsos de despesas. **(b)** Depósitos a prazo referem-se a captações através de CDBs com remunerações em até 120% da taxa do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI). **(c)** Outros passivos referem-se a valores a pagar a sociedades ligadas oriundos de reembolsos de transações e serviços prestados. **(d)** Outras pessoas jurídicas relacionadas: Alphaco - Holding Ltda. - EPP., AP Desenvolvimento de Arroz Ltda., EBANX Brasil Holdings S.A., EBANX Ltda., EBANX PTE Ltda., Edenred Soluções e Instituição de Pagamento AHA S.A., Edenred Soluções de Mobilidade e Instituição de Pagamento HU S.A.,Fineasy Tech Serviços de Tecnologia Ltda., Goodcard Licenciamentos QSUA S.A., ICH Administração de Hotéis S.A., Interholding Participação Ltda., Intermetro Locações Serviços POAH S.A., Manzat Inversiones AUU S.A., REPOM S.A., Saque Pague Rede de Auto-atendimento S.A., Teccloud Serviços de Tecnologia AHU Ltda., Ticket Gestão em Manutenção EZC S.A. e Ticket Soluções HDFGT S.A. **(e)** Pessoas físicas referem-se a acionistas, com participações diretas e indiretas na instituição. **20. Remuneração da Administração:** Os administradores são remunerados na forma de pró-labore pago via folha de pagamento. A remuneração, incluindo gratificações, faz parte da rubrica "Despesas de pessoal", na demonstração do resultado, no montante de R$ 3.679 em 31 de dezembro de 2025. O Banco não disponibiliza outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração. **21. Estrutura de gerenciamento de riscos:** A avaliação dos riscos é fundamental para a tomada de decisão no Banco, por isso conta com uma estrutura dedicada ao gerenciamento de riscos, constituída de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **Risco operacional:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A gestão desse risco ocorre a partir das recomendações do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO), respeitando os normativos vigentes. Utilizamos como ferramenta a matriz de riscos operacionais em que os riscos são classificados sob a perspectiva de impacto no negócio e probabilidade de materialização. Também é constituída base de perdas, onde ocorre o registro de eventos materializados. **Risco de mercado:** Conforme a Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição. Diariamente é mensurada, monitorada e controlada a exposição cambial do Banco, que deve estar enquadrada dentro dos limites aprovados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração. Para risco de juros da carteira bancária é utilizada a métrica de ΔNII, na qual medimos o impacto no resultado de intermediação financeira após a aplicação de choques nas taxas de juros. **Risco de liquidez:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o risco de liquidez como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas ou inesperadas e de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. A gestão desse risco inclui métricas para determinação da liquidez mínima exigida com base no risco de saídas e entradas de caixa, que deve ter valor inferior ao de estoque de ativos líquidos. Também é monitorado o fluxo de caixa diário, projetando cenários para o horizonte de um ano, além de calcularmos indicadores de estresse de liquidez de curto e longo prazos (LCR e NSFR). **Risco de crédito:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se como risco de crédito a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, à reestruturação de instrumentos financeiros e os custos de recuperação. Em atendimento à Resolução CMN nº 4.966/2021, a gestão desse risco considera a mensuração das perdas esperadas e utiliza processos de identificação, avaliação, monitoramento e controle das exposições, com base em critérios prudenciais e alinhados ao apetite de risco da instituição. Entre os principais procedimentos, destacam-se o acompanhamento dos níveis de inadimplência, provisões, recuperações e baixas a prejuízo, a análise de concentração por cliente ou grupo econômico, a avaliação da qualidade e suficiência de garantias e outros mitigadores, além da verificação da adequação do capital regulatório frente ao perfil e magnitude das exposições. **Gerenciamento de capital:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, de avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Banco está exposto e do planejamento de metas e de necessidade de capital considerando seus objetivos estratégicos. A gestão consiste na construção de cenários que contemplam a evolução projetada para os ativos bem como o resultado esperado em função das receitas e despesas orçadas e cenários simulados. Também são construídos cenários estressados, considerando situações adversas e oportunidades mercadológicas, identificando necessidades adicionais de capital em razão de quebras das premissas projetadas. **Teste de Estresse - Análise de Sensibilidade:** Conforme Resolução nº 4.557/2017 do CMN, define-se o teste de estresse como exercício de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos no Banco. A Análise de Sensibilidade é uma metodologia de teste de estresse que permite avaliar o impacto decorrente de variações em um parâmetro relevante específico no capital do Banco, em sua liquidez ou no valor de um portfólio. No Banco são realizados trimestralmente testes de estresse por meio da análise de sensibilidade impactando os indicadores de capital, liquidez e valor de portfólio alterando parâmetros de risco de crédito, como inadimplência, de risco de mercado, como taxa de câmbio e de juros, de risco de liquidez, como resgates extraordinários, de risco operacional, como variações nas despesas e receitas. **Risco de Crédito:** O valor total de PDD da carteira de crédito (Capital de Giro e Conta Garantida do Banco) em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 4.677. A PDD estressada considerando o impacto de duas migrações consecutivas nas faixas de atraso, conforme a classificação interna da carteira (C1 a C5), das operações desta carteira é de R$ 9.940 com uma redução no Índice de Basileia de 0,5 p.p.

	31/12/2025
Impacto no IB após redução de 2 faixas nas operações de crédito	(0,5 p.p.)

Risco de Mercado: A exposição cambial do Banco em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 3.529. A exposição cambial estressada pela variação nominal na taxa BRL/USD em 0,20 resulta em uma exposição estressada de R$ 3.400, uma redução de R$ 129.

	31/12/2025
Impacto no resultado após variação cambial equivalente a USD 0,20	(R$ 129)

Risco de Taxa de Juros: O valor total do portfólio do Banco sujeito ao risco de variação de taxa de juros em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 358.196. O valor estressado do portfólio após choque paralelo de 200bps na ETTJ foi de R$ 356.297, uma redução de R$ 1.898.

	31/12/2025
Impacto no valor do portfólio após choque de 200bps na ETTJ	(R$ 1.898)

Risco de Liquidez: A liquidez disponível do Banco (HQLA) em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 508.708. O valor estressado da liquidez após choque de resgate total dos recursos captados via corretoras foi de R$ 399.066, o que corresponde a 78,4% da ativos líquidos.

	31/12/2025
Consumo da liquidez após resgate de CDBs captados via corretora	(78,4%)

Risco Operacional: Um choque de 50%, aplicado simultaneamente a todos os componentes da nova parcela de exigência para o risco operacional (RWAOpad), resulta em uma variação de R$ 165,2 milhões e em uma redução estimada de 3,9 p.p. no Índice de Basileia Amplo.

	31/12/2025
Impacto no IB após choques de 50% nos componentes da RWA Opad	(3,99 p.p.)

Patrimônio de Referência exigido: O Banco possui o Patrimônio de referência (PR) acima do mínimo exigido sobre os Ativos Ponderados por Risco (RWA), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 do CMN e demais normativos complementares. O PR do Banco é formado apenas de Capital Principal e é suficiente para cumprir os requerimentos mínimos de Capital Principal, Nível I, PR (Índice de Basileia), além de suportar também a exposição referente ao risco de taxa de juros (IRRBB) e o Adicional de Capital Principal (ACP).

Limites Operacionais	31/12/2025
Patrimônio de Referência (PR)	278.360
Nível I (NI)	278.360
Capital principal - CP	278.360
Capital Social	192.292
Ajuste de Avaliação Patrimonial	528
Reserva de Capital, Reavaliação e de Lucros	92.688
Ajustes prudenciais	6.494
Ativos ponderados pelo risco (RWA)	970.726
Margem de Capital (i)	152.165
Índice de Basileia (PR/RWA)	28,68%
IRRBB	12.228
Situação de Imobilização (Imob)	12.038
Índice de imobilização (Imob/PR)	4,32%

(i) Margem de Capital considerando o IRRBB e ACP

22. Outras informações: Seguros contratados: O Banco Topázio possui cobertura de seguro de responsabilidade civil geral de administradores e diretores e seguro de vida em grupo para os funcionários. **23. Eventos subsequentes: Juros sobre o Capital Próprio:** Em 22 de janeiro de 2026 houve o pagamento de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R$ 1.913 líquido de IRRF.

A DIRETORIA

CONTADORA: **Gizele Duarte Nunes -** CRC/RS 075978/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Banco Topázio S.A.** *Opinião:* Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Topázio S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). *Base para opinião:* Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. *Ênfase - Informações comparativas:* Chamamos a atenção para a Nota 2(c) às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. *Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:* A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. *Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:* A administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. *Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:* Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

pwc

Porto Alegre, 18 de março de 2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

Daniel Naves Marteletto
Contador - CRC 1MG105346/O-2

TAURUS ARMAS S.A.
COMPANHIA ABERTA BRASILEIRA

CNPJ nº 92.781.335/0001-02
NIRE nº 43.3.0000739.1
São Leopoldo - RS

TASA3 TASA4

2025

Relatório da Administração - Exercício 2025

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Prezados acionistas,

A administração da Taurus Armas S.A. ("Taurus" ou "Companhia"), em conformidade com as disposições legais e estatutárias, tem a satisfação de submeter à sua apreciação as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas deste Relatório da Administração, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer dos Auditores Independentes.

As informações operacionais e financeiras da Companhia, exceto onde estiver indicado de outra forma, são apresentadas com base em números consolidados e contemplam as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais, conforme estabelecido pelo International Financial Reporting Standards (IFRS) e pelos pronunciamentos emitidos pelo CPC aplicáveis às suas operações. Todas as comparações levam em consideração o exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Encerramos 2025 mais resilientes e preparados, após um ano que exigiu disciplina operacional, rapidez nas decisões e forte capacidade de adaptação. O período consolidou bases importantes para a evolução estratégica da Taurus. Iniciamos 2026 em um ambiente mais favorável, com mudanças relevantes no cenário tarifário norte-americano que reforçam nosso posicionamento competitivo e criam condições adicionais para captura de valor. Uma mudança extremamente aguardada finalmente ocorreu ao final de fevereiro: a Suprema Corte dos Estados Unidos considerou ilegal a estrutura tarifária de 50% anteriormente imposta. Com isso, o governo norte-americano estabeleceu uma nova tarifa temporária de 10%, aplicada de forma linear e equilibrada entre os países. A medida entrou em vigor em 24/02/2026 e representa um avanço importante para o restabelecimento de condições mais justas de competição no maior mercado mundial de armas leves. Para a Taurus, essa decisão corrige uma distorção competitiva relevante enfrentada ao longo de 2025 e reforça diretamente nossa competitividade no mercado norte-americano, principal destino de nossas vendas. E há ainda um efeito financeiro direto e extremamente relevante decorrente dessa decisão. Com a declaração de ilegalidade da medida anterior, a Taurus passa a ter direito ao reconhecimento de crédito tributário referente às tarifas adicionais recolhidas durante o período de vigência da medida. Estimamos que aproximadamente US$ 18 milhões possam retornar ao caixa da Companhia, reforçando nossa posição financeira e ampliando nossa capacidade de investimento e geração de valor para os acionistas. Trata-se de um impacto concreto decorrente de uma decisão que restabelece condições mais equilibradas de competição no mercado norte-americano. 2025 validou a resiliência do modelo operacional da Taurus. Mesmo diante de um ambiente desafiador, nossa estrutura operacional e financeira - combinada às decisões estratégicas adotadas ao longo do exercício - permitiu preservar a rentabilidade, fortalecer a presença internacional e ampliar a diversificação geográfica das receitas. Mantivemos foco em execução, eficiência e inovação, combinando solidez operacional com ações comerciais assertivas e reforçando as bases para um novo ciclo de crescimento. No mercado norte-americano, o ano foi marcado por elevada competitividade de preços e, de forma inédita, pela imposição de tarifas sobre nossos produtos: 10% em abril e 40% adicionais a partir de agosto, totalizando 50%. A resposta da Taurus foi rápida e estratégica, com iniciativas que incluíram o fortalecimento da presença internacional, o lançamento de novos produtos e a ampliação do portfólio no segmento militar por meio da linha Taurus Military Products. Mesmo nesse contexto, encerramos 2025 com resultados sólidos. A margem bruta alcançou 34,3%, mantendo patamar de rentabilidade superior ao de nossos principais pares internacionais. Registramos lucro líquido de R$ 17,7 milhões e EBITDA de R$ 106,0 milhões, com margem de 7,2%. Alcançar esse nível de desempenho mesmo sob tarifas que chegaram a 50% demonstra a força do modelo de negócios da Taurus e o potencial da Companhia em um ambiente competitivo mais equilibrado. Diante do cenário que se apresentou ao longo de 2025, adotamos uma série de medidas para preservar nossa competitividade no mercado norte-americano. Reforçamos preventivamente os estoques locais, ajustamos preços de transferência, revisamos a logística de exportação - passando a enviar kits de peças em vez de armas montadas -, duplicamos linhas de montagem entre Brasil e Estados Unidos e intensificamos a atuação comercial. As pistolas da família G, além de outros modelos selecionados de pistolas e de revólveres destinados ao mercado norte-americano, passaram a ser montadas nos Estados Unidos. Com a recente mudança no cenário tarifário, as linhas de montagem de revólveres que haviam sido duplicadas naquele país foram novamente concentradas no Brasil a partir de março, enquanto as linhas de montagem de pistolas permanecem ativas nos Estados Unidos para atendimento daquele mercado. Essa estrutura produtiva, com capacidade de montagem nos dois países, amplia nossa flexibilidade operacional e permite ajustes rápidos conforme as condições de mercado. No caso das armas longas, produzidas por terceiros, a estrutura tarifária vigente em 2025 tornou economicamente inviável sua exportação para os Estados Unidos, de modo que as vendas se concentraram nos estoques previamente formados. Com a reversão da tarifa de 50%, estamos retomando a comercialização regular de toda essa linha de produtos, que anteriormente representava cerca de 20% das vendas da Taurus nesse país. Com a recente mudança no ambiente tarifário, passamos a enxergar perspectivas mais favoráveis para a evolução das vendas no mercado norte-americano ao longo do ano. Ao final de fevereiro, contávamos com uma carteira de pedidos próxima a US$ 85 milhões, com faturamento previsto para os primeiros meses de 2026. A estratégia de diversificação geográfica inclui o fortalecimento da atuação no mercado brasileiro. A maior estabilidade regulatória observada no segundo semestre trouxe mais segurança jurídica ao consumidor. Nesse contexto, adotamos um novo modelo de distribuição, com atendimento direto às maiores lojas do País - responsáveis pela maior parte do volume do mercado, mantendo ao mesmo tempo dois distribuidores. Esses movimentos contribuíram para o aumento de 43,8% na receita com a venda de armas no Brasil no 4T25 frente ao mesmo período do ano anterior. Adicionalmente, a partir de março implementamos aumento médio de 5% nos preços no mercado civil brasileiro, iniciativa que tende a contribuir para a evolução das receitas ao longo de 2026. O desenvolvimento de processos e produtos inovadores, com tecnologia incorporada e custo competitivo, segue como diferencial relevante da marca Taurus. Entre os lançamentos de 2025, destacam-se a pistola GX4 Carry Graphene .380 ACP e a TX22 calibre.22 LR, ambos com ótima receptividade e início das vendas em dezembro. Já em 2026, lançamos as pistolas TX38 TPC e a TX9 9mm, voltada aos mercados civil e militar. Projetada sob protocolos militares e policiais, a TX9 9mm integra o portfólio Taurus Military Products e marca nossa entrada em um novo segmento do mercado civil norte-americano, com modelos de maior valor agregado e complementares à nossa linha atual. A diversificação internacional segue como vetor estratégico. No 4T25, mais do que dobramos (+102,6%) a receita proveniente de outros mercados em relação ao mesmo período do ano anterior, com destaque para licitações militares relevantes, incluindo contratos para fornecimento de 7,6 mil e 10 mil fuzis - esse segundo para entrega em 2026 -, além de outros pedidos em andamento. Também implementamos aumento médio de preços de 5% para o mercado civil internacional. A Índia vem se consolidando como outro pilar relevante dessa estratégia. As vendas no mercado civil local cresceram mais de 60% em 2025, comparado ao ano anterior, e a operação já contribui positivamente via equivalência patrimonial para o resultado da Companhia. No início de 2026, celebramos os dois primeiros grandes contratos militares no país, para aproximadamente 12 mil pistolas TS9 9mm, além de termos novas oportunidades em perspectiva. Em termos financeiros, reforçamos a posição de caixa e a resiliência da Companhia. No âmbito do Plano Brasil Soberano, captamos R$ 150 milhões em condições diferenciadas e taxas bastante vantajosas, fortalecendo a liquidez e garantindo segurança para a continuidade das operações e projetos estratégicos. Seguimos com gestão ativa do endividamento, priorizando alongamento de prazos e eficiência financeira. Seguimos avançando também nas tratativas relacionadas à possível aquisição da MERTSAV, na Turquia, iniciativa que reforça nossa estratégia de diversificação e expansão no segmento de defesa. As tratativas evoluíram de forma consistente ao longo dos últimos meses e encontram-se em estágio avançado de avaliação e proposta. A criação da nova unidade de negócios dedicada a esse mercado representa uma nova frente de crescimento e poderá ser acelerada com a eventual conclusão dessa operação. O ano de 2025 exigiu elevada capacidade de execução. A imposição das tarifas norte-americanas gerou impacto estimado em cerca de US$ 16 milhões no exercício, mas a manutenção de uma margem bruta elevada demonstra a assertividade das medidas adotadas e a solidez da estrutura operacional da Taurus. Entramos em 2026 com uma estrutura ainda mais eficiente, maior diversificação geográfica e flexibilidade operacional já demonstrada na prática. Soma-se a isso um ambiente competitivo em processo de normalização, combinação que fortalece nossa capacidade de crescer com rentabilidade nos próximos ciclos. A experiência acumulada ao longo desse período nos torna ainda mais preparados para capturar novas oportunidades. Reafirmamos nosso compromisso com a disciplina operacional, a inovação e a geração sustentável de valor para nossos acionistas, mantendo elevados padrões de governança e responsabilidade corporativa. Seguimos trabalhando para construir uma Taurus cada vez mais competitiva, inovadora e global, preparada para capturar novas oportunidades de crescimento. Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança e pelo apoio ao longo do ano.

Salesio Nuhs
CEO Global

DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado

O mercado de armas de fogo nos Estados Unidos foi marcado por instabilidade ao longo de 2025, impactado pelas tarifas de importação impostas pela administração Trump e pelas condições econômicas no país, com juros elevados e queda no consumo. Varejistas relataram antecipação do período sazonalmente mais fraco do verão e uma desaceleração mais prolongada do que a observada em anos anteriores, antes da melhora das vendas de fim de ano. Outro destaque para 2025 é o avanço das vendas de armas usadas no nível dos revendedores: a maioria dos varejistas indicou que essas vendas representaram entre 15% e 20% do total comercializado no ano - patamar significativamente acima da média histórica. A recente reversão do cenário tarifário ao final de fevereiro de 2026, reduz significativamente um dos fatores de pressão para a Taurus nesse mercado. O Adjusted NICS (National Instant Criminal Background Check System) - indicador que aponta a intenção de compra de armas nos EUA, considerado um dos principais termômetros da atividade do setor no país - encerrou o ano registrando o total de 14,6 milhões de consultas, resultado 4,1% inferior ao apurado no ano anterior, mantendo a tendência de recuo verificada nos últimos anos. No Brasil, o mercado de armas leves manteve-se em patamar reduzido ao longo de 2025, ainda refletindo a revisão do marco regulatório iniciada em 2023, que trouxe restrições à aquisição, posse e porte por cidadãos civis e impactou a demanda. Indicadores públicos de registros e autorizações seguem apontando volumes significativamente inferiores aos observados no ciclo de maior expansão do mercado, entre 2019 e 2022, reforçando um cenário doméstico de baixa atividade. No segundo semestre de 2025, contudo, começaram a surgir os primeiros sinais de recomposição gradual da demanda, especialmente em função da maior estabilidade proporcionada pelas definições dos aspectos jurídicos e pela reorganização dos processos, agora sob responsabilidade da Polícia Federal. A Taurus acredita que esse ambiente legal mais claro, somado à normalização dos processos, poderá favorecer uma recuperação mais consistente do mercado interno nos próximos períodos, ainda que de forma gradual.

Produção e vendas

Em 2025, a Taurus produziu 778 mil armas, o que representa redução de 15,6% em relação ao total produzido em 2024. O desempenho reflete o ajuste às condições de demanda em seus principais mercados e à adequação operacional frente ao ambiente tarifário nos Estados Unidos, preservando flexibilidade para direcionar volumes e mix conforme a evolução do cenário. Observa-se o aumento na participação das unidades fabricadas nos Estados Unidos sobre o total produzido, tendência que reflete a estratégia adotada em 2025 de internalização da montagem para mitigar os impactos tarifários. Enquanto em 2024 a fábrica norte-americana da Taurus respondeu por 24,0% do total de armas produzidas pela Companhia, em 2025 esse percentual passou para 31,6%. Com flexibilidade operacional, durante o período de vigência da tarifa de 50% nos EUA para os produtos da Companhia, a Companhia transferiu linhas de montagem de modelos de pistolas e revolveres para sua unidade nesse país. Os produtos destinados ao mercado brasileiro e aos demais mercados internacionais continuaram sendo produzidos integralmente no Brasil. A comercialização pela Taurus de armas longas produzidas por terceiros - que representava anteriormente cerca de 20% da receita da Companhia nesse país - passou a enfrentar restrições adicionais de viabilidade econômica e logística com as tarifas impostas pelos EUA. Assim, em 2025 a Companhia realizou a venda dessas armas no mercado norte-americano de forma controlada, concentrada nos estoques formados antes da alteração tarifária. Em termos de volume de vendas, foram comercializadas 959 mil armas em 2025, volume 18,5% inferior ao verificado no ano anterior. O desempenho foi influenciado, principalmente, pelo desempenho comercial nos EUA, acompanhando a tendência de retração do mercado nesse país. No mercado brasileiro, as vendas da Taurus apresentaram crescimento trimestre a trimestre no decorrer do ano, ainda que, em função da forte retração do mercado no primeiro trimestre, o total de armas comercializadas em 2025 tenha ficado 2,8% abaixo do registrado no ano anterior. A maior estabilidade regulatória e a reorganização dos processos relativos ao setor, somadas à reestruturação do modelo de distribuição da Taurus no País, influenciaram positivamente as vendas nos últimos meses. Como medida de reforço na área comercial, a Taurus reestruturou sua atuação no Brasil, com atendimento direto às principais lojas do País, que concentram a maior parte do volume comercializado, mantendo ainda dois distribuidores nacionais. A Companhia reforçou também sua atuação em outros mercados internacionais, voltada, principalmente, para mercados militares. As exportações para países que não os Estados Unidos totalizaram 85,4 mil armas em 2025, volume estável frente ao ano anterior (85,2 mil), especialmente em função do desempenho do primeiro semestre. Já no último trimestre do ano, os resultados do maior esforço comercial direcionado para esses mercados se traduziu em alta de 26,3% do volume exportado em relação ao mesmo trimestre de 2024. Na Índia, mais um foco de mercado para a diversificação geográfica da receita, além de vendas realizadas para o mercado civil local, a Companhia conquistou contratos de menor porte no segmento militar. Já no início de 2026, saiu vencedora de dois grandes contratos militares no país, que envolvem a entrega de 12 mil pistolas TS9. A JD Taurus está participando também de licitações nesse país com conclusão prevista no curto e médio prazo, com potencial de venda de aproximadamente 70 mil armas, entre pistolas e fuzis/submetralhadoras, com valor estimado de US$ 30 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Receita Operacional Líquida

A receita consolidada da Taurus inclui, além da venda de armas e acessórios, receitas provenientes de capacetes, e outras, como as lojas AMTT Taurus. Em 2025, a receita proveniente de M.I.M. (Metal Injection Modeling) passou a ser incorporada em "armas & acessórios". Cabe destacar que a receita da *joint venture* JD Taurus, na Índia, não é consolidada nas demonstrações da Companhia, sendo reconhecida na linha de equivalência patrimonial. No acumulado do exercício de 2025, a receita líquida totalizou R$ 1.463,0 milhões, retração de 12,5% frente a 2024, refletindo, principalmente, a redução de 21,1% no volume de vendas no mercado norte-americano; a valorização de 11,1% do real frente ao dólar; e as tarifas impostas pelo governo norte-americano, em um contexto de demanda mais fraca e elevada competitividade de preços. Considerando **exclusivamente armas & acessórios**, a receita operacional atingiu R$ 1.321,2 milhões em 2025, recuando 13,2% face ao registrado no ano anterior. O desempenho está relacionado ao resultado nos EUA, que apresentou retração de 20,1% comparado a 2024, o que foi parcialmente compensado com o aumento da receita proveniente das vendas nos demais mercados no mesmo período: +9,4% no Brasil e +32,0% nas exportações para outros países.

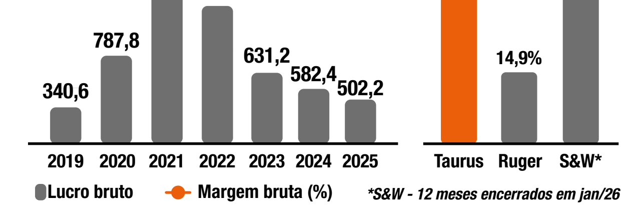
Receita operacional líquida consolidada (R$ milhões)

Isso levou à redução da participação dos EUA no total da receita de armas & acessórios, ainda que esse mercado siga como principal destino dos produtos da Taurus. Em 2024, o mercado norte-americano foi responsável por 82,5% da receita do segmento e, em 2025, essa participação recuou para 76,0%. Além de reflexo das condições de mercado, o desempenho também se deve ao esforço da Companhia em ampliar a parcela de sua receita proveniente das exportações. Em 2024, a receita de vendas para outros países que não os EUA responderam por 7,9% do total, enquanto em 2025 essa parcela aumentou para 11,9%. Também houve aumento da participação do Brasil (de 9,6% em 2024 para 12,1% em 2025) com o início de retomada das vendas nos últimos meses do ano. O preço médio por arma vendida pela Taurus em 2025 foi de R$ 1.377,91, o que representa elevação de 6,5%, comparado ao registrado no exercício anterior. Essa evolução refletiu, principalmente: (i) o impacto da desvalorização de 3,7% do real em relação ao dólar norte-americano, na cotação média dos períodos, atuando de forma positiva sobre as vendas realizadas em moeda estrangeira, que representaram 87,9% da receita de armas & acessórios; (ii) reajuste médio de 7% aplicado em julho/25 sobre a tabela de preços da Taurus no mercado norte-americano; e (iii) efeito do mix de produtos vendidos, com maior participação de produtos de maior valor agregado em determinados mercados. A inovação permanece como um dos pilares estratégicos da Companhia e importante ferramenta para enfrentar as condições mais retraídas do mercado. Os novos produtos continuaram contribuindo de forma relevante para os resultados, representando 17,7% da receita líquida de armas & acessórios no acumulado do ano de 2025.

Lucro bruto

A conjuntura do setor em 2025 envolve a questão das tarifas para os produtos da Taurus com simultânea retração de mercado nos EUA e demanda ainda retraído também no Brasil. Apenas as taxas impostas pelos EUA resultaram em impacto de cerca de US$ 16 milhões para a Taurus em 2025, considerando a tarifa de 10% desde abril (impacto aproximado de US$ 7,5 milhões no ano) e a tarifa adicional de 40% a partir de agosto (impacto aproximado de US$ 8,5 milhões no ano). Diante desse cenário, a Taurus adotou diferentes medidas estratégicas de modo a preservar a rentabilidade, incluindo a gestão rigorosa de seus custos. Mesmo com a inflação acumulada em 2025 de 4,26%, o custo dos produtos vendidos (CPV) da Taurus apresentou redução de 13,9% em relação ao ano anterior, resultado também associado ao menor volume de produção no período. Vale destacar, no entanto, que a Companhia tem parcela significativa de custos fixos, o que reduz a flexibilidade de ajuste proporcional à queda no volume produzido. Ainda assim, a Companhia manteve rentabilidade bruta em patamar superior a 30%. Em 2025, o lucro bruto totalizou R$ 502,2 milhões, com margem bruta de 34,3%, resultado inferior em apenas 0,5 p.p. comparado a 2024.

Lucro Bruto (R$ milhões) e Margem Bruta (%) **Margem Bruta Taurus e Peers 2025**



A eficiência operacional da Companhia fica evidenciada frente ao desempenho de seus pares internacionais, mesmo com a tarifa adicional imposta pelo governo norte-americano sobre seus produtos. Em 2025, a margem bruta da Taurus foi 19,4 p.p. superior à registrada pela Ruger e 7,9 p.p. à da Smith & Wesson.

Despesas operacionais

As despesas operacionais totalizaram R$ 450,1 milhões em 2025, o que, na comparação com igual período do ano anterior, representa alta de 20,5%.

	2025	2024	2025x2024 Var. %
Despesas com vendas	219,9	199,5	*10,2%*
Despesas gerais e administrativas	274,3	221,3	*23,9%*
Perdas/(receitas) pela não recuperabilidade de ativos	8,6	4,2	*104,8%*
Outras despesas/(receitas) operacionais	-48,9	-47,8	*2,3%*
Equivalência patrimonial	-3,8	-3,8	*0,0%*
Despesas operacionais	**450,1**	**373,5**	***20,5%***
Desp. Operacionais/Receita Op. Líquida (%)	*30,8%*	*22,3%*	*8,4 p.p.*
Cotação do dólar Ptax médio no período (R$)	*5,59*	*5,39*	*3,7%*

O desempenho foi influenciado pelos efeitos inflacionários, os maiores esforços comerciais, o efeito negativo da desvalorização do real sobre as despesas apuradas na unidade norte-americana e, principalmente, despesas não recorrentes contabilizadas no 4T25. Entre essas despesas extraordinárias, destacam-se: (i) o pagamento e a constituição de provisão de despesas jurídicas referentes a acordo não judicial firmado pela Companhia e à contratação de consultorias e serviços de terceiros; (ii) maior provisão para devedores duvidosos (PDD) nas despesas com vendas, em função, inclusive, de uma postura mais conservadora da Companhia face à conjuntura instável do mercado; e (iii) despesas com depreciação não planejadas e de softwares (adoção do SAP) na unidade norte-americana. O resultado da equivalência patrimonial em 2025 foi a receita de R$ 3,8 milhões, com contribuição positiva da operação da Taurus na Índia e mantendo-se estável frente ao apurado no exercício anterior.

Ebitda

O Ebitda (sigla em inglês para lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - Lajida) não é uma medida financeira segundo o BR GAAP, as Normas Internacionais de Contabilidade ou o IFRS e não deve ser considerado isoladamente como indicador de desempenho operacional ou como alternativa ao fluxo de caixa operacional para fins de liquidez. Trata-se de uma métrica gerencial, apresentada com o objetivo de oferecer informações adicionais sobre a geração operacional de caixa. A Companhia deixou de apresentar o Ebitda ajustado, que desconsiderava o resultado da equivalência patrimonial, uma vez que essa conta incorpora os resultados das *joint ventures* da Taurus - JD Taurus, na Índia, e operação de carregadores -, ambas diretamente relacionados às suas atividades operacionais. Foram mantidos apenas dois ajustes pontuais na série histórica apresentada, com a exclusão de despesas não recorrentes: (i) em 2020 - despesas extraordinárias de R$ 4,8 milhões relacionadas à pandemia de Covid; e, (ii) em 2024 - despesas extraordinárias de R$ 1,9 milhão de ajuda social nas enchentes do Rio Grande do Sul.

Cálculo do Ebitda - reconciliação de acordo com a Res. CVM 156/22

R$ milhões	*2025*	2024	*2025x2024 Var. %*
Resultado líquido	17,7	76,6	*-76,9%*
Impostos	27,8	2,4	*1058,3%*
Resultado financeiro líquido	6,7	130,0	*-94,8%*
Depreciação e amortização	53,8	43,6	*23,4%*
Ebitda	**106,0**	**252,5**	***-58,0%***
Margem Ebitda	*7,2%*	15,1%	*-7,9 p.p.*
Despesas de ajuda social (enchentes)	0,0	1,9	-
Ebitda ajustado	**106,0**	**254,4**	***-58,3%***
Margem Ebitda ajustado	*7,2%*	15,2%	*-8,0 p.p.*

O forte desempenho operacional da Companhia, traduzido na manutenção da margem bruta em patamar elevado (34,3% em 2025), foi prejudicado quando da avaliação do Ebitda. O desempenho do indicador no último trimestre do ano - principalmente impactado por despesas operacionais não recorrentes registradas no período -, pressionou o Ebitda do exercício, que totalizou R$ 106,0 milhões, com margem de 7,8%. O indicador incorpora, também, o efeito das condições mais restritivas do mercado norte-americano ao longo do ano e os impactos associados à mudança do ambiente tarifário nos EUA.

Resultado financeiro

As variações cambiais, ativas e passivas, representam importantes linhas que compõem o resultado financeiro da Taurus. Contabilmente, esses efeitos recaem sobre contas patrimoniais e são apurados com base na taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Essa metodologia difere daquela utilizada na apuração das receitas e despesas operacionais, que considera a taxa média do período.

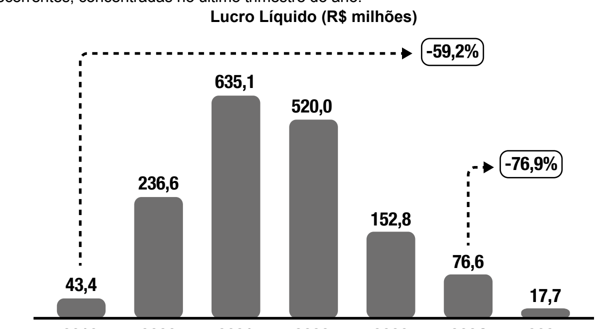
R$ milhões	2025	2024	*2025x2024 Var. %*
(+) Receitas financeiras	**167,8**	**127,4**	*31,7%*
Variações cambiais ativas	*126,7*	*81,1*	*56,2%*
Juros e outras receitas	*41,1*	*46,3*	*-11,2%*
(–) Despesas financeiras	**174,5**	**257,4**	*-32,2%*
Variações cambiais passivas	*87,2*	*178,2*	*-51,1%*
Juros e outras despesas	*87,3*	*79,2*	10,2%
(+/–) Resultado financeiro líquido	**-6,7**	**-130,0**	*-94,8%*
Cotação dólar Ptax no final do período (R$)	**5,50**	**6,19**	*-11,1%*

O resultado financeiro líquido do exercício de 2025 foi a despesa líquida de R$ 6,7 milhões. O resultado é significativamente inferior ao apurado em 2024, quando foi registrada despesa líquida de R$ 130,0 milhões, principalmente em função das fortes variações cambiais passivas verificadas naquele ano, uma vez que a moeda nacional apresentou desvalorização de 27,9% no período (cotação do dólar frente ao real ao final do exercício: 2023: R$ 4,84 | 2024: R$ 6,19). Ao longo de 2025, houve maior oscilação cambial, ainda que com relativa estabilidade na cotação do dólar ao final dos trimestres. Dessa forma, observa-se uma dissociação entre os efeitos do câmbio no desempenho operacional e o impacto reconhecido no resultado financeiro. Entre 2025 e 2024, a variação da taxa de câmbio média do real frente ao dólar foi a desvalorização de 3,7%, enquanto, considerando as cotações de encerramento dos exercícios, o real apresentou valorização de 11,1%. Com isso, as variações cambiais contribuíram com saldo líquido de receita financeira de R$ 39,5 milhões em 2025. Já as receitas e despesas financeiras com juros e outros apresentaram saldo líquido negativo (despesa líquida) de R$ 46,2 milhões no exercício de 2025, com simultânea diminuição das receitas e aumento das despesas frente ao apurado em 2024.

Resultado líquido

O ano de 2025 apresentou um cenário no mercado desafiador para a Companhia. As tarifas impostas pelo EUA aos produtos brasileiros se somaram a um consumidor mais retraído nesse país que representa o principal destino de vendas da Taurus e à consequente competitividade de preços no mercado. A Taurus reagiu rapidamente às situações que se apresentaram, com ações estratégicas cujo acerto foi confirmado pela manutenção de margem bruta elevada, mantendo sua liderança em termos de rentabilidade bruta frente a empresas norte-americanas do setor. A Taurus reforçou preventivamente seus estoques nos EUA, antes da adoção da tarifa adicional de 40%, reduziu o preço de transferência do Brasil para esse país e realizou a migração de linhas de montagem de alguns dos produtos destinados ao mercado norte-americano para sua unidade nesse país, de modo a reduzir o impacto tarifário. Visando garantir liquidez e a continuidade dos projetos estratégicos, obteve cessão de créditos de ICMS e captou, com taxas diferenciadas, R$ 150 milhões no âmbito do Plano Brasil Soberano. Atuou também institucionalmente junto a autoridades brasileiras e norte-americanas, além de contratar escritório de assessoria nos EUA para defender seus interesses. Ao mesmo tempo, medidas de reforço na área comercial foram adotadas, como a adoção de novo modelo de distribuição no Brasil, com a Taurus passando a atender diretamente as maiores lojas do País, responsáveis por maior parte do volume do mercado, mantendo ainda dois distribuidores nacionais. Ampliar o foco no mercado militar, assim como reforçar sua atuação internacional, são foco da estratégia de crescimento. Como resultado, já se percebe, especialmente no último trimestre do ano, o aumento da receita obtida com a exportação para outros países. Em 2025, a Companhia registrou desembolso total de R$ 27,8 milhões a título de Imposto de Renda e Contribuição Social, multiplicando em 11,6 vezes o valor registrado nessa conta em 2024, de -R$ 2,4 milhões. Com isso, o resultado da Taurus no exercício foi o lucro líquido de R$ 17,7 milhões. Contribuíram positivamente para o resultado a efetividade e a agilidade das ações tomadas para mitigar as condições adversas ao longo do ano. Em contrapartida, o resultado foi pressionado pelos fatores mercadológicos e tarifários já mencionados, como o efeito de cerca de US$ 16 milhões relacionado às tarifas impostas pelos EUA, além de despesas não recorrentes, concentradas no último trimestre do ano.

Lucro Líquido (R$ milhões)



Endividamento

A dívida bancária da Taurus é representada pelos seguintes instrumentos financeiros: operações cambiais (Adiantamento de Contratos de Câmbio - ACC); o financiamento obtido junto à Finep destinado a investimentos em inovação, com condições bastante favoráveis; um empréstimo tomado pela subsidiária norte-americana da Taurus nos EUA; e os recursos obtidos do Plano Brasil Soberano, também em condições muito favoráveis. No âmbito do Plano Brasil Soberano - iniciativa do Governo Federal voltada ao apoio a empresas exportadoras afetadas pelas tarifas dos EUA - a Taurus captou R$ 150,0 milhões em linha de crédito operada pelo BNDES, sendo R$ 100,0 milhões diretamente pela instituição e R$ 50,0 milhões via Banco ABC. Com carência de 12 meses e taxas diferenciadas - 3,5% a.a. + 2,5% fiança com o BNDES e 8,2% a.a. | Swap 60 meses vc + 2,5% a.a na operação por meio do Banco ABC - os recursos reforçam o caixa e contribuem para sustentar a operação e os projetos estratégicos da Companhia.

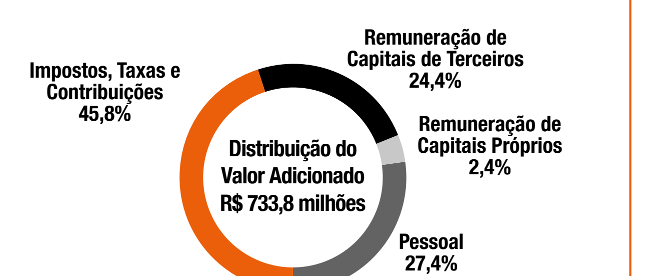
R$ milhões	31/12/2025	31/12/2024	Var.%
Empréstimos e financiamentos	*235,1*	*0,3*	
Taurus Armas S.A.	*65,1*	*0,3*	
Taurus USA	*170,0*	*0,0*	
Saques cambiais	*427,0*	*554,0*	*-22,9%*
Curto prazo	***662,1***	***554,3***	***19,4%***
Empréstimos e financiamentos	*245,2*	*193,2*	*26,9%*
Taurus Armas S.A.	*245,2*	*154,4*	*58,8%*
Taurus USA	*0,0*	*38,8*	–
Longo prazo	***245,2***	***193,2***	***26,9%***
Endividamento bruto	***907,3***	***747,5***	***21,4%***
Caixa e aplicações financeiras	*335,3*	*289,9*	*15,7%*
Endividamento líquido	***572,0***	***457,7***	***25,0%***
Cotação do dólar Ptax na data (R$)	***5,50***	***6,19***	***-11,2%***
Endividamento bruto convertido em dólares (US$ milhões)	***165,0***	***120,7***	***36,7%***
Endividamento líquido convertido em dólares (US$ milhões)	***104,0***	***73,9***	***40,7%***

Em 31/12/2025, a Companhia registrava dívida bancária bruta de R$ 907,3 milhões, montante superior em R$ 159,8 milhões ao verificado no encerramento do exercício de 2024, com aumento de 19,4% na parcela de curto prazo e 26,9% no longo prazo. A variação está relacionada ao empréstimo tomado pela subsidiária norte-americana e, em especial, à captação dos recursos no âmbito do Plano Brasil Soberano. A dívida de curto prazo, no montante de R$ 662,1 milhões, representava 73,0,5% da dívida bancária bruta total da Taurus em 31/12/2025. Desse total, R$ 427,0 milhões eram constituídos por saques cambiais (Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC) que podem ser renovadas a cada vencimento o que, na prática, confere a tais operações um perfil de longo prazo. Dessa forma, pode-se considerar que a dívida bruta bancária ao final do exercício que efetivamente tinha seu vencimento no curto prazo era de R$ 235,1 milhões, ou 25,9% do total. Em termos de moeda, a dívida bancária bruta tomada em dólares representava 65,8% do total e era formada pelo empréstimo tomado pela Taurus USA e pelas operações de ACC, estando integralmente concentrada no curto prazo. No entanto, conforme comentado acima, as operações de ACC têm possibilidade de serem renovadas automaticamente. A posição de caixa e equivalentes ao final de 2025 era de R$ 335,3 milhões, superior em R$ 45,5 milhões ao registrado em 31/12/2024, o que compensou parcialmente o aumento do endividamento bancário bruto. Com isso, a dívida bancária líquida da Taurus era de R$ 572,0 milhões no encerramento do exercício. A relação entre dívida líquida e Ebitda atingiu 5,40 vezes, frente à alavancagem financeira de 1,80x observada em dezembro de 2024. O desempenho do indicador reflete o aumento do endividamento - que, no entanto, foi tomado em condições bastante favoráveis para a Companhia, como comentado acima -, e a simultânea diminuição do Ebitda.

Investimentos

Em 2025, a Taurus realizou investimentos totais de R$ 93,4 milhões, dos quais R$ 36,9 milhões (39,5%) foram realizados com recursos da linha de crédito de inovação da Finep. Os demais R$ 56,5 milhões (60,5%) investidos no ano foram financiados com recursos da geração própria de caixa da Companhia. Ressalta-se que, até a data deste relatório, investimentos realizados no segundo semestre do ano, que somam R$ 23,4 milhões, correspondem à 5ª parcela da linha de crédito da Finep, permanecem em análise pela Instituição até a data deste relatório. A maior parte dos investimentos realizados em 2025 foi direcionado à aquisição de máquinas, equipamentos e ferramentas, representando 68,9% do total investido no período, seguido em relevância pelo desenvolvimento de novos produtos respondeu por 25,0%.

Demonstração do Valor Adicionado



O valor total adicionado pela Taurus em 2025, incluindo o valor adicionado recebido em transferência, foi de R$ 733,8 milhões. Isso representa a adição de valor de 41,3% em relação aos R$ 1.776,1 milhões de receita bruta obtida pela Companhia no exercício. Assim, de cada R$ 1,00 recebido no decorrer do exercício, a Taurus agregou cerca de R$ 0,41. O montante foi distribuído entre pessoal (remuneração direta, benefícios e FGTS); governos (impostos federais, estaduais e municipais); como remuneração de capitais de terceiros (juros e aluguéis); e resultados retidos na Companhia.

ESG

A Taurus orienta sua estratégia de longo prazo por meio do Modelo Taurus de Gestão, nesse modelo, a sustentabilidade é reconhecida como um elemento estratégico para geração contínua de valor. Desde a divulgação do primeiro relatório, em 2023, a companhia vem avançando de forma consistente na agenda ESG, incorporando práticas sustentáveis às decisões corporativas e estimulando a inovação responsável. As pessoas são o núcleo do Modelo Taurus de Gestão, e a Taurus possui programas específicos de capacitação de seus colaboradores para assumir esse protagonismo, desenvolvendo habilidades essenciais para seu crescimento. A tecnologia e a inovação complementam essa base, impulsionando avanços constantes em produtos, processos, materiais e automação, que, combinados ao conhecimento técnico das equipes, fortalecem o desenvolvimento e o futuro da companhia. A qualidade integrada conecta todos esses elementos, envolvendo fornecedores para assegurar produtos seguros e confiáveis. Ao mesmo tempo, a inteligência logística garante que cada item seja entregue corretamente, no prazo e na quantidade ideal, mantendo a eficiência operacional. A produção robusta, por sua vez, proporciona estabilidade, elevada produtividade e alto padrão de excelência. Todos esses componentes convergem para o "Norte estratégico" da Companhia, que integra a perspectiva do cliente à visão da Taurus. É a união entre pessoas, tecnologia, inovação, qualidade, logística e produção que sustenta a satisfação dos clientes e reforça a liderança global da companhia em seu setor, em consonância com as melhores práticas ESG.

Equidade de gêneros

A Taurus não possui, até o momento, uma política formal específica para contratação e remuneração de administradores e colaboradores. Ainda assim, a Companhia adota, como princípio, a valorização do mérito e da qualificação profissional, buscando atrair, desenvolver e reter os melhores talentos para cada função, independentemente de gênero, vedando qualquer forma de discriminação. A gestão de pessoas é pautada por critérios técnicos, de desempenho e aderência à cultura organizacional, com foco na igualdade de oportunidades. As informações relativas à composição do quadro de colaboradores e administradores por gênero - considerado aprendizes, estagiários e diretores estatutários e CLT - bem como à distribuição de remuneração, estão apresentadas nas tabelas a seguir.

Colaboradores por nível hierárquico (2025)

Nível	Total	Mulheres	% Mulheres
Alta liderança (Diretoria)*	6	–	0,0%
Média liderança (Gerências)	15	3	20,0%
Supervisão/Coordenação	57	9	15,8%
Demais empregados	1.690	490	29,0%
Total	**1.768**	**502**	**28,4%**

**Inclui diretores CLT e estatutários.*

Composição dos órgãos de administração (2025)

Órgão	Total	Mulheres	% Mulheres
Conselho de Administração	5	–	0,0%
Conselho Fiscal	5	–	0,0%
Diretoria Estatutária	4	–	0,0%
Total	14	–	0,0%

Remuneração média por grupo de cargos (2025)

Grupo de cargos	Diferença entre mulheres e homens (%)
Gerência	+11,2%
Supervisão/Coordenação	+23,5%
Atividades Administrativas	-12,2%
Atividades Operacionais	-21,5%

Evolução comparativa dos indicadores (2025 x 2024)

Indicador	2025	2024	Variação (p.p.)
% de mulheres - quadro total	28,4%	27,0%	+1,4
% de mulheres - média liderança (gerência)	20,0%	18,8%	+1,2
% de mulheres - supervisão/coordenação	15,8%	22,7%	-6,9
Diferença média de remuneração - gerência*	+11,2%	+4,7%	+6,5
Diferença média de remuneração - supervisão/coordenação*	+23,5%	+24,7%	-1,2
Diferença média de remuneração - administrativo*	-12,2%	-10,2%	+2,0
Diferença média de remuneração - operacional*	-21,5%	-21,5%	+0,0

** Diferença média da remuneração de mulheres frente à de homens. ** Em 2024 e 2025 a Companhia não contava com mulheres no quadro de diretores e administradores.*

A Taurus reafirma seu compromisso com a promoção de um ambiente de trabalho inclusivo, baseado em igualdade de oportunidades, respeito e valorização da diversidade, alinhado às melhores práticas de governança e sustentabilidade.

Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. prestou o serviço de auditoria externa relacionado ao exame das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas referentes ao exercício de 2025 e revisão especial das informações trimestrais (ITR) do exercício. Executou também a auditoria das demonstrações financeiras da controlada Taurus Holdings, Inc, efetuada pela firma-membro da Deloitte nos Estados Unidos, expressas em USD, elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos (USGAAP). O valor total desses serviços de auditoria foi de R$ 2.083 mil. A Taurus zela para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes, tendo como prática não acessar seus serviços para qualquer assunto que possa vir a interferir na auditoria das demonstrações financeiras. Nenhuma contratação de serviços adicionais à auditoria foi realizada no ano de 2025 com à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Evento Subsequente

Por meio de Fato Relevante divulgado em 2 de fevereiro de 2025, a Taurus informou ao mercado a prorrogação do prazo de vigência do Memorando de Entendimentos (MoU) não vinculante, firmado com vistas a uma possível aquisição do controle societário da empresa MERTSAV, na Turquia. As partes estenderam a vigência do documento até 30 de abril de 2026, com renovação automática por mais três meses. A renovação do MoU permitirá a conclusão dos estudos técnicos com base nas informações oficiais da MERTSAV relativas ao exercício social de 2025, viabilizando também o prosseguimento das tratativas e negociações necessárias à potencial aquisição.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Nota	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	**67.547**	112.614	**49.266**	102.739
Aplicações financeiras e contas vinculadas	8	**267.790**	177.237	**237.290**	136.794
Clientes	9	**247.187**	297.108	**163.610**	164.704
Estoques	10	**775.378**	779.281	**260.122**	259.814
Impostos a recuperar	11	**75.049**	104.480	**60.944**	86.883
Pagamentos antecipados		**28.841**	45.629	**5.397**	5.495
Outras contas a receber	12	**35.394**	27.738	**28.167**	25.569
Ativos mantidos para venda	14	**7.000**	7.000	**–**	–
		1.504546	1.551.087	**804.796**	781.998
Não circulante					
Aplicações financeiras e contas vinculadas		**–**	–	**–**	–
Impostos a recuperar	11	**18.559**	21.340	**17.852**	20.708
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**73.094**	84.503	**40.529**	39.327
Crédito com empresas ligadas	25	**17.661**	17.210	**74.073**	45.284
Outras contas a receber	12	**61.123**	63.771	**60.752**	61.248
		170.437	186.824	**193.206**	166.567
Investimentos	15	**–**	–	**–**	–
Investimento em controladas	15	**14.512**	11.532	**746.370**	903.206
Investimento em coligadas	15	**–**	–	**–**	–
Outros investimentos	2	**2**	2	**–**	–
Propriedades para Investimento	16	**56.399**	56.399	**–**	–
Imobilizado	17	**650.266**	636.535	**389.276**	386.017
Intangível	18	**190.243**	186.268	**84.102**	74.770
		911.422	890.736	**1.219.748**	1.363.993
Total do Ativo		**2.586.405**	2.628.647	**2.217.750**	2.312.558

	Nota	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		**113.327**	156.253	**54.477**	76.415
Empréstimos, financiamentos	19	**662.127**	554.318	**492.159**	554.318
Salários e encargos sociais	21	**32.287**	54.535	**27.156**	34.438
Impostos, taxas e contribuições	22	**53.419**	71.549	**22.205**	29.578
Adiantamentos de clientes	21	**12.352**	24.812	**10.902**	13.548
Dividendos a pagar	21	**539**	25.744	**539**	25.744
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	24	**31.976**	65.053	**12.256**	54.649
Provisão para garantia de produtos	32	**7.136**	9.016	**3.470**	5.005
Outras contas a pagar	21	**41.934**	55.677	**22.688**	10.058
		955.097	1.016.957	**645.852**	803.753
Não circulante					
Fornecedores		**1.221**	5.177	**1.221**	5.177
Empréstimos, financiamentos	19	**245.168**	193.220	**245.168**	154.456
Impostos, taxas e contribuições	23	**14.144**	4.154	**12.158**	81
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**16.689**	11.185	**–**	–
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	24	**55.168**	46.550	**52.774**	44.191
Instrumentos financeiros derivativos	5.1	**3.552**	–	**3.552**	–
Acordos judiciais a liquidar		–	–	–	–
Provisão para garantia de produtos	32	**3.768**	4.241	**–**	–
Provisão para passivo a descoberto	21	**–**	–	**1.371**	385
Outras contas a pagar	21	**44.145**	52.802	**8.201**	10.154
		383.855	317.329	**324.445**	214.444
Total do passivo		**1.338.952**	1.334.286	**970.297**	1.018.197
Patrimônio líquido	26				
Capital social		**548.101**	448.101	**548.101**	448.101
Alienação de bônus de subscrição		**9.880**	9.880	**9.880**	9.880
Opções outorgadas		**37.518**	32.358	**37.518**	32.358
Ações em tesouraria		**(1.300)**	(4.767)	**(1.300)**	(4.767)
Reserva legal		**53.417**	52.534	**53.417**	52.534
Reserva estatutária		**266.735**	365.717	**266.735**	365.717
Reserva de incentivos fiscais		**134.508**	118.490	**134.508**	118.490
Transações de capital		**(45.876)**	(45.747)	**(45.876)**	(45.747)
Ajustes de avaliação patrimonial		**43.025**	43.490	**43.025**	43.490
Ajustes acumulados de conversão		**201.445**	274.305	**201.445**	274.305
Total do patrimônio líquido		**1.257.453**	1.294.361	**1.247.453**	1.294.361
Total do passivo e do patrimônio líquido		**2.586.405**	2.628.647	**2.217.750**	2.312.558

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Nota	Consolidado Acumulado do Atual Exercício 31/12/2025	Consolidado Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2024	Controladora Acumulado do Atual Exercício 31/12/2025	Controladora Acumulado do Exercício Anterior 31/12/2024
Receita líquida	28	**1.463.029**	1.672.674	**795.445**	893.524
Custos dos produtos vendidos	30	**(960.794)**	(1.090.267)	**(525.843)**	(542.304)
Lucro bruto		**502.235**	582.407	**269.602**	351.220
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas	30	**(219.922)**	(199.514)	**(63.289)**	(45.922)
Despesas administrativas e gerais	30	**(274.336)**	(221.305)	**(137.577)**	(127.985)
Resultado de equivalência patrimonial	15	**3.783**	3.797	**(85.133)**	(2.244)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	9	**(8.550)**	(4.218)	**(5.526)**	(4.987)
Outras receitas operacionais	29	**61.304**	68.603	**54.029**	64.424
Outras despesas operacionais	30	**(12.402)**	(20.815)	**(16.489)**	(18.575)
		(450.123)	(373.452)	**(253.985)**	(135.289)
Lucro antes do resultado financeiro e dos impostos		**52.112**	208.955	**15.617**	215.931
Receitas financeiras		**167.854**	127.430	**166.418**	123.750
Despesas financeiras		**(174.527)**	(257.425)	**(159.422)**	(249.593)
Resultado financeiro líquido	31	**(6.673)**	(129.995)	**6.996**	(125.843)
Resultado antes dos impostos		**45.439**	78.960	**32.208**	90.088
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	**(10.802)**	(19.014)	**(6.144)**	(16.582)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	**(16.964)**	16.646	**1.204**	3.086
Resultado do exercício		**17.673**	76.592	**17.673**	76.592
Lucro por ação ordinária - básico - R$	26.c	0,1311	0,6064	0,1311	0,6064
Lucro por ação preferencial - básico - R$	26.c	0,1312	0,6071	0,1312	0,6071
Lucro por ação ordinária - diluído - R$	26.c	0,1311	0,6064	0,1311	0,6064
Lucro por ação preferencial - diluído - R$	26.c	0,1307	0,6070	0,1307	0,6070

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Lucro do exercício	**17.673**	76.592	**17.673**	76.592
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Ajuste acumulado de conversão	**(72.860)**	143.933	**(72.860)**	143.933
Resultado abrangente total	**(55.187)**	220.525	**(55.187)**	220.525

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

continua

→★ continuação

Taurus Armas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em milhares de Reais - R$

				Reserva de Capital		Reserva de Lucros						
	Capital social	Ações em tesouraria	Alienação de Bônus de Subscrição	Plano de ações	Transações de capital	Incentivos Fiscais	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Lucros Acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2023	367.936	(6.757)	9.880	25.421	(45.639)	118.490	48.704	399.398	–	44.000	130.372	1.091.805
Aumento de capital social	80.165	–	–	–	–	–	–	(80.165)	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	76.592	–	–	76.592
Ajuste acumulado de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	143.933	143.933
Opções Outorgadas Reconhecidas	–	–	–	6.936	–	–	–	–	–	–	–	6.936
Ações em Tesouraria Adquiridas	–	(4.446)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(4.446)
Ações em Tesouraria Alienadas/Cedidas	–	6.437	–	–	–	–	–	(1.143)	–	–	–	5.294
Outras transações	–	–	–	–	(108)	–	–	–	–	–	–	(108)
Realização do ajuste de avaliação patrimonial - mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	–	32	(32)	–	–
Realização do ajuste de avaliação patrimonial - mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	–	478	(478)	–	–
Destinação do Lucro:	–	–	–	–	–	–	**3.830**	**47.627**	**(77.102)**	–	–	**(25.645)**
Reserva Legal	–	–	–	–	–	–	3.830	–	(3.830)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	–	(25.645)	–	–	(25.645)
Reserva Estatutária	–	–	–	–	–	–	–	47.627	(47.627)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**448.101**	**(4.766)**	**9.880**	**32.357**	**(45.747)**	**118.490**	**52.534**	**365.717**	**–**	**43.490**	**274.305**	**1.294.361**
Aumento de capital social	100.000	–	–	–	–	–	–	(100.000)	–	–	–	–
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	17.673	–	–	17.673
Ajuste acumulado de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(72.860)	(72.860)
Opções Outorgadas Reconhecidas	–	–	–	5.161	–	–	–	–	–	–	–	5.161
Ações em Tesouraria Alienadas/Cedidas	–	3.466	–	–	–	–	–	(84)	–	–	–	3.382
Outras transações	–	–	–	–	(129)	–	–	298	–	–	–	169
Realização do ajuste de avaliação patrimonial - mais valia em ativos, líquido de efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	–	8	(8)	–	–
Realização do ajuste de avaliação patrimonial - mais valia em ativos em controladas, líquido de efeitos tributários	–	–	–	–	–	–	–	–	457	(457)	–	–
Destinação do Lucro:	–	–	–	–	–	**16.018**	**883**	**804**	**(18.138)**	–	–	**(433)**
Reserva Legal	–	–	–	–	–	–	883	–	(883)	–	–	–
Reserva para incentivos fiscais	–	–	–	–	–	16.018	–	–	(16.018)	–	–	–
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	–	–	(433)	–	–	(433)
Reserva Estatutária	–	–	–	–	–	–	–	804	(804)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**548.101**	**(1.300)**	**9.880**	**37.518**	**(45.876)**	**134.508**	**53.417**	**266.735**	**–**	**43.025**	**201.445**	**1.247.453**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**45.439**	78.960	**22.613**	90.088
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	**53.768**	43.615	**30.143**	25.175
Custo do ativo permanentemente baixado	**3.999**	3.882	**2.504**	1.038
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	**8.550**	4.218	**5.526**	4.987
Provisão para riscos judiciais	**(14.194)**	(8.316)	**(26.573)**	(11.852)
Provisão para garantias	**(2.353)**	189	**(1.535)**	(413)
Provisão para perda de estoques	**2.349**	(518)	**(60)**	(1.400)
Equivalência patrimonial	**(3.783)**	(3.797)	**85.133**	2.244
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	**(56.054)**	125.528	**(56.054)**	120.880
Provisão de juros sobre empréstimos e financiamentos	**63.657**	54.310	**53.972**	51.809
Outros itens que não afetam o caixa incluídos no lucro	**3.005**	(6.841)	**–**	–
Valor justo de propriedade para investimento	**–**	5.643	**–**	–
Instrumentos financeiros derivativos	**3.552**	–	**3.552**	–
Pagamento baseado em ações	**8.542**	12.230	**8.542**	12.230
Provisão para impairment de ativo mantido para venda	**–**	–	**–**	–
Caixa líquido das operações descontinuadas	**–**	–	**–**	–
	116.477	309.103	**127.763**	294.786
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução de estoques	**(63.357)**	4.796	**(248)**	12.115
(Aumento) redução de contas a receber de clientes	**27.833**	(51.393)	**(4.432)**	(96.799)
(Aumento) redução de outras contas a receber	**32.374**	(100.228)	**26.920**	(100.771)
(Redução) aumento em fornecedores	**(34.551)**	23.125	**(25.894)**	17.703
(Redução) aumento de contas a pagar	**(19.877)**	60.152	**30.717**	62.051
Ativos e passivos para venda	**–**	–	**–**	–
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	**(45.960)**	(21.398)	**(39.243)**	(12.421)
	(103.538)	(84.946)	**(12.180)**	(118.122)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**12.939**	224.157	**115.583**	176.664
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Crédito de empresas ligadas	**(671)**	(6.261)	**(28.790)**	(27.005)
Investimentos	**–**	–	**–**	–
Imobilizado	**(66.897)**	(99.875)	**(28.723)**	(51.378)
Intangível	**(26.541)**	(28.365)	**(16.515)**	(13.061)
Aplicações financeiras	**(90.553)**	(56.260)	**(100.496)**	(40.798)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(184.662)**	(190.761)	**(174.524)**	(132.242)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Pagamento Juros s/ Capital Próprio e Dividendos	**(25.639)**	(38.317)	**(25.639)**	(38.317)
Empréstimos tomados	**1.815.030**	2.193.928	**529.785**	566.856
Pagamento de empréstimos e financiamentos	**(1.595.674)**	(2.107.354)	**(441.631)**	(491.257)
Juros pagos	**(67.202)**	(47.850)	**(57.283)**	(45.183)
Mútuos financeiros	**23**	169	**236**	(3.350)
Ações em tesouraria	**–**	(4.446)	**–**	(4.446)
Fluxo de caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**126.538**	(3.870)	**5.468**	(15.697)
Variação cambial s/caixa e equivalentes	**118**	(274)	**–**	–
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	**(45.067)**	29.252	**(53.473)**	28.725
Demonstração da variação de caixa e equivalentes				
No início do exercício	**112.614**	83.362	**102.739**	74.014
No final do exercício	**67.547**	112.614	**49.266**	102.739
(Redução) aumento em caixa e equivalentes	**(45.067)**	29.252	**(53.473)**	28.725

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	**1.723.363**	1.836.752	**922.084**	1.020.694
Outras receitas	**61.304**	68.603	**54.029**	64.424
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(8.550)**	(4.218)	**(5.526)**	(4.987)
	1.776.117	1.901.137	**970.587**	1.080.131
Insumos adquiridos de terceiros, incluindo os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS				
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	**(671.790)**	(795.191)	**(270.449)**	(279.099)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(488.366)**	(430.160)	**(226.447)**	(200.302)
	(1.160.156)	(1.225.351)	**(496.896)**	(479.401)
Valor adicionado bruto	**615.961**	675.786	**473.691**	600.730
Depreciação e amortização	**(53.768)**	(43.615)	**(30.143)**	(25.175)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	**562.193**	632.171	**443.548**	575.555
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	**3.783**	3.797	**(85.133)**	(2.244)
Receitas financeiras	**167.854**	127.430	**166.418**	123.750
	171.637	131.227	**81.285**	121.506
Total do valor adicionado a distribuir	**733.830**	763.398	**524.833**	697.061
Distribuição do valor adicionado				
Colaboradores				
Remuneração direta	**156.670**	163.869	**136.146**	145.228
Benefícios	**33.812**	34.031	**25.778**	28.221
FGTS	**10.668**	11.096	**9.088**	9.625
	201.150	208.996	**171.012**	183.074
Governos				
Federais	**287.405**	167.081	**141.410**	153.035
Estaduais	**47.310**	47.789	**30.993**	30.556
Municipais	**995**	866	**323**	252
	335.710	215.736	**172.726**	183.843
Financiadores				
Juros	**174.527**	257.425	**159.422**	249.592
Aluguéis	**4.770**	4.649	**4.000**	3.960
	179.297	262.074	**163.422**	253.552
Remuneração de capitais próprios				
Lucros distribuídos	**–**	–	**–**	–
Lucros (prejuízos) retidos, líquido da realização de ajustes de avaliação patrimonial	**17.673**	76.592	**17.673**	76.592
	17.673	76.592	**17.673**	76.592
	733.830	763.398	**524.833**	697.061

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2025
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

1. Contexto operacional: A Taurus Armas S.A. ("Companhia"), sediada em São Leopoldo, na Avenida São Borja, 2181 - RS, foi constituída em 17 de novembro de 1939. Companhia brasileira de capital aberto desde 1982, e desde 2011 listada no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 (símbolos de negociação são TASA3, TASA4). Sua controladora e holding é a BYK Participações S.A., que por sua vez é controlada pela CBC AMMO LLC, localizada em Delaware, Estados Unidos da América. A Companhia atua nos segmentos de Armas e Acessórios, Capacetes e Acessórios e M.I.M. ("Metal Injection Molding"). Possui três plantas industriais, sendo duas situadas no Brasil, no Estado do Rio Grande do Sul e no Paraná e outra em Bainbridge, no Estado da Geórgia nos Estados Unidos. A Taurus é credenciada como EED - Empresa Estratégica de Defesa e, desta forma, está habilitada a fornecer produtos para as Forças Armadas do Brasil. Suas vendas no Brasil estão direcionadas para polícias estaduais, federais, civis e militares, além do mercado civil. No exterior, além de distribuir produtos das marcas TAURUS e ROSSI produzidos no Brasil, a unidade de Bainbridge fabrica modelos de pistolas TAURUS e revólveres HERITAGE. As vendas para os Estados Unidos atendem, principalmente, o mercado civil americano e órgãos governamentais nas demais regiões. **Tarifa de importação imposta pelo Governo dos Estados Unidos sobre produtos brasileiros:** Em 9 de julho de 2025, o Governo dos Estados Unidos oficializou a imposição de uma tarifa de 50% sobre a importação de armas e munições de origem brasileira, com vigência a partir de 6 de agosto de 2025. Diante desse cenário, a administração da Taurus Armas S.A. - empresa multinacional com operação industrial no Brasil há 85 anos e nos Estados Unidos há 43 anos - adotou uma postura estratégica e proativa, com foco na preservação da continuidade operacional, mitigação dos impactos financeiros e manutenção da competitividade no mercado norte-americano. As principais ações implementadas e seus respectivos efeitos foram: **1. Reforço preventivo de estoques nos Estados Unidos,** por meio da internalização antecipada de produtos antes da entrada em vigor da nova tarifa, assegurando autonomia operacional por alguns meses e reduzindo a exposição imediata à incidência tarifária; **2. Revisão dos preços de transferência** dos produtos exportados do Brasil para os Estados Unidos, com o objetivo de mitigar a incidência da tarifa sobre as margens de rentabilidade, respeitando os limites regulatórios e critérios de mercado aplicáveis; **3. Transferência de dispositivos e linhas de montagem para a operação industrial nos Estados Unidos,** com destaque para a migração das linhas da família de pistolas G. Conforme previamente comunicado ao mercado, a Companhia passou a enviar kits de componentes para montagem local, em substituição à exportação de produtos acabados. Durante o terceiro trimestre de 2025, foi concluída a transferência da linha de pistolas da família G, e, na sequência, avançou o processo de migração das linhas de montagem de revólveres, reduzindo significativamente a exposição às tarifas incidentes sobre produtos brasileiros; **4. Negociações com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul para monetização de créditos de ICMS,** visando ao reforço do fluxo de caixa. Em 28 de agosto de 2025, foi firmado o Termo de Acordo TSC 007/25, que autorizou a cessão de saldos credores acumulados de ICMS, limitada a R$ 3 milhões mensais, no período de 1º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia havia cedido R$ 3,8 milhões, com deságio médio de 3,5%; **5. Tratativas junto ao BNDES no âmbito do Plano Brasil Soberano,** com foco no acesso a linhas de crédito e potenciais incentivos destinados a empresas exportadoras. Como resultado dessas tratativas, a Companhia captou aproximadamente R$ 150 milhões, destinados a sustentar investimentos estratégicos e atender às necessidades de capital de giro durante o período de vigência da medida tarifária. **6. Contratação de assessorias especializadas nos Estados Unidos,** incluindo a Ballard Partners, para atuação institucional junto ao governo norte-americano, destacando o fato de a Companhia possuir operação industrial local e planos de ampliação da produção naquele país. Adicionalmente, a atuação por meio de associações setoriais reforçou os argumentos relacionados ao impacto das tarifas sobre o consumidor norte-americano e ao contexto constitucional da Segunda Emenda. Paralelamente às medidas operacionais e financeiras, a Companhia manteve engajamento ativo em tratativas diplomáticas e institucionais, considerando sua relevância no mercado norte-americano, no qual a Taurus USA figura como a maior importadora de armas, em um ambiente onde aproximadamente 40% a 50% do consumo é suprido por produtos importados. **Evento Subsequente**: Em fevereiro de 2026, a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou ilegal a estrutura tarifária anteriormente imposta, resultando na substituição da tarifa de 50% por uma tarifa linear temporária de 10%, aplicada de forma uniforme a todos os países, com exceções pontuais para determinados produtos. A nova tarifa entrou em vigor em 24 de fevereiro de 2026, caracterizando o evento como fato subsequente às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, nos termos da norma contábil aplicável. A medida contribuiu para o restabelecimento de condições mais equilibradas de competição no mercado norte-americano e possui validade inicial de 150 dias, estando ainda sujeita a definições futuras no âmbito do Congresso dos Estados Unidos quanto à sua eventual renovação. A Administração da Companhia conclui que, embora a imposição temporária das tarifas tenha representado um desafio relevante, as medidas adotadas permitiram mitigar seus impactos financeiros e operacionais, além de contribuir para o aumento da resiliência da estrutura produtiva e comercial da Companhia no médio e longo prazo. **2. Apresentação das demonstrações financeiras: 2.1. Base de elaboração:** a) Declaração de conformidade: As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações, e estão identificadas como "Controladora" e "Consolidado", respectivamente. As Demonstrações Financeiras Anuais, Individuais e Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pela reavaliação de determinadas propriedades para investimento e instrumentos financeiros mensurados aos seus valores reavaliados ou seus valores justos no final de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidas é determinado nessa base, exceto quando requerido de forma distinta por outro pronunciamento contábil. As Demonstrações Financeiras Anuais, Individuais e Consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios. b) Declaração da Administração: A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 23 de março de 2025. **2.2. Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das entidades controladas pela Companhia (suas controladas) elaboradas até o exercício findo em 31 de dezembro e seus respectivos exercícios comparativos. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida; • Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas no resultado a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada. Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda da alienação reconhecido no resultado é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo da consideração recebida e do valor justo da participação residual e (ii) o valor contábil anterior dos ativos (incluindo ágio), deduzido dos passivos da controlada e das participações de não controladores. Abaixo listamos as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Empresa	País	Participação Societária 2025	2024
Taurus Armas S.A.	**Brasil**		
Taurus Holdings, Inc. (**)	Estados Unidos	**100,00%**	**100,00%**
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	Brasil	**100,00%**	**100,00%**
T. Investments Co. Inc.	Panamá	**100,00%**	**100,00%**
AMTT Taurus Comercio Varejista Ltda.	Brasil	**100,00%**	**100,00%**
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	**Brasil**	**100,00%**	**100,00%**
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (*)	Brasil	**100,00%**	**100,00%**
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda. (*)	Brasil	**100,00%**	**100,00%**

(*) As participações apresentadas representam o percentual detido pela Companhia, direta e indiretamente, no capital das controladas. (**) A Taurus Holdings, Inc. detém 100% de participação nas controladas Taurus International Manufacturing, Inc, Heritage Manufacturing, Inc. e Braztech International, L.C., Inc. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado segue a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte: • Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas; • Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; • Saldos de receitas e despesas e fluxos de caixa decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas; e Ganhos não realizados em transações com empresas investidas, reconhecidos por equivalência patrimonial, na proporção da participação da Companhia. Da mesma forma, prejuízos não realizados também são eliminados, exceto quando existem evidências de perda por *impairment* (redução ao valor recuperável do ativo). **2.3. Investimento em joint ventures:** Uma joint venture é um acordo conjunto através do qual as partes que detêm controle conjunto do acordo possuem direitos sobre os ativos líquidos do acordo conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento contratualmente acordado de controle de um acordo, aplicável somente quando as decisões sobre as atividades relevantes requerem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle. Os resultados e os ativos e passivos de joint ventures são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a CPC 31/IFRS 5 "Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada". De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma joint venture é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da joint venture. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma joint venture ultrapassa a participação da Companhia nessa joint venture (que inclui quaisquer participações de longo prazo que, em essência, formam parte do investimento líquido da Companhia na joint venture), a Companhia deixa de reconhecer sua participação em perdas adicionais. As perdas adicionais são reconhecidas somente na medida em que a Companhia incorreu em obrigações legais ou presumidas ou efetuou pagamentos em nome da joint venture. Um investimento em uma joint venture é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial a partir da data em que a investida se torna uma joint venture. Na aquisição do investimento em uma joint venture, qualquer excedente do custo do investimento sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida é reconhecido como ágio, que é incluído no valor contábil do investimento. Qualquer excedente da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis sobre o custo do investimento, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do período em que o investimento é adquirido. As exigências da IAS 36/CPC 01 (R1) - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" são aplicadas para determinar a necessidade de reconhecer qualquer perda por redução ao valor recuperável relacionada ao investimento da Companhia em uma joint venture. Quando necessário, o valor contábil total do investimento (incluindo ágio) é submetido ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com a IAS 36 como um único ativo comparando seu valor recuperável (que é o maior entre o valor em uso e o valor justo deduzido do custo da alienação) com seu valor contábil. As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas não são alocadas a qualquer ativo, incluindo o ágio que faz parte do valor contábil do investimento. Qualquer reversão dessa perda por redução ao valor recuperável é reconhecida de acordo com a IAS 36 na extensão em que o valor recuperável do investimento aumenta posteriormente. **2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e suas controladas sediadas no Brasil, visto que é a moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera e que gera entradas e saídas de caixa. A moeda funcional da controlada Taurus Holdings, Inc., sediada nos Estados Unidos da América, e da controlada T. Investments Co. Inc., sediada no Panamá, é o Dólar Americano, e seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço e seus resultados são convertidos pela taxa de câmbio média mensal a menos que as taxas de câmbio flutuem significativamente durante o exercício; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio na data da transação. As diferenças cambiais resultantes do processo de conversão da controlada no exterior são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional de cada empresa utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Os itens não monetários mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira não são novamente convertidos. **3. Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas sobre estimativas:** Na aplicação das políticas contábeis, a Administração deve exercer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais informações objetivas não são facilmente obtidas de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais desses valores contábeis podem diferir dessas estimativas. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as informações sobre incertezas, premissas e estimativas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 9 - Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa), 10 - Estoques (perdas estimadas em estoques), 13 - Imposto de renda e contribuição social, 16 - Propriedades para Investimento (valor justo), 17 - Imobilizado (*impairment*), 18 - Intangível (*impairment*), 23 - Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários. A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis efetuados pela Companhia durante o processo de aplicação das políticas contábeis e que afetam mais significativamente os valores reportados nas demonstrações financeiras. **Clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa):** As vendas para clientes finais são realizadas substancialmente por cartão de crédito, a Companhia tem a opção de antecipar sem risco de inadimplência, pois os contratos com a operadora possuem condição contratual de não regresso. As vendas que não se referem a clientes finais são efetuadas principalmente à parte relacionada CBC Brasil Comércio e Distribuição, subsidiária da controladora da Taurus, a Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC, e em virtude da natureza dessa operação, histórico, bem como a saúde financeira da parte relacionada, a administração não estima inadimplência nos saldos a receber decorrente dessas vendas. A Administração considera que a provisão constituída é adequada para refletir as perdas de crédito estimadas com clientes na data das demonstrações financeiras. **Estoques (perdas estimadas de estoques):** A Companhia avaliou os seus estoques a fim de identificar itens com baixo giro ou com outras características que indiquem que o custo dos mesmos não é mais recuperável. A Administração considera que a provisão constituída é adequada para refletir o valor realizável líquido de seus estoques na data das demonstrações financeiras. **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia, através de estudos econômicos projetados com o auxílio de consultoria técnica especializada, realizados no mínimo anualmente, bem como demais análises internas e externas, demonstra a capacidade de geração de lucro tributável para realização do imposto de renda e contribuição social diferido registrados na data das demonstrações financeiras. Os valores para os quais a Administração considera não haver expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis para realização estão demonstrados na nota explicativa n°13. **Imobilizado e Intangível (*impairment*):** A Companhia, através de estudos econômicos projetados com o auxílio de uma consultoria técnica especializada, realizados no mínimo anualmente, bem como demais análises internas e externas, demonstra a capacidade de geração de caixa através de seus ativos, não indicando ajustes de *impairment* necessários. **Propriedade para investimento:** As propriedades para investimento estão mensuradas ao valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração trabalha em conjunto com avaliadores externos qualificados para estabelecer as técnicas de avaliação e informações adequadas ao modelo para determinação do valor justo desses ativos a cada período de reporte das demonstrações financeiras. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários:** A Companhia gerência seus riscos, com adequadas avaliações técnicas efetuadas com o auxílio de seus assessores jurídicos, que propiciam a constituição de provisões, em montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir os riscos com estimativa de perda provável na data das demonstrações financeiras. *(i) Mensuração do valor justo:* Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu controles relacionados à mensuração de valor justo que contempla a avaliação periódica dos dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia utiliza o Nível 2 de informações para mensuração do valor justo. **4. Principais políticas contábeis:** As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração dessas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 são consistentes com as práticas contábeis e os métodos de cálculo adotadas na preparação das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os valores descritos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS emitidas pelo IASB não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. Essa demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras anuais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. a) Instrumentos financeiros - política contábil geral: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao, ou deduzidos do, valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. *(i) Instrumentos financeiros derivativos:* Todos os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo na data de contratação e subsequentemente a cada data de balanço, com as variações reconhecidas integralmente no resultado do período. Ainda que utilizados para fins de gestão de risco, tais instrumentos não são formalmente designados como operações de hedge, nos termos do CPC 48, não sendo aplicada contabilidade de hedge pela Companhia. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui operações de swap cambial vinculadas a empréstimos contratados em reais, cujo objetivo é mitigar a exposição à variação cambial do dólar. Quando o valor justo do swap é favorável à Companhia, este é apresentado como ativo financeiro derivativo e quando o efeito é desfavorável é apresentado como passivo financeiro derivativo. *(ii) Ativos financeiros não derivativos Ativos financeiros não derivativos:* Todas as compras ou vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas na data de negociação. As compras ou vendas regulares correspondem a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os ativos financeiros mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizam o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado; e aplicações financeiras e contas vinculadas, contas a receber de clientes, créditos com pessoas ligadas e outras contas a receber, classificados e mensurados ao custo amortizado. Baixa de ativos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. Na baixa de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contraprestação recebida e a receber é reconhecida no resultado. *(iii) Passivos financeiros não derivativos:* Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos e fornecedores, todos classificados e mensurados ao custo amortizado. Baixa de passivo financeiro: A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. Por política contábil, a Companhia adota a classificação dos juros pagos como atividade de financiamento, de forma consistente em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. *(iv) Redução ao valor recuperável (impairment):* A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre os valores a receber de clientes e outras contas a receber. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável, conforme descrito na nota explicativa 5.1. b) Novas normas, interpretações e revisões de normas vigentes: Apresentamos a seguir as normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e as normas que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 e que poderão ser aplicáveis para o negócio da Companhia. Normas Vigentes: ***(i)* Emenda CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis Subsidiárias sem Responsabilidade Pública.** As modificações implementadas exigem que as empresas apliquem uma abordagem consistente ao avaliar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda e, quando não puder, determinar a taxa de câmbio a ser usada e as divulgações a serem fornecidas. Avaliamos a norma e não identificamos impactos da emenda. ***(ii)* ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.** A Resolução CVM nº 212/2024 realizou algumas correções de redação e referência no ICPC 09 com o objetivo de alinhar a redação da referida norma com a do CPC 18 (R3), a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores à sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Avaliamos a norma e não temos impactos da resolução.

Normas Não Vigentes: ***(i)* IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima.** A IFRS S1 estabelece requisitos gerais para divulgações financeiras relacionadas a sustentabilidade, com o objetivo de que a entidade divulgue informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que sejam úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Já a IFRS S2 estabelece os requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima que sejam úteis para os usuários das demonstrações financeiras. Ambas as normas serão efetivas para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo que, no primeiro período do relatório anual em que uma entidade as aplicar, a entidade tem permissão para divulgar informações apenas sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima (de acordo com IFRS S2). Em conformidade com a Resolução CVM 193/23, as companhias abertas no Brasil, podem adotar as referidas normas em caráter voluntário a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, sendo a adoção obrigatória para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. Na data de elaboração destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração permanece analisando a oportunidade de adoção dos pronunciamentos mencionados, os quais continuam em período de aplicação voluntária conforme disposto na Resolução CVM nº 193/23. A Administração avalia que a futura adoção deverá resultar principalmente em alterações de natureza qualitativa nas divulgações das informações financeiras, cujos potenciais efeitos estão ainda sendo analisados. ***(ii)* Norma CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras.** O IFRS 18 substituirá a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, estabelecendo novos requisitos para a apresentação e divulgação das informações nas demonstrações financeiras, com o objetivo de melhorar a comparabilidade, transparência e utilidade das informações para os usuários. A principal mudança introduzida pela norma refere-se à estrutura da demonstração do resultado, que passará a exigir a classificação das receitas e despesas em categorias definidas (operacionais, de investimento e de financiamento), bem como a divulgação aprimorada de subtotais, incluindo o resultado operacional. Adicionalmente, o IFRS 18 traz orientações mais claras sobre agregação e desagregação de informações, bem como sobre a divulgação de medidas gerenciais de desempenho. A norma será efetiva para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Na data dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração está avaliando os impactos potenciais da adoção do IFRS 18, especialmente no que se refere à apresentação da demonstração do resultado e às divulgações adicionais requeridas. A Companhia não espera impactos relevantes nos valores reconhecidos, mas haverá alterações na forma de apresentação e no nível de detalhamento das informações divulgadas. c) Plano de pagamento baseado em ações: ***(i)* Plano de ações (Stock Grant)** A Companhia mantém planos de remuneração baseada em ações classificados como pagamento baseado em ações liquidado com instrumentos patrimoniais, nos termos do CPC 10/IFRS 2. As outorgas de ações a administradores são mensuradas ao valor justo na data da outorga, o qual é reconhecido como despesa no resultado do período, de forma linear (pro rata temporis), ao longo do período de aquisição dos direitos ("vesting period"), com contrapartida registrada no patrimônio líquido. O reconhecimento da despesa considera apenas as condições de serviço, sendo revistas, quando aplicável, as estimativas relacionadas à permanência dos beneficiários até a aquisição dos direitos. Condições não relacionadas ao serviço não são refletidas no reconhecimento da despesa. As ações outorgadas, quando efetivamente adquiridas pelos beneficiários, são reconhecidas no patrimônio líquido, não havendo reversão da despesa previamente reconhecida em caso de valorização ou desvalorização das ações após a data da outorga. Informações adicionais sobre os planos vigentes, condições de aquisição, quantidade de ações outorgadas e valores reconhecidos no resultado encontram-se detalhadas na Nota Explicativa 27. d) Arrendamentos: A Companhia, através da sua controlada Taurus Holdings, Inc. (EUA) reconhece os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos de direito de uso conforme acordo com a Autoridade de Desenvolvimento do Estado da Geórgia, nos Estados Unidos onde está localizada a fábrica da Taurus. Vide maiores detalhes sobre essa operação na nota explicativa 17. A Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato e realiza essa avaliação de acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2). A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso inclui a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. A Companhia segrega o valor de caixa pago em principal e juros (ambos apresentados em atividades de financiamento) na demonstração dos fluxos de caixa. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa incremental de captação. As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Companhia. O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. De acordo com a IFRS 16/CPC 06 (R2), os ativos de direito de uso são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 01. Para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor, a Companhia optou por reconhecer uma despesa de arrendamento pelo método linear, conforme previsto na IFRS 16/CPC 06 (R2). e) Alteração de Segmentos Operacionais: A Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. passou por uma mudança estratégica em seu modelo de atuação, pela qual direcionou majoritariamente sua produção para fornecimento ao segmento de Armas, em especial à Taurus Armas. Até então, a Companhia era classificada no segmento "Outros". Em razão dessa mudança estratégica, a Polimetal passou a ser enquadrada no segmento "Armas" para fins de divulgação por segmentos operacionais. Em conformidade com o CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8), parágrafo 29, que tem como objetivo assegurar a comparabilidade das informações, os saldos referentes ao exercício de 2024 apresentados na Nota Explicativa de Segmentos Operacionais foram reclassificados e reapresentados, refletindo a nova segmentação adotada pela Companhia. Essa reclassificação não impactou o resultado líquido da Companhia conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2024		Ajuste		31/12/2024 - Reapresentado	
	Armas	Outros	Armas	Outros	Armas	Outros
Receitas externas	**1.521.795**	**15.617**	**11.877**	**(11.877)**	**1.533.672**	**3.740**
Custos das vendas	**(993.280)**	**(13.129)**	**(11.183)**	**11.183**	**(1.004.463)**	**(1.946)**
Lucro (prejuízo) bruto	**528.515**	**2.488**	**694**	**(694)**	**529.209**	**1.794**
Despesas com vendas	**(175.136)**	**(2.370)**	**(759)**	**759**	**(175.895)**	**(1.611)**
Despesa gerais e administrativas	**(182.947)**	**(3.624)**	**(356)**	**356**	**(183.303)**	**(3.268)**
Depreciação e amortização	**(21.467)**	**(3.308)**	**(1)**	**1**	**(21.468)**	**(3.307)**
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**51.688**	**(2.874)**	**–**	**–**	**51.688**	**(2.874)**
Resultado de equivalência patrimonial	**2.999**	**798**	**798**	**(798)**	**3.797**	**–**
	(324.863)	**(11.378)**	**(318)**	**318**	**(325.181)**	**(11.060)**
Lucro (prejuízo) operacional	**203.652**	**(8.890)**	**376**	**(376)**	**204.028**	**(9.266)**
Receitas financeiras	**121.645**	**1.323**	**1.262**	**(1.262)**	**122.907**	**61**
Despesas financeiras	**(255.034)**	**(1.618)**	**(1.119)**	**1.119**	**(256.153)**	**(499)**
Resultado financeiro líquido	**(133.389)**	**(295)**	**143**	**(143)**	**(133.246)**	**(438)**
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**70.263**	**(9.185)**	**519**	**(519)**	**70.782**	**(9.704)**
Imposto de renda e da contribuição social	**(1.445)**	**5.422**	**6.538**	**(6.538)**	**5.093**	**(1.116)**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**68.818**	**(3.763)**	**7.057**	**(7.057)**	**75.875**	**(10.820)**
Ativos dos segmentos divulgáveis	**2.233.602**	**280.761**	**78.983**	**(78.983)**	**2.312.585**	**201.778**
Passivos dos segmentos divulgáveis	**1.278.259**	**27.838**	**11.763**	**(11.763)**	**1.290.022**	**16.075**

5. Gerenciamento de risco financeiro: As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **5.1 Risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade de perdas financeiras para a Companhia decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais por parte de clientes ou contrapartes em instrumentos financeiros. Esse risco está principalmente relacionado aos recebíveis de clientes e aos títulos de investimento. No caso de instituições financeiras, a Companhia e suas controladas realizam operações exclusivamente com instituições previamente aprovadas pela Administração. **Contas a receber de clientes e outros créditos:** A Companhia e suas controladas adotam procedimentos para avaliação da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, estabelecendo limites de crédito e monitorando continuamente os saldos em aberto. A receita da Companhia apresenta concentração de vendas com partes relacionadas, como Taurus International Manufacturing INC, Braztech International LC, Heritage Manufacturing INC e Companhia Brasileira de Cartuchos - CBC, não havendo concentração relevante de risco de crédito com outros clientes. Para avaliação do risco de crédito e definição de limites, os clientes são classificados conforme suas características: Pessoa Física, Pessoa Jurídica, Órgão Público ou Mercado Externo. As aprovações de crédito são realizadas individualmente e incluem avaliações externas, consultas a birôs de crédito, histórico de relacionamento e pontualidade nos pagamentos. Para clientes do Mercado Externo, também podem ser consideradas informações de órgãos reguladores, como OFAC e GAFI, além de referências bancárias. No caso de Pessoas Jurídicas, os limites de crédito são definidos individualmente ou por grupo econômico, representando o valor máximo de exposição junto a Companhia, sem exigir nova análise. Esses limites são revisados periodicamente. Clientes que falharem em cumprir com o crédito estabelecido pela Companhia só poderão realizar novas operações após a quitação dos débitos pendentes. Para Órgãos Públicos, a Administração da Companhia avalia a capacidade de pagamento e os requisitos licitatórios aplicáveis para a realização da venda. Para as vendas destinadas a Pessoas Físicas, a Companhia possui condição de antecipação de parte do valor da venda na intenção de compra. A emissão da nota fiscal e a entrega do produto ocorrem somente após a verificação da regularidade do pagamento.

Exposição a riscos de crédito: A exposição máxima do risco de crédito em 31 de dezembro de 2025 foi:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	**67.547**	112.614	**49.266**	102.739
Recebíveis de clientes	**247.187**	297.108	**163.610**	164.704
Aplicações financeiras	**267.790**	177.237	**237.290**	136.794
Depósitos Judiciais	**60.968**	62.451	**60.563**	61.175
Outras contas a receber	**17.661**	20.941	**89.318**	55.368
Total	**661.153**	670.351	**600.047**	520.780

Os saldos de clientes acima estão apresentados considerando a perda estimada (ver nota explicativa 9). A exposição máxima ao risco de crédito para recebíveis de clientes por região geográfica foi:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Doméstico - recebíveis de clientes	**96.072**	108.334	**76.519**	83.050
Estados Unidos - recebíveis de clientes	**143.118**	178.295	**66.848**	61.595
Outros Países	**38.853**	34.523	**38.259**	33.898
Total	**278.043**	321.152	**181.626**	178.543

A exposição máxima ao risco de crédito na data das Demonstrações Financeiras por tipo de contraparte foi:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes - órgãos públicos	**7.649**	13.801	**7.643**	13.801
Clientes - distribuidores	**42.057**	41.661	**42.057**	41.661
Clientes - Partes relacionadas	**21.878**	39.120	**48.882**	87.518
Clientes finais	**206.459**	226.570	**83.044**	35.563
Total	**278.043**	321.152	**181.626**	178.543

Os saldos de clientes acima estão apresentados sem considerar a perda estimada (ver nota explicativa 9). ***Provisão para perdas esperadas:*** Em conformidade com a norma CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, a provisão para perdas esperadas leva em consideração indicador interno de avaliação de risco, que captura o comportamento do cliente e as incertezas do contexto macroeconômico. Em 31 de dezembro de 2025 os vencimentos da carteira de clientes e da provisão para perdas esperadas estão apresentados da seguinte forma:

Consolidado	31/12/2025			31/12/2024		
	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
Não vencidos	**213.550**	**(3.095)**	**1,4%**	**210.153**	**(4.211)**	**2,0%**
Vencidos há 0-30 dias	**13.509**	**(854)**	**6,3%**	**33.023**	**(920)**	**2,8%**
Vencidos há 31-60 dias	**12.154**	**(1.750)**	**14,4%**	**31.330**	**(1.133)**	**3,6%**
Vencidos há 61-90 dias	**4.801**	**(389)**	**8,1%**	**17.648**	**(216)**	**1,2%**
Vencidos há 91-180 dias	**6.358**	**(772)**	**12,1%**	**3.120**	**(388)**	**12,4%**
Vencidos há 181-360 dias	**3.701**	**(551)**	**14,9%**	**3.939**	**(895)**	**22,7%**
Vencidos há mais de um ano	**23.970**	**(23.445)**	**97,8%**	**21.940**	**(16.281)**	**74,2%**
Total	**278.043**	(30.856)	**–**	**321.152**	(24.044)	**–**

Controladora	31/12/2025			31/12/2024		
	Carteira	Provisão	% Cobertura	Carteira	Provisão	% Cobertura
Não vencidos	**116.338**	**(2.245)**	**1,9%**	**68.710**	**(2.898)**	**4,2%**
Vencidos há 0-30 dias	**31.502**	**(805)**	**2,6%**	**64.868**	**(754)**	**1,2%**
Vencidos há 31-60 dias	**11.446**	**(1.729)**	**15,1%**	**13.785**	**(945)**	**6,9%**
Vencidos há 61-90 dias	**2.304**	**(364)**	**15,8%**	**15.235**	**(183)**	**1,2%**
Vencidos há 91-180 dias	**3.447**	**(737)**	**21,4%**	**1.665**	**(357)**	**21,4%**
Vencidos há 181-360 dias	**2.157**	**(526)**	**24,4%**	**2.879**	**(884)**	**30,7%**
Vencidos há mais de um ano	**14.432**	**(11.610)**	**80,4%**	**11.401**	**(7.818)**	**68,6%**
Total	**181.626**	(18.016)	**–**	**178.543**	(13.839)	**–**

Instrumentos Financeiros: A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos e passivos financeiros não derivativos no momento do seu reconhecimento inicial, de acordo com os critérios presentes no IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros, quanto às características de fluxos de caixa e do modelo de negócio da Companhia na gestão dos ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são mensurados de acordo com sua natureza e finalidade.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo amortizado - Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	**67.547**	112.614	**49.266**	102.739
Recebíveis de clientes	**247.187**	297.108	**163.610**	164.704
Aplicações financeiras	**267.790**	177.237	**237.290**	136.794
Depósitos Judiciais	**60.968**	62.451	**60.563**	61.175
Outras contas a receber com partes relacionadas	**17.661**	20.941	**89.318**	55.368
Total	**661.153**	670.351	**600.047**	520.780
Custo amortizado - Passivo				
Fornecedores	**114.548**	161.430	**55.698**	81.592
Empréstimos e financiamentos	**480.237**	193.587	**310.269**	154.823
Adiantamentos de câmbio	**427.058**	553.951	**427.058**	553.951
Débitos com outras partes relacionadas	**2.390**	2.154	**2.390**	2.154
Valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos financeiros derivativos	**3.552**	–	**3.552**	–
Total	**1.027.785**	911.122	**798.967**	792.520

5.2 Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Companhia e suas controladas monitoram suas exigências de fluxo de caixa operacional, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. A seguir, estão apresentados os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

Consolidado 31/12/2025	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	114.548	114.548	113.327	1.221	–	–
Empréstimos e financiamentos	480.237	574.278	261.741	104.220	135.512	72.805
Adiantamentos de câmbio	427.058	463.463	463.463	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (passivos)	3.552	3.552	3.552	–	–	–
	1.025.395	**1.155.841**	**842.083**	**105.441**	**135.512**	**72.805**

Controladora 31/12/2025	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	1-2 anos	2-5 anos	Acima de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Fornecedores	55.698	55.698	54.477	1.221	–	–
Empréstimos e financiamentos	310.269	394.695	82.158	104.220	135.512	72.805
Adiantamentos de câmbio	427.058	463.463	463.463	–	–	–
Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos derivativos (passivos)	3.552	3.552	3.552	–	–	–
	796.577	**917.408**	**603.650**	**105.441**	**135.512**	**72.805**

5.3 Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, afetam os resultados da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia e suas controladas gerenciam os riscos de mercado seguindo políticas estabelecidas pela Administração. (i) Risco de moeda (cambial): A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia.

Análise de sensibilidade do câmbio: Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. Abaixo demonstramos a exposição líquida e a análise de sensibilidade relacionada aos instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira. Essa análise considera uma variação de 25% e 50% nas projeções de cotação futura das moedas nos vencimentos dos instrumentos, conforme divulgado pelo boletim Focus do Banco Central. Essas variações representam a avaliação da administração sobre a mudança razoavelmente possível na taxa de câmbio projetada.

Moedas e índices		Taxa projetada	Variação de +/- 25%	Variação de +/- 50%
Dólar norte americano	Baixa	**5,4400**	4,0800	2,7200
Dólar norte americano	Alta	**5,4400**	6,8000	8,1600

A taxa corrente do US$ utilizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 5,5024.

Consolidado	31/12/2025 US$	31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
Ativo			
Contas a receber	**29.319**	**161.327**	212.819
Mútuos	**2.181**	**12.002**	11.722
Total do ativo	**31.501**	**173.329**	224.541
Passivo			
Fornecedores	**(9.623)**	**(52.951)**	(73.046)
Empréstimos e financiamentos	**(30.890)**	**(169.968)**	(38.764)
Adiantamento de câmbio	**(77.613)**	**(427.058)**	(553.951)
Total do passivo	**(118.126)**	**(649.977)**	(665.761)
Exposição líquida	**(86.625)**	**(476.648)**	(441.220)

Consolidado	Operações no Brasil - Em Dólar	Operações nos USA - Em Dólar	Saldo em 2025 - em Dólar	Variação de +/- 25% - Em R$	Variação de +/- 50% - Em R$
Ativo					
Contas a receber	11.834	17.486	**29.319**	(41.704)	(81.578)
Mútuos	2.181	–	**2.181**	(3.103)	(6.069)
Total do ativo	**14.015**	**17.486**	**31.501**	**(44.806)**	**(87.647)**
Passivo					
Fornecedores	(1.492)	(8.131)	**(9.623)**	(12.487)	(25.575)
Adiantamentos de câmbio	(77.613)	–	**(77.613)**	(100.711)	(206.264)
Empréstimos e financiamentos	–	(30.890)	**(30.890)**	(40.083)	(82.093)
Total do passivo	**(79.105)**	**(39.021)**	**(118.126)**	**(153.280)**	**(313.932)**
Total	**(65.090)**	**(21.535)**	**(86.625)**	**(112.405)**	**(230.216)**
Exposição líquida passiva com efeito no resultado (operações no Brasil)			**(65.090)**	**(84.461)**	**(172.984)**
Exposição líquida passiva com efeito em outros resultados abrangentes (operações EUA)			**(21.535)**	**(27.944)**	**(57.232)**

continua→★

–★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2025 da Taurus Armas S.A. - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

	Controladora		
	31/12/2025 US$	31/12/2025 R$	31/12/2024 R$
Ativo			
Contas a Receber	**16.293**	**89.649**	95.494
Mútuos	**2.181**	**12.002**	11.722
Total do Ativo	**18.474**	**101.651**	107.216
Passivo			
Fornecedores	**(1.366)**	**(7.517)**	(9.019)
Adiantamento de Câmbio	**(77.613)**	**(427.058)**	(553.951)
Total do Passivo	**(78.979)**	**(434.575)**	(562.970)
Exposição Líquida	**(60.505)**	**(332.924)**	(455.754)

	Controladora		
	Saldo em 2025 - em Dólar	Variação de +/- 25% - Em R$	Variação de +/- 50% - Em R$
Ativo			
Contas a receber	**16.293**	(23.175)	(45.333)
Mútuos	**2.181**	(3.103)	(6.069)
Total do Ativo	**18.474**	**(26.277)**	**(51.402)**
Passivo			
Fornecedores	**(1.366)**	(1.773)	(3.631)
Adiantamentos de câmbio	**(77.613)**	(100.711)	(206.264)
Exposição Líquida Passiva com efeito no Resultado	**(60.505)**	**(78.512)**	**(160.799)**

(ii) Risco de taxas de juros: A Companhia está sujeita ao risco de taxas de juros que é referente ao risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de curto e longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, principalmente CDI. **Análise de sensibilidade de taxa de juros:** Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos com taxas de juros variáveis, atreladas principalmente a CDI. Abaixo demonstramos a análise de sensibilidade relacionada aos itens financeiros sujeitos a juros variáveis em 31 de dezembro de 2025. Essa análise considera uma variação de 25% e 50% na taxa de juros vigente no final do período. Essas variações representam a avaliação da administração sobre a mudança razoavelmente possível na taxa de juros.

Indexador	Indexador em 31/12/2025	Variação de +/- 25%	Variação de +/- 50%
CDI - baixa	14,90%	11,18%	7,45%
CDI - alta	14,90%	18,63%	22,35%
TJLP - alta	8,96%	11,20%	13,44%
SOFR Dia - alta	3,88%	4,85%	5,81%
SOFR 6 Meses - baixa	4,19%	3,47%	2,31%

	Consolidado Ganho (Perda)			
	Indexador	Saldo 31/12/2025	Variação de +/- 25%	Variação de +/- 50%
Ativo				
Aplicações financeiras	CDI - baixa	321.582	(11.963)	(23.958)
	Indexador	**Saldo 31/12/2025**	**Variação de +/- 25%**	**Variação de +/- 50%**
Passivo				
Empréstimos	TJLP - alta	(160.194)	(3.588)	(7.177)
Empréstimos	SOFR Dia - alta	(169.968)	(1.655)	(3.286)

	Controladora Ganho (Perda)			
	Indexador	Saldo 31/12/2025	Variação de +/- 25%	Variação de +/- 50%
Ativo				
Aplicações financeiras	CDI - baixa	281.679	(10.478)	(20.985)
Mútuos	CDI - baixa	57.567	(2.141)	(4.289)
Mútuos - Exterior	SOFR 6 Meses - baixa	16.506	(191)	(383)
	Indexador	**Saldo 31/12/2025**	**Variação de +/- 25%**	**Variação de +/- 50%**
Passivo				
Mútuos	CDI - alta	(2.390)	(89)	(178)
Empréstimos	TJLP - alta	(160.194)	(3.588)	(7.177)

(iii) Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma base de capital, através do monitoramento dos retornos sobre o capital, conforme posição apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Total de Empréstimos e Financiamentos	**907.295**	747.538
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	**(335.337)**	(289.851)
Dívida líquida (A)	**571.958**	457.687
Total do patrimônio líquido (B)	**1.247.453**	1.294.361
Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 (A/B)	0,46	0,35

6. Segmentos operacionais: As informações reportadas ao Diretor Presidente da Companhia (principal tomador de decisões operacionais) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram na categoria dos produtos da Companhia. A Companhia possui três segmentos. Dois são divulgáveis representados por unidades estratégicas de negócio administradas separadamente, uma vez que se diferem pela oferta de produtos e serviços, tecnologias e estratégias de marketing. As demais operações são agregadas no segmento "Outros", pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação segregada conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico - IFRS 8/CPC 22 - Informações por Segmento. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos divulgáveis da Companhia: **Armas e Acessórios** - O processo de produção de armas, por tratar-se de uma indústria preponderantemente metalúrgica, utiliza-se das seguintes fases básicas: usinagem (a partir de pré-formas usinadas e forjadas através de centros de usinagem, fresadoras, furadeiras e brochadeiras, uma vez que todo o processo de forjaria e de algumas operações de usinagem encontra-se terceirizado), MIM - Metal Injection Molding (Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.), acabamento (basicamente polimento), tratamento térmico, tratamento superficial, montagem final, teste funcional, gravação e embalagem; essas operações são realizadas pela Taurus Armas S.A., Taurus Holdings, Inc. e suas controladas. A *Joint Venture* Taurus JM (antiga Taurus Plásticos Ltda.) foi criada para a fabricação de carregadores para as armas produzidas pela Companhia. **Capacetes** - O processo de produção de capacetes utiliza-se das seguintes fases: injeção (a partir do ABS - Acrylonitrile Butadiene Styrene), pintura e acabamento (a partir de peças já injetadas, através de processo de pintura manual e automatizada), costura (a partir de tecidos, espuma e chapas de policarbonatos, utilizando-se máquinas de corte, costura e balancim) e montagem final; essas operações são realizadas pela Taurus Helmets Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.). **Outros** - Gastos com assistência técnica e despesas financeiras da operação de máquinas, que foi descontinuada em junho de 2012 e outras operações como a fabricação e venda de óculos e prestação de serviços. Tais operações foram agregadas, pois não se enquadram nos limites quantitativos para divulgação separada como segmento reportável. O desempenho de cada segmento é avaliado trimestralmente com base no lucro do segmento antes do imposto de renda e contribuição social, como incluído nos relatórios internos, uma vez que a Administração da Companhia acredita que tal informação é mais relevante na avaliação dos resultados de certos segmentos relativos a outras entidades que operam nessas indústrias. A Companhia revisou sua segmentação operacional, passando a classificar a POLIMETAL no segmento Armas e Acessórios, anteriormente apresentada no segmento "Outros". Essa alteração decorre do alinhamento da divulgação externa à forma como o desempenho e a alocação de recursos são efetivamente monitorados pelo Principal Gestor de Operações, conforme o CPC 22. A POLIMETAL é gerencialmente tratada de forma integrada às operações de armas, compartilhando os mesmos drivers econômicos e processos decisórios. Em decorrência dessa mudança, as informações comparativas foram reclassificadas para fins de comparabilidade. A conciliação de receitas, lucros e prejuízos, ativos, passivos e outros itens materiais de segmentos divulgáveis está divulgada a seguir.

	Armas e Acessórios		Capacetes		Outros		Total	
	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado
Receitas externas	**1.321.235**	1.533.672	**136.319**	135.262	**5.475**	3.740	**1.463.029**	1.672.674
Custos das vendas	**(867.601)**	(1.004.463)	**(90.348)**	(83.858)	**(2.845)**	(1.946)	**(960.794)**	(1.090.267)
Lucro (prejuízo) bruto	**453.634**	529.209	**45.971**	51.404	**2.630**	1.794	**502.235**	582.407
Despesas com vendas	**(198.949)**	(175.895)	**(27.587)**	(25.838)	**(1.507)**	(1.611)	**(228.043)**	(203.344)
Despesa gerais e administrativas	**(229.045)**	(183.303)	**(11.950)**	(9.895)	**(2.794)**	(3.268)	**(243.789)**	(196.466)
Depreciação e amortização	**(27.198)**	(21.468)	**(495)**	(452)	**(3.283)**	(3.307)	**(30.976)**	(25.227)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**52.596**	51.688	**(2.930)**	(1.026)	**(764)**	(2.874)	**48.902**	47.788
Resultado de equivalência patrimonial	**3.783**	3.797	**–**	–	**–**	–	**3.783**	3.797
	(398.813)	(325.181)	**(42.962)**	(37.211)	**(8.348)**	(11.060)	**(450.123)**	(373.452)
Lucro (prejuízo) operacional	**54.821**	204.028	**3.009**	14.193	**(5.718)**	(9.266)	**52.112**	208.955
Receitas financeiras	**161.084**	122.907	**6.737**	4.462	**33**	61	**167.854**	127.430
Despesas financeiras	**(173.228)**	(256.153)	**(693)**	(773)	**(606)**	(499)	**(174.527)**	(257.425)
Resultado financeiro líquido	**(12.144)**	(133.246)	**6.044**	3.689	**(573)**	(438)	**(6.673)**	(129.995)
Resultado por segmento divulgável antes do imposto de renda e contribuição social	**42.677**	70.782	**9.053**	17.882	**(6.291)**	(9.704)	**45.439**	78.960
Imposto de renda e da contribuição social	**(25.775)**	5.093	**(761)**	(6.345)	**(1.230)**	(1.116)	**(27.766)**	(2.368)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**16.902**	75.875	**8.292**	11.537	**(7.521)**	(10.820)	**17.673**	76.592
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/122025**	**31/12/2024**
Ativos dos segmentos divulgáveis*	**2.242.628**	2.312.585	**120.001**	114.284	**223.776**	201.778	**2.586.405**	2.628.647
Passivos dos segmentos divulgáveis*	**1.299.860**	1.290.022	**24.669**	28.189	**14.423**	16.075	**1.338.952**	1.334.286

2024 reapresentado para refletir a mudança de segmentação da Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., anteriormente classificada em Outros e, a partir de 2025, no segmento Armas. Ver nota explicativa 4e.

Informações geográficas: As informações da receita líquida abaixo são baseadas na localização geográfica do cliente.

	Armas & Acessórios		Capacetes	
	31/12/2025	31/12/2024 Reapresentado	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno				
Região Sudeste	**64.214**	100.262	**49.350**	49.362
Região Sul	**65.007**	44.586	**9.645**	8.278
Região Nordeste	**11.848**	6.064	**39.814**	37.408
Região Centro-Oeste	**13.819**	3.551	**21.447**	23.718
Região Norte	**4.947**	3.483	**16.063**	16.434
	–	–	**–**	–
	159.835	157.946	**136.319**	135.200
Mercado externo				
Estados Unidos	**1.003.519**	1.256.122	**–**	–
África do Sul	**12.508**	11.715	**–**	–
Alemanha	**1.636**	1.281	**–**	–
Arábia Saudita	**4.921**	1.932	**–**	–
Argentina	**6.543**	3.239	**–**	–
Burquina Faso	**1.994**	–	**–**	–
Burundi	**–**	–	**–**	–
Chade	**900**	–	**–**	–
El Salvador	**578**	1.201	**–**	–
Equador	**9.475**	7.353	**–**	–
Filipinas	**17.108**	13.785	**–**	–
França	**2.670**	1.886	**–**	–
Gana	**–**	7.288	**–**	–
Guatemala	**17.709**	24.411	**–**	–
Guiana	**3.298**	3.483	**–**	–
Haiti	**–**	8.578	**–**	–
Honduras	**6.295**	4.473	**–**	–
Índia	**670**	2.493	**–**	–
Israel	**–**	661	**–**	–
Líbano	**717**	1.401	**–**	–
Tunísia	**39.254**	–	**–**	–
México	**4.564**	3.484	**–**	–
Moçambique	**3.291**	909	**–**	–
Paquistão	**6.571**	6.890	**–**	–
Peru	**6.061**	5.290	**–**	62
Polônia	**1.522**	919	**–**	–
República Tcheca	**956**	1.387	**–**	–
Senegal	**652**	–	**–**	–
Uganda	**828**	–	**–**	–
Uruguai	**438**	1.143	**–**	–
Zâmbia	**1.513**	509	**–**	–
Outros países	**5.209**	3.895	**–**	–
	1.161.400	1.375.726	**–**	62
Total Receita Líquida	**1.321.235**	1.533.672	**136.319**	135.262

Os outros segmentos da Companhia possuem suas vendas concentradas no mercado interno e pulverizadas por todas as regiões do Brasil. As vendas da Companhia e suas controladas não possuem um grau de concentração que possa caracterizar dependência significativa de órgãos governamentais ou de qualquer outro cliente, com exceção às Partes Relacionadas, conforme demonstrado na nota explicativa 25. Aproximadamente 75,91% das receitas consolidadas do segmento Armas são direcionadas ao mercado civil americano, estando sujeitas às regulações daquele país. **7. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em caixa	**80**	73	**36**	58
Ordens de câmbio a liquidar (*)	**2.294**	37.977	**2.257**	37.940
Depósitos à vista	**11.381**	9.080	**2.584**	7.081
Aplicações financeiras	**53.792**	65.484	**44.389**	57.660
Caixa e equivalentes de caixa	**67.547**	112.614	**49.266**	102.739

(*) A Companhia recebe em liquidação de direitos como Contas a Receber em moeda estrangeira ordens de pagamento das quais ela pode conforme sua necessidade de caixa e melhor aproveitamento de taxa cambial efetuar o fechamento do câmbio e recebimento dos Reais equivalentes em seu caixa. As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas com taxas que variam entre 88,5% e 97% do CDI. **8. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras de liquidez não imediata referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data da transação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão avaliadas ao custo amortizado, de acordo com sua categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

		Consolidado		Controladora	
	Remuneração	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de depósito bancário - CDB	96% a 102% do CDI	**267.790**	177.237	**237.290**	136.794
Total		**267.790**	177.237	**237.290**	136.794
Circulante		**267.790**	177.237	**237.290**	136.794

9. Clientes: As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado deduzido das estimativas de perdas esperadas. A Provisão Esperada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração da Companhia para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a clientes e a outras contas, incluindo a abertura de contas a receber por idade de vencimento, são divulgadas na nota explicativa 5. A movimentação da provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Clientes no país - terceiros	**76.818**	71.547	**53.835**	46.646
Clientes no país - partes relacionadas	**19.254**	36.786	**22.684**	36.403
Clientes no exterior - terceiros	**179.347**	208.504	**78.909**	44.379
Clientes no exterior - partes relacionadas	**2.624**	4.315	**26.198**	51.115
	278.043	321.152	**181.626**	178.543
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no país	**(10.212)**	(9.921)	**(2.558)**	(2.199)
Provisão esperada para créditos de liquidação duvidosa no exterior	**(20.644)**	(14.123)	**(15.458)**	(11.640)
	(30.856)	(24.044)	**(18.016)**	(13.839)
	247.187	297.108	**163.610**	164.704

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(24.044)**	**(13.839)**
Adições	**(13.212)**	**(8.371)**
Reversão de provisão esperada para crédito de liquidação duvidosa	**4.662**	**2.845**
Variação cambial	**1.738**	**1.349**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(30.856)**	**(18.016)**

10. Estoques: Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método de média ponderada e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação (baseado na capacidade operacional normal) e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. A provisão para perda com estoques é registrada para produtos com baixo giro e para itens que apresentam preço de venda inferior ao custo de formação.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos acabados	**462.468**	500.697	**56.700**	43.749
Matéria-prima	**317.427**	272.023	**198.882**	203.187
Produtos em elaboração	**146**	1.752	**146**	–
Adiantamentos para estoque	**7.934**	15.941	**7.073**	15.617
Provisão para perda de estoques	**(12.597)**	(11.132)	**(2.679)**	(2.739)
	775.378	779.281	**260.122**	259.814

Movimentação da provisão para perda de estoque	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(11.132)**	**(2.739)**
Adição	**(5.031)**	**(2.410)**
Reversão	**1.163**	**978**
Baixas definitivas	**1.519**	**1.492**
Variação cambial	**884**	**–**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(12.597)**	**(2.679)**

11. Tributos a recuperar:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	**35.892**	36.433	**34.763**	35.203
IPI	**23.872**	56.654	**23.387**	56.037
PIS	**1.212**	2.015	**1.022**	1.806
COFINS	**2.910**	8.562	**1.866**	7.605
Imposto de renda e contribuição social	**29.065**	21.154	**17.412**	6.600
Outros	**1.017**	1.002	**346**	340
Total	**93.968**	125.820	**78.796**	107.591
Circulante	**75.409**	104.480	**60.944**	86.883
Não circulante	**18.559**	21.340	**17.852**	20.708

12. Outros ativos:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	**13.080**	9.975	**1.580**	3.076
Adiantamentos a funcionários	**10.090**	5.500	**3.856**	4.831
Adiantamentos para licitações do exterior	**6.249**	5.518	**6.249**	5.518
Depósitos judiciais	**60.968**	62.451	**60.563**	61.175
Mútuos financeiros entre partes relacionadas	**17.661**	17.210	**89.318**	54.539
Outros créditos	**6.130**	8.065	**1.426**	2.962
Total	**114.178**	108.719	**162.992**	132.101
Circulante	**35.394**	27.738	**28.167**	25.569
Não circulante	**78.784**	80.981	**134.825**	106.532

	Consolidado		Controladora	
Abertura do Circulante	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Créditos com Outras Partes Relacionadas	**–**	–	**15.245**	9.255
Outras Contas a Receber	**35.394**	27.738	**12.922**	16.314
Abertura do Não Circulante				
Créditos com Outras Partes Relacionadas	**17.661**	17.210	**74.073**	45.284
Outras Contas a Receber	**61.123**	63.771	**60.752**	61.248
Total	**114.178**	108.719	**162.992**	132.101

13. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos: O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido, são calculados com base na alíquota nominal de 34%, sendo desta ,15% acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O limitador de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social é de 30% do lucro real a cada exercício fiscal. Para as empresas que apuram o imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido são utilizadas as mesmas alíquotas acima, porém presumindo a Receita Bruta à 32%. As controladas no exterior estão sujeitas à alíquota de imposto de renda de 21% nos Estados Unidos e 25% no Panamá, incidindo tais alíquotas sobre os lucros tributáveis, de acordo com as legislações vigentes em cada país sede. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram reconhecidos, em sua totalidade, considerando as permissões e exigências do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro (IAS 12) sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os seus correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras. **Composição dos impactos ativos e passivos diferidos**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sobre Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL				
Prejuízo fiscal	8.435	8.434	–	–
Base negativa de CSLL	3.036	3.036	–	–
Sobre diferenças temporárias ativas				
Impairment Ativo Imobilizado	771	771	–	–
Outras provisões	1.947	21.909	2.138	912
Realização da reserva de reavaliação	1.913	1.910	616	613
Provisão de perdas com estoque	1.000	2.624	911	931
Provisão Participação nos resultados	2.733	7.305	2.680	4.103
Provisão de comissões	4.054	1.686	3.887	1.381
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	20.205	17.157	19.641	16.629
Provisão para Garantia	1.180	2.067	1.180	1.702
Provisão créditos incobráveis	7.462	6.243	7.203	5.837
Provisões financeiras	905	905	905	905
Provisões tributárias	5.594	7.371	4.534	6.314
Lucros não realizados com partes relacionadas	17.025	29.370	**–**	–
Total de Ativo Diferidos	**76.260**	**110.788**	**43.695**	**39.327**
Sobre diferenças temporárias passivas				
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	(6.425)	(16.214)	–	–
Valor justo propriedade para investimento	(10.264)	(10.263)	–	–
Depreciação Acelerada Lei 14.871	(3.166)	–	(3.166)	–
Outras provisões	–	(10.993)	–	–
Total do Passivo Diferidos	**(19.855)**	**(37.470)**	**(3.166)**	**–**
Saldos de Ativos Diferidos	**73.094**	84.503	**40.529**	39.327
Saldos de Passivos Diferidos	**(16.689)**	(11.185)	**–**	–
Diferido líquido ativo	**56.405**	**73.318**	**40.529**	**39.327**

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que sejam relacionados à combinação de negócios, itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou, de outra forma, reconhecidos na medida que sua realização seja provável.

a) Variação dos impostos diferidos:

	Consolidado	Controladora
Saldo inicial de impostos diferidos, líquidos	73.318	39.327
Alocado ao resultado	(16.964)	1.204
Ajustes de conversão para moeda de apresentação	51	–
Outros	–	(2)
Saldo final de impostos diferidos líquidos	**56.405**	**40.529**

Referente a constituição dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, as projeções que demonstram a realização do crédito tributário sobre as bases de prejuízos fiscais gerados pela Companhia foram elaboradas com o auxílio de consultoria especializada e fundamentadas no melhor entendimento com base nas expectativas da administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes ao desempenho da economia assim como dos mercados brasileiro e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Em 31 de dezembro de 2025, a expectativa de realização de prejuízo fiscal para o imposto de renda e contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante do consolidado (o saldo de prejuízo fiscal e base negativa da controladora foi totalmente aproveitado), é demonstrada a seguir:

	Consolidado				
	Prejuízo Fiscal	Base Negativa	Diferido IRPJ	Diferido CSLL	Diferido Total
Saldo reconhecido em 31/12/2025	33.735	33.735	8.435	3.036	11.471
Em 2026	–	–	–	–	–
Em 2027	(624)	(624)	(156)	(56)	(212)
Em 2028	(2.553)	(2.553)	(638)	(230)	(868)
Em 2028	(3.585)	(3.585)	(896)	(323)	(1.219)
Em 2029 a 2035	(26.972)	(26.972)	(6.743)	(2.427)	(9.172)

Os principais saldos de prejuízos fiscais e bases negativas se encontram nas controladas Polimetal, Taurus International Manufacturing e Taurus Helmets.

b) Reconciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e da contribuição social:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos impostos	45.439	78.960	22.613	90.088
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(15.449)	(26.846)	(7.688)	(30.630)
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	(3.309)	(4.541)	(3.282)	(4.515)
PPR Diretores estatutários administradores e CLT	(1.051)	–	(1.051)	–
Seguro Diretores estatutários administradores e CLT	(66)	(4)	(59)	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	(25.683)	(762)
Doações/Patrocínio	(465)	(903)	(391)	(850)
Ajuste Preço de Transferência	(102)	–	(102)	–
Exclusões permanentes		–		
Reintegra	954	211	954	211
Juros s/ Indébitos Tributários	5.059	7.535	4.889	7.310
Multas s/ Indébitos Tributários	–	684	–	684
Resultado de equivalência patrimonial	1.286	1.291	–	–
Plano Pagamento baseado em ações	1.150	2.170	1.150	2.170
Benefício dos gastos pesquisa e inovação tecnológica - Lei nº 11.196/05	5.228	3.477	5.228	3.477
Juros sobre capital próprio	1.705	–	–	–
Programa de alimentação do trabalhador - PAT	929	–	907	–
Diferença de alíquota de empresas controladas - lucro presumido	(39.984)	1.176	–	–
Efeito de créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social	20.170	–	20.170	–
Outras (adições)/exclusões	(3.821)	13.382	18	9.413
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período	**(27.776)**	**(2.368)**	**(4.940)**	**(13.496)**
Corrente	(10.802)	(19.014)	(6.144)	(16.582)
Diferido	(16.964)	16.646	1.204	3.086

A parcela dos valores de impostos diferidos ativos não constituída é representada pelos prejuízos fiscais e diferenças temporárias que não estão cobertas por expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis os quais estão descritos abaixo.

	Consolidado							
	31/12/2025				31/12/2024			
	Base	25%	9%	Total	Base	25%	9%	Total
Diferenças temporárias								
Provisão créditos incobráveis	7.580	1.895	682	2.577	7.580	1.895	682	2.577
Provisão perda com contratos a receber	69.849	17.462	6.286	23.748	69.849	17.462	6.286	23.748
Provisão para Garantia	919	230	83	313	919	230	83	313
Perda com outros créditos	5.114	1.279	460	1.739	5.114	1.279	460	1.739
Sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL								
Prejuízo Fiscal e base negativa CSLL	295.360	73.840	26.582	100.423	284.158	71.039	25.574	96.614
	378.822	94.706	34.093	128.800	367.620	91.905	33.085	124.991

14. Ativos mantidos para venda: Os ativos não circulantes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda em vez do seu uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda for considerada altamente provável e o ativo (ou grupo de alienação) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil até então registrado e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio e, então, para os ativos e passivos remanescentes em uma base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, ativos de benefícios a empregado, propriedade para investimento e ativos biológicos, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis da Companhia. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados.

Conciliação do valor contábil:

	Consolidado	
Em milhares de Reais	31/12/2025	31/12/2024
Edificações, terrenos e benfeitorias - Taurus Blindagens Nordeste	7.000	7.000
Total ativo não circulante mantido para venda	**7.000**	**7.000**

Ativo mantido para venda - Operação de Capacetes: Em 2018, o Conselho de Administração, por unanimidade, autorizou a oferta do negócio capacetes, representada pelas empresas Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. (antiga Taurus Blindagens Ltda.) e Taurus Blindagens Nordeste Ltda. ao mercado. A Companhia segue na busca da realização da venda de sua operação de capacetes situada em Mandirituba/PR, Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda., considerando que a Companhia visa obter o retorno do valor que realmente o negócio possui e que esta operação permanece em atividade, a Companhia retornou às suas demonstrações financeiras a consolidação desta operação como atividade operacional desde o primeiro trimestre de 2021, uma vez que a administração da Companhia julgou que a Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. não mais atendia os critérios de classificação, conforme o CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada (IFRS 5). Em 30 de novembro de 2023 a Taurus Blindagens Nordeste Ltda. foi incorporada pela sua controladora direta, a Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. como parte da reestruturação interna conduzida pela Companhia, detalhada nas notas explicativas 1 e 15. Como consequência dessa incorporação, parte dos ativos e passivos anteriormente mantidos para venda na Taurus Blindagens Nordeste Ltda. passaram a ser utilizados na operação da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda., deixando de ser classificados como mantidos para a venda. Em 31 de dezembro de 2025, os ativos mantidos para venda referentes a operação de capacetes da Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda. estavam apresentados conforme o quadro abaixo e compreendia os seguintes valores:

Imobilizado/Intangível	8.643
Redução ao valor recuperável - *Impairment*	(1.643)
Ativos mantidos para venda	**7.000**

15. Investimentos:

	Controladora								
	Jindal Defence Systems Private Limited	Taurus Holdings, Inc. (2)	T. Investments Co. Inc.	CBC Taurus Arabia Holding, LLC.	Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	AMTT Taurus Comercio Varejista Ltda. (1) (2)	Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	39.551	676.312	–	4.527	18.969	5.898	221		
Ativo não circulante	8.160	139.812	–	789	306.070	2.529	79		
Passivo circulante	32.294	305.565	–	151	12.644	7.313	920		
Passivo não circulante	70	41.637	–	270	12.911	17	751		
Capital social	6.031	1.677	60.526	7.610	291.956	2.571	293.638		
Patrimônio Líquido	15.346	468.922	–	4.895	299.484	1.097	(1.371)		
Receita líquida	22.318	1.003.519	–	3.463	4.260	4.847	–		
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	5.979	(108.256)	–	(76)	(1.292)	(1.456)	(986)		
Quantidade de ações/quotas	350.000	302.505	11.000.000	10.535	304.779.838	1.300.000	185.007.117		
Percentual de participação direta (%)	49,00%	100,00%	100,00%	49,00%	100,00%	100,00%	100,00%		
Saldos iniciais	5.439	593.231	–	2.388	300.777	1.372	–	**903.206**	**756.996**
Aumento de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**3.596**
Redução de capital	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(2.197)**
Resultado da equivalência patrimonial	**2.930**	**(108.256)**	**–**	**(37)**	**(1.292)**	**(1.456)**	**(986)**	**(109.097)**	**9.884**
Variação cambial sobre investimentos	**(852)**	**(71.760)**	**–**	**(247)**	**–**	**–**	**–**	**(72.860)**	**143.933**
Lucro não realizado nos estoques	**–**	**24.168**	**–**	**–**	**–**	**(204)**	**–**	**23.964**	**(12.128)**
Atualização Patrimonial por Reclassificação da Investida	**–**	**(107)**	**–**	**296**	**–**	**(18)**	**–**	**171**	**5.304**
Reclassificado para provisão para passivo a descoberto (1)	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**986**	**986**	**(2.182)**
Saldos finais	**7.516**	**437.276**	**–**	**2.400**	**299.485**	**(306)**	**–**	**746.370**	**903.206**

(1) O saldo de investimento da controlada Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda. (R$ 986), está apresentado na rubrica de "provisão para passivo descoberto" no passivo não circulante. (2) O patrimônio líquido das investidas inclui lucros não realizados nos estoques no valor de R$ 33.048, líquido de impostos em 31 de dezembro de 2025, os quais foram deduzidos para apuração do saldo do investimento por equivalência patrimonial.

A Companhia e sua controlada Polimetal, tem participação em empreendimentos conjuntos com o objetivo de expandir suas operações com parceiros estratégicos. Os investimentos são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis. A tabela a seguir apresenta os valores dos investimentos em joint ventures, incluindo a participação societária, o valor contábil dos investimentos e os resultados reconhecidos no período:

	Controladora		Consolidado	
	Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Saudita, LLC.	Jindal Defense Systems Private Limited	Taurus JM Indústria de Peças	Totais
Patrimônio líquido	4.895	15.346	9.008	–
Percentual de participação	49%	49%	51%	–
Investimento por equivalência patrimonial	2.399	7.520	4.594	**14.513**
Lucro do período	(76)	5.978	1.744	
Resultado de equivalência patrimonial	(37)	2.929	889	**3.781**
Movimentação				
31 de dezembro de 2024	2.388	5.439	3.705	**11.532**
Resultado da equivalência patrimonial	(37)	2.930	890	3.783
Variação cambial sobre investimentos	(249)	(850)	–	(1.099)
Atualização Patrimonial por Reclassificação da Investida	296	–	–	296
31 de dezembro de 2025	**2.398**	**7.519**	**4.595**	**14.512**

Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como *Joint Venture*: equivalência patrimonial: **Taurus JM Indústria de Peças Ltda.:** A Companhia possui em sua estrutura a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., que por sua vez era controladora integral da empresa, que estava inoperante, e que se chamava Taurus Plásticos Ltda. Conforme memorando de entendimentos (MoU) de 28 de maio de 2020 a Companhia firmou parceria com empresa do ramo automotivo para a formação de uma *Joint Venture*, conforme detalhado na nota explicativa 1 de contexto operacional. Para a formação da *Joint Venture* e considerando otimizar suas operações, a Companhia em acordo com o parceiro Joalmi Indústria Metalúrgica Ltda., decidiram estabelecer as operações da *Joint Venture* dentro da estrutura societária da empresa Taurus Plásticos Ltda. As ações foram avaliadas considerando o saldo do Capital Social subscrito em 30 de novembro de 2020, dividido pela quantidade de ações resultando em um total de aproximadamente R$ 0,37 por ação. Desta forma, em 11 de março de 2021, o nome da empresa Taurus Plásticos Ltda. foi alterado para Taurus JM Indústria de Peças Ltda., assim como a inclusão em seu objeto social das atividades para fabricação de peças para armas de fogo. Neste mesmo ato a empresa Sicura Comércio e Produtos de Metal Ltda., pertencente ao grupo do parceiro Joalmi, ingressou na sociedade com integralização de capital na forma de ativos imobilizados avaliados em R$ 2,2 milhões representados pela emissão de 6.130.416 novas quotas com valor nominal de aproximadamente R$ 0,37 cada quota, desta forma, representando na proporção de 49% na empresa Taurus JM Indústria de Peças Ltda. A Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. ficou com a participação de 51% representados por 6.355.413 quotas com valor nominal de aproximadamente R$ 0,37, com o respectivo valor integralizado de R$ 2,4 milhões, desta maneira, constituindo a *Joint Venture* para a fabricação de carregadores. A empresa outrora chamada Taurus Plásticos Ltda., agora denominada Taurus JM Indústria de Peças Ltda., uma vez que caracterizada a operação de *Joint Venture*, tem os seus resultados líquidos reconhecidos pela Companhia através do método de equivalência patrimonial na proporção de 51%, conforme CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto. A seguir os saldos da Taurus JM Indústria de Peças Ltda. em 31 de dezembro de 2025:

Taurus JM Indústria de Peças Ltda.
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Ativo		Passivo	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	47	Fornecedores	14.977
Contas a Receber	9.803	Salários e encargos sociais	835
Estoques	2.176	Impostos, taxas e contribuições	4.843
Partes relacionadas	17	Partes relacionadas	2.809
Impostos a recuperar	2.418	Outras contas a pagar	1.271
Outras contas a receber	1.919		24.735
	16.380	**Não circulante**	
		Passivo fiscal diferido	27
		Partes relacionadas - Mútuo financeiro	3.279
Não circulante			3.306
Ativo fiscal diferido	1.685	**Total do passivo**	28.041
Partes relacionadas - Mútuo financeiro	2.390	**Patrimônio líquido**	
Outras contas a receber	20	Capital social	4.629
	4.095	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.296
Imobilizado	16.574	Prejuízos acumulados	(2.917)
		Total do patrimônio líquido	9.008
Total do Ativo	**37.049**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**37.049**

Taurus JM Indústria de Peças Ltda.
Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	13.290
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(8.912)
Despesas administrativas e gerais	(1.479)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(179)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**2.720**
Receitas financeiras	337
Despesas Financeiras	(444)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(107)**
Resultado operacional antes dos impostos	**2.613**
Imposto de renda e contribuição social	(647)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(222)
Resultado líquido do exercício	**1.744**

Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC.: A Taurus Armas S.A., juntamente com sua parte relacionada Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), no dia 30 dezembro de 2021, assinou um memorando de entendimentos (MoU) para criação de uma *Joint Venture* como parte das estratégias de internacionalização de suas atividades com o objetivo de fomentar oportunidades de negócios na Arábia Saudita. O objetivo principal é possibilitar a busca e prospecção de forma mais eficiente de oportunidades de negócios nesse relevante mercado, especialmente considerando os planos do governo do país de estabelecer uma base industrial de defesa local, no âmbito da estratégia denominada "Visão 2030". No dia 30 de agosto de 2022, a empresa CBC, realizou a integralização de capital na Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC. na proporção de 51% do capital social, representados por 10.965 quotas com valor nominal de SAR 1,00 com o respectivo valor integralizado de SAR 1,1 milhões (R$ 1,6 milhões na data da integralização). Nessa mesma data, a Taurus Armas realizou a integralização de capital na Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC. na proporção de 49% do capital social, representados por 10.535 quotas com valor nominal de SAR 1,00 com o respectivo valor integralizado de SAR 1,1 milhões (R$ 1,5 milhões na data da integralização). Em agosto de 2023, a Taurus participou de um aumento de capital na Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC. O aumento de capital no montante total de SAR 3 milhões (R$ 4 milhões na data da integralização), dos quais SAR 1,5 milhões (R$ 1,9 milhões na data da integralização) foram integralizados pela Taurus Armas S.A., proporcionalmente à sua participação societária. Uma vez que a Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC caracteriza-se como uma *Joint Venture*, ela passou a ter os seus resultados líquidos reconhecidos pela Companhia através do método de equivalência patrimonial na proporção de 49%, conforme CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC.
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Ativo		Passivo	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	2.951	Salários e encargos sociais	270
Contas a Receber	937	Outras contas a pagar	26
Despesas antecipadas	639	Impostos, taxas e contribuições	125
	4.527		421
Não Circulante		**Patrimônio líquido**	
Ativo fiscal diferido	734	Capital social	7.610
	734	Prejuízos acumulados	(2.715)
Imobilizado	55	**Total do patrimônio líquido**	4.895
Total do Ativo	**5.316**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**5.316**

Companhia Brasileira de Cartuchos Taurus Arábia Holding, LLC.
Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.463
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(2.276)
Despesas Gerais e Administrativas	(1.139)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(124)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**(76)**
Resultado operacional antes dos impostos	**(76)**
Resultado líquido do período	**(76)**

Jindal Defence Systems Private Limited: Conforme memorando de entendimentos (MoU) de 18 de fevereiro de 2019 a Companhia firmou parceria com a empresa indiana Jindal Defence Trading Private Limited para a formação de uma *Joint Venture* chamada Jindal Defence Systems Private Limited, conforme detalhado na nota explicativa 1 de contexto operacional. A Jindal Defence Systems Private Limited atua na área de defesa e segurança. O objetivo principal da empresa é desenvolver, fabricar e fornecer soluções de defesa de alta qualidade para as Forças Armadas Indianas e para clientes internacionais. A infraestrutura da nova fábrica está finalizada e pronta para operar. Após receber todas as licenças necessárias, a operação da nova unidade industrial na Índia teve início no mês de junho de 2023 com a fabricação, acompanhada por uma equipe de profissionais brasileiros da Taurus Armas, de lotes-piloto de armas. No dia 17 de junho de 2023, a Taurus Armas realizou a integralização de capital na Jindal Defence Systems Private Limited na proporção de 49% do capital social, representados por 171.500 quotas com valor nominal de INR 1,00 com o respectivo valor integralizado de INR 1,7 milhões (R$ 109 mil na data da integralização). Em outubro de 2023, a Taurus participou de um aumento de capital na Jindal Defence Systems Private Limited. O aumento de capital no montante total de INR 95 milhões (R$ 5,8 milhões na data da integralização), dos quais INR 46,6 milhões (R$ 2,8 milhões na data da integralização) foram integralizados pela Taurus Armas S/A, proporcionalmente à sua participação societária. O referido aporte teve como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Jindal Defence Systems Private Limited, visando suportar a expansão de suas operações e atender às necessidades de capital de giro e investimentos previstos em seu plano estratégico. A Jindal Defence Systems Private Limited, por se tratar de uma *Joint Venture*, passou a ter os seus resultados líquidos reconhecidos pela Companhia através do método de equivalência patrimonial na proporção de 49%, conforme CPC 19 (R2)/IFRS 11 - Negócios em Conjunto.

Jindal Defence Systems Private Limited
Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Ativo		Passivo	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	852	Fornecedores	1.390
Contas a Receber	322	Salários e encargos sociais	–
Estoques	4.370	Impostos, taxas e contribuições	6.209
Adiantamentos à fornecedores	887	Empréstimos	24.510
Impostos a recuperar	1.354	Adiantamento Clientes	4
Depósitos em garantia	31.766	Outras contas a pagar	183
	39.551	**Não circulante**	32.296
		Benefícios colaboradores	69
			69
Não circulante		**Total do passivo**	32.365
Depósitos em garantia	361	**Patrimônio líquido**	
Ativo fiscal diferido	27	Capital social	6.031
	388	Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.364
		Prejuízos acumulados	5.951
Imobilizado	7.772	**Total do patrimônio líquido**	15.346
Total do Ativo	**47.711**	**Total do passivo e do patrimônio líquido**	**47.711**

Jindal Defence Systems Private Limited
Demonstração do Resultado em 31 de Dezembro de 2025
Em Milhares de Reais

Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	22.318
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	(7.239)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.828)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**8.251**
Receitas financeiras	1.717
Despesas financeiras	(2.406)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	**(689)**
Resultado operacional antes dos impostos	**7.562**
Imposto de renda e contribuição social	(1.584)
Resultado líquido do período	**5.978**

16. Propriedade para Investimento: As propriedades para investimento são mantidas para obter renda com a valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem. Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	54.695	54.695
Prédios	1.704	1.704
	56.399	**56.399**

As propriedades para investimento registradas em 31 de dezembro de 2025 referem-se ao antigo complexo industrial da Companhia, atualmente não ocupado, com 18.600,00 m² de área construída sobre terreno urbano de 29.900,00 m² de área, localizado na Avenida do Forte, nº 511 - Porto Alegre (RS). O valor justo da propriedade para investimento da Companhia foi calculado com base em uma avaliação conduzida no final do exercício de 2023 por avaliadores imobiliários externos independentes que não tem relação com a Companhia e que possuem a qualificação profissional adequada e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade avaliada. A avaliação foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Avaliação. O valor justo dos terrenos foi determinado com base no método comparativo de dados do mercado que reflete o preço de transações recentes para propriedades similares. Já para as edificações e benfeitorias foi utilizado o método da Quantificação de Custo de Benfeitorias. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reacessou as principais premissas dessa avaliação com o auxílio do avaliador externo e como não identificou variações relevantes nas premissas a Administração da Companhia entende que o valor justo determinado no último estudo preparado ainda é adequado. Ao estimar o valor justo das propriedades, o maior e melhor uso das propriedades é o seu uso atual. O valor do ganho ou perda resultante da variação no valor justo é registrado no resultado na rubrica de Outras Receitas/Despesas Operacionais. **17. Imobilizado:** Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. A Companhia optou por reavaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost)* na data de abertura do exercício de 2009. Os efeitos do custo atribuído, líquidos dos efeitos fiscais, aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra e de quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente as seguintes:

Grupo	Vida útil
Edifícios	25 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	3 a 20 anos
Matrizes e ferramentas	5 a 19 anos
Móveis	7 a 15 anos
Outros componentes (TI)	3 a 8 anos

continua –★

–★ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2025 da Taurus Armas S.A. - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

Consolidado

Custo ou custo atribuído	Terrenos	Edifícios	Máquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Arrendamentos/ Direitos de Uso	Total
Saldo 31 dezembro 2023	27.700	179.116	346.587	37.872	939	698	172.406	30.465	38.680	834.463
Adições	–	444	6.052	598	218	–	91.222	1.341	–	99.875
Baixas	–	–	(38.379)	(3.980)	(450)	–	–	–	(1.932)	(44.741)
Transferências	–	1.469	35.181	2.080	–	–	(36.853)	(25.961)	5.001	(19.083)
Efeito das variações das taxas de câmbio	851	7.498	15.380	5.135	118	–	2.725	–	10.687	42.394
Saldo 31 de Dezembro 2024	**28.551**	**188.527**	**364.821**	**41.705**	**825**	**698**	**229.500**	**5.845**	**52.436**	**912.908**
Adições	–	129	12.657	2.445	–	–	52.737	187	99	68.254
Baixas	–	(630)	(9.232)	(713)	(19)	–	(484)	–	(1.472)	(12.550)
Transferências	–	1.171	78.861	(1.781)	–	296	(78.046)	(501)	–	–
Efeito das variações das taxas de câmbio	(434)	(3.829)	(4.599)	(2.697)	(20)	–	(392)	–	(5.799)	(17.770)
Saldo 31 de Dezembro 2025	**28.117**	**185.368**	**442.508**	**38.959**	**786**	**994**	**203.315**	**5.531**	**45.264**	**950.842**
Depreciação										
Saldo 31 dezembro 2023	–	(54.676)	(172.141)	(22.275)	(753)	(381)	–	–	(9.025)	(259.251)
Depreciação do exercício	–	(7.706)	(20.055)	(3.049)	(67)	(140)	–	–	(5.838)	(36.855)
Baixas	–	–	34.799	3.940	430	–	–	–	1.690	40.859
Efeito das variações das taxas de câmbio	–	(2.159)	(11.225)	(4.109)	(108)	–	–	–	(3.525)	(21.126)
Saldo 31 de Dezembro 2024	**–**	**(64.541)**	**(168.622)**	**(25.493)**	**(498)**	**(521)**	**–**	**–**	**(16.698)**	**(276.373)**
Depreciação do exercício	–	(7.582)	(23.883)	(3.113)	(96)	(175)	–	–	(4.939)	(39.788)
Baixas	–	146	6.971	421	19	–	–	–	1.044	8.601
Transferências	–	–	(4.858)	4.867	–	–	–	–	(9)	–
Efeito das variações das taxas de câmbio	–	1.174	2.240	1.726	16	–	–	–	1.828	6.983
Saldo 31 de Dezembro 2025	**–**	**(70.803)**	**(188.152)**	**(21.592)**	**(559)**	**(696)**	**–**	**–**	**(18.774)**	**(300.577)**
Valor contábil										
Dezembro de 2024	28.551	123.986	196.199	16.212	327	177	229.500	5.845	35.738	636.535
Dezembro de 2025	**28.117**	**114.565**	**254.356**	**17.367**	**227**	**298**	**203.315**	**5.531**	**26.490**	**650.266**

(i) Em conexão com a mudança de sede da controlada Taurus Holdings Inc. ("TUSA") da cidade de Miami-Flórida/EUA para Bainbridge-Geórgia/EUA, ocorrida em 2019, a TUSA firmou um acordo com o Condado de Decatur, Bainbridge, Geórgia, EUA ("Autoridade da Geórgia/EUA"), pelo qual foi requerida a realizar investimentos em capital fixo no montante de US$ 10 milhões, bem como gerar ao menos 300 vagas de emprego na cidade até o ano de 2024 ("Acordo de Investimento"). Em junho de 2019, em conexão com esse acordo, a TUSA celebrou um contrato com a Autoridade da Geórgia para adquirir um título emitido pela Autoridade de Desenvolvimento do Condado de Decatur, Bainbridge/GA no valor limite total de US$ 13 milhões, com juros anuais de 6% a.a. e vencimento de principal em cinco parcelas anuais, iniciando em 01 de dezembro de 2034. A aquisição do título é efetuada através da aquisição de ativos fixos pela TUSA, que são concomitantemente cedidos à Autoridade da Geórgia. Nessa mesma data, as partes firmaram um contrato de aluguel, no qual a Autoridade da Geórgia aluga os mesmos ativos fixos de volta para a TUSA, sendo essa operação de retroarrendamento registrada pela TUSA como um arrendamento, nos termos do CPC 06/IFRS 16, a qual passou então a reconhecer o direito de uso e o passivo de arrendamento referente a esses ativos. Como o preço do aluguel firmado em contrato é o mesmo dos valores a receber pelo título, não há nenhum desembolso ou recebimento efetivo por nenhuma das partes. Em 31 de dezembro de 2025, o valor a receber pelo título e o passivo de arrendamento montam R$ 45,9 milhões, e estão sendo apresentados líquidos nas demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 39/IAS 32. O valor de direito de uso em 31 de dezembro de 2025 referente a essa operação é de R$ 26,9 milhões.

Controladora

Custo ou custo atribuído	Edifícios	Máquinas e instalações	Móveis e computadores	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Adiantamentos a fornecedores	Arrendamentos/ Direitos de Uso	Total
Saldo 31 dezembro 2023	60.939	252.277	15.988	52	698	135.981	29.777	380	496.092
Adições	1	881	204	–	–	50.292	–	–	51.378
Baixas	–	(13.957)	(246)	–	–	–	–	–	(14.203)
Transferências	1.264	39.412	1.702	–	–	(16.417)	(25.961)	–	–
Saldo 31 de Dezembro 2024	**62.204**	**278.613**	**17.648**	**52**	**698**	**169.856**	**3.816**	**380**	**533.267**
Adições	18	4.865	1.533	–	–	22.307	–	–	28.723
Baixas	(254)	(6.316)	(700)	(19)	–	–	–	–	(7.289)
Transferências	1.163	66.636	5.700	–	296	(74.180)	385	–	–
Saldo 31 de Dezembro 2025	**63.131**	**343.798**	**24.181**	**33**	**994**	**117.983**	**4.201**	**380**	**554.701**
Depreciação									
Saldo 31 dezembro 2023	(23.123)	(110.933)	(6.792)	(52)	(381)	–	–	(139)	(141.420)
Depreciação do exercício	(2.394)	(15.009)	(1.376)	–	(140)	–	–	(76)	(18.995)
Baixas	–	13.036	129	–	–	–	–	–	13.165
Saldo 31 de Dezembro 2024	**(25.517)**	**(112.906)**	**(8.039)**	**(52)**	**(521)**	**–**	**–**	**(215)**	**(147.250)**
Depreciação do exercício	(2.435)	(18.502)	(1.822)	–	(175)	–	–	(76)	(23.010)
Baixas	112	4.295	409	19	–	–	–	–	4.835
Saldo 31 de Dezembro 2025	**(27.840)**	**(127.113)**	**(9.452)**	**(33)**	**(696)**	**–**	**–**	**(291)**	**(165.425)**
Valor contábil									
Dezembro de 2024	36.687	165.707	9.609	–	177	169.856	3.816	165	386.017
Dezembro de 2025	35.291	216.685	14.729	–	298	117.983	4.201	89	389.276

Imobilizado em andamento: O saldo de imobilizado em andamento refere-se a máquinas e equipamentos ainda em fase de implantação e construções em andamento. Parte desse saldo deve entrar em operação ainda no decorrer do exercício de 2026. **18. Intangível:** Ágio: O ágio resultante da aquisição de investimentos, após as devidas alocações, é incluído nos ativos intangíveis. Na demonstração da controladora são apresentados no grupo de investimento. Ágios gerados em combinações de negócios são classificados no intangível e foram determinados de acordo com as práticas contábeis vigentes à época de cada combinação, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis. O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução do valor recuperável. Outros intangíveis: Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial, já o custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Os saldos apresentados estão deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Os gastos de desenvolvimento que envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos ou substancialmente aprimorados são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. A amortização dos ativos intangíveis, que não ágio e as marcas e patentes classificadas como de vida útil indefinida, está baseada em suas vidas úteis estimadas e é reconhecida no resultado através do método linear. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são aproximadamente cinco anos para custos de desenvolvimento e implantação de sistemas. Esclarecemos, ainda, que a recuperação do valor contábil dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida é avaliada anualmente no final do exercício, ou sempre que forem identificados indicadores de *impairments* utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa.

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Relacionamento Clientes	Goodwill	Desenvolvimento de produtos	Intangível em andamento	Total
Custo							
Saldo 31 dezembro 2023	40.034	26.606	21.036	47.562	7.847	45.925	189.010
Aquisições	23	–	–	–	–	28.342	28.365
Transferências	3.919	–	–	–	137	15.027	19.083
Efeitos da Variação Cambial	2.474	4.266	5.719	4.169	1.481	–	18.109
Saldo 31 de Dezembro 2024	**46.450**	**30.872**	**26.755**	**51.731**	**9.465**	**89.294**	**254.567**
Aquisições	3.235	–	–	–	1	23.304	26.540
Transferências	51.264	–	–	–	63	(51.327)	–
Baixas	(54)	–	–	–	(2)	–	(56)
Efeitos da Variação Cambial	(1.264)	(2.178)	(2.920)	(2.129)	(757)	(3.817)	(13.065)
Saldo 31 de Dezembro 2025	**99.631**	**28.694**	**23.835**	**49.602**	**8.770**	**57.454**	**267.986**
Amortização							
Saldo 31 dezembro 2023	(20.521)	(7.388)	(21.036)	–	(3.731)	–	(52.676)
Amortização do exercício	(6.141)	–	–	–	(619)	–	(6.760)
Efeitos da Variação Cambial	(2.465)	–	(5.719)	–	(679)	–	(8.863)
Saldo 31 de Dezembro 2024	**(29.127)**	**(7.388)**	**(26.755)**	**–**	**(5.029)**	**–**	**(68.299)**
Amortização do exercício	(13.400)	–	–	–	(580)	–	(13.980)
Baixas	6	–	–	–	–	–	6
Efeitos da Variação Cambial	1.250	–	2.920	–	360	–	4.529
Saldo 31 de Dezembro 2025	**(41.271)**	**(7.388)**	**(23.835)**	**–**	**(5.249)**	**–**	**(77.744)**
Valor Contábil							
Dezembro de 2024	17.323	23.484	–	51.731	4.436	89.294	186.268
Dezembro de 2025	**58.360**	**21.306**	**–**	**49.602**	**3.521**	**57.454**	190.243

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Desenvolvimento de produtos	Intangível em andamento	Total
Custo					
Saldo 31 dezembro 2023	29.443	9.485	2.536	45.925	87.389
Aquisições	–	–	–	13.061	13.061
Transferências	3.919	–	137	(4.056)	–
Saldo 31 de Dezembro 2024	**33.362**	**9.485**	**2.673**	**54.930**	**100.450**
Aquisições	2.433	–	1	14.081	16.515
Transferências	12.282	–	63	(12.345)	–
Baixas	(54)	–	(2)	–	(56)
Saldo 31 de Dezembro 2025	**48.023**	**9.485**	**2.735**	**56.666**	**116.909**
Amortização					
Saldo 31 dezembro 2023	(11.143)	(6.840)	(1.517)	–	(19.500)
Amortização do exercício	(5.898)	–	(282)	–	(6.180)
Saldo 31 de Dezembro 2024	**(17.041)**	**(6.840)**	**(1.799)**	**–**	**(25.680)**
Amortização do exercício	(6.839)	–	(294)	–	(7.133)
Baixas	6	–	–	–	6
Saldo 31 de Dezembro 2025	**(23.874)**	**(6.840)**	**(2.093)**	**–**	**(32.807)**
Valor Contábil					
Dezembro de 2024	16.321	2.645	874	54.930	74.770
Dezembro de 2025	**24.149**	**2.645**	**642**	**56.666**	**84.102**

Intangível em andamento: O saldo de intangível em andamento refere-se, majoritariamente, a gastos incorridos com desenvolvimento de novos produtos. Futuramente após a conclusão técnica e a disponibilidade para uso, será classificado futuramente para ativo intangível em uso. Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa contendo ágio: Para teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado às divisões operacionais da Companhia, que representam o nível mais baixo dentro da Companhia, em que o ágio é monitorado para os propósitos da Administração interna, nunca acima dos segmentos operacionais da Companhia. Abaixo o saldo do ágio em 31 de dezembro de 2025:

Unidade geradora de caixa	**2025**
Armas e Acessórios	49.602
Total UGC	**49.602**

O teste de recuperabilidade para as UGCs mencionadas acima é realizado anualmente. O montante recuperável da UGC é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. As atualizações destes testes permanecem não indicando necessidade de provisões para perdas por *impairment* sobre o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, dado que o valor em uso supera o valor contábil. Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados: As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são a taxa de desconto dos fluxos de caixa e taxas de crescimento. As premissas utilizadas são conforme abaixo:

Unidade geradora de caixa	Taxa de desconto WACC	Taxa de Crescimento Médio entre 2026 e 2030 31/12/2025	Taxa de desconto WACC	Taxa de Crescimento Médio 31/12/2024
Armas	13,80%	8,30%	13,30%	4,70%

Taxa de desconto: A taxa de desconto para a UGC é representada por uma taxa após impostos (post-tax rate) baseada nos títulos de renda fixa do tesouro norte-americano (T-Bond) de 20 anos, ajustada por um prêmio de risco que reflete os riscos de investimentos em títulos patrimoniais e o risco sistemático da Unidade em questão. Foi estimada, baseada na experiência da Administração com os ativos desta UGC, a média ponderada do custo de capital da indústria em que essa UGC atua, a qual foi calculada com base em uma possível relação dívida/capital total em 31 de dezembro de 2025 de 11,50% a uma taxa de juros de mercado de 8,10%. Taxa de crescimento e perpetuidade: As projeções estão de acordo com o *Business Plan* elaborado pela Administração da Companhia. Espera-se que o crescimento projetado das vendas esteja em linha com a curva observada em anos anteriores e em linha com o crescimento econômico do País. Após o período de projeção, foram considerados o crescimento e percentual constante de crescimento econômico (crescimento na perpetuidade). Para cálculo da perpetuidade em 31 de dezembro de 2025 foi adotada uma taxa de crescimento nominal de 3,50% em linha com a expectativa de inflação de longo prazo projetado pelo BACEN e indicadores macroeconômicos publicados no relatório Focus do BACEN. **19. Empréstimos e financiamentos:** Os termos e condições dos empréstimos e financiamentos em aberto foram os seguintes:

Consolidado

	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	31/12/2025 Valor contratado	31/12/2025 Valor contábil	31/12/2024 Valor contratado	31/12/2024 Valor contábil
BNDES	R$	3,53% a.a.	2030	**100.000**	**99.845**	–	–
FINEP	R$	TJLP (–) 0,38% a.a.	2035	**169.112**	**160.194**	162.048	154.823
BNDES - ABC	R$	7,93% a.a.	2026	**50.000**	**50.230**	–	–
Adiantamento de câmbio	U$	7,90% a 10,00% a.a.	2026	**418.116**	**427.058**	553.951	553.951
Capital de giro - Taurus USA	U$	SOFR Dia +1,95% a.a.	2026	**169.968**	**169.968**	38.764	38.764
				Total	**907.295**		**747.538**
				Passivo circulante	**662.127**		**554.318**
				Passivo não circulante	**245.168**		**193.220**

Controladora

	Moeda	Taxa de juros nominal	Ano de vencimento	31/12/2025 Valor contratado	31/12/2025 Valor contábil	31/12/2024 Valor contratado	31/12/2024 Valor contábil
BNDES	R$	3,53% a. a.	2030	**100.000**	**99.845**	–	–
FINEP	R$	TJLP (–) 0,38% a.a.	2035	**169.112**	**160.194**	162.048	154.823
BNDES - ABC	R$	7,93% a. a.	2026	**50.000**	**50.230**	–	–
Adiantamento de câmbio	U$	7,90% a 10,00% a.a.	2026	**418.116**	**427.058**	553.951	553.951
				Total	**737.327**		**708.774**
				Passivo circulante	**492.159**		**554.318**
				Passivo não circulante	**245.168**		**154.456**
					737.327		**708.774**

Fluxo de pagamentos futuros da dívida divulgados no passivo não circulante:

Ano de vencimento	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
2026	**–**	52.934	**–**	14.170
2027	**45.746**	17.004	**45.746**	17.004
2028	**45.746**	17.004	**45.746**	17.004
2029 em Diante	**153.676**	106.278	**153.676**	106.278
	245.168	193.220	**245.168**	154.456

Abaixo a movimentação dos empréstimos:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**528.976**	**505.835**
(+) Captações líquidas de custo de estruturação	2.193.928	566.856
(–) Amortizações	(2.107.354)	(491.257)
(–) Pagamentos de juros	(47.850)	(45.183)
(+) Despesa de juros	54.310	51.643
(+/–) Variação cambial	125.528	120.880
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**747.538**	**708.774**
(+) Captações líquidas de custo de estruturação	1.815.031	529.785
(–) Amortizações	(1.595.674)	(441.631)
(–) Pagamentos de juros	(67.202)	(57.282)
(+) Despesa de juros	63.657	53.736
(+/–) Variação cambial	(56.054)	(56.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**907.295**	**737.327**

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, recebíveis de clientes e hipoteca de imóveis, quotas e aval de controladas. Os avais concedidos pela controladora e suas controladas estão demonstrados na nota explicativa 25 - Partes relacionadas. Certos contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia e suas controladas contêm cláusulas restritivas que limitam certas modificações societárias, entre elas: alteração do controle direto ou indireto da Companhia, redução do capital social da Companhia e/ou da sua controladora, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos aos acionistas pela Companhia e/ou sua controladora em caso de mora com qualquer das obrigações e redução de capital social da Companhia. Caso não sejam atendidas as restrições, os credores poderão antecipar o vencimento. **BNDES - Programa Brasil Soberano:** Em 05/12/2025, a Companhia firmou contrato com o BNDES para obtenção de financiamento por meio da linha BNDES - Programa Brasil Soberano Crédito Emergencial, na modalidade Giro Diversificação, abrangendo apoio direto e apoio indireto. O objetivo desse financiamento é impulsionar o desenvolvimento de novos mercados e ampliar a presença da Companhia no cenário internacional. Apoio Direto: Foi contratado o valor de R$ 100.000, com desembolso em parcela única na data de 26/12/2025. O financiamento possui prazo total de 60 meses, incluindo 12 meses de carência, e taxa de juros de 3,53% ao ano. Apoio Indireto: No apoio indireto, foi contratado o valor de R$ 50.000 junto ao Banco ABC Brasil S.A., também com desembolso em parcela única na data de 08/12/2025. O financiamento conta com prazo total de 60 meses, incluindo 12 meses de carência, e taxa de juros de 7,83% ao ano. **FINEP:** Em junho de 2023, a Companhia assinou contrato com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, para financiamento de projetos relacionados à inovação e infraestrutura de pesquisa. O objetivo com esse financiamento é acelerar o desenvolvimento do plano estratégico, trazendo tecnologia de ponta para a planta industrial e acelerar o lançamento de novos produtos aumentando assim nossa participação no mercado. Dentre os projetos de pesquisa, o destaque é o Projeto de Novas Tecnologias em Materiais, que busca materiais com maior resistência mecânica e à corrosão, permitindo a produção de componentes com maior durabilidade e segurança. Nesse sentido, o Centro Integrado de Tecnologia e Engenharia Brasil/EUA - CITE está trabalhando no projeto voltado para a adição de novos produtos e tecnologia, para proporcionar maior resistência e durabilidade às armas. O valor total do financiamento é de R$ 195,2 milhões, dos quais a Taurus vai ter 90% do projeto financiado, o que representa um total financiado de R$ 175,7 milhões e o restante sob responsabilidade da Companhia em contrapartidas de 10% que representam R$ 19,5 milhões. O projeto tem carência de 36 meses e 108 meses para amortização. Até 31 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu R$ 169 milhões referente a este contrato. Cláusulas restritivas: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui Contratos de Câmbio e financiamentos com instituições financeiras, os quais preveem o vencimento antecipado caso a Companhia não cumpra com os seguintes índices financeiros: o índice obtido pela razão entre a dívida líquida e o Ebitda seja superior a 3,0 (três inteiros) ou o índice obtido pela razão entre o Ebitda e a Despesa Financeira Líquida seja igual ou inferior a 1,2 (um inteiro e vinte centésimos). Tais índices devem ser verificados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme previsto nos contratos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não atendia ao índice obtido pela razão entre a dívida líquida e o Ebitda. Contudo, conforme mencionado na nota explicativa 33 sobre eventos subsequentes, a Companhia obteve formalmente o waiver junto às instituições financeiras envolvidas, afastando os efeitos de vencimento antecipado das operações na referida data. A controlada Taurus Holding Inc. possui linha de crédito junto ao Fifth Third Bank, a qual estabelece a obrigatoriedade de cumprimento de determinados requisitos de reporte e de um covenant financeiro. O contrato prevê a manutenção de um Índice Mínimo de Cobertura de Encargos Fixos (Minimum Fixed Charge Coverage Ratio), calculado de acordo com os US GAAP, em base consolidada, o qual não pode ser inferior a 1,10:1,00, apurado sobre os últimos 12 meses, considerando o encerramento do mês fiscal mais recente do período de verificação. Na data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia atendia integralmente a todos os requerimentos contratuais aplicáveis.

20. Fornecedores:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Fornecedor no país - Terceiros	**53.674**	80.240	**38.636**	61.229
Fornecedor no país - Partes relacionadas	**7.923**	8.144	**7.923**	8.947
Fornecedor no exterior - Terceiros	**52.538**	72.504	**7.517**	9.019
Fornecedor no exterior - Partes relacionadas	**413**	542	**1.622**	2.397
	114.548	161.430	**55.698**	81.592
Circulante	**113.327**	156.253	**54.477**	76.415
Não Circulante	**1.221**	5.177	**1.221**	5.177

21. Outras obrigações:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Dividendos a pagar	**539**	25.744	**539**	25.744
Comissões sobre vendas	**13.454**	7.842	**11.425**	4.051
Provisão honorários a pagar	**2.691**	–	**2.691**	–
Acordos judiciais a liquidar	**7.014**	9.071	**7.014**	9.071
Seguros e frete	**20.173**	23.375	**4.836**	2.681
Adiantamentos de Clientes	**12.351**	24.812	**10.902**	13.548
Adiantamento Alienação Imóvel Taurus Nordeste	**4.500**	4.500	**–**	–
Marketing	**–**	20.874	**–**	–
Débitos com partes relacionadas	**2.390**	2.154	**2.390**	2.988
Ganho de subvenção governamental a realizar	**34.646**	38.291	**–**	–
Provisão para Passivo a Descoberto	**–**	–	**1.371**	385
Outros	**1.212**	2.372	**2.533**	1.421
	98.970	159.035	**43.701**	59.889
Circulante	**54.825**	106.233	**34.129**	49.350
Não Circulante	**44.145**	52.802	**9.572**	10.539

Abertura do Circulante	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	**539**	25.744	**539**	25.744
Adiantamento de Clientes	**12.352**	24.812	**10.902**	13.548
Outras Obrigações	**41.934**	55.677	**22.688**	10.058
Abertura do Não Circulante				
Débitos com Outras Partes Relacionadas	**2.390**	2.154	**2.390**	2.154
Provisão para Passivo a Descoberto	**–**	–	**1.371**	385
Outras Obrigações	**41.755**	50.648	**5.811**	8.000
Total	**98.970**	159.035	**43.701**	59.889

22. Salários e encargos sociais - obrigações sociais e trabalhistas:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Salários	**1.699**	3.484	**(88)**	1.258
Provisão para Bônus	**8.036**	26.625	**7.881**	12.068
Contribuições a recolher	**8.199**	8.135	**7.326**	7.243
Provisões (férias e 13º salário)	**14.353**	16.291	**12.037**	13.869
	32.287	54.535	**27.156**	34.438

23. Impostos, taxas e contribuições (obrigações fiscais):

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
ICMS	**534**	1.376	**236**	727
IPI	**6.299**	5.768	**6.225**	5.627
PIS	**717**	91	**635**	56
COFINS	**3.301**	159	**2.927**	–
Imposto Especial - FAET (USA)	**24.656**	36.341	**–**	–
IRRF	**4.186**	1.774	**3.045**	1.499
Imposto de Renda e Contribuição Social	**379**	10.419	**–**	10.189
Demais Parcelamentos (*)	**19.620**	12.140	**15.228**	5.656
Outros	**7.871**	7.635	**6.067**	5.905
	67.563	75.703	**34.363**	29.659
Circulante	53.419	71.549	22.205	29.578
Não Circulante	14.144	4.154	12.158	81

24. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários: Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência ou obrigação, utilizando uma estimativa razoável para ser feita. A Companhia, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para perdas com processos judiciais em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas conforme apresentado abaixo:

Consolidado

	31/12/2025 Provisão	31/12/2025 Depósito Judicial (1)	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Trabalhistas	41.967	(1.685)	40.282	26.616
Cíveis	39.899	(6.778)	33.121	25.546
Tributárias	5.278	(52.505)	(47.227)	(3.010)
	87.144	**(60.968)**	**26.176**	49.152
Classificado no passivo circulante	31.976			
Classificado no passivo não circulante	55.168			

(1) Registrado em outros ativos não circulantes.

Controladora

	31/12/2025 Provisão	31/12/2025 Depósito Judicial (1)	31/12/2025 Líquido	31/12/2024 Líquido
Trabalhistas	40.782	(1.571)	39.211	26.260
Cíveis	20.525	(6.777)	13.748	15.931
Tributárias	3.723	(52.215)	(48.492)	(4.526)
	65.030	**(60.563)**	**4.467**	37.665
Classificado no passivo circulante	12.256			
Classificado no passivo não circulante	52.774			

(1) Registrado em outros ativos não circulantes. Segue movimentação das provisões:

Consolidado

	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	59.830	51.773	111.603
Provisões feitas durante o exercício	32.615	15	32.630
Provisões utilizadas durante o exercício	(5.865)	(3.349)	(9.214)
Baixa de provisão	(3.663)	(43.161)	(46.824)
Efeito de variações	(1.051)	–	(1.051)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**81.866**	**5.278**	**87.144**

Controladora

	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	48.902	49.938	98.840
Provisões feitas durante o exercício	20.081	–	20.081
Provisões utilizadas durante o exercício	(4.179)	(46.207)	(7.237)
Baixa de provisão	(3.497)	(8)	(46.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**61.307**	**3.723**	**65.030**

A Companhia e suas controladas possuem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS não requererem sua contabilização, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado 31/12/2025 Possível	Consolidado 31/12/2024 Possível	Controladora 31/12/2025 Possível	Controladora 31/12/2024 Possível
Cível	**240.806**	177.014	**224.989**	160.231
Trabalhista	**52.089**	51.720	**51.559**	50.651
Tributário	**48.511**	73.219	**46.646**	71.327
	341.406	301.953	**323.194**	282.209

a) Processos Trabalhistas: A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente pedidos de horas extras, insalubridade, periculosidade, diferenças salariais por equiparação salarial, indenização por acidentes do trabalho e doença ocupacional, entre outros. **b) Processos Cíveis:** Exceto em relação às ações judiciais cíveis listadas abaixo, nenhuma outra ação judicial cível se refere a valores individualmente significativos e as discussões envolvem principalmente ações individuais relacionadas à responsabilidade civil da Companhia sobre os produtos os quais fábrica e comercializa, estes demais processos classificados como risco possível de perda, perfazem a quantia de R$ 59,6 milhões para fins consolidados. ***Ação Civil Pública - Estado de São Paulo:*** O Estado de São Paulo ajuizou Ação Civil Pública contra a Taurus, em trâmite perante a 9ª Vara da Fazenda Pública de SP, pautada no Processo Administrativo Sancionatório nº CS-MAM-03/30/2014, o qual foi anulado pela ação judicial nº 1063871-61.2019.8.26.0053 ajuizada pela Taurus, em razão da prescrição. Na Ação Civil Pública, o Estado de São Paulo alega, em síntese, que as 3.698 carabinas modelo CT30 adquiridas entre os anos de 2007 e 2011 apresentaram defeitos ao longo do uso. Na ação, o Estado de São Paulo requereu liminarmente a imediata destruição de parte das carabinas e, no mérito, requereu a condenação da Taurus ao pagamento da quantia de R$ 40,3 milhões relativos aos supostos danos materiais e ao pagamento de danos morais coletivos, em valor a ser arbitrado pelo juízo. No dia 19 de junho de 2024, foi proferida decisão judicial que deferiu a liminar requerida pelo Estado de São Paulo. Após a citação, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e foi concedida a suspensão da decisão liminar que determinou a destruição das armas. Em prosseguimento, a Companhia apresentou contestação. Atualmente, o processo aguarda o julgamento do Agravo Interno interposto pelo Estado de São Paulo contra a decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que deferiu o efeito suspensivo da liminar acima mencionada. De acordo com seus assessores jurídicos, este processo foi classificado como de perda possível e seu valor atualizado em R$ 50,7 milhões. ***Ação Civil Pública - Distrito Federal:*** O Distrito Federal ("DF") ajuizou ação civil pública com pedido de liminar contra a Taurus, em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda Pública do DF, pautado no Processo Administrativo Sancionatório nº 054.002.970/2016 instaurado pela Polícia Militar do Distrito Federal e que culminou na aplicação da penalidade de suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração Pública do Distrito Federal pelo prazo de 12 (doze) meses. Na Ação Civil Pública, o Distrito Federal alega, em síntese, prejuízos coletivos e ao erário diante dos supostos defeitos nas pistolas comercializadas pela Taurus durante o período de 2006 até 2011. Diante disso, o Distrito Federal requereu liminarmente o bloqueio de bens da Companhia na quantia total de R$ 54,8 milhões, e, no mérito, requereu o pagamento da quantia de R$ 49,8 milhões relativos a supostos prejuízos ao erário, e a condenação ao pagamento de danos morais coletivos, na quantia de R$ 5 milhões. No dia 19 de fevereiro de 2021, foi proferida decisão judicial que indeferiu a liminar requerida e determinou a citação da Taurus. Em 23 de junho de 2021 a Companhia recebeu mandado de citação. Em sede de Agravo de Instrumento interposto pelo Distrito Federal contra a decisão que inferiu a liminar, foi indeferida a tutela de urgência recursal requerida. No dia 18 de junho de 2021, a Companhia apresentou suas contrarrazões ao agravo de tutela de urgência do DF. Em prosseguimento, a Companhia apresentou contestação e, subsequentemente, o Distrito Federal juntou réplica, determinando-se, posteriormente, a abertura de vista para manifestação do Ministério Público e conclusão para decisão de saneamento do processo. Proferida a decisão saneadora em 20 de julho de 2021, as partes foram intimadas para indicar outras provas que pretendem produzir. Da decisão saneadora, a Companhia peticionou requerendo ajustes à decisão, o que restou indeferido; e o Distrito Federal interpôs Agravo de Instrumento pugnando pela inversão do ônus da prova e suspensão do feito, o qual foi indeferido. O Distrito Federal recorreu da decisão e, em 2ª instância, restou deferido o efeito suspensivo ao agravo. Em novembro de 2021, foram desprovidos os agravos de instrumentos que versavam sobre inversão do ônus da prova e a tutela de urgência, interpostos pelo DF. Em fevereiro de 2022, o agravo de instrumento que versava sobre prescrição e decadência, interposto pela Companhia, foi parcialmente provido a fim de determinar a não incidência do Código de Defesa do Consumidor e de normas do processo coletivo. Das decisões de ambos os agravos, o Distrito Federal interpôs Recurso Especial, sendo contrarrazoado pela Companhia. Em agosto de 2022 os recursos especiais foram inadmitidos, com posterior interposição de agravos pelo DF, aos quais foram negados provimento em outubro 2023, transitando em julgado, com posterior retorno dos autos à origem para prosseguimento da fase de instrução. Em novembro de 2023, os autos tiveram a alteração da classe de ação civil pública para procedimento comum cível, requerido pela Companhia. Atualmente o processo está em fase de instrução e aguarda decisão do Agravo de Instrumento, interposto pela Taurus, em face da decisão saneadora do juízo. De acordo com seus assessores jurídicos, este processo foi classificado como de perda possível e seu valor atualizado em R$ 71,9 milhões. ***Processo Administrativo e Judicial - PMESP:*** *I - PMESP - Processo Administrativo Pistola 24/7:* A Companhia foi citada para apresentar defesa no processo administrativo promovido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo (Processo Sancionatório nº CS-MAM002/30/16) no qual está sob discussão a possibilidade ou não de descumprimento parcial ou total de contrato para aquisição e fornecimento de 98.465 (noventa e oito mil quatrocentas e sessenta e cinco) armas de fogo, tipo pistola, modelos 24/7 e 640, entre os anos de 2007 a 2011. Em 18 de maio de 2020 foi publicada decisão que aplicou sanção à Taurus de multa no valor de R$ 12,7 milhões, bem como de pena de suspensão de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado de São Paulo por 2 (dois) anos. Entretanto, a decisão sancionatória do processo administrativo foi anulada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo através da decisão definitiva proferida na ação cautelar ajuizada pela Companhia, a qual determinou o retorno do processo administrativo para a fase instrutória. Em prosseguimento, sobreveio decisão administrativa, em 13.11.2021, acolhendo integralmente a proposta sancionatória proferida pelo Major da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em relatório aditivo datado de 12.11.2021, no sentido de aplicar multa contratual no valor de R$ 25,1 milhões, assim como a pena de suspensão para licitar e contratar com a Administração por 2 (dois) anos. Dessa decisão, a Taurus interpôs recurso administrativo, obtendo o efeito suspensivo. Em 01.12.2021 foi proferida a decisão de parcial provimento do recurso administrativo da Companhia, anulando a penalidade de multa e de suspensão de licitar e contratar, bem como determinando as providências para realização de perícia técnica independente nas pistolas. Atualmente, aguarda-se a adoção das providências para a realização da perícia técnica. Segundo a avaliação jurídica, o risco de perda nesse processo administrativo é classificado como possível e seu valor atualizado em R$ 25,1 milhões. *II - PMESP - Processo Judicial SMT 40:* Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia recebeu citação de processo judicial na qual o Estado de São Paulo requer a rescisão do contrato de fornecimento de 5.931 (cinco mil novecentas e trinta e uma) submetralhadoras, modelo SMT 40, firmado em 2011 com a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a devolução do valor pago na época, de R$ 21,7 milhões, acrescidos de atualização monetária e outros consectários legais. A Companhia apresentou defesa no processo e, posteriormente foi realizada manifestação pela Fazenda Pública e Ministério Público. Atualmente o processo está em fase de instrução e aguarda a produção da perícia técnica. De acordo com seus assessores jurídicos, este processo foi classificado como de perda possível, estimado em R$ 32,7 milhões. **c) Processos Tributários:** Exceto em relação às ações tributárias listadas abaixo, nenhuma outra ação judicial se refere a valores individualmente significativos e/ou ainda estão em fase administrativa. Estes demais processos classificados como risco possível de perda, perfazem a quantia de R$ 17,4 milhões. ***Processo administrativo Fiscal - União:*** Trata-se de processo administrativo Fiscal (PAFs) interposto pela União contra a Taurus, nº 11065.721.776/2016-02 e 11065.721.777/2016-49, nos quais versam sobre o lucro do exterior da Taurus Holdings de 2010, falta de comprovação do imposto pago no exterior, objetivando a restituição e compensação do saldo negativo de IRPJ do AC 2010, glosa dos créditos de Income Tax pagos por Taurus Holdings, Inc. nos EUA. Apresentada impugnação pela Taurus, esta foi julgada improcedente, decisão contra qual foi interposto Recurso Voluntário, no qual, atualmente, aguarda-se julgamento. O prognóstico de perda nestes processos é classificado como possível e o valor envolvido acumulado dos dois processos é de R$ 16,1 milhões. ***Execução Fiscal - Estado do Rio Grande do Sul:*** Trata-se de Execução Fiscal proposta em face da Taurus, nº 5000112-85.2021.8.21.0033, em que a Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul executa a Certidões de Dívida Ativa nº 20/50424, relativo a crédito de ICMS. Foi apresentado Seguro-Garantia e defesa por meio de embargos à execução nº 5004008-39.2021.8.21.0033 pela Taurus. Os embargos foram julgados parcialmente procedentes, somente a fim de deferir a redução da multa fiscal aplicada (100%). Após a manutenção da decisão em recuso de apelação, a Taurus recorreu aos Tribunais Superiores, no qual aguarda-se decisão. Atualmente, os autos, em recurso extraordinário, estão sobrestados, aguardando análise à luz do Tema 863 do STF. O prognóstico de perda neste processo é classificado como possível e o valor envolvido é de R$ 8,7 milhões. ***Processo administrativo Fiscal - Receita Federal:*** Trata-se de processo administrativo em face da Polimetal, nº 11065-720.453/2016-93, decorrente de autos de infração lavrados para cobrança de Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") em razão da glosa dos créditos de prejuízo fiscal e base negativa, utilizados para compensação com o lucro real apurado no ano de 2012. Alegou a Receita Federal que houve mudança de controle societário e da atividade da Polimetal, fatos esses impeditivos à compensação dos prejuízos fiscais. Apresentada impugnação pela Taurus, esta foi julgada improcedente, decisão contra qual foi interposto Recurso Voluntário, no qual, atualmente, aguarda-se julgamento. O prognóstico de perda neste processo é classificado como possível e o valor envolvido é de R$ 6,3 milhões. **Causas Ativas:** A Companhia também possui o montante equivalente a R$ 84,8 milhões em causas ativas, que se classificam como ativos contingentes, e que não estão reconhecidos contabilmente. Abaixo são destacados os principais processos: ***Mandado de Segurança - Estado de São Paulo:*** Trata-se de mandado de segurança, nº 1012074-41.2022.8.26.005, impetrado pela Taurus em face do Estado de São Paulo buscando a inexigibilidade do DIFAL/ICMS nas hipóteses em que realizadas operações interestaduais de circulação de mercadorias, que tenham como destinatário consumidor final não contribuinte localizado no território paulista. Em 09 de maio de 2022 foi prolatada a sentença denegando o pedido. Da decisão, foi interposto recurso de apelação pela Taurus, ao qual foi negado provimento. Após, a Taurus recorreu através de recurso especial e recurso extraordinário, onde apenas este foi admitido e distribuído ao STF. Da inadmissão, foi interposto agravo em Recurso Especial, e, ante ao não conhecimento, também interposto agravo Interno, o que foi negado provimento à Taurus. Atualmente, o Recurso Extraordinário se encontra sobrestado aguardando o julgamento do tema 1266/STF. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como provável e o valor envolvido é de R$ 23,7 milhões. ***Ação Declaratória - União Fazenda Nacional:*** A Taurus ajuizou a ação declaratória, nº 5037146-07.2025.4.04.7100, com o objetivo de revisar o índice do FAP dos anos-vigência 2019, 2020 e 2023 e, com o reconhecimento do direito à exclusão dos insumos e revisão do índice, postula-se pelo reconhecimento do direito à compensação administrativa dos valores pagos a maior a título de RAT. Em 07 de outubro de 2025 foi proferida sentença de parcial procedência, declarando o direito da Taurus à revisão dos índices FAP (vigências 2019, 2020 e 2023) e condenando a União à repetição do indébito. Atualmente, aguarda-se decisão do recurso de apelação interposto pela Taurus. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como possível e o valor envolvido é de R$ 6,7 milhões. ***Ação Monitória - Fazenda Pública do Estado do Rio Grande do Norte:*** A Taurus ajuizou ação monitória objetivando a cobrança da Nota Fiscal nº 18565, referente ao fornecimento de coletes à prova-de-balas em face da Fazenda Pública do Rio Grande do Norte. A referida ação principal de nº 0010866-28.2006.8.20.0001 tramitou na 1ª Vara da Fazenda Pública do foro de Natal/RN e foi julgada procedente para constituir o título executivo por quantia certa em favor da Taurus, com trânsito em julgado em 09 de setembro de 2016. O processo principal teve prosseguimento em apartado do cumprimento de sentença de nº 0824885-55.2017.8.20.5001, no qual foi executado, em favor da Taurus, o valor global de R$ 3.7 milhões. O cumprimento de sentença foi parcialmente impugnado pela Fazenda Pública, sendo a Companhia intimada para adequação da sua planilha de cálculos aos critérios fixados na decisão. Apresentada nova planilha de cálculos pela Companhia, demonstrando diferenças devidas pelo Estado do Rio Grande do Norte, em agosto de 2022 sobreveio a sentença de homologação dos referidos cálculos, determinando a expedição de precatório complementar. Atualmente, o processo se encontra arquivado definitivamente e aguarda-se o pagamento dos precatórios no valor global atualizado. O prognóstico de ganho neste processo é classificado como provável e, atualmente, o valor envolvido é de R$ 4,8 milhões. **25. Partes Relacionadas:** A Controladora, as controladas e pessoas ligadas realizam operações entre si, relativas a aspectos financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. As operações envolvendo a Companhia e a controlada Taurus Holdings, Inc. referem-se a vendas de armas para serem comercializadas pela controlada no mercado americano. Em relação às operações envolvendo a Companhia e a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda., estas referem-se à compra de produtos em processo, uma vez que a controlada realiza uma parte do processo produtivo do segmento de armas. Importante destacar que as vendas da controlada são realizadas majoritariamente a Companhia Brasileira de Cartuchos, também dentre as partes relacionadas do grupo. A empresa Taurus Investimentos Imobiliários é a empresa detentora dos terrenos e edificações onde ficam as sedes da Taurus Armas e Polimetal (RS) e Taurus Helmets (PR), além das propriedades para investimento em Porto Alegre (RS). As operações com essa empresa ocorrem através do pagamento de aluguéis e operações de mútuos. Fundada em 1969 e sediada em Brasília, a Associação Nacional da Indústria de Armas e Munições - ANIAM é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que representa a indústria e o comércio de armas e munições do Brasil e tem como Presidente o Sr. Salesio Nuhs que é também Presidente Global da Taurus Armas. A Taurus Armas S/A é uma associada desta entidade e realiza contribuições mensais conforme demonstrado no quadro abaixo. A Sociedade Brasileira para Conservação da Fauna (SBCF), tendo como mantenedora a parte relacionada CBC, é uma organização privada sem fins lucrativos que se propõe a estimular, junto aos governantes e à sociedade civil, a adoção de uma nova proposta estratégica a fim de buscar a conservação e o uso racional da fauna silvestre brasileira. A SBCF tem como Presidente o Sr. Salesio Nuhs que é também Presidente Global da Taurus Armas e como Diretor Financeiro o Sr. Sérgio Sgrillo que também é Diretor Financeiro e RI da Taurus Armas. A Taurus Armas S/A é uma associada desta entidade e realiza contribuições mensais demonstrado no quadro abaixo. As transações realizadas com partes relacionadas observam condições de preços e prazos efetuados de acordo com o pactuado entre as partes e não são comparáveis com as praticadas com outras partes não relacionadas. Em 31 de dezembro de 2025, as operações envolvendo a Taurus Armas S.A. e suas Partes Relacionadas referem-se, principalmente, à venda de armas para comercialização, compra de munições, peças e assessórios.

O montante dessas operações está demonstrado abaixo:

Controladora

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total do ativo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Receita	Despesa	Total do resultado
Empresas Consolidadas 31 de dezembro de 2024									
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	–	–	**–**	1	–	**1**	–	–	**–**
Taurus Holdings, Inc.	46.799	–	**46.799**	1.855	–	**1.855**	617.950	–	**617.950**
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	5.249	24.463	**29.712**	126	–	**126**	1.807	(5.786)	**(3.979)**
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	–	370	**370**	–	–	**–**	27	–	**27**
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	2.069	3.241	**5.310**	700	–	**700**	722	–	**722**
AMTT Taurus Comercio Varejista Ltda.	2.546	–	**2.546**	–	–	**–**	1.411	–	**1.411**
	56.663	**28.074**	**84.737**	**2.682**	**–**	**2.682**	**621.917**	**(5.786)**	**616.131**
Empresas Não Consolidadas 31 de dezembro de 2024									
Companhia Brasileira de Cartuchos	1.982	–	**1.982**	5.106	–	**5.106**	20.179	(23.170)	**(2.991)**
CBC Brasil Comércio e Distribuição	34.804	–	**34.804**	–	–	**–**	120.131	–	**120.131**
GN Importações	–	–	**–**	1	–	**1**	18	–	**18**
Taurus JM Indústria de Peças	–	2.956	**2.956**	3.038	2.155	**5.193**	260	(214)	**46**
Jindal Defence Systems Private Limited	4.315	14.254	**18.569**	34	–	**34**	–	–	**–**
ANIAM - Assoc. Nac. da Ind. de Armas e Munições	–	–	**–**	–	–	**–**	–	(3.619)	**(3.619)**
ABIMDE - Assoc. Bras. das Ind. de Materiais de Defesa e Segurança	–	–	**–**	–	–	**–**	–	(645)	**(645)**
CBC Taurus Arabia Holding, LLC.	–	–	**–**	–	–	**–**	–	–	**–**
	41.101	**17.210**	**58.311**	**8.179**	**2.155**	**10.334**	**140.588**	**(27.648)**	**112.940**
Total em 31 de dezembro de 2024	**97.764**	**45.284**	**143.048**	**10.861**	**2.155**	**13.016**	**762.505**	**(33.434)**	**729.071**
Empresas Consolidadas 31 de dezembro de 2025									
Taurus Helmets Indústria de Capacetes Ltda.	1.892	–	**1.892**	1	–	**1**	–	–	**–**
Taurus Holdings, Inc.	24.652	–	**24.652**	1.209	–	**1.209**	470.444	–	**470.444**
Taurus Investimentos Imobiliários Ltda.	5.697	47.315	**53.012**	7	–	**7**	4.642	(6.445)	**(1.803)**
Taurus Máquinas-Ferramenta Ltda.	–	751	**751**	–	–	**–**	75	–	**75**
Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda.	5.949	9.501	**15.450**	6	–	**6**	1.770	–	**1.770**
AMTT Taurus Comercio Varejista Ltda.	2.843	–	**2.843**	–	–	**–**	1.465	–	**1.465**
	41.033	**57.567**	**98.600**	**1.223**	**–**	**1.223**	**478.396**	**(6.445)**	**471.951**
Empresas Não Consolidadas 31 de dezembro de 2025									
Companhia Brasileira de Cartuchos	241	–	**241**	2.989	–	**2.989**	1.153	(19.277)	**(18.124)**
CBC Brasil Comércio e Distribuição	18.754	–	**18.754**	3	–	**3**	–	(3.297)	**(3.297)**
GN Importações	–	–	**–**	–	–	**–**	10	–	**10**
Taurus JM Indústria de Peças	1.475	3.279	**4.754**	4.917	2.390	**7.307**	417	(304)	**113**
Jindal Defence Systems Private Limited	2.624	13.227	**15.851**	–	–	**–**	–	–	**–**
ANIAM - Assoc. Nac. da Ind. de Armas e Munições	–	–	**–**	–	–	**–**	–	–	**–**
ABIMDE - Assoc. Bras. das Ind. de Materiais de Defesa e Segurança	–	–	**–**	–	–	**–**	–	–	**–**
CBC Taurus Arabia Holding, LLC.	–	–	**–**	413	–	**413**	–	–	**–**
	23.094	**16.506**	**39.600**	**8.322**	**2.390**	**10.712**	**1.580**	**(22.878)**	**(21.298)**
Total em 31 de dezembro de 2025	**64.127**	**74.073**	**138.200**	**9.545**	**2.390**	**11.935**	**479.976**	**(29.323)**	**450.653**

Consolidado

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total do ativo	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total do passivo	Receita	Despesa	Total do resultado
Empresas Não Consolidadas 31 de dezembro de 2024									
Companhia Brasileira de Cartuchos	1.982	–	**1.982**	5.106	–	**5.106**	20.179	(23.170)	**(2.991)**
CBC Brasil Comércio e Distribuição	34.804	–	**34.804**	–	–	**–**	120.131	–	**120.131**
GN Importações	–	–	**–**	1	–	**1**	18	–	**18**
Taurus JM Indústria de Peças	–	2.956	**2.956**	3.038	2.155	**5.193**	260	(214)	**46**
Jindal Defence Systems Private Limited	4.315	14.254	**18.569**	34	–	**34**	–	–	**–**
ANIAM - Assoc. Nac. da Ind. de Armas e Munições	–	–	**–**	–	–	**–**	–	(3.619)	**(3.619)**
ABIMDE - Assoc. Bras. das Ind. de Materiais de Defesa e Segurança	–	–	**–**	–	–	**–**	–	(645)	**(645)**
Total em 31 de dezembro de 2024	**41.101**	**17.210**	**58.311**	**8.179**	**2.155**	**10.334**	**140.588**	**(27.648)**	**112.940**
Empresas Não Consolidadas 31 de dezembro de 2025									
Companhia Brasileira de Cartuchos	180	–	**180**	3.004	–	**3.004**	7.293	(19.277)	**(11.984)**
CBC Brasil Comércio e Distribuição	18.754	–	**18.754**	3	–	**3**	–	(3.297)	**(3.297)**
GN Importações	–	–	**–**	–	–	**–**	10	–	**10**
Taurus JM Indústria de Peças	1.475	3.279	**4.754**	4.917	2.390	**7.307**	417	(304)	**113**
Jindal Defence Systems Private Limited	2.624	13.227	**15.851**	–	–	**–**	–	–	**–**
CBC Taurus Arabia Holding, LLC.	–	–	**–**	413	–	**413**	–	–	**–**
Total em 31 de dezembro de 2025	**23.033**	**16.506**	**39.539**	**8.336**	**2.390**	**10.726**	**7.720**	**(22.878)**	**(15.158)**

Em 31 de dezembro de 2025 os saldos totais com partes relacionadas estão discriminados abaixo. Estes saldos corroboram, no que diz respeito a partes relacionadas, com as linhas já apresentadas nas notas explicativas anteriores.

	Controladora
Clientes (nota 9)	48.882
Outros Ativos (nota 12)	89.318
Total dos ativos	**138.200**
Outras obrigações (nota 21)	2.390
Contas a pagar (nota 20)	9.545
Total dos passivos	**11.935**

	Consolidado
Clientes (nota 9)	21.878
Outros Ativos (nota 12)	17.661
Total dos ativos	**39.539**
Outras obrigações (nota 21)	2.390
Contas a pagar (nota 20)	8.336
Total dos passivos	**10.726**

Em março de 2025, a CBC Brasil Distribuidora encerrou sua atuação como distribuidora da Taurus no mercado brasileiro. Como parte das condições pactuadas, foi acordada a devolução integral dos estoques remanescentes em posse da empresa CBC, totalizando R$ 32,7 milhões, desses, R$ 5,8 milhões já foram devolvidos até 31 de dezembro de 2025. O saldo remanescente do estoque está em negociação para ser comercializado pela CBC. O valor em contas a receber, correspondente a R$ 18,7 milhões, referente a essa operação será liquidado por meio de sete parcelas mensais e iguais de R$ 2,7 milhões, com início previsto para janeiro de 2026. O atendimento do segmento está sendo realizado por empresas que já atuam como distribuidores da Companhia e algumas lojas no Brasil serão atendidas diretamente pelo departamento comercial da Taurus. Plataforma de Marketplace: A Companhia opera em parceria com sua parte relacionada e controladora Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC) uma plataforma de Marketplace. Marketplace é o conceito mais coletivo de vendas online. Nessa plataforma, diferentes lojas podem anunciar seus produtos, dando ao cliente um leque de opções, as lojas, chamadas *sellers* nesta operação aderem a plataforma de Marketplace e pagam uma taxa pela utilização da plataforma e, também royalties sobre as vendas realizadas através da plataforma para o operador de Marketplace. Na plataforma de Marketplace da Companhia, um dos *sellers* operadores é a empresa GN Importações Ltda. (GN), que possui em seu quadro societário o Sr. Guilherme Nuhs e da Sra. Mara Nuhs, que possuem grau de parentesco com o Presidente da Companhia Sr. Salesio Nuhs, desta forma parte relacionada. A Companhia possui contratos formalizados para utilização e operação da plataforma em condições igualitárias de mercado para todos os *sellers* que aderem a plataforma dentro das condições estabelecidas pelas companhias Taurus e CBC, e desta forma a empresa GN aderiu as mesmas condições oferecidas aos demais operadores. Nas operações realizadas pela GN na plataforma de Marketplace, a GN paga a taxa mensal pelo uso da plataforma de R$ 500,00, sendo R$ 250,00 para Taurus Armas e R$ 250,00 para a CBC, e pelas vendas realizadas e utilização da marca, royalties de 20%, sendo que em exceções por necessidade de realização de alguma promoção de vendas e que esteja aprovada entre as partes, o percentual de Royalties poderá ser inferior. Operações de diretores e conselheiros: Os diretores e conselheiros detêm percentual não material das ações com direito de voto da Companhia. **Remuneração de Diretores e Conselheiros:** A remuneração dos diretores e conselheiros inclui salários, honorários e benefícios:

	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Remuneração e benefícios dos Diretores Estatutários	**12.475**	5.858	**12.475**	5.858
Plano de pagamento baseado em ações	**8.542**	12.230	**8.542**	12.230
Remuneração e benefícios do Conselho de Administração	**1.025**	1.044	**1.025**	1.044
Remuneração e benefícios do Conselho Fiscal	**745**	645	**745**	645
	22.787	19.777	**22.787**	19.777

A remuneração da Diretoria Estatutária é composta de uma parte fixa e uma parte variável. Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal. Remuneração Variável - É composta de remuneração de curto prazo e participação nos resultados (quando aplicável), e longo prazo (*stock grant*) - As metas estabelecidas pela Companhia para avaliação dos Administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos e permanência deles na Companhia. O ganho no Plano de Pagamento Baseado em Ações *(stock grant)* está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo, ao mesmo, tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo. Vide maiores informações sobre o Plano de Pagamento Baseado em Ações na nota explicativa 27. Avais entre partes relacionadas: A Controlada Taurus International possui limite de crédito junto a Instituição Bancária nos Estados Unidos 53RD Bank, limite que possui garantia adicional de Aval de sua Controladora Taurus Armas S.A. Em 31 de dezembro de 2025 a dívida garantida perfaz o total de R$ 169,9 milhões (R$ 38,8 milhões em 31 de dezembro de 2024).

continua –★

continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidada em 31 de dezembro de 2025 da Taurus Armas S.A. - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado

26. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia é de R$ 548,1 milhões (R$ 448,1 milhões em 31 de dezembro de 2024), representado por 139.297.877 ações, sendo 51.089.845 ações ordinárias e 88.208.032 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do valor do capital social, com bonificação de ações aos acionistas, mediante capitalização de parcela da reserva estatutária no montante de R$ 100 milhões com a emissão de 12.663.443 novas ações, sendo 4.644.531 ordinárias e 8.018.912 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas sem custo aos acionistas a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) nova ação para cada 10 (dez) ações da mesma espécie detidas pelo acionista em 7 de maio de 2025. **Ações preferenciais:** Ações preferenciais não dão direito a dividendos diferenciados e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, no seu artigo 5º, parágrafo 4º, as ações preferenciais terão direito a voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral acerca das matérias abaixo indicadas, caso em que a cada ação preferencial corresponderá um voto: (i) Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (ii) Aprovação da celebração de contratos entre a Companhia e seu Acionista Controlador, conforme definido no Regulamento do Nível 2, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, tais matérias devam ser submetidas à deliberação da Assembleia Geral; (iii) Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (iv) Escolha da empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia, nos termos do Capítulo VII deste Estatuto Social; e (v) Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento do Nível 2, ressalvado que esse direito a voto prevalecerá apenas enquanto estiver em vigor o Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa. Ações autorizadas (em milhares de ações):

	31/12/2025	31/12/2024
Ações ordinárias	103.703	103.703
Ações preferenciais	207.405	207.405
	311.108	311.108

Ações emitidas e totalmente integralizadas:

	Ordinárias	Preferenciais		
	Quantidade em milhares	Quantidade em milhares	Ações em Tesouraria (–) em milhares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	46.445	80.189	(323)	126.311
Em 31 de dezembro de 2025	**51.090**	**88.208**	**(98)**	**139.200**

*Cotação de fechamento da ação na data indicada, multiplicada pelo total de ações existentes na mesma data. b) Reservas e retenção de lucros: **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, após a dedução dos prejuízos acumulados, nos termos do art. 189 da mesma Lei. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituída reserva legal no valor de R$ 0.9 milhões. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo da reserva legal é de R$ 53.4 milhões (R$ 52.5 milhões em 31 de dezembro de 2024). **Reserva incentivo fiscal:** A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS e Fundopem. A Administração, tendo em vista a publicação da Lei Complementar nº 160/17 e em conformidade com a Lei nº 6.404/76, os destinou como reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo é de R$ 134,5 milhões (R$ 118,5 milhões em 31 de dezembro de 2024). **Reserva Estatutária:** A reserva tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio líquido da Companhia, fazer frente a planos de investimentos e acréscimo de capital de giro, permitir programas de recompra de ações de emissão da Companhia, viabilizar planos de outorga de opções de compra de ações e de outros planos de remuneração baseados em ações ou benefícios aos administradores e/ou empregados, permitir a absorção de prejuízos sempre que necessário, e permitir a distribuição de dividendos, conforme proposição do Conselho de Administração e aprovações previstas no Estatuto da Companhia e legislação aplicável. Serão destinados à essa reserva estatutária o saldo remanescente de lucros após as destinações à Reserva Legal, Reserva de Incentivo Fiscal e Dividendos Mínimos Obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo desta reserva é de R$ 266,7 milhões (R$ 365,7 milhões em 31 de dezembro de 2024). c) Dividendos: Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 35% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições.

Dividendos propostos: A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da Companhia, sujeita à aprovação na AGO, é assim demonstrada:

Lucro líquido do exercício	**17.673**
Destinações:	
Constituição reserva legal - Art. 193	(883)
Constituição reserva incentivos fiscais - Art. 195-A	(16.017)
Ajuste de avaliação patrimonial	465
Base para distribuição de dividendos	**1.238**
Dividendos obrigatórios (35%)	433
Dividendos obrigatórios por ação	0,003111
Total dividendos a distribuir	**433**
Total dividendos por ação - líquido	**0,003111**
Lucros Acumulados	**804**
Constituição reserva estatutária - Art. 194	(804)
Lucros Acumulados	**–**

d) Ajustes de avaliação patrimonial: **Custo atribuído (*Deemed cost*):** A rubrica de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido inclui ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição para a IFRS. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente pela depreciação dos itens a que se referem ou quando da alienação dos ativos. **Ajustes acumulados de conversão:** Ajustes acumulados de conversão incluem todas as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior. e) Ações em tesouraria: Na AGE de 28 de abril de 2023, foi aprovado o programa de recompra de ações. O Programa de Recompra visa à aquisição de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouraria, cancelamento ou posterior alienação das ações, com o objetivo de realizar uma administração eficiente da estrutura de capital e maximizar a geração de valor para o acionista e fazer frente às obrigações da Companhia decorrentes do Plano de Outorga de Ações (Stock Grant), destinado a administradores, diretores ou outros ocupantes de cargos estratégicos da Companhia. Em reunião do Conselho de Administração no dia 21 de março de 2025, foi aprovado novo programa de recompra de ações. No âmbito do atual Programa de Recompra, poderão ser adquiridas até 300,0 mil ações ordinárias (TASA3) e 3.003,3 mil ações preferenciais (TASA4). Até 31 de dezembro de 2025 a Companhia adquiriu 760 mil ações preferenciais (TASA4) pelo valor de R$ 11,2 milhões e estão mantidas em tesouraria 98,3 mil ações preferenciais (TASA4) pelo valor de R$ 1,3 milhões.

f) Resultado por ação:

	Controladora e Consolidado	
Numerador básico	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado líquido do exercício		
Ordinárias	6.486	28.163
Preferenciais	11.187	48.429
	17.673	76.592
Denominador básico - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	49.461.078	46.445.314
Preferenciais	85.238.926	79.775.222
	134.700.004	126.220.536
Resultado básico por ação (R$ por ação)		
Ordinárias	0,13113	0,60637
Preferenciais	0,13124	0,60707

	Controladora e Consolidado	
Numerador diluído	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado líquido do período		
Ordinárias	6.486	28.163
Preferenciais	11.187	48.429
	17.673	76.592
Denominador diluído - Média ponderada da quantidade de ações em circulação (nº de ações)		
Ordinárias	49.461.078	46.445.314
Preferenciais	85.238.926	79.775.222
	134.700.004	126.220.536
Potencial incremento nas ações em função do plano de pagamento em ações		
Ordinárias	–	–
Preferenciais	386.435	15.437
	386.435	15.437
Resultado diluído por ação (R$ por ação)		
Ordinárias	0,13113	0,60637
Preferenciais	0,13065	0,60695

f) Transações de capital: A reestruturação societária ocorrida em 27 de maio de 2011 envolvendo a controlada Polimetal Metalurgia e Plásticos Ltda. e a Companhia resultou em alteração nas participações acionárias entre as partes envolvidas no montante de R$ 40.996, o qual foi reconhecido no patrimônio líquido na conta transação de capital. **27. Pagamento baseado em ações:** Atualmente, a Companhia mantém exclusivamente o Plano de Outorga de Ações ("Stock Grant") como instrumento vigente de remuneração baseada em ações. Este plano foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023 e encontra-se sob a administração do Conselho de Administração. São elegíveis para participar do Plano os diretores estatutários da Companhia atuais ou que vierem a ser empossados nessa função. A aprovação dos efetivos participantes e do número de ações a serem outorgadas a cada um deles serão determinados pelo Conselho de Administração. A cessão de ações pelo Participante não está sujeita ao atingimento de meta individual do Participante nem de metas globais da Companhia, mas sim pela permanência do vínculo do diretor com a Companhia. No caso de renúncia ou de desligamento por justa causa do participante, os Direitos de Receber Ações que não tenham sido convertidos em Ações até a data do desligamento, observados os Prazos de Carência dos Direitos de Receber Ações, restarão automaticamente extintos, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou notificação, e sem direito a qualquer indenização. No caso de desligamento do participante por iniciativa da Companhia e sem justa causa, os Direitos de Receber Ações serão concedidos proporcionalmente ao período em que o participante efetivamente exerceu o respectivo cargo em comparação com o período total do Programa, observadas as disposições do instrumento firmado pela Companhia e pelo participante no momento do desligamento do participante. No dia 23 de abril de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração o Segundo Aditivo ao Primeiro Programa de Remuneração Baseado em Ações ("Segundo Aditivo Stock Grant") o qual concedeu o direito a mais 80.000 (oitenta mil) ações preferenciais da Companhia, totalizando 2.328.000 (dois milhões trezentos e vinte e oito mil) ações preferenciais outorgadas no âmbito do Primeiro Programa de Stock Grant. O número total de ações passíveis de entrega estará sujeito a ajustes em virtude de operações societárias, tais como desdobramentos, grupamentos e bonificações. As ações recebidas terão todos os direitos e benefícios pertinentes à espécie de ações preferenciais atualmente emitidas pela Companhia. A despesa é registrada em uma base pro rata temporis, da data da outorga até a data em que o beneficiário adquire os Direitos de Receber Ações. A Companhia reconheceu no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2025 o total de R$ 8,5 milhões (R$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2024).

(i) Quantidade de ações objeto das opções:

	Ações Objeto do Plano			
	Espécie	Porcentagem	Número	Bônus
Plano de ações - Stock Grant - 2023 - 1ª Outorga	Preferencial	100,00%	2.184.000	152.880
Plano de ações - Stock Grant - 2024 - 2ª Outorga	Preferencial	100,00%	64.000	6.400
Plano de ações - Stock Grant - 2025 - 3ª Outorga	Preferencial	100,00%	80.000	8.000

(1) Em 23 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou o Segundo Aditivo ao Programa de Stock Grant, concedendo mais 247.280 ações preferenciais. Com isso, o total de ações outorgadas chegou a 2.495.280, sujeitas a ajustes por eventos societários. As ações mantêm todos os direitos das preferenciais emitidas pela Companhia.

(ii) Vida das Opções de Compra *(vesting period)*:

1ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações	20,00%	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	40,00%
Data de Exercício	28/04/2024	31/03/2025	31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029
2ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações		24,00%	12,00%	12,00%	12,00%	40,00%
Data de Exercício		31/03/2025	31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029
3ª Outorga						
Porcentagem do Total de Ações		25,00%	12,50%	12,50%	12,50%	37,50%
Data de Exercício		31/03/2026	31/03/2027	31/03/2028	31/03/2029	31/03/2030

A movimentação ocorrida das ações outorgadas está apresentada na tabela abaixo e demonstra a movimentação do plano de opções que foi substituído:

	Controladora
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2023	**2.184.000**
Outorgadas	64.000
Exercidas/Entregues	(436.800)
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2024	**1.811.200**
Outorgadas	247.280
Exercidas/Entregues	(235.296)
Quantidade de opções/ações em aberto - 31/12/2025	**1.823.184**

28. Receita operacional líquida: De acordo com o IFRS 15/CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita de contratos com clientes será reconhecida à medida que seja provável que não ocorra uma reversão significativa no valor da receita acumulada. Consequentemente, para os contratos em que a Companhia não for capaz de fazer uma estimativa razoável das devoluções, aguarda-se o prazo de devoluções expirar para que seja procedido o reconhecimento da receita. Um passivo de reembolso e um ativo para recuperação serão reconhecidos para esses contratos e serão apresentados separadamente no balanço patrimonial. ***Impostos sobre vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 25%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	0% a 55%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3% e 7,6%
PIS - Programa de Integração Social	0,65% e 1,65%
Excise Tax (EUA)	10% a 11%

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Vendas de produtos	**1.735.041**	1.966.291	**932.022**	1.028.355
Prestação de serviços	**3.116**	586	**1.784**	586
Total de receita bruta	**1.738.157**	1.966.877	**933.806**	1.028.941
Impostos sobre vendas	**(260.334)**	(284.684)	**(126.639)**	(127.166)
Devoluções e abatimentos	**(14.794)**	(9.519)	**(11.722)**	(8.251)
Total de receita operacional líquida	**1.463.029**	**1.672.674**	**795.445**	**893.524**

A Companhia não realiza o ajuste a valor presente dos respectivos saldos pois as suas vendas possuem vencimento de curto prazo e os efeitos do cálculo de ajuste a valor presente não são relevantes.

29. Outras receitas operacionais:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais				
Recuperação de Impostos	**–**	48.121	**–**	47.669
Reversão de provisão de riscos fiscais (1)	**43.395**	4.535	**43.149**	4.535
Royalties	**1.826**	1.770	**1.826**	1.770
Alienação de imobilizados	**890**	3.454	**624**	3.278
Recuperação de despesas com fornecedores	**2.914**	3.123	**2.898**	3.112
Recuperação de créditos vencidos - PECLD	**3**	36	**3**	35
Outras receitas	**12.276**	7.564	**5.529**	4.025
	61.304	**68.603**	**54.029**	**64.424**

(1) Em razão da decisão do STF sobre o DIFAL de 2022, a Companhia, que ajuizou ação tempestivamente e efetuou depósitos judiciais, não possui expectativa de desembolso futuro e reverteu provisões para riscos tributários no montante aproximado de R$ 43 milhões.

30. Despesas por natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(960.794)	(1.090.267)	(525.843)	(542.304)
Despesas com vendas	(219.922)	(199.514)	(63.289)	(45.922)
Provisão para perda de valor recuperável de instrumentos financeiros	(8.550)	(4.218)	(5.526)	(4.987)
Despesas gerais e administrativas	(274.336)	(221.305)	(137.577)	(127.985)
Outras despesas operacionais	(12.402)	(20.815)	(16.489)	(18.575)
	(1.476.004)	**(1.536.119)**	**(748.724)**	**(739.773)**
Despesas por natureza	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Depreciação e amortização	(53.904)	(43.615)	(30.143)	(25.175)
Despesas com pessoal	(322.964)	(323.265)	(206.948)	(220.549)
Despesas Tributárias	(21.704)	(18.771)	(4.061)	(14.472)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(616.755)	(670.984)	(270.716)	(281.058)
Materiais Auxiliares, conservação e manutenção	(72.593)	(58.732)	(57.941)	(56.531)
Fretes e seguros	(99.698)	(90.460)	(35.695)	(27.898)
Serviços de terceiros	(119.798)	(93.535)	(66.738)	(60.002)
Propaganda e publicidade	(50.150)	(53.099)	(6.959)	(6.428)
Despesas com garantia de produto	126	216	1.012	(201)
Água e energia elétrica	(17.299)	(39.704)	(12.698)	(13.890)
Viagens e estadias	(11.209)	(10.872)	(6.853)	(6.738)
Despesas com comissões	(38.559)	(37.168)	(11.965)	(5.332)
Custo do imobilizado baixado	(2.225)	(3.877)	(2.114)	(1.038)
Riscos cíveis, trabalhistas e tributários	(19.571)	(733)	(17.975)	(1.258)
Aluguéis	(5.017)	(5.480)	(10.232)	(9.650)
Outras despesas	(24.684)	(86.040)	(8.698)	(9.553)
	(1.476.004)	**(1.536.119)**	**(748.724)**	**(739.773)**

31. Resultado financeiro líquido: O resultado financeiro abrange principalmente a variação cambial sobre empréstimos e contas a receber e fornecedores e despesas de juros sobre passivos (empréstimos).

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Juros	**40.943**	43.700	**40.062**	41.366
Outras receitas	**182**	2.607	**97**	2.214
	41.125	46.307	**40.159**	43.580
Despesas financeiras				
Juros e multas	**(81.901)**	(74.835)	**(68.420)**	(68.803)
Outras despesas	**(5.392)**	(4.397)	**(4.310)**	(3.570)
	(87.293)	(79.232)	**(72.730)**	(72.373)
Efeito da Variação Cambial				
Variações cambiais ativas	**126.729**	81.123	**126.259**	80.170
Variações cambiais passivas	**(87.234)**	(178.193)	**(86.692)**	(177.220)
	39.495	(97.070)	**39.567**	(97.050)
Resultado financeiro líquido	**(6.673)**	**(129.995)**	**6.996**	(125.843)

32. Provisão para garantia de produtos: A Companhia quantifica e registra uma estimativa para os custos relacionados com a garantia, de acordo com histórico e os custos de reparação atuais. A provisão para garantia do produto assegura que os custos de reparação em caso de reposição ou reparo não afetem os resultados operacionais de períodos em que ocorrem esses custos adicionais, assim os valores são provisionados por competência. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, os saldos são apresentados como segue:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado Interno	**4.389**	5.924	**3.470**	5.005
Mercado Externo	**6.515**	7.333	**–**	–
Total	**10.904**	**13.257**	**3.470**	**5.005**
Passivo circulante	**7.136**	9.016	**3.470**	5.005
Passivo não circulante	**3.768**	4.241	**–**	–

33. Eventos Subsequentes: Waiver de Covenants Financeiros: Após a data-base de 31 de dezembro de 2025, conforme descrito na Nota Explicativa nº 19 - Empréstimos e financiamentos, a Companhia obteve formalmente o waiver junto às instituições financeiras com as quais mantém operações financeiras, em relação ao não atendimento de determinados covenants financeiros apurados naquela data-base. Os waivers concedidos afastaram os efeitos de vencimento antecipado previstos contratualmente para a referida data-base. Certos passivos impactados pelo não cumprimento dos covenants financeiros, no valor de aproximadamente R$50 milhões, que tinham vencimento original no longo prazo foram reclassificados para o passivo circulante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025.

Conselho de Administração

Bernardo Simões Birmann - Presidente do Conselho de Administração
Sérgio Laurimar Fioravanti - Vice-Presidente do Conselho de Administração
José Paulo Dornelles Cairoli - Conselheiro
Marcelo Munhoz Auricchio - Conselheiro
Magno Neves Fonseca - Conselheiro

Diretoria Estatutária

Salesio Nuhs - Diretor Presidente
Sergio Castilho Sgrillo Filho - Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores
Leonardo Brum Sesti - Diretor sem designação específica
Eduardo Minghelli - Diretor sem designação específica

Conselho Fiscal

Haroldo Zago - Presidente
Mauro César Medeiros de Mello - Conselheiro
Valmir Pedro Rossi - Conselheiro
Luciano Luiz Barsi - Conselheiro
Alex Leite do Nascimento - Conselheiro

Comitê de Auditoria e Risco

Sérgio Laurimar Fioravanti - Presidente
Magno Neves Fonseca - Conselheiro
Luciano Luiz Barsi - Conselheiro

Contador

Marco Oliveira da Costa
Gerente de Contabilidade - CRC/RS 1012371/O-0

Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Leonardo Brum Sesti e Eduardo Minghelli, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto parágrafo 1ª V e VI, do artigo 27ª, da Resolução 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, constantes do Relatório de Revisão dos Auditores Independentes relativo as Demonstrações Financeiras do período de 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2025, emitido em 24 de março de 2026.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Salesio Nuhs - Diretor Presidente
Sergio Castilho Sgrillo Filho - Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores
Leonardi Brum Sesti - Diretor sem designação específica
Eduardo Minghelli - Diretor sem designação específica

Declaração da Diretoria da Taurus Armas S.A. sobre as Demonstrações Financeiras do Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2025

Os Srs. Salesio Nuhs, Sergio Castilho Sgrillo Filho, Leonardo Brum Sesti e Eduardo Minghelli, Diretores de Taurus Armas S.A., sociedade com sede na Av. São Borja, 2181/Prédio A, CEP: 93.035-411, São Leopoldo, RS, inscrita no CNPJ sob nº 92.781.335/0001-02, em atendimento ao disposto no parágrafo 1ª V e VI, do artigo 27ª, da Resolução 80, de 29 de março de 2022, declaram que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Taurus Armas S.A. e empresas consolidadas relativas ao período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Salesio Nuhs - Diretor Presidente
Sergio Castilho Sgrillo Filho - Diretor Administrativo Financeiro, Diretor de Relações com Investidores
Leonardi Brum Sesti - Diretor sem designação específica
Eduardo Minghelli - Diretor sem designação específica

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal de Taurus Armas S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 24 de março de 2026.
Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Relatório dos auditores independentes, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas em 24 de março de 2026, bem como as informações e esclarecimentos recebidos da administração da Companhia no decorrer do exercício, conclui que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Haroldo Zago - Presidente
Mauro César Medeiros de Mello - Conselheiro
Valmir Pedro Rossi - Conselheiro
Luciano Luiz Barsi - Conselheiro
Alex Leite do Nascimento - Conselheiro

Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A.

Os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Taurus Armas S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração, é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente, independente e com orçamento próprio desde o ano de 2022. Suas competências são definidas no estatuto social da Companhia e pelo Conselho de Administração. No exercício de 2025, o Comitê se reuniu por nove vezes, tratando dos temas: Projetos estratégicos da companhia e acompanhamento das principais atividades em curso junto às áreas financeira, comercial, jurídica, fiscal, contábil e de gestão de pessoas; desenvolvimento do controle contábil e das políticas tributárias, análise de contingências, análise e aprovação de ITR e DFs; encontros com Auditoria Independente Deloitte; gestão de riscos, sistemas e processos para gestão de riscos, mapa de riscos, mapa de controles internos, segurança de dados, acompanhamento dos trabalhos de inventário, do desenvolvimento das matérias ligadas ao ESG e da situação de atividades do comitê de ética; acompanhamento de transações com partes relacionadas; análise e aconselhamento de projetos estratégicos no âmbito societário e mercadológico; acompanhamento do cronograma e relatório de auditoria externa. O Comitê assessorou o Conselho de Administração na discussão de políticas, projetos estratégicos e procedimentos. Seguindo as boas práticas, o Comitê de Auditoria manteve reuniões em separado com os auditores independentes para discussão dos trabalhos de revisão das ITRs e auditoria das demonstrações financeiras do exercício de 2025. O Comitê procedeu, conforme dever estatutário, ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório da Administração relativos ao exercício de 2025 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2025") e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Por fim, o Comitê destaca que, durante o exercício de 2025, não foram identificadas divergências significativas entre a administração da Companhia, os auditores independentes (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes) e o Comitê de Auditoria e Riscos em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

São Leopoldo, 24 de março de 2026

Sérgio Laurimar Fioravanti **Magno Neves Fonseca** **Luciano Luiz Barsi**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da **Taurus Armas S. A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Taurus Armas S. A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Taurus Armas S. A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Análise de recuperabilidade dos ativos - **Por que é um PAA:** Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 18 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta saldos materiais de ativo intangível de vida útil indefinida representados por ágios gerados em combinações de negócios. Esses ativos devem ter o seu valor recuperável avaliado anualmente ou sempre que houver indícios de eventual perda de valor econômico, de modo a atender o pronunciamento técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. As avaliações da necessidade, ou não, de registro de provisão para não realização do ágio ("impairment") foram suportadas por projeções futuras de fluxos de caixa descontados preparados pela Companhia e que levaram em consideração o cenário econômico do segmento e os planos de negócios e orçamento preparados pela Administração e aprovados em seus níveis de governança. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores registrados de ágio referente a Unidade Geradora de Caixa (UGC) de Armas são considerados materiais para a auditoria; (ii) a determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente e a definição de premissas de taxas de desconto e de crescimento das operações nos períodos projetados e na perpetuidade envolvem alto grau de julgamento; (iii) alterações nas premissas adotadas poderiam ter impactos relevantes no valor recuperável do Ágio, e consequentemente, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; e, (iv) o assunto gerou extensão de procedimentos de auditoria e frequentes interações com a Diretoria da Companhia para avaliação do tema no decorrer da auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Diretoria com relação à análise do valor recuperável do ágio da UGC de Armas; (b) avaliação dos riscos associados às premissas utilizadas pela Diretoria nas projeções de fluxo de caixa descontado; (c) análise e desafio dos planos de negócios da Companhia para a UGC de Armas, com base no orçamento aprovado pelos órgãos de Governança da Companhia, envolvendo avaliação de consistência das projeções com informações externas de mercado; (d) avaliação dos cálculos de recuperabilidade do ágio alocado à UGC de Armas; (e) o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas na avaliação e no desafio das premissas e metodologia considerada para definição da taxa de desconto. Nossos procedimentos anteriormente descritos revelaram uma deficiência nos controles internos no processo de revisão do teste de recuperabilidade dos ativos para UGC Armas, performado pelo especialista externo contratado pela Companhia, que nos levou a aumentar a extensão de teste de auditoria planejado, a fim de obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base em nossos procedimentos anteriormente descritos e as evidências de auditoria obtidas entendemos que a determinação do valor recuperável do ágio da UGC de Armas e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Receita de contratos com clientes - **Porque é um PAA:** Conforme descrito na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita com vendas é reconhecida no momento em que a Companhia e suas controladas satisfazem suas obrigações de performance ao transferir o controle dos produtos ao cliente. O alto volume de transações requer um robusto sistema de controles internos dependentes de tecnologia da informação para a captura, o registro e o processamento das informações relacionadas ao ciclo de receita. Esse tema foi considerado um principal assunto em nossa auditoria pois: (i) os valores de receitas de vendas representam um saldo relevante no conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia; (ii) o volume de transações é elevado e seu processamento é dependente do funcionamento adequado de atividades de controles internos e de sistemas informatizados; (iii) há um risco inerente de que a receita seja reconhecida sem que sejam atendidos os critérios necessários para o seu reconhecimento.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: Nossos procedimentos de auditoria relacionados ao reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) Obtenção do entendimento sobre o fluxo de transações de vendas considerando a natureza das diferentes operações da Companhia; (b) Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes relacionados a ocorrência, integridade, exatidão e o reconhecimento da receita no correto período de competência; (c) Envolvimento dos nossos especialistas em tecnologia da informação na avaliação dos sistemas informatizados e controles automatizados que suportam as transações de vendas; (d) Execução de testes, em base amostral, sobre transações de vendas, onde inspecionamos a documentação comprobatória que suporta os registros contábeis, bem como os comprovantes de entrega de maneira a avaliar se somente as vendas que tiveram a obrigação de performance atingida foram consideradas pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas; (e) Procedimento substantivo analítico, que envolve o desenvolvimento de expectativa independente para o saldo de receita reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por meio de regressões estatísticas e com base em premissas independentes e correlatas às transações das receitas; e (f) Avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossos procedimentos anteriormente descritos revelaram determinadas deficiências nos controles internos no processo de reconhecimento da receita da Companhia, que nos levaram a alterar a extensão, natureza e época dos nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados, a fim de obtermos evidências de auditoria suficientes e apropriadas. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que os critérios de reconhecimento da receita adotados pela Diretoria e as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos: *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS Accounting Standards, emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 24 de março de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RS
Otávio Ramos Pereira
Contador(a)
CRC nº 1 RS 057770/O-2

Deloitte.

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D

Companhia Aberta

CNPJ nº 08.467.115/0001-00 | NIRE 433.0004691-5 | Código CVM nº 02064-8

AVISO AOS ACIONISTAS

COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE-D ("Companhia"), em atendimento ao disposto no art. 133 da Lei n.º 6.404/76, comunica aos seus acionistas e ao mercado em geral que os documentos e informações relacionados às matérias objeto da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 11 horas, de forma exclusivamente digital, encontram-se à disposição na sede da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Clovis Paim Grivot, 11, Bairro Humaitá, CEP: 90250-020, bem como no *site* da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/), e foram enviados à Comissão de Valores Mobiliários - CVM (https://www.gov.br/cvm) e à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), na forma da legislação aplicável. Comunicamos, ainda, que a publicação dos documentos exigidos pela legislação aplicável será oportunamente realizada pela Companhia.

Porto Alegre/RS, 27 de março de 2026

Tatiana Queiroga Vasques

Diretora de Relações com Investidores

CEEE DISTRIBUIÇÃO — GRUPO equatorial

PUBLICIDADE LEGAL

FUGA S.A. - CNPJ Nº 91.302.349/0001-33 – NIRE Nº 43.300.015.289 - Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária: Convidamos os acionistas para se reunirem em nossa sede social, na Rua José Fuga, nº 1155, Bairro Constante Fuga em Marau/RS, às 09 (nove) horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de tratar: em **Assembleia Geral Ordinária (AGO): Ordem do Dia: 1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o balanço patrimonial e demais demonstrações previstas no Art. 176 da Lei Nº 6.404/76, correspondente ao exercício social findo em 31/12/2025; **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31/12/2025 e a distribuição de dividendos; **3.** Eleição e posse do Conselho de Administração pela Assembleia e Eleição da Diretoria pelo Conselho; **4.** Deliberar acerca das gratificações aos Administradores; e **5.** Fixação da remuneração global anual da Diretoria e do Conselho de Administração. Em **Assembleia Geral Extraordinária (AGE): Ordem do Dia: 1.** Deliberar sobre o encerramento da filial Fuga S/A localizada em Ji-Paraná/RO. **2.** Deliberar sobre a criação da filial *Trading Company*. Comunicamos que se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede da Companhia, os documentos a que se refere o art. 133 da Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2025, onde poderão obter cópia deles. Marau/RS, 27 de março de 2026. Constante Caetano Fuga – Presidente do Conselho de Administração. ASCOM

PUBLICIDADE LEGAL

TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

Companhia Aberta de Capital Autorizado - CNPJ/MF nº 94.813.102/0001-70 NIRE 43300053504

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 2026 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Acionistas da Três Tentos Agroindustrial S/A ("3tentos" ou "Companhia") para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada no dia 28 de abril de 2026, às 08h45, de modo exclusivamente digital, nos termos do art. 124, §2º-A, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), do art. 5º, §2º, inciso I e art. 28, §§2 e 3, da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"), por meio da plataforma digital TEN Meetings ("Plataforma Digital"), que será considerada como realizada na sede da Companhia, situada na Avenida Principal, n°187, Distrito Industrial, CEP 98240-000, Santa Bárbara do Sul (RS). As Assembleias ocorrerão em formato exclusivamente digital com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas de onde quer que estejam, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i)** Apreciar as contas dos administradores, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas dos relatórios da administração e dos auditores independentes e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e a distribuição de dividendos; e **(iii)** Fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. **Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i)** Aprovar a reforma do Estatuto Social para: **(a)** atualizar o valor do capital social previsto no caput do artigo 5º do estatuto social da Companhia, de modo a refletir os aumentos de capital social da Companhia realizados dentro do limite do seu capital autorizado; **(b)** alterar o artigo 19 do Estatuto Social para: (b1) incluir o inciso (xi) para prever a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários e intercalares, bem como sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio; e (b2) aprimorar a redação do atual inciso (xvi) para especificar e delimitar alçada de aprovação do Conselho de Administração em relação à empréstimos financeiros; **(c)** alterar o artigo 23 do Estatuto Social para: (c1) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 1º do para ajustar a definição das atribuições do Diretor Presidente; (c2) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 2º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Vice-Presidente Executivo; (c3) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 4º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Financeiro; (c4) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 5º para ajustar a definição das atribuições do Diretor Comercial; e (c5) revisar e aprimorar a redação do parágrafo 6º para ajustar a definição das atribuições do Diretor de Insumos; **(d)** alterar a redação do artigo 40 do Estatuto Social para incluir referência expressa ao Parágrafo 2º do Artigo 6º do Estatuto Social; e **(e)** suprimir o Artigo 53 do Estatuto Social em razão de disposições de natureza transitória que não mais produz efeitos; e **(ii)** Deliberar sobre a consolidação do estatuto social da Companhia, de modo a refletir as alterações propostas no item anterior. **Instruções Gerais: (a) Representação:** Nos termos do art. 126 da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, poderão participar da AGOE ora convocada os Acionistas, por si, ou por seus representantes legais ou procuradores. Os Acionistas que optarem por participar da AGOE, diretamente ou por procurador devidamente constituído, deverão encaminhar à Companhia, até o **dia 26 de abril de 2026**, os seguintes documentos: **(i)** se pessoa física, documento de identidade com foto e, se for o caso, instrumento de procuração; **(ii)** se pessoa jurídica, cópia do estatuto social ou contrato social atualizado e documentos comprobatórios da regularidade da representação, bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto; e **(iii)** se fundo de investimento, regulamento vigente e consolidado do fundo, estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação (ata da eleição dos diretores, termo(s) de posse e/ou procuração), bem como documento de identificação do(s) representante(s) legal(is) com foto. Quando o Acionista for representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos, exceto para o caso de pessoas jurídicas que poderão ser representadas por mandatários constituídos de acordo com as regras da Lei n.º 10.406/02. Os documentos relacionados neste item deverão ser encaminhados pelos Acionistas à Companhia, de forma digitalizada, por meio do link: https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth, sendo dispensada a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notarização, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos através do website acima mencionado. **(b) Participação e votação:** Os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores poderão participar da AGOE por qualquer das formas abaixo: Boletim de voto a distância ("BVD"): Os Acionistas poderão, a partir desta data e até o **dia 24 de abril de 2026 (inclusive)**, manifestar suas intenções de voto mediante a entrega do BVD: (i) ao escriturador das ações da Companhia, por meio da Rede de Agências Bradesco; (ii) aos seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos Acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; (iii) ao depositário central; ou (iv) diretamente à Companhia, para o e-mail ri@3tentos.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física para o endereço postal. O Acionista deve observar as regras previstas na Resolução CVM 81 e os procedimentos descritos no BVD disponibilizado pela Companhia, bem como no respectivo Manual para Participação na AGOE. Digitalmente: os Acionistas ou seus representantes legais deverão apresentar sua solicitação e se cadastrar previamente por meio do sistema eletrônico de participação à distância na AGOE, até às 23h59 do dia 26 de abril de 2026, com acesso pelo link https://assembleia.ten.com.br/404358962/auth. Neste caso, o Acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGOE, tenha ou não enviado o BVD; ou (b) participar e votar na AGOE, observando-se que, quanto ao Acionista que já tenha enviado o BVD e que, caso queira, vote na AGOE via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de BVD serão desconsideradas. Após envio de todos os documentos comprobatórios de habilitação, o Acionista ou seu procurador, conforme o caso, receberá a confirmação da habilitação para participação na AGOE. Nos termos do art. 6°, §3° da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto e conforme detalhado na Proposta da Administração e Manual para Participação da AGOE de 2026. **(c) Instalação do Conselho Fiscal:** Em atendimento ao disposto no art. 161, §2º, da Lei das Sociedades por Ações e art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM 81, a Companhia informa que o percentual mínimo necessário para requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento) das ações com direito a voto. **(d) Informações complementares e documentos relativos à AGOE:** O Manual para Participação dos Acionistas com a Proposta da Administração, o BVD, informações complementares e orientações detalhadas para a participação dos Acionistas estão à disposição na sede da Companhia e nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, https://ri.3tentos.com.br/, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), https://www.gov.br/cvm/pt-br, da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão, https://www.b3.com.br/pt_br e no Ofício Circular Anual SEP 2026. Estão disponíveis nos mesmos endereços, todos os documentos relativos às matérias constantes da Ordem do Dia deste Edital. **(e) Esclarecimentos:** Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@3tentos.com.br ou do telefone (55) 3372-3700.

Santa Bárbara do Sul/RS, 26 de março de 2026

João Marcelo Dumoncel - Presidente do Conselho de Administração

PUBLICIDADE LEGAL

TAURUS ARMAS S.A.

TASA3 TASA4

Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 92.781.335/0001-02 - NIRE 4330000739-1

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária - 29 de Abril de 2026, às 14:00 Horas

São convocados os senhores acionistas da Taurus Armas S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a ser realizada na sede social da Companhia, na Avenida São Borja, nº 2.181, Prédio "A", Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, no dia 29 de abril de 2026, às 14 horas, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração, Relatório dos Auditores Independentes, Parecer do Comitê de Auditoria e Riscos e Parecer do Conselho Fiscal; (ii) Examinar, discutir e votar a destinação de resultados e distribuição de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (iii) Eleger os membros do Conselho Fiscal; (iv) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e Diretoria Estatutária para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração; e (v) Deliberar sobre a remuneração global anual dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2026, nos termos da proposta da administração. Instruções Gerais: A Assembleia Geral Ordinária será realizada de forma presencial na sede da Companhia. Essa opção foi definida em função da tradição da Companhia de sempre realizar suas assembleias presencialmente nesse local, criando, assim, uma oportunidade adicional para os acionistas conhecerem as instalações. Além disso, a administração entende que o formato presencial garante uma comunicação mais clara e direta entre os presentes, possibilitando debates mais produtivos e a tomada de decisões informadas. Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/). Tais documentos encontram-se disponíveis também na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76. Para participar da Assembleia, nos termos do Art. 15 do Estatuto Social da Companhia, os senhores acionistas, por si ou por seus representantes/procuradores legalmente constituídos, conforme o caso, deverão apresentar: (i) documento de identidade da pessoa natural presente; (ii) comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária das ações com antecedência não superior a 4 (quatro) dias contados da data da realização da Assembleia, ou, relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, ficando dispensados da apresentação desse documento os acionistas que constarem da base acionária atualizada emitida pela instituição financeira depositária e pelo escriturador; e (iii) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do §1º do art. 126 da Lei nº 6.404/1976, desde que o respectivo instrumento de procuração, apresentado em documento original, tenha sido regularmente depositado fisicamente na sede social da Companhia ou na forma digital, validado pelo Sistema ICP Brasil. A representação dos acionistas pessoas jurídicas ou fundos de investimento dependem da apresentação, ainda, dos documentos comprobatórios dos poderes de representação (cópia do regulamento e/ou do estatuto social ou do contrato social atualizado, conforme o caso, e do ato que investe o representante de poderes suficientes). Para facilitar a participação, a Companhia recomenda que os senhores acionistas antecipem, preferencialmente até 02 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia (até 27/04/2026, às 14 horas), o envio de cópias dos documentos de comprovação da qualidade de acionista e de representação acima referidos, remetendo tais documentos em atenção à área de relações com investidores, por e-mail para agoe@taurus.com.br, ou para a sede da Companhia no seguinte endereço: Avenida do São Borja, nº 2181, Prédio "A", CEP 93035-411, São Leopoldo, RS - Brasil. Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/22, os acionistas da Companhia também poderão exercer o voto em Assembleia a distância, usando o "Boletim de Voto a Distância", que pode ser obtido nos sites de relações com investidores da Companhia (https://ri.taurusarmas.com.br/), da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), devendo o "Boletim de Voto a Distância" devidamente preenchido ser recebido pela Companhia até 4 (quatro) dias antes da data da Assembleia. Por fim, destaca-se que o Conselho Fiscal da Companhia é de funcionamento permanente, razão pela qual não se aplica o disposto no artigo 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/2022.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

ENTRE EM CONTATO PARA FAZER UM ORÇAMENTO E CONHECER MELHOR NOSSO PRODUTO.

WHATSAPP: (51) 3213-1342
E-MAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

LEIA O QRCODE

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório da administração

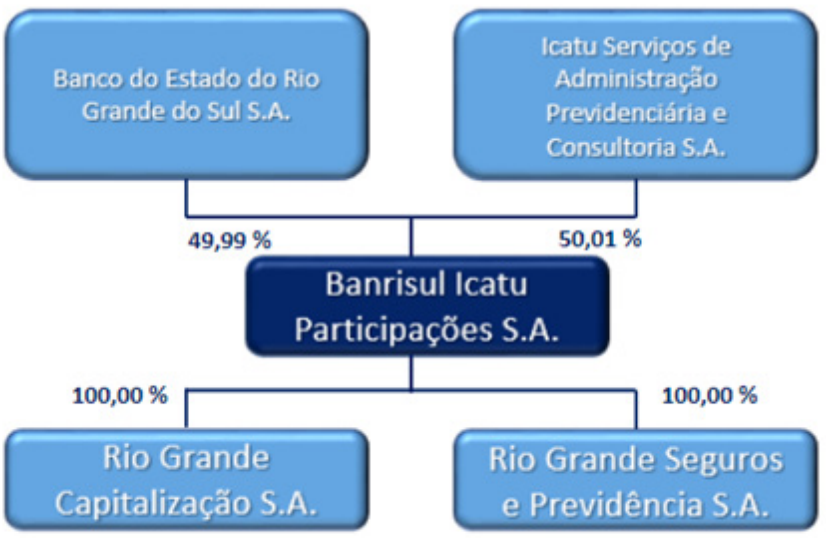
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações) da Banrisul Icatu Participações S.A. e Controladas, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas conforme as práticas contábeis do *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidos pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB), homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Companhia está emitindo suas Demonstrações com base no conjunto completo de normas internacionais em vigor (IFRS) enquanto suas controladas operacionais (Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A.) são obrigadas a emitir as suas demonstrações financeiras com base nas normas homologadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), referendadas pelo órgão regulador Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Com isso, essas demonstrações financeiras apresentam os impactos da norma IFRS 17/CPC 50 nos números da regulada de seguros que divergem das informações reportadas ao regulador, uma vez que a SUSEP ainda não adotou o IFRS 17/ CPC 50 – Contratos de Seguros e manteve o IFRS4/CPC 11 vigente. Nessas Demonstrações, a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas.

A Companhia é controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A., com 50,01% e tem como acionista o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul), com 49,99%. A Companhia controla as empresas que operam majoritariamente no canal bancário do Banrisul com produtos de vida, previdência e capitalização, como apresentado a seguir:



A Companhia, por intermédio de entidades controladas está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), a operar em todas as unidades da federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e planos de capitalização.

2. Desempenho nas operações e patrimonial

No ano de 2025, para a Companhia, o resultado patrimonial foi de R$ 178.140 (R$ 151.476 em 2024).

No ano de 2025, o resultado operacional de seguros e capitalização alcançou R$ 346.755 (R$ 352.151 em 2024). O resultado em cada segmento é apresentado em detalhes, a seguir:

Em seguros, em 2025, as receitas líquidas para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) foram de R$ 205.639 (R$ 220.075 em 2024). Para os contratos de seguros mensurados pelo modelo de taxa variável (VFA), as receitas líquidas foram de R$ 13.277 (R$ 11.849 em 2024). Em contrapartida, o resultado líquido com contratos de resseguros em 2025 foi uma perda de R$ 3.142 (ganho de R$ 4.906 em 2024). Esses montantes juntos proporcionaram uma receita total de seguros de R$ 215.774 em 2025 (R$ 236.830 em 2024).

As receitas de capitalização, em 2025, foram de R$ 130.981 (R$ 115.321 em 2024).

2.1. Operação e patrimônio

2.1.1. Seguros e previdência

No ano de 2025, as expectativas de sinistros e outras despesas incorridas totalizaram R$ 395.237 (R$ 366.018 em 2024) sendo R$ 385.970 (R$ 357.275 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 9.267 (R$ 8.743 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

As variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido, em 2025, foram de R$ 15.206 (R$ 11.574 em 2024), sendo R$ 14.918 (R$ 11.478 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 288 (R$ 96 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

A margem de seguros (CSM), em 2025, foi de R$ 145.523 (R$ 165.622 em 2024), sendo R$ 131.761 (R$ 153.572 em 2024) para os contratos mensurados pelo BBA e R$ 13.762 (R$ 12.050 em 2024) para os contratos mensurados pelo VFA.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 22.

2.1.2. Capitalização

Durante o ano 2025, a arrecadação da controlada Rio Grande Capitalização S.A. foi de R$ 892.986 (R$ 828.844 em 2024), representando um aumento de 7,7%.

Durante o ano de 2025, o resultado com as operações de capitalização foi de R$ 130.981 (R$ 115.321 em 2024), 13,6% maior que o ano anterior, sendo as receitas líquidas com títulos de capitalização R$ 157.440 (R$ 144.105 em 2024), 9,3% maior que o ano anterior. O resultado com sorteio em 2025 foi de R$ 19.489 (R$ 19.238 em 2024), 12,4% (13,3% em 2024) das receitas líquidas com títulos de capitalização. Já o custo de aquisição foi de R$ 34.314 em 2025 (R$ 30.838 em 2024), representando 21,8% (21,4% em 2024) da receita liquida com títulos de capitalização. O comportamento do resultado de sorteio e do custo de aquisição perante as receitas líquidas com títulos de capitalização demonstra o equilíbrio na administração das despesas operacionais.

Maiores detalhes podem ser vistos na nota explicativa 24.

2.2. Despesas administrativas e resultado financeiro

Durante o ano de 2025, as despesas administrativas da Companhia foram de R$ 892 (R$ 1.456 em 2024). Já no consolidado, em 2025, as despesas administrativas foram de R$ 134.163 (R$ 145.028 em 2024), representando 38,7% (41,2% em 2024) do resultado operacional de seguros e capitalização.

O Grupo vem exercendo o constante monitoramento de suas despesas, não obstante o investimento no aprimoramento de seus processos.

As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, em 2025, na Companhia, foram de R$ 242 (R$ 714 em 2024). No consolidado, esse montante foi de R$ 87.944 (R$ 57.548 em 2024), representando 25,4% (16,3% em 2024) do resultado operacional de seguros e capitalização.

2.3. Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia atingiu um ativo total de R$ 283.582 (R$ 338.172 em 2024) e o consolidado atingiu um ativo total de R$ 8.971.615 (R$ 8.335.109 em 2024).

O patrimônio líquido da Companhia, em 2025, atingiu o montante de R$ 283.516 (R$ 338.070 em 2024), representando um decréscimo de 16,1%, justificado pelo pagamento de dividendos aos acionistas. Não havia, nessas datas, diferenças entre os patrimônios líquidos da Companhia e do consolidado.

3. Política de dividendos e destinação do lucro líquido anual

A Companhia tem a política formal de distribuição de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do ano, conforme consta em seu Estatuto Social.

A distribuição dos resultados está apresentada a seguir, conforme o ano indicado:

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**177.490**	**150.734**
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	(5.291)	5.595
Base para a distribuição de dividendos	**172.199**	**156.329**
Dividendos pagos e propostos	253.293	135.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	147,09%	86,36%
Destinação à reserva de lucros	**87.379**	**156.329**

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não referendou a adoção da norma. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

Na demonstração dos fluxos de caixa é possível verificar os dividendos declarados e pagos durante os anos de 2025 e de 2024.

4. ASG – Ambiental, Social e Governança

A sustentabilidade e o impacto social positivo são elementos centrais no modelo de negócio do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte, reforçando nosso propósito de oferecer tranquilidade financeira a mais de 14 milhões de clientes e contribuindo para a estabilidade social e econômica do país.

Em 2025, avançamos em transparência com o lançamento do primeiro Relatório de Sustentabilidade do grupo econômico ao qual a Companhia faz parte e aprimoramos a gestão de riscos ASG. Entre as ações promovidas no ano, destacam-se o *workshop* de produtos sustentáveis, iniciativa de capacitação e ideação; a gestão de resíduos recicláveis; o lançamento do Programa de Voluntariado; e a conclusão do primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa.

Ao longo do ano, o grupo econômico ao qual a Companhia faz parte foi destaque no Prêmio Época NEGÓCIOS 360º 2025 e, também, foi reconhecido por sua atuação em inovação e tecnologia, conquistando o primeiro lugar no Prêmio GT de Disrupção em Inovação e o segundo lugar no *Gartner Eye on Innovation Awards for Insurance*. No âmbito setorial, o grupo venceu o Oscar do Seguro, na categoria Seguradora de Capitalização.

O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte manteve, ao longo de 2025, o foco na promoção da equidade de gênero. No ano, as mulheres representavam 49,32% do quadro total de colaboradores (50,07% em 2024) do grupo econômico. Na alta gestão, a participação feminina alcançou 27,87% (29,82% em 2024); na média gestão, 48,32% (48,36% em 2024); e, no nível operacional, 50,07% (50,86% em 2024).

Em 2025 as mulheres representaram 50,28% das admissões, mantendo patamar semelhante ao observado em 2024 (50,14%) para o grupo econômico. Ao analisar a participação feminina por nível hierárquico, observa-se que, na alta gestão, as mulheres totalizaram 100% das novas contratações (0% em 2024); na média gestão, 42,86% (30,77% em 2024); e, no nível operacional, 50,28% (51,20% em 2024).

Distribuição remuneratória tota do grupo econômico

	31/12/2025			31/12/2024		
Gênero	**Salário + Benefício**	**RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)**	**Total**	**Salário + Benefício**	**RV Alvo (Comis. + ICP +ILP)**	**Total**
Feminino	14.052	2.562	16.614	13.417	2.430	15.847
Masculino	17.371	4.080	21.451	15.771	3.695	19.466
Total	**31.423**	**6.642**	**38.065**	**29.188**	**6.125**	**35.313**

Nota: A comparação entre os exercícios apontou variação de -1,95 p.p. na participação feminina na administração e diferença de R$ 766 nos componentes remuneratórios.

O ano também foi marcado por reconhecimentos relacionados ao ambiente de trabalho. O grupo econômico ao qual a Companhia faz parte conquistou o Prêmio Nacional de Qualidade de Vida (PNQV).

Em sua contribuição à sociedade, o Grupo retornou, em 2025, R$ 137.713 em sinistros pagos (R$ 126.334 em 2024), R$ 772.530 em resgates (R$ 686.244 em 2024), R$ 20.632 em sorteios (R$ 19.852 em 2024), R$ 253.293 em pagamentos de dividendos (R$ 135.000 em 2024) aos acionistas, R$ 233.400 pagos à serviços de terceiros (R$ 220.325 em 2024), R$ 45.249 em tributos indiretos (R$ 41.876 em 2024) e R$ 112.171 em tributos diretos (R$ 102.557 em 2024).

6. Auditores Independentes

Os serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foram prestados para Companhia e suas controladas pela KPMG Auditores Independentes Ltda até 31 de dezembro de 2024, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 669, em 2024. A partir de 1º de janeiro de 2025, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. passou a ser o novo fornecedor, com honorários anuais contratuais, brutos de tributos, no montante de R$ 786, em 2025.

7. Agradecimento

A Banrisul Icatu Participações S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

A Administração

Balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Ativo					
Circulante		**1.942**	**2.630**	**1.342.378**	**2.343.856**
Caixa e equivalentes de caixa		**42**	**44**	**23.930**	**38.964**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**5.2**	**–**	**–**	**111.951**	**–**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	**5.3**	**858**	**677**	**1.145.952**	**2.240.962**
Ativos de contratos de resseguro	**7**	**–**	**–**	**11.263**	**15.371**
Ativos financeiros – capitalização		**–**	**–**	**–**	**57**
Outros créditos operacionais	**9**	**–**	**–**	**42.614**	**41.365**
Títulos e créditos a receber:		**1.042**	**1.909**	**6.666**	**7.137**
Títulos e créditos a receber	10	–	946	4.083	4.757
Créditos tributários e previdenciários	11.1	1.042	963	2.583	2.379
Outros créditos a receber		–	–	–	1
Despesas antecipadas		–	–	2	–
Não circulante		**281.640**	**335.542**	**7.629.237**	**5.991.253**
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	**5.1**	**–**	**–**	**220.919**	**226.840**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	**5.2**	**–**	**–**	**439.751**	**504.128**
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	**5.3**	**–**	**–**	**6.951.519**	**5.244.389**
Títulos e créditos a receber:		**–**	**–**	**15.903**	**14.535**
Depósitos judiciais e fiscais	12	–	–	15.903	14.535
Investimentos	**13**	**281.546**	**335.448**	**–**	**–**
Imobilizado		**–**	**–**	**677**	**1.015**
Intangível		**94**	**94**	**468**	**346**
Total do ativo		**283.582**	**338.172**	**8.971.615**	**8.335.109**

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Passivo					
Circulante		**66**	**102**	**2.683.569**	**2.660.339**
Contas a pagar:		**66**	**102**	**52.455**	**59.427**
Obrigações a pagar	14	56	83	37.400	44.446
Impostos e encargos sociais a recolher		10	19	5.268	5.343
Empréstimos e financiamentos		–	–	272	232
Impostos e contribuições	11.2	–	–	9.140	9.009
Outras contas a pagar		–	–	375	397
Passivos de contratos de seguro	**6**	**–**	**–**	**1.189.999**	**1.218.817**
Passivos financeiros – capitalização	**15**	**–**	**–**	**2.416**	**2.387**
Depósitos de terceiros	**16**	**–**	**–**	**50**	**9**
Passivos financeiros atuariais – capitalização	**17**	**–**	**–**	**1.438.649**	**1.379.759**
Não circulante		**–**	**–**	**6.004.530**	**5.336.640**
Contas a pagar:		**–**	**–**	**230**	**503**
Empréstimos e financiamentos		–	–	230	503
Passivos de contratos de seguro	**6**	**–**	**–**	**5.967.850**	**5.305.010**
Provisões judiciais	**18.2**	**–**	**–**	**16.330**	**15.160**
Tributos diferidos	**11.3**	**–**	**–**	**20.120**	**15.967**
Patrimônio líquido	**19**	**283.516**	**338.070**	**283.516**	**338.070**
Capital social		118.334	118.334	118.334	118.334
Reserva de lucros		170.934	246.737	170.934	246.737
Ajuste de avaliação patrimonial		(5.752)	(27.001)	(5.752)	(27.001)
Total do passivo e patrimônio líquido		**283.582**	**338.172**	**8.971.615**	**8.335.109**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

							Consolidado
		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Outras Reservas (IFRS17/CPC50)	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**118.334**	**23.667**	**146.995**	**60.192**	**(2.819)**	**–**	**346.369**
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	(15.804)	–	(15.804)
Outros resultados abrangentes – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	–	(8.378)	–	(8.378)
Efeito da mudança de prática contábil	–	–	149	–	–	–	149
Distribuição de dividendos intermediários (AGOE 29/04/2024)	–	–	(65.000)	–	–	–	(65.000)
Distribuição de dividendos intermediários (AGE 30/09/2024)	–	–	(70.000)	–	–	–	(70.000)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	150.734	150.734
Destinação do lucro líquido:							
Constituição de reserva estatutária	–	–	156.329	–	–	(156.329)	–
Reversão de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	(5.595)	–	5.595	–
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**118.334**	**23.667**	**168.473**	**54.597**	**(27.001)**	**–**	**338.070**
Ajustes com títulos e valores mobiliários – coligadas e controladas	–	–	–	–	5.453	–	5.453
Outros resultados abrangentes - IFRS 17					15.796		15.796
Distribuição de dividendos intermediários (AGOE 28/04/2025)	–	–	(124.305)	–	–	–	(124.305)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	177.490	177.490
Destinação do lucro líquido:							
Distribuição de dividendos intercalares (AGE 25/08/2025)	–	–	(44.168)	–	–	(32.404)	(76.572)
Distribuição de dividendos intercalares (AGE 23/12/2025)	–	–	–	–	–	(52.416)	(52.416)
Constituição de reserva estatutária			87.379	–	–	(87.379)	–
Constituição de outras reservas – IFRS 17/CPC 50	–	–	–	5.291	–	(5.291)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**118.334**	**23.667**	**87.379**	**59.888**	**(5.752)**	**–**	**283.516**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos de seguro	22.1	–	–	667.895	658.424
Despesas de contratos de seguro	22.2	–	–	(448.979)	(426.500)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	23	–	–	(3.142)	4.906
Resultado de contratos de seguro e resseguro		**–**	**–**	**215.774**	**236.830**
Receita líquida com títulos de capitalização		–	–	157.440	144.105
Resultado com sorteios		–	–	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição		–	–	(34.314)	(30.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização		–	–	27.344	21.292
Resultado com operações de capitalização	**24**	**–**	**–**	**130.981**	**115.321**
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro		–	–	4.118	(12.240)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro		–	–	(35)	(415)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas		242	714	83.861	70.203
Resultado financeiro líquido	**25**	**242**	**714**	**87.944**	**57.548**
Despesas administrativas	**26**	**(892)**	**(1.456)**	**(134.163)**	**(145.028)**
Outras receitas/(despesas) operacionais	**27**	**–**	**–**	**(8.382)**	**(16.240)**
Resultado patrimonial	**13**	**178.140**	**151.476**	**–**	**–**
Resultado antes dos tributos		**177.490**	**150.734**	**292.154**	**248.431**
Imposto de renda e contribuição social correntes	28	–	–	(111.136)	(101.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	–	–	(3.528)	3.730
Lucro líquido do exercício		**177.490**	**150.734**	**177.490**	**150.734**
Quantidade de ações		**88.877.773**	**88.877.773**	**88.877.773**	**88.877.773**
Lucro básico por ação	**29.1**	**2,00**	**1,70**	**2,00**	**1,70**
Lucro diluído por ação	**29.1**	**2,00**	**1,70**	**2,00**	**1,70**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**177.490**	**150.734**	**177.490**	**150.734**
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas e controladas (VJORA) (Nota 5.4)	9.089	(26.339)	9.089	(26.339)
Outros resultados abrangentes (VJORA) – IFRS 17/CPC 50 (Nota 13)	15.796	(8.378)	15.796	(8.378)
Efeito dos tributos	(3.636)	10.535	(3.636)	10.535
Total do resultado abrangente	**198.739**	**126.552**	**198.739**	**126.552**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**177.490**	**150.734**	**177.490**	**150.734**
Ajustes para:				
Depreciações e amortizações	–	–	351	343
Resultado de equivalência patrimonial	(178.140)	(151.476)	–	–
Despesas com juros	–	–	10	2
Variação dos passivos de contratos de seguro	–	–	1.050.670	899.246
Variação dos passivos financeiros atuariais de capitalização	–	–	791.820	546.592
Prescrição de títulos de capitalização	–	–	(17.998)	(14.665)
Variação das provisões judiciais	–	–	1.721	1.607
Variação dos tributos sobre o lucro	–	(1)	131	807
Despesas com tributos	–	36	114.311	100.952
Variações nas contas patrimoniais:				
Instrumentos financeiros	(181)	908	(653.773)	(1.131.461)
Ativos financeiros – capitalização	–	–	57	(4)
Outros créditos operacionais	–	–	(1.249)	(4.766)
Ativos de contratos de resseguro	–	–	4.108	(687)
Créditos fiscais e previdenciários	(79)	(199)	(204)	(392)
Depósitos judiciais e fiscais			(1.368)	(811)
Outros ativos	(22.196)	24.979	(15)	(822)
Títulos e créditos a receber	946	(946)	675	181
Impostos e encargos sociais a recolher	(9)	4	(75)	1.289
Outras contas a pagar	(27)	20	(6.892)	(3.416)
Passivos financeiros – capitalização	–	–	(773.793)	(531.687)
Depósitos de terceiros	–	–	41	(164)
Passivos de contratos de seguro	–	–	(416.648)	32.413
Passivos financeiros atuariais – capitalização	–	–	58.890	226.156
Pagamentos judiciais	–	–	(551)	(252)
Tributos diferidos	–	–	4.153	(14.615)
Outros passivos	21.249	(24.033)	21.239	(24.035)
Caixa gerado/(consumido) das operações	**(947)**	**26**	**353.101**	**232.545**
Recebimento de dividendos	254.238	135.000	–	–
Tributos sobre o lucro pagos	–	(36)	(114.311)	(100.952)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	**253.291**	**134.990**	**238.789**	**131.593**
Atividades de investimento				
Pagamento pela compra:				
Intangível	–	–	(122)	(101)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(122)**	**(101)**
Atividades de financiamento				
Juros pagos	–	–	(10)	(2)
Pagamento de dividendos	(253.293)	(135.000)	(253.293)	(135.000)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	–	–	(399)	(366)
Caixa líquido consumido das atividades de financiamento	**(253.293)**	**(135.000)**	**(253.702)**	**(135.368)**
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(2)**	**(10)**	**(15.034)**	**(3.876)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**44**	**54**	**38.964**	**42.840**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**42**	**44**	**23.930**	**38.964**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras indviduais e consolidadas

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e de 2024

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Banrisul Icatu Participações S.A.** (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado constituída segundo as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Siqueira Campos, n.º 1163, 6º andar, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia tem como objetivo participar como sócia ou acionista de outras sociedades e suas controladas atuam nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta e nos segmentos de capitalização.

A Companhia é uma controlada direta da Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A. e em última instância pelo Grupo Icatu, representada pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda., e possui como sócio o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A..

A seguir, é demonstrado a quantidade de ações pertencentes aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

Composição acionária	ON	%
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A.	44.429.999	49,99
Icatu Serviços de Administração Previdenciária e Consultoria S.A.	44.447.774	50,01
Total	**88.877.773**	**100,00**

Nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas (Demonstrações), a Banrisul Icatu Participações S.A. é tratada pelo termo "Companhia" e o termo "Grupo" é usado para tratar o conjunto formado pela Banrisul Icatu Participações S.A., pela suas controladas e os fundos de investimentos dos quais essas empresas são as únicas cotistas, denominados "Fundos Exclusivos".

2. Base de preparação e divulgação

As Demonstrações são preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas contábeis internacionais – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas incluem os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, as demonstrações dos resultados abrangentes, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e as demonstrações dos fluxos de caixa.

A administração considera que o Grupo possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo conselho de administração em 23 de março de 2026.

2.1. Base de mensuração

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

(I) Equivalentes de caixa;

(II) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR) (notas 5.3. e 5.4.);

(III) Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) (notas 5.2. e 5.4.);

(IV) Passivos de contratos de seguro (notas 6.1. e 6.2.); e

(V) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 17).

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As atividades do Grupo são desenvolvidas em um ambiente que adota o real (R$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R$000), exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Consolidação

As práticas contábeis e de consolidação foram aplicadas de forma consistente em todas as empresas consolidadas. As Demonstrações Financeiras abrangem informações da Companhia, das controladas diretas Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A. Além disso, são apresentadas as participações nos fundos exclusivos, conforme detalhado a seguir:

CNPJ	Nome do fundo	Classificação	Classificação	%
16.687.215/0001-62	Rio Grande Prev II FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
16.687.228/0001-31	Rio Grande Prev I FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
33.269.310/0001-65	Rio Grande Prev III FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
33.520.997/0001-60	Rio Grande Minha Aposentadoria 2030 Fc de FIF MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
34.081.311/0001-44	Rio Grande Minha Aposentadoria 2040 Fc de FIF MM Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
47.543.107/0001-40	Rio Grande Absoluto FIF RF Créd Priv Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
29.045.297/0001-93	Rio Grande Moderado Prev FIF RF	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
14.843.771/0001-55	Icatu Vanguarda Rio Grande Seguros Soberano FIF - CI RF	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%
53.480.514/0001-58	Rio Grande Igaraté FICFIf Mult Prev	Exclusivo	PGBL/VGBL Acumulação	100,0%
26.978.178/0001-03	Icatu Vanguarda Cap Banrisul Soberano FIF - CI RF	Exclusivo	Recursos Próprios	100,0%

As principais práticas contábeis utilizadas para elaboração das Demonstrações, estão descritas a seguir:

a) Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas, bem como os saldos das receitas e despesas entre as controladas;

b) Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas; e

c) Consolidação dos fundos de investimentos exclusivos.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais práticas contábeis materiais aplicadas na preparação das Demonstrações estão definidas abaixo. Essas práticas foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3.1. Segregação entre circulante e não circulante

O Grupo efetua a revisão dos valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data-base.

- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado (VJR) são classificados de acordo com o modelo de negócios;
- Os ativos e passivos sujeito à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas; e
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Instrumentos financeiros

3.3.1. Mensuração e classificação

O Grupo determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial, de acordo com a definição do IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros que introduziu o conceito de modelo de negócio e avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais (SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros). O modelo de negócio representa a forma de como o Grupo faz a gestão de seus ativos financeiros e o SPPJ trata da avaliação dos fluxos de caixas gerados pelos instrumentos financeiros com o objetivo de verificar se constituem apenas pagamento de principal e juros. De acordo com esses conceitos, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

3.3.1.1. Custo amortizado

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais. Nesta categoria, o ativo é valorado pela sua taxa de aquisição, independente de qual valor ele está sendo negociado no mercado, exceto por variações do valor recuperável (*impairment*) que são contabilizadas no resultado do período. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

3.3.1.2. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Títulos e valores mobiliários, não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos, que passem no teste SPPJ, e possuem como objetivo serem mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais com variações de taxa de mercado designadas para outros resultados abrangentes, e estarem disponíveis para negociação. Devem ser contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no exercício pela sua taxa de aquisição, reconhecidos no resultado. Valorizações e desvalorizações não realizadas são reconhecidas em conta específica no patrimônio líquido, líquidas dos respectivos efeitos tributários e, quando realizadas ou quando o valor recuperável (*impairment*) apresenta variação, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o resultado da aplicação do modelo de perdas de crédito esperadas para os referidos ativos financeiros foi imaterial.

3.3.1.3. Valor justo por meio do resultado (VJR)

Serão classificados como VJR os títulos e valores mobiliários que não se enquadrem nas categorias de custo amortizado ou VJORA. Devem ser medidos pelo valor justo, baseado em mercado, computando-se o ganho ou a perda no resultado do período. Investimentos em ações e derivativos, como não atendem ao critério de fluxos de caixa, somente SPPJ, serão mensuradas nesta categoria.

3.3.2. Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços) para o ativo ou passivo;
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

3.3.3. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.3.3.1. Ativos financeiros

O objetivo dos requisitos de redução ao valor recuperável (*impairment*) é reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

Em cada data do balanço, o Grupo deve avaliar se o risco de crédito do instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, o Grupo deve utilizar a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, e não a alteração no valor de perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, o Grupo deve comparar o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

O Grupo avalia a recuperação dos ativos financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.3.3.2. Ativos não financeiros

A redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros é contabilizada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixas futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa. A recuperabilidade dos ativos é revista, no mínimo, anualmente.

As perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) para os ativos financeiros e não financeiros são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente, e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período em que houve a mudança na estimativa.

O Grupo avalia a recuperação dos ativos não financeiros a cada data de balanço. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não houve indícios que os ativos financeiros não seriam recuperados.

3.4. Depósitos judiciais e fiscais

Estão contabilizados na rubrica "Depósitos judiciais e fiscais", no ativo não circulante. Os rendimentos e atualizações monetárias sobre esses depósitos são reconhecidos no resultado, na rubrica "Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas". Os depósitos referentes a processos cíveis e trabalhistas são atualizados monetariamente pela taxa referencial (TR) + 0,5% ao mês e os fiscais atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

3.5. Arrendamentos mercantis

Os contratos são capitalizados no início do arrendamento mercantil no ativo não circulante, na rubrica "Imobilizado", pelo valor presente dos pagamentos fixos, com contrapartida nas rubricas "Empréstimos e financiamentos" no passivo circulante e não circulante, considerando os prazos previstos de pagamentos, conforme contrato. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a taxa adotada considera o custo de captação baseado no índice prontamente observável somado a um *spread* de risco, excluindo-se garantias dadas nas operações de financiamentos. Essas taxas de juros foram avaliadas considerando o período do arrendamento mercantil sem os efeitos da intenção de renovação. Com base na dificuldade em calcular um *rating* sintético para a seguradoras, pelas limitações específicas do negócio, fica-se com as seguintes alternativas para utilização como *spread* de risco:

- Utilizar como *rating*, um grau de investimento, para assim, utilizar os *spreads* disponibilizados no site da ANBIMA;
- Utilizar o capital *rate* do imóvel da matriz como *spread*; e
- Levar em consideração as parcelas dos arrendamentos.

A depreciação do arrendamento mercantil é contabilizada de forma linear conforme prazo do contrato. Os juros financeiros do passivo de arrendamento são contabilizados na despesa financeira.

3.6. Tributos correntes e diferidos

O registro contábil do imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS, ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das Demonstrações. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

3.6.1. IRPJ e CSLL diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

3.6.2. PIS e COFINS diferidos

Para fins estatutários, o Grupo constituiu crédito tributário de PIS e COFINS decorrente dos passivos financeiros de seguros, que são provisões que serão pagas futuramente. Essa constituição foi realizada conforme legislação em vigor.

3.7. Provisões judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com a melhor estimativa dos valores a serem pagos. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em provável, possível e remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno do Grupo, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos tribunais. Com exceção das obrigações legais, o valor das provisões até agosto de 2024 era atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo tribunal, cuja ação encontra-se tramitando. A partir de setembro de 2024, passou-se a adotar a atualização prevista na Lei nº 14.905/2024.

O Grupo adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada "provável" e para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Estas provisões estão contabilizadas na rubrica "Provisões judiciais" no passivo não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial são atualizadas monetariamente pela taxa SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos do Grupo e dos consultores legais independentes, e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente ao Grupo em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja praticamente certa.

3.8. Dividendos

Os valores de dividendos mínimos estabelecidos no estatuto social são contabilizados como um passivo no final de cada exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo após a deliberação definitiva dos sócios.

3.9. Classificação de contratos

A controlada Rio Grande Seguros e Previdência S.A. avaliou seus contratos de seguros e verificou não haver a necessidade de tratamento diferenciado a eventuais derivativos embutidos, componentes de depósitos e participações discricionárias existentes em seus contratos dado a imaterialidade ou ao fato de estarem intrinsicamente ligados à operação principal, como determina a norma. Novos contratos, quando do surgimento de novos produtos, são avaliados com o mesmo objetivo. Os contratos de resseguros fazem parte do escopo desta avaliação.

Os contratos de arrendamento estão sendo registrados como relatados na nota explicativa 3.5.

3.10. Contratos de seguro e resseguro

3.10.1. Avaliação dos contratos de seguro e resseguro

O IFRS17/CPC 50 é aplicável a todos os contratos de seguro, incluindo contratos de resseguro, contratos de resseguro mantidos e contratos de investimentos com características de participação discricionária que sejam emitidos por uma seguradora. O Grupo avaliou os seus contratos de seguros emitidos, resseguro mantidos e considerou que esses encontram-se dentro do alcance do normativo, com exceção dos produtos de capitalização.

Os produtos de capitalização não estão incluídos no escopo de aplicação do IFRS 17/CPC 50, uma vez que não apresentam um risco segurado significativo de uma outra parte, no qual aceita compensar o segurado no caso de um evento futuro incerto afetar de modo negativo o segurado. Os títulos de capitalização emitidos pelo grupo econômico são classificados como contratos de investimento e contabilizados como instrumentos financeiros, de acordo com o IFRS 9/CPC 48.

Um contrato de seguro é aquele em que uma parte aceita risco de seguro significativo de outra parte. O risco de seguro é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

Um contrato de investimento com participação discricionária é um contrato segundo o qual o detentor recebe um pagamento adicional, cujo valor ou prazo fica contratualmente a critério do emissor.

3.10.2. Separação de componentes

O IFRS 17/CPC 50 define que, após classificar os contratos em seu escopo, a entidade deve avaliar se esses possuem:

(I) Algum derivativo embutido;

(II) Componentes distintos de investimento; ou

(III) Um bem distinto ou serviço não relacionado a seguro.

Um componente de investimento é distinto se o fluxo de caixa não estiver altamente inter-relacionado com o contrato de seguro e se o titular da apólice puder comprar um contrato com termos e condições equivalentes na mesma jurisdição.

Um bem ou serviço não relacionado a seguro é distinto se o titular da apólice puder se beneficiar do bem ou serviço sozinho ou em conjunto com outros recursos prontamente disponíveis para o titular da apólice.

O Grupo avaliou os contratos no escopo do normativo e concluiu não haver componentes a serem separados.

3.10.3. Nível de agregação

Para fins de mensuração, o IFRS 17/CPC 50 exige que os contratos de seguro emitidos e resseguro mantidos sejam agregados com base em riscos semelhantes e administrados em conjunto, os quais devem ser segregados por safras, ou seja, por um intervalo máximo de 12 meses e depois divididos em três categorias:

(I) Grupos de contratos onerosos no reconhecimento inicial;

(II) Grupos de contratos que, no reconhecimento inicial, não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro; e

(III) Grupos de contratos remanescentes na carteira, se houver.

Essas agregações são denominadas grupos de contratos.

Cada contrato dentro do escopo da norma foi avaliado com o intuito de se classificar os grupos conforme as definições do normativo. Não foi constatado onerosidade nos grupos de contratos do Grupo e não foi identificado contratos com a possibilidade significativa de se tornarem onerosos no futuro, na análise de onerosidade avaliamos indícios de contratos potencialmente onerosos no reconhecimento inicial, ou seja, se o contrato possuía uma saída líquida de caixa. Além disso, os grupos de contratos do Grupo são segregados por safras anuais.

A seguir apresentamos um resumo dos produtos do Grupo que estão sob o alcance do IFRS 17/CPC 50:

(I) A carteira Vida foi dividida em quatro grupos: carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual e Vida em Grupo.

1. A carteira Habitacional contempla produtos que possibilitam o pagamento das parcelas de dívida do segurado correspondente ao saldo devedor a vencer na data do sinistro relativo ao financiamento para aquisição, reforma ou construção do imóvel, ou a reposição desse, na ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;
2. A carteira Prestamista/Rural contempla produtos cujo objetivo é amortizar ou custear, total ou parcialmente, obrigação assumida pelo devedor até o limite do capital segurado contratado, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável;
3. A carteira Vida Individual contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários, no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável; e
4. A carteira Vida em Grupo contempla produtos cujo objetivo é garantir o pagamento de uma indenização ao segurado, ou aos seus beneficiários no caso de ocorrência de sinistro coberto, conforme cobertura aplicável.

(II) A carteira Previdência foi dividida em dois grupos: carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência.

1. A carteira PGBL/VGBL contempla produtos que, ao longo do período de pagamento do benefício, garantem um valor mensal vitalício ou por prazo determinado, a depender da escolha do participante, calculado com base na taxa de juros, na sobrevivência da tábua biométrica e na atualização monetária anual; e
2. A carteira Risco Previdência contempla produtos que garantem pagamento de renda, no caso de morte e/ou invalidez do segurado.

(III) A carteira Resseguro Mantido contempla produtos que garantem diversificação do nível de tolerância ao risco do negócio da seguradora.

3.10.4. Limite contratual

Conforme as diretrizes estabelecidas pelo IFRS 17/CPC 50, os fluxos de caixa estão incluídos no âmbito dos contratos de seguro quando decorrem de compromissos e direitos existentes durante o período das Demonstrações. Isso ocorre quando a entidade pode exigir que o segurado pague prêmios ou a entidade seja obrigada a fornecer cobertura de seguro ao segurado.

Para fins de projeção de fluxos de caixa, o limite contratual é a data a partir da qual a entidade tem a capacidade de reavaliar os riscos e estabelecer novos prêmios ou alterar as bases técnicas da cobertura dos contratos de seguro.

3.10.5. Reconhecimento inicial

O Grupo reconhece grupos de contratos de seguro emitidos ao ocorrer o primeiro dos seguintes eventos:

(I) O início do período de cobertura do grupo de contratos;

(II) A data de vencimento do primeiro pagamento do primeiro titular de apólice no grupo; ou

(III) A data quando um grupo de contratos se torna oneroso.

Novos contratos são incluídos no grupo quando atendem os critérios de reconhecimento dentro do período das demonstrações financeiras, até o momento em que todos os contratos que se espera que sejam incluídos no grupo tenham sido reconhecidos.

3.10.6. Modelos de mensuração

Para mensurar o passivo de cobertura remanescente (LRC – *Liability for Remaining Converge*) dos seus contratos de seguros emitidos e resseguro mantidos, o Grupo aplica o modelo de mensuração geral (BBA - *Building Block Approach*), o modelo de taxa variável (VFA - *Variable Fee Approach*) e o modelo de alocação de prêmios (PAA - *Premium Allocation Approach*).

O Grupo aplica a abordagem de mensuração BBA para às carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Risco Previdência.

Como variação do BBA, o modelo de taxa variável (VFA) segue os mesmos princípios desse, mas a mensuração posterior difere em relação à mensuração da CSM. Essa abordagem de mensuração é aplicada a contratos de participação direta que são contratos de seguros substancialmente relacionados a investimentos. Além disso, nesses tipos de contratos, a responsabilidade para com os segurados está vinculada aos itens subjacentes. Itens subjacentes são definidos como itens que determinam alguns dos valores a pagar a um tomador de seguro como, por exemplo, carteira de referência de ativos, ativos líquidos da entidade ou subconjunto específicos dos ativos líquidos da entidade.

Para a carteira de PGBL/VGBL elaboramos um estudo qualitativo e quantitativo que confirmou a classificação destes contratos como contratos de seguros com características de participação direta substancialmente relacionados a um investimento, sendo mensurados pelo modelo VFA.

Além do BBA e do VFA, o IFRS 17/CPC 50 disponibiliza, como forma de simplificar o processo de mensuração, o modelo de alocação de prêmios (PAA). Esse modelo simplificado é aplicável a contratos com limite contratual de um ano ou menos e contratos de mais de um ano para os quais o Grupo, razoavelmente, espera-se que o passivo de cobertura remanescente não difira materialmente daquela sob o BBA. Embora o Grupo não emita contratos de resseguro, esse possui contratos cedidos a resseguradoras e aplica o modelo de mensuração PAA, por esses contratos atenderem os critérios supracitados.

3.10.7. Método de mensuração e avaliação dos fluxos de caixa de cumprimento – BBA e VFA

No reconhecimento inicial, exceto para o PAA, o Grupo mensura um grupo de contratos de seguros como o total:

(I) Dos fluxos de caixa do cumprimento contratual, que compreendem as estimativas dos fluxos de caixa futuros, ajustados para refletir o valor do dinheiro no tempo, e o ajuste de risco não financeiro; e

(II) Da margem de serviço contratual – CSM.

Os fluxos de caixa futuros projetados consideram a expectativa média de entradas e saídas de caixa relacionadas ao grupo de contratos de seguro dentro do limite de cada contrato no grupo em cada data de avaliação. Os principais fluxos considerados nos fluxos de entrada são: as contribuições, os aportes e prêmios; e nos fluxos de saída, os resgates, os benefícios, os sinistros e despesas.

Para a projeção desses fluxos são definidas premissas com base na experiência passada do Grupo e com base em referência e parâmetros de mercado. Dentre as principais premissas utilizadas estão: a taxa de conversão em renda, a taxa de resgate e portabilidade, novas contribuições para planos de previdência, a taxa de cancelamento, a sinistralidade e a taxa de sobrevivência.

O Grupo reconhece a responsabilidade por sinistros incorridos de um grupo de contratos de seguro pelo valor dos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a sinistros ocorridos.

Na mensuração subsequente, os fluxos de caixa de cumprimento dos grupos de contratos de seguro são mensurados na data do balanço utilizando estimativas atuais de fluxos de caixa futuros, taxas de desconto atuais e estimativas atuais do ajuste de risco não financeiro. As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento são reconhecidas como seguem:

(I) Alterações relacionadas aos serviços futuros: ajustadas em relação à CSM;

(II) Alterações relacionados aos serviços atuais ou passados: reconhecidas na prestação de serviços de seguro com impacto no resultado; e

(III) Efeitos do valor do dinheiro no tempo e risco financeiro: reconhecidos como receitas ou despesas financeiras de seguro.

As mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual que se referem a serviços futuros compreendem:

(I) Ajustes de experiência decorrentes de prêmios recebidos, relacionados a serviços futuros e respectivos fluxos de caixa;

(II) Mudanças nas estimativas do valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo de cobertura remanescente; e

(III) Mudanças no ajuste de risco não financeiro que se relacionam aos serviços futuros.

Na mensuração subsequente, o valor contábil de um grupo de contratos de seguro em cada data base é a soma da responsabilidade pela cobertura remanescente e pelos sinistros incorridos.

(I) O passivo para a cobertura remanescente inclui:

1. Os fluxos de caixa do cumprimento contratual que correspondem os serviços que serão prestados nos termos contratuais em períodos futuros; e
2. Qualquer CSM remanescente nessa data.

(II) O passivo de sinistros incorridos inclui a realização de fluxos de caixa para sinistros incorridos e despesas que ainda não foram pagas, incluindo sinistros ocorridos, mas não avisados.

3.10.8. Modificação e desreconhecimento de contratos

3.10.8.1. Modificação de contratos

O Grupo avalia as alterações realizadas nos contratos de seguro modificam direitos e obrigações substantivos.

(I) Quando a mudança teria resultado em um contrato significativamente diferente se existente na data de emissão, o contrato original é desreconhecido e um novo contrato é reconhecido; e

(II) Quando as alterações não afetam substancialmente riscos, benefícios ou fluxos de caixa futuros, a modificação é tratada como ajuste prospectivo do contrato existente.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

3.10.8.2. Desreconhecimento de contratos

O Grupo desreconhece um contrato quando:

(I) As obrigações contratuais forem totalmente extintas, seja pelo pagamento integral dos benefícios ou término da cobertura; ou

(II) O contrato for transferido para outra entidade, como em operações de transferência de carteira.

Nessas situações, ativos e passivos relacionados são baixados, e eventuais ajustes remanescentes são reconhecidos no resultado do período.

3.10.9. Taxa de desconto

A taxa de desconto é a taxa utilizada para refletir o valor do dinheiro no tempo. Essa pode ser construída a partir de duas metodologias: *top-down* ou *bottom-up*. A metodologia utilizada pelo Grupo é a *bottom-up*.

O cálculo da taxa de desconto é realizado a partir de uma taxa livre de risco, considera-se a ETTJ prefixada, sobre a qual se acrescenta o prêmio de iliquidez para os grupos de contratos de seguro que não apresentam liquidez elevada. Os efeitos da taxa de desconto são registrados no resultado do exercício.

As taxas de desconto utilizadas pelo Grupo para descontar os fluxos de caixa no fechamento destas Demonstrações são:

	1 ano		3 anos		5 anos		10 anos		20 anos	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
BBA	1,11%	1,43%	1,21%	1,34%	1,26%	1,28%	1,11%	1,17%	0,84%	1,14%
VFA	1,06%	1,42%	1,16%	1,32%	1,21%	1,26%	1,06%	1,16%	0,78%	1,12%
PAA (*)	1,06%	1,42%	1,16%	1,32%	1,21%	1,26%	1,06%	1,16%	0,78%	–

(*) Os contratos mensurados pelo PAA só possuem saldos maiores que um ano no passivo de sinistros incorridos.

3.10.10. Ajuste de risco não financeiro (RA)

O ajuste de risco não financeiro (RA) é o ajuste feito pelo Grupo na estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a compensação que ela exigiria para arcar com o risco da incerteza no valor e tempestividade dos fluxos de caixa decorrentes de riscos não financeiros. O Grupo optou pela metodologia do nível de confiança para todas as carteiras.

A metodologia do nível de confiança é baseada em recalcular os fluxos de caixa do contrato em um cenário de estresse definido. Nesse caso, o ajuste de risco será a diferença entre os fluxos de caixa do seguro no cenário de estresse definido e o fluxo de caixa do seguro no cenário base.

O percentil equivalente ao ajuste de risco não financeiro é de 75% para todas as carteiras em todos os períodos apurados.

3.10.11. Reconhecimento da margem contratual de seguros (CSM)

A margem contratual de seguros (CSM) de um grupo de contratos de seguro representa o lucro não realizado que o Grupo reconhecerá conforme ocorra a prestação dos serviços. No reconhecimento inicial, o resultado dos nossos fluxos de caixa de cumprimento contratual representou uma entrada líquida, portanto o Grupo não tem contratos onerosos.

O valor da CSM para cada grupo de contratos de seguro deve ser reconhecido no resultado em cada período para refletir a prestação das coberturas dos contratos de seguro. O valor é determinado identificando as unidades de cobertura, alocando à CSM no final do período, igualmente para cada unidade de cobertura fornecida no período corrente e que se espera que seja fornecida no futuro e, reconhecendo no resultado o valor alocado a unidades de cobertura fornecidas no período.

Para os grupos de contratos medidos pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a alocação da CSM é calculada ao longo da vida do grupo de contratos de forma que reflita sistematicamente a transferência dos benefícios do seguro e/ou investimento ao longo de vigência do contrato. Levando em consideração os seguintes componentes:

(I) Vida: Capital segurado para contratos com coberturas de capital segurado fixo; Quantidade de ativos para contratos com coberturas de capital variável/vinculado;

(II) Previdência: Acumulação – saldo acumulado; concessão – renda; pecúlio e renda.

O Grupo aplicou julgamento e considerou todos os fatos e circunstâncias relevantes para determinar um método sistemático e racional para estimar as coberturas de contratos de seguros prestados para cada grupo de contratos e, portanto, as unidades de cobertura. As unidades de cobertura são revisadas e atualizadas a cada data de balanço.

A CSM em cada data base é o valor contábil no início do exercício, ajustado por:

(I) CSM de novos contratos que sejam adicionados ao grupo no exercício;

(II) Juros acumulados sobre o valor contábil da CSM durante o exercício;

(III) Mudanças nos fluxos de caixa de cumprimento contratual relacionados a serviços futuros; e

(IV) O valor reconhecimento como receita de seguro em função dos serviços prestados no exercício.

3.10.12. Abordagem de transição

Segundo o IFRS 17/CPC 50, a entidade deve aplicar a abordagem retrospectiva total para os grupos de contratos de seguro na data de transição, a menos que essa seja impraticável. Nesse caso, a entidade necessita escolher entre a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem ao valor justo. Entretanto, caso a entidade não possua informações razoáveis e sustentáveis para mensurar os contratos a partir da abordagem retrospectiva modificada, ela deve, obrigatoriamente, utilizar a abordagem do valor justo.

O Grupo determinou que a abordagem retrospectiva completa foi adotada para contratos de seguros que serão mensurados de acordo com o PAA, correspondente à carteira: Resseguro mantido.

Para os contratos mensurados pelo BBA e VFA, o Grupo utilizou a abordagem de transição ao valor justo para os contratos nas carteiras: Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo, PGVL/VGBL e Risco Previdência.

A decisão de utilizar a abordagem ao valor justo foi baseada na indisponibilidade de informações na granularidade necessária para a utilização da abordagem de transição retrospectiva completa nessas carteiras.

Sob a abordagem ao valor justo, a margem contratual de seguros (CSM) na data de transição representa a diferença entre o valor justo determinado pelo Grupo e os fluxos de caixa de cumprimento, que são uma estimativa ajustada ao risco, explícita, imparcial e ponderada pela probabilidade do valor presente dos fluxos de caixa futuros que surgirão à medida que a entidade cumprir os contratos.

3.10.13. Reconhecimento da receita de seguros

O Grupo emite contratos de seguros e no reconhecimento da receita proveniente desses contratos, reduz seu passivo de cobertura remanescente (LRC) e reconhece a receita de seguros, que é mensurada pelo valor que o Grupo espera receber em troca da prestação das coberturas dos contratos de seguro.

Para grupos de contratos de seguro mensurados pelo modelo de mensuração geral (BBA) e pelo modelo de taxa variável (VFA), a receita de seguros é composta pela soma das mudanças no LRC devido a:

(I) Despesas com cobertura de seguros incorridas no período (mensuradas pelos valores esperados no início do período);

(II) Mudanças no ajuste de risco para risco não financeiro;

(III) O valor a ser liberado da margem contratual de seguros (CSM) pelas coberturas prestadas no período; e

(IV) Outros valores, como ajustes de experiência para recebimentos de prêmios, sinistros e despesas relacionados ao período atual ou passado, se houver.

A receita de seguros também inclui a parcela de prêmios relacionada à recuperação dos fluxos caixa de aquisição de seguros incluídos nas despesas com cobertura de seguros em cada período. Ambos os valores são medidos de forma sistemática com base na passagem do tempo.

Ao aplicar o modelo de alocação de prêmios (PAA), o Grupo mensura o valor contábil do LRC periodicamente, considerando as entradas de prêmios recebidos no período, menos os fluxos de caixa de aquisição de seguros; mais quaisquer valores relativos à amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros reconhecidos como despesa no período de relatório para o Grupo; menos o valor reconhecido como receita de seguro pelos serviços prestados no período; menos qualquer componente de investimento pago ou transferido para a LIC. Adicionalmente, o Grupo estima a LIC como o cumprimento dos fluxos de caixa relacionados aos sinistros ocorridos.

3.10.14. Reconhecimento da despesa de seguros

As despesas com cobertura de seguros decorrentes de um grupo de contratos de seguro emitidos são reconhecidas no resultado à medida que são incorridas, compreendendo os seguintes itens:

(I) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC - *Liability for Incurred Claims*) relacionadas a sinistros e despesas incorridas no período, excluindo o reembolso de componentes de investimento;

(II) Alterações nas estimativas do passivo de sinistros incorridos (LIC) relacionadas a sinistros e despesas incorridas em períodos anteriores, relacionadas a coberturas passadas;

(III) Outras despesas de cobertura de seguro diretamente atribuíveis incorridas no período;

(IV) Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguros; e

(V) Mudanças no passivo de cobertura remanescente (LRC) relacionadas a cobertura futura que não ajustam a margem contratual de seguros (CSM), pois são mudanças no componente de perda nos grupos de contratos onerosos.

As despesas líquidas com contratos de resseguro compreendem alocação de prêmios de resseguro pagos deduzidos dos valores recuperados junto às resseguradoras. O Grupo reconhece uma alocação de prêmios de resseguro pagos no resultado à medida que recebe serviços sob grupos de contratos de resseguro. Para esses contratos que são mensurados pelo modelo PAA, a alocação de prêmios de resseguro pagos por cada período é o valor dos pagamentos esperados de prêmios referentes ao recebimento dos serviços prestado.

3.10.15. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras de seguros compreendem as variações nos valores contábeis dos contratos de seguro e resseguro dos efeitos do valor do dinheiro no tempo e do risco financeiro.

Para as carteiras mensuradas de acordo com o modelo de mensuração geral (BBA) e de alocação de prêmios (PAA), o Grupo optou pela desagregação das receitas e despesas financeiras de seguros em valores apresentados no resultado do período e valores apresentados em resultados abrangentes, segundo o IFRS 17/CPC 50.

Os valores apresentados em resultados abrangentes são aqueles decorrentes da diferença entre o fluxo de cumprimento contratual descontado a valor presente pela taxa corrente e o mesmo fluxo descontado pela taxa do reconhecimento inicial do grupo de contratos de seguro.

3.11. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, que são de pagamento único e mensal. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio e/ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates.

O Grupo constitui passivos financeiros para assegurar o equilíbrio financeiro e cumprimento das obrigações. A Provisão Matemática para Capitalização (PMC) reflete os pagamentos dos subscritores, deduzidos de cotas de sorteio e carregamento, com juros e correção. A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) cobre bônus futuros, com juros e correção. A Provisão para Resgates (PR) inclui valores de resgates pendentes, ajustados até o pagamento. A Provisão para Sorteios a Realizar (PSR) cobre sorteios não realizados, e a Provisão para Sorteios a Pagar (PSP) inclui prêmios pendentes. A Provisão para Despesas Administrativas (PDA), descontinuada após 2024, cobria despesas futuras. A Provisão de Receitas Diferidas (PRD), iniciada em 2024, cobre receitas futuras de quotas de carregamento.

3.11.1. Prescrição de títulos

O Grupo adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no código civil. Em regra, os títulos são prescritos em cinco anos.

3.12. Resultado com operações de capitalização

De acordo com o IFRS 9/CPC 48, o reconhecimento da receita é:

(I) O recebimento ou a informação sobre o recebimento, para as quotas de capitalização e de sorteio da contribuição; e

(II) O atendimento da contraprestação a ser oferecida pela Controlada que opera com capitalização aos titulares de direitos de resgate e de sorteio, conforme critérios, metodologias e premissas discriminados em estudo técnico, para a quota de carregamento.

Os correspondentes passivos financeiros de capitalização são constituídos simultaneamente ao reconhecimento das receitas. As despesas com colocação de títulos de capitalização, classificadas como "custo de aquisição", são reconhecidas contabilmente quando incorridas com o devido efeito do diferimento quando aplicável.

3.13. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como:

(I) Instrumentos financeiros (nota 3.3.);

(II) Valor recuperável (*impairment*) dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado (nota 3.3.3.);

(III) Valor recuperável dos créditos tributários (nota 3.6.);

(IV) Valor das provisões judiciais cíveis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil ("possível", "provável" e "remota") (nota 3.7.);

(V) Passivo dos contratos de seguro e resseguro (nota 3.10.); e

(VI) Passivos financeiros atuariais – capitalização (nota 3.11.).

Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3.14. Informações por linhas de negócio operacionais

O Grupo oferece produtos e serviços para pessoas físicas e jurídicas no Brasil, predominantemente na região sul.

Embora não haja uma obrigação regulatória de divulgar informações por segmento de acordo com o IFRS 8/CPC 22, o Grupo optou por estruturar suas operações comerciais com base nesse referencial. Tal decisão visa adequar suas linhas de negócio operacionais por meio de critérios qualitativos e quantitativos, levando em consideração as semelhanças entre os serviços e produtos oferecidos. Isso possibilita a determinação de segmentos reportáveis que melhor refletem a estrutura e a diversidade das atividades do Grupo:

(I) Vida: considera os produtos das carteiras Habitacional, Prestamista/Rural, Vida Individual, Vida em Grupo e Resseguro;

(II) Previdência: considera os produtos das carteiras PGBL/VGBL e Risco Previdência;

(III) Capitalização: considera os produtos da carteira de capitalização de pagamento único (PU) e mensal (PM); e

(IV) Outros: considera os ativos, passivos, receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

O detalhamento está apresentado na nota explicativa 21.

3.15. Novas normas ainda não adotadas

3.15.1. IFRS 18/CPC 51 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

A nova norma, emitida em abril de 2024, substitui o IAS 1/CPC 26 - Apresentação de Demonstrações Contábeis e introduz novas exigências para melhorar a divulgação do desempenho financeiro das empresas, tais como: três categorias definidas para receitas e despesas – operacional, investimentos e financiamentos – e novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional; divulgação de informações sobre indicadores específicos da empresa

relacionados à demonstração de resultado, denominados medidas de desempenho definidas pela administração; orientações aprimoradas quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas; maior transparência para as despesas operacionais; e requisitos específicos

sobre como as empresas, tais como bancos e seguradoras, classificam as receitas e despesas na categoria operacional. O IFRS 18/CPC 51 entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. O Grupo está avaliando os impactos da nova norma.

3.15.2. IFRS 9/CPC 48 e IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros

O IASB publicou alterações na IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros e na IFRS 7/CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, em maio de 2024, envolvendo novos critérios de divulgação, ajustes na classificação de ativos financeiros e mudanças relacionadas ao desreconhecimento de passivos financeiros. Essas alterações possuem vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, estando sua adoção no Brasil condicionada à regulamentação pelos órgãos competentes.

3.15.3. Reforma Tributária sobre o consumo

Emenda Constitucional nº 132, promulgada em 20 de dezembro de 2023, estabelece os fundamentos da reforma tributária, que unificará, a partir de 2033, cinco tributos (ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS) em duas novas cobranças: a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal.

Em 16 de janeiro de 2025, o Projeto de Lei Complementar nº 68/2024 foi sancionado, convertendo-se na Lei Complementar nº 214/2025, que regulamenta grande parte da reforma. O PLP nº 108/2024, que trata do Comitê Gestor do IBS e da repartição da arrecadação do imposto, já foi aprovado pela Câmara dos Deputados e aguarda apreciação do Senado.

A partir de janeiro de 2026, terá início o período de testes e adaptação da Reforma Tributária, com a implementação gradual da CBS e do IBS, conforme cronograma vigente até 2033. Em 2026, os esforços se concentrarão na aplicação das alíquotas simbólicas (0,9% para CBS e 0,1% para IBS), na adequação dos sistemas internos às plataformas disponibilizadas pelo Comitê Gestor e em um modelo de fiscalização predominantemente orientativo.

A Companhia iniciou, em 2024, um projeto de acompanhamento da evolução da reforma e de seus impactos operacionais, com foco na adequação progressiva aos dispositivos a serem regulamentados pela Receita Federal, pelos Estados, pelos Municípios e pelo Comitê Gestor. A Companhia segue, sem atrasos, com o projeto interno de adequação de seus sistemas e processos à reforma tributária, visando o atendimento à lei.

3.15.4. IFRS S1 / CBPS 01 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 / CBPS 02 - Divulgações Relacionadas ao Clima

O Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS), em setembro de 2024, aprovou os pronunciamentos CBPS 01 e CBPS 02 que tratam da divulgação de informações relacionadas a riscos e oportunidades associados à sustentabilidade e às mudanças climáticas. Posteriormente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) editou as NBC TDS 01 e NBC TDS 02, estabelecendo sua aplicação para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026.

3.15.5. Lei nº 15.270/2025 – Tributação de dividendos

A partir de 1º de janeiro de 2026, dividendos superiores a R$ 50 mil mensais por pessoa física (da mesma fonte pagadora) terão retenção de 10% de Imposto de Renda na fonte, conforme a Lei nº 15.270/2025. A isenção permanece para lucros, cujas atas de distribuição sejam registradas até 31 de dezembro de 2025.

Não haverá retenção para lucros e dividendos relativos a resultados apurados até o ano-calendário de 2025 cuja distribuição tenha sido aprovada até 31 de dezembro de 2025, prorrogada por liminar concedida pelo STF até 31 de janeiro de 2026.

A Companha avaliou seu fluxo de caixa e antecipou o pagamento de dividendos ainda no ano calendário 2025.

4. Gestão de riscos

O Grupo possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa. Ao realizar uma gestão unificada, o Grupo consegue obter diversos benefícios, como sinergia entre diferentes áreas, padronização de processos e práticas, além de uma visão abrangente dos riscos. Essa abordagem integrada permite uma melhor identificação, avaliação e mitigação dos riscos, garantindo maior eficiência operacional e segurança financeira. A gestão unificada de riscos também facilita a comunicação interna e a tomada de decisões estratégicas, contribuindo para a sustentabilidade e o crescimento contínuo do Grupo.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo, seguem as orientações do órgão regulador e demais entes de regulação de suas controladas, que conforme definição dada pela Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, e suas alterações posteriores, tem como objetivo principal, garantir que a busca por objetivos de negócio da entidade esteja dentro dos limites acordados pelo conselho de administração.

Para executar sua função, o Grupo nomeia o gestor responsável pelos controles internos, que atua como figura central em todo o processo de gestão de riscos. O gestor é responsável pelo monitoramento e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, além de emitir relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria da diretoria e do conselho de administração, conforme atribuições previstas em seus estatutos aprovados

As atividades do gestor são organizadas em ciclos de gestão de riscos, que incluem as seguintes etapas: (i) identificação; (ii) mensuração; (iii) manutenção; (iv) tratamento de riscos; e (v) monitoramento. As análises e mapeamentos realizados são consolidados no perfil de riscos corporativos. Para tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo adota o sistema de controles internos composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis pela mitigação desses riscos.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das companhias do Grupo estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

(I) Corpo administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo; e

(II) Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira, segunda e terceira linhas, conforme melhor explicado abaixo:

1. As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos;

2. A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo; e

3. A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto, considerando a maturidade dos controles já implementados.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo está disposto a assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das diversas áreas de negócio com o apetite global da entidade e aos apetites específicos formalizados pela empresa.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa, sendo formalizados na declaração de apetite de riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos estão formalizadas na política de gestão de riscos, que é revisada e aprovada anualmente pelo conselho de administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo, garantindo consistência nos processos, metodologias e ferramentas utilizadas, além de assegurar a comparabilidade da exposição ao risco entre as supervisionadas.

4.1. Risco de subscrição

O risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas do Grupo, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, a determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas.

A área de subscrição de riscos do Grupo tem por objetivo dar suporte na venda e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados, influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Ao controlar o risco de subscrição com políticas, regras e diretrizes existentes, o Grupo visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis.

Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o risco de subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como estratégias de transferência de risco.

O Grupo subscreve seguros, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, visando obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para as carteiras, é adotada política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. Destaca-se que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos nos quais são formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

Como parte do seu programa de controle de riscos, o Grupo cede riscos por meio de contratos de resseguro para limitar sua retenção e consequentemente suas perdas potenciais, sempre conforme a política de resseguro e diretrizes acordadas com a diretoria. Cabe ressaltar, ainda, que para o caso de eventos catastróficos, o Grupo possui contratos de resseguro específicos.

4.1.1. Principais riscos associados aos seguros de vida

Os principais riscos associados aos seguros de pessoas são: risco de mortalidade; de morbidade e de invalidez. Eles representam desafios significativos e tem implicações financeiras substanciais e podem afetar diretamente a saúde financeira e a solidez do Grupo.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:
(I) Risco de mortalidade: refere-se à probabilidade de um segurado falecer durante o período de cobertura estabelecido. Esse é um risco relevante, pois pode impactar diretamente as obrigações futuras do Grupo;
(II) Risco de morbidade: refere-se à probabilidade de um segurado apresentar alguma doença ou lesão durante o período de cobertura, resultando em custos médicos e/ou incapacidade laboral; e
(III) Risco de invalidez: refere-se à probabilidade de um segurado se tornar incapacitado permanentemente e de exercer atividades laborais devido à doença ou lesão, resultando em perda de renda e necessidade de benefícios por incapacidade.
Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados, ao diversificar por idade, sexo, histórico médico e outras características a ampla base de segurados;
b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
c) A adoção de contratos de resseguro com a finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
d) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas a benefícios por morte e invalidez, levando em consideração os custos de indenizações e despesas administrativas.

4.1.2. Principais riscos associados aos planos de previdência

Os principais riscos associados aos planos de previdência que oferecem coberturas por sobrevivência (PGBL/VGBL) e de risco por morte e invalidez (Risco Previdência) são: risco biométrico, comportamental e de mercado.
A seguir, verifica-se uma análise dos riscos associados a esses eventos e as estratégias de mitigação adotadas pelo Grupo:
(I) Risco biométrico: refere-se à ocorrência de desvios entre as hipóteses demográficas utilizadas nas avaliações atuariais como, as probabilidades de mortalidade, invalidez e morbidade e as ocorrências efetivas nos planos de previdência complementar;
(II) Risco comportamental: refere-se quanto à experiência de persistência do participante. Um elevado nível de desistência pode impactar significativamente o resultado do Grupo; e
(III) Risco de mercado: refere-se às flutuações do mercado financeiro que podem prejudicar os produtos com garantia de rentabilidade pré-estabelecida.
Dentre as estratégias para a mitigação dos riscos adotadas pelo Grupo, cita-se:
a) A diversificação da carteira a fim de mitigar a exposição a riscos concentrados;
b) As reavaliações atuariais periódicas para atualização de premissas a fim de refletir com precisão as tendências das carteiras do Grupo;
c) Utilização de tábuas biométricas atualizadas periodicamente para acompanhar a evolução da experiência de mortalidade do mercado segurador;
d) A adoção de contratos de resseguro com finalidade de transferir parte dos riscos supracitados para limitar a exposição financeira do Grupo a eventos extremos; e
e) A adequação do passivo para cobrir as obrigações futuras relacionadas aos benefícios, levando em consideração os pagamentos desses e despesas administrativas.

4.1.3. Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir analisam como o resultado e o patrimônio líquido teriam aumentado ou diminuído se as mudanças nas variáveis dos riscos de subscrição e de mercado, que eram razoavelmente possíveis na data das Demonstrações, tivessem ocorrido. A análise apresenta as sensibilidades tanto antes como após a mitigação do risco através de resseguro e assume que todas as outras variáveis se mantenham constantes:

					Consolidado
		31/12/2025			
		Resultado		Patrimônio líquido	
Variáveis	Premissas	Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(4.945)	(4.097)	4.788	3.940
Sinistralidade	Redução de 5%	4.945	4.097	(4.788)	(3.940)
Longevidade	Aumento de 10%	98	98	(98)	(98)
Longevidade	Redução de 10%	(121)	(121)	121	121
Taxa de juros	Aumento de 1%	779	779	(263)	(263)
Taxa de juros	Redução de 1%	(636)	(636)	87	87
Conversão em renda	Aumento de 5%	21	21	(21)	(21)
Conversão de renda	Redução de 5%	(21)	(21)	21	21

					Consolidado
		31/12/2024			
		Resultado		Patrimônio líquido	
Variáveis	Premissas	Bruto	Líquido	Bruto	Líquida
Sinistralidade	Aumento de 5%	(3.317)	(2.445)	2.128	1.256
Sinistralidade	Redução de 5%	3.317	2.446	(2.128)	(1.257)
Longevidade	Aumento de 10%	170	170	(170)	(170)
Longevidade	Redução de 10%	(209)	(209)	209	209
Taxa de juros	Aumento de 1%	(1.045)	(1.045)	3.811	3.811
Taxa de juros	Redução de 1%	1.103	1.103	(4.236)	(4.236)
Conversão em renda	Aumento de 5%	47	47	(47)	(47)
Conversão de renda	Redução de 5%	(47)	(47)	47	47

4.2. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento, pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradores), das suas obrigações financeiras nos termos pactuados.
Os limites à exposição ao risco de crédito relativo aos instrumentos financeiros são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.
Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo, são considerados aqueles atribuídos somente pelas agências *Fitch, Standard and Poor's* e *Moody's*. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizado o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizado a do emissor, se disponível.
O monitoramento do risco de crédito é realizado por meio de uma análise de Probabilidade de *Default* (PD), *duration* do ativo e Taxa de Recuperação (LGD), que estima a exposição ao default, refletindo o risco da carteira.

4.2.1. Principais riscos associados aos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, R$ 1.832.076 / 95,09% (R$ 1.796.893 / 94,45% em 31 de dezembro de 2024) estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos de menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo a melhores práticas de mercado. O volume em aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R$ 92.328 (R$ 103.744 em 31 de dezembro de 2024).
O Grupo não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.
Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida, ou seja, sem garantias contratuais, o risco de crédito é do participante do plano. Em 31 de dezembro de 2025, o volume dessas aplicações em fundos exclusivos era de R$ 6.958.090 (R$ 6.336.958 em 31 de dezembro de 2024).
Em 31 de dezembro de 2025, as quotas de fundos de investimento não exclusivo totalizaram R$ 2.224 (R$ 1.871 em 31 de dezembro de 2024). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitos as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

4.2.2. Principais riscos associados ao resseguro

A colocação de contratos de resseguro, automáticos e/ou facultativos devem estar em conformidade com as determinações e apetite a risco do Grupo, bem como com a legislação em vigor, e em posição de obter as melhores condições comerciais, promovendo ganhos de escala e possibilitando a manutenção e gerenciamento dos contratos de forma estratégica, ética e profissional, mantendo os níveis adequados de exigência, transparência e zelo com relação aos critérios estabelecidos na política de transferência de resseguros.
O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de seguro de pessoas coletivo e individual, bem como a produtos de risco de previdência.

					Consolidado
		31/12/2025		31/12/2024	
Tipo ressegurador	*Rating*	Exposição (R$)	Exposição (%)	Exposição (R$)	Exposição (%)
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	3.903	16,43	4.662	20,45
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	9	0,04	10	0,04
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	124	0,52	339	1,49
Local	AA- pela Standard & Poor's	3.964	16,69	1.078	4,73
Local	A+ pela A. M. Best Company	3.370	14,19	5.497	24,11
Local	A- pela A. M. Best Company	12.381	52,13	11.210	49,18
Total		**23.751**	**100,00**	**22.796**	**100,00**

4.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre de flutuações de fatores do mercado financeiro, como taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e preço de ações, que causam mudança nos valores de ativos e passivos, podendo afetar de forma severa a solvência das empresas supervisionadas.
Para os fundos de investimentos atrelados aos planos de previdência de contribuição variável ou definida, o risco de mercado é do participante do plano.
O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk* (*VaR*), que busca estimar a perda máxima esperada em um dado horizonte de tempo com certo grau de confiança.
O Grupo realiza análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, considerando mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é adotada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e é revista anualmente.
Este indicador representa se a condição da exposição ao risco de mercado está dentro do limite de 0,5%, que é o choque mínimo que a empresa espera suportar. O monitoramento considera se o choque máximo suportado pela empresa, que é dado pela diferença entre a taxa de suporte e a taxa do ativo no período, é capaz cobrir este choque mínimo.
As análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros são elaboradas levando em consideração:
(I) VaR paramétrico: assume uma distribuição normal para os retornos, tendo como horizonte de tempo 1 (um) mês e como grau de confiança 95%. Os dados utilizados para apuração são os retornos mensais desde junho de 2016, sendo que o método para medir a volatilidade dos retornos é o de médias móveis exponencialmente ponderadas (*EWMA*), com fator de decaimento de 0,95; e
(II) *Dollar Value One Basis Point* – DV01: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de *basis point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.
No quadro a seguir são apresentadas:
a) A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico;
b) A perda com a oscilação de um *basis point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01; e
c) O fator de decaimento Lambda da metodologia EWMA.

								Consolidado
	31/12/2025				31/12/2024			
Fatores de risco	DV01	EWMA	VaR	Exposição	DV01	EWMA	VaR	Exposição
Pré-fixado – DI	(126)	0,95	1.027	160.602	(23)	0,95	2.708	157.377
Taxa referencial	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–
IGPM	(25)	0,95	152	7.112	(3)	0,95	161	7.927
IPCA	(855)	0,95	5.122	561.406	(116)	0,95	7.120	512.305
Ações	–	0,95	–	–	–	0,95	–	–

4.4. Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de benefícios, sinistros e demais obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação no mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.
Uma abordagem para risco de liquidez considera os fluxos de caixa esperados dos títulos de renda fixa (públicos, privados ou operações compromissadas), sem considerar a venda antecipada destes títulos ou de outros investimentos na carteira. A divisão do somatório destes fluxos, denominados como fluxos dos investimentos, pelo somatório do valor dos benefícios e sinistros líquidos das contribuições e prêmio, fluxos de receitas e despesas operacionais, além de outras obrigações, denominados como fluxos operacionais, pode ser chamada de Índice de Liquidez (IL).
Assim, um IL superior a 1 (um) indica que a empresa possui liquidez suficiente para arcar com seus compromissos futuros no horizonte de análise. O monitoramento do risco de liquidez considera o menor indicador no horizonte de 6 (seis) meses, avaliando o percentual de ativos líquidos em relação às obrigações.
As tabelas a seguir demonstram os principais ativos e passivos financeiros do Grupo, segregados por prazo, de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes nas Demonstrações:

				Consolidado
	31/12/2025			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	**1.525.699**	**2.307.770**	**5.136.999**	**8.970.468**
Caixa e equivalentes de caixa	23.930	–	–	23.930
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	–	220.919	–	220.919
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	111.951	275.868	163.883	551.702
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	1.329.275	1.795.080	4.973.116	8.097.471
Ativos de contratos de resseguro	11.263	–	–	11.263
Outros créditos operacionais	42.614	–	–	42.614
Títulos e créditos a receber	6.666	15.903	–	22.569
Passivo:	**823.547**	**375.754**	**294.499**	**1.493.800**
Contas a pagar	52.455	230	–	52.685
Passivos financeiros - capitalização	2.416	–	–	2.416
Passivos financeiros atuariais - capitalização	768.626	375.524	294.499	1.438.649
Depósitos de terceiros	50	–	–	50

				Consolidado
	31/12/2024			
	Até 1 ano	1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total
Ativo:	**1.457.590**	**1.219.140**	**5.657.018**	**8.333.748**
Caixa e equivalentes de caixa	38.964	–	–	38.964
Instrumentos financeiros ao custo amortizado	–	–	226.840	226.840
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	106.761	397.367	504.128
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	1.354.696	1.097.844	5.032.811	7.485.351
Ativos de contratos de resseguro	15.371	–	–	15.371
Ativos financeiros - capitalização	57	–	–	57
Outros créditos operacionais	41.365	–	–	41.365
Títulos e créditos a receber	7.137	14.535	–	21.672
Passivo:	**630.635**	**480.006**	**331.444**	**1.442.085**
Contas a pagar	59.427	503	–	59.930
Passivos financeiros - capitalização	2.387	–	–	2.387
Passivos financeiros atuariais - capitalização	568.812	479.503	331.444	1.379.759
Depósitos de terceiros	9	–	–	9

As tabelas a seguir fornecem uma análise de vencimento dos contratos de seguro do Grupo, refletindo as datas em que os fluxos de caixa futuros são esperados:

						Consolidado
	31/12/2025					
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
BBA	17.991	(7.526)	(5.184)	(3.311)	(10.126)	(8.156)
VFA	1.760.829	482.108	447.597	440.542	3.609.209	6.740.285
PAA	3.765	8.695	1.801	877	1.001	16.139
Total	**1.782.585**	**483.277**	**444.214**	**438.108**	**3.600.084**	**6.748.268**

						Consolidado
	31/12/2024					
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Acima de 5 anos	Total
BBA	(33.649)	(12.139)	(7.701)	(4.851)	(25.345)	(83.685)
VFA	1.548.626	410.339	385.931	358.930	3.381.735	6.085.561
PAA	13.251	1.290	817	502	656	16.516
Total	**1.528.228**	**399.490**	**379.047**	**354.581**	**3.357.046**	**6.018.392**

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no vencimento não representa risco.

4.5. Risco operacional

O risco operacional resulta de falhas, deficiências ou inadequações nos processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos internos/externos, incluindo o risco legal, de *compliance* e cibernéticos, excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.
A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo, na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.
As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados a diretoria e, se necessário, ao conselho de administração.
Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada continuamente pela área jurídica do Grupo, que analisa contratos corporativos, avalia demandas internas, e participa da formação de novos produtos a serem lançados e fornece subsídios para os processos judiciais do Grupo.
Para os riscos de *compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo possui uma estrutura de *compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os processos estejam de acordo com os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.
Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.

4.6. Risco estratégico

Os riscos estratégicos são parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõe a segunda linha de defesa. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades operacionais, avaliadas e tratadas conforme os níveis de criticidade apontados.

4.7. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que o Grupo mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar, significativamente, o seu negócio. Para tanto, esse processo é estabelecido em um planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo e mantido em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e a SUSEP.

5. Equivalentes de caixa e instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2025, a composição da carteira de instrumentos financeiros contempla os investimentos financeiros classificados como "Equivalentes de caixa" no valor de R$ 14.626 (R$ 23.147 em 31 de dezembro de 2024). A seguir, a abertura da carteira por categoria de mensuração:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Categoria				
Custo amortizado	–	–	220.919	226.840
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	–	–	551.702	504.128
Valor justo por meio do resultado (VJR)	858	677	8.112.097	7.508.498
Total	**858**	**677**	**8.884.718**	**8.239.466**
Circulante	**858**	**677**	**1.272.529**	**2.264.109**
Equivalente de caixa	–	–	14.626	23.147
Instrumentos financeiros	858	677	1.257.903	2.240.962
Não circulante	**–**	**–**	**7.612.189**	**5.975.357**
Instrumentos financeiros		–	7.612.189	5.975.357

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

5.1. Ao custo amortizado

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado para o consolidado:

				Consolidado
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2025 Valor contábil/curva	Valor justo
Fundos exclusivos:			**220.919**	**208.116**
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,63%	Em até 5 anos	220.919	208.116
Total			**220.919**	**208.116**
Circulante			**–**	**–**
Não circulante			**220.919**	**208.116**

				Consolidado
	Taxas contratadas	Vencimento	31/12/2024 Valor contábil/curva	Valor justo
Fundos exclusivos:			**226.840**	**195.628**
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,63%	Em até 5 anos	226.840	195.628
Total			**226.840**	**195.628**
Circulante			**–**	**–**
Não circulante			**226.840**	**195.628**

5.2. Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes para o consolidado:

			Consolidado
	Taxas contratadas	31/12/2025 Valor contábil/justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:		**551.702**	**575.900**
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,41%	524.224	546.693
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,71%	20.352	21.589
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	IGPM + 6,12%	7.126	7.618
Total		**551.702**	**575.900**
Circulante		**111.951**	**115.205**
Não circulante		**439.751**	**460.695**

			Consolidado
	Taxas contratadas	31/12/2024 Valor contábil/justo	Valor de curva
Fundos exclusivos:		**504.128**	**537.413**
Notas do Tesouro Nacional - IPCA	IPCA + 5,32%	477.305	507.329
Notas do Tesouro Nacional - Pré	6,71%	19.131	22.153
Notas do Tesouro Nacional - IGPM	IGPM + 6,12%	7.692	7.931
Total		**504.128**	**537.413**
Circulante		**–**	**–**
Não circulante		**504.128**	**537.413**

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Vencimento em até um ano	111.951	–
Vencimento em até cinco anos	432.625	473.142
Vencimento acima de cinco anos	7.126	30.986
Total	**551.702**	**504.128**

5.3. Ao valor justo por meio do resultado (VJR)

A seguir, a composição dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

		Controladora		Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2025 Valor contábil	Valor justo	31/12/2025 Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:		**–**	**–**	**8.095.247**	**8.095.247**
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL):		**–**	**–**	**6.958.090**	**6.958.090**
Letras Financeiras do Tesouro		–	–	4.162.251	4.162.251
Letras do Tesouro Nacional		–	–	36.497	36.497
Notas do Tesouro Nacional – IPCA		–	–	364.670	364.670
Operações compromissadas		–	–	159.149	159.149
Certificados de Depósitos Bancários		–	–	102.568	102.568
Debêntures		–	–	949.087	949.087
Letras Financeiras		–	–	878.893	878.893
Certificados de Recebíveis Imobiliários		–	–	152.342	152.342
Ações		–	–	2.515	2.515
Fundos de Investimento de Renda Fixa		–	–	44.028	44.028
Fundos de Investimento Multimercado		–	–	179	179
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios		–	–	93.471	93.471
Outras aplicações		–	–	12.440	12.440
Outros fundos:				**1.137.157**	**1.137.157**
Letras do Tesouro Nacional	Selic	–	–	1.022.258	1.022.258
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,92%	–	–	37.197	37.197
Operações compromissadas	Selic	–	–	77.702	77.702
Fundos não exclusivos		**858**	**858**	**2.224**	**2.224**
Operações compromissadas - equivalentes de caixa		**–**	**–**	**14.626**	**14.626**
Total		**858**	**858**	**8.112.097**	**8.112.097**
Circulante		**858**	**858**	**1.160.578**	**1.160.578**
Não circulante		**–**	**–**	**6.951.519**	**6.951.519**

		Controladora		Consolidado	
	Taxas contratadas	31/12/2024 Valor contábil	Valor justo	31/12/2024 Valor contábil	Valor justo
Fundos exclusivos:		**–**	**–**	**7.483.480**	**7.483.480**
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL):		**–**	**–**	**6.336.958**	**6.336.958**
Letras Financeiras do Tesouro			–	4.098.190	4.098.190
Letras do Tesouro Nacional		–	–	111.060	111.060
Notas do Tesouro Nacional - IPCA		–	–	266.345	266.345
Operações compromissadas		–	–	290.845	290.845
Certificados de Depósitos Bancários		–	–	47.823	47.823
Debêntures		–	–	716.317	716.317
Letras Financeiras		–	–	538.351	538.351
Certificados de Recebíveis Imobiliários		–	–	115.388	115.388
Ações		–	–	4.602	4.602
Fundos de Investimento de Renda Fixa		–	–	116.877	116.877
Fundos de Investimento Multimercado		–	–	118	118
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios		–	–	19.600	19.600
Outras aplicações		–	–	11.442	11.442
Outros fundos:				**1.146.522**	**1.146.522**
Letras do Tesouro Nacional	Selic	–	–	1.030.947	1.030.947
Notas do Tesouro Nacional	IPCA + 2,91%	–	–	34.978	34.978
Operações compromissadas	Selic	–	–	80.597	80.597
Fundos não exclusivos		**677**	**677**	**1.871**	**1.871**
Operações compromissadas - equivalentes de caixa		**–**	**–**	**23.147**	**23.147**
Total		**677**	**677**	**7.508.498**	**7.508.498**
Circulante		**677**	**677**	**2.264.109**	**2.264.109**
Não circulante		**–**	**–**	**5.244.389**	**5.244.389**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sem vencimento	858	677	154.855	154.592
Vencimento em até um ano	–	–	1.189.046	1.223.251
Vencimento em até cinco anos	–	–	6.046.023	5.446.493
Vencimento acima de cinco anos	–	–	722.173	684.162
Total	**858**	**677**	**8.112.097**	**7.508.498**

5.4. Movimentação dos instrumentos financeiros

A seguir, as movimentações dos instrumentos financeiros por categoria de mensuração:

				Consolidado
	Ao custo amortizado	Ao VJORA	Ao VJR	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2024	**232.335**	**615.367**	**6.271.943**	**7.119.645**
(+) Aplicações	–	42.587	2.566.854	2.609.441
(-) Resgates	(19.964)	(195.351)	(1.973.259)	(2.188.574)
(+) Rendimentos	14.469	67.864	642.960	725.293
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	(26.339)	–	(26.339)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**226.840**	**504.128**	**7.508.498**	**8.239.466**
(+) Aplicações	–	20.039	1.879.211	1.899.250
(-) Resgates	(19.964)	(34.098)	(2.306.177)	(2.360.239)
(+) Rendimentos	14.043	52.544	1.030.565	1.097.152
(+/-) Ajuste ao valor justo	–	9.089	–	9.089
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**220.919**	**551.702**	**8.112.097**	**8.884.718**

5.5. Instrumentos financeiros derivativos

Todas as operações relacionadas aos instrumentos financeiros derivativos são realizadas por meio de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e visam a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco de exposição desses ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. A Controladora não possui instrumentos financeiros derivativos.

					Consolidado
		31/12/2025			
Futuro	**Posição**	**Vencimento**	**Indexador de referência**	**Quantidade**	**Exposição (*notional*) total**
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	67.690

					Consolidado
		31/12/2024			
Futuro	**Posição**	**Vencimento**	**Indexador de referência**	**Quantidade**	**Exposição (*notional*) total**
DI1	Vendido	04/01/2027	CDI	770	57.320

5.6. Determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos mensurados ao custo amortizado, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições.

Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio de que as partes são independentes;

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos; e

Nível 3 – premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição dos instrumentos financeiros classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

						Controladora
	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao VJR:	**–**	**858**	**858**	**–**	**677**	**677**
Fundos não exclusivos	–	858	858	–	677	677
Total	**–**	**858**	**858**	**–**	**677**	**677**

						Consolidado
	31/12/2025			31/12/2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ao custo amortizado:	**220.919**	**–**	**220.919**	**226.840**	**–**	**226.840**
Fundos exclusivos:	**220.919**	**–**	**220.919**	**226.840**	**–**	**226.840**
Nota do Tesouro Nacional - Pré	220.919	–	220.919	226.840	–	226.840
Ao VJORA:	**551.702**	**–**	**551.702**	**496.436**	**7.692**	**504.128**
Fundos exclusivos:	**551.702**	**–**	**551.702**	**496.436**	**7.692**	**504.128**
Nota do Tesouro Nacional - IPCA	524.224	–	524.224	477.305	–	477.305
Nota do Tesouro Nacional - Pré	20.352	–	20.352	19.131	–	19.131
Nota do Tesouro Nacional - IGPM	7.126	–	7.126	–	7.692	7.692
Ao VJR:	**5.884.056**	**2.228.041**	**8.112.097**	**5.937.187**	**1.571.311**	**7.508.498**
Fundos exclusivos:	**5.869.430**	**2.225.817**	**8.095.247**	**5.914.040**	**1.569.440**	**7.483.480**
Fundos previdenciários (PGBL/VGBL)	4.732.273	2.225.817	6.958.090	4.767.518	1.569.440	6.336.958
Letras do Tesouro Nacional	1.022.258	–	1.022.258	1.030.947	–	1.030.947
Notas do Tesouro Nacional	37.197	–	37.197	34.978	–	34.978
Operações compromissadas	77.702	–	77.702	80.597	–	80.597
Fundos não exclusivos	**–**	**2.224**	**2.224**	**–**	**1.871**	**1.871**
Operações compromissadas - equivalentes de caixa	**14.626**	**–**	**14.626**	**23.147**	**–**	**23.147**
Total	**6.656.677**	**2.228.041**	**8.884.718**	**6.660.463**	**1.579.003**	**8.239.466**

6. Passivos de contratos de seguro

6.1. Modelo de mensuração (BBA)

6.1.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo BBA:

			Consolidado
	31/12/2025		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	**78.427**	**99.663**	**178.090**
Circulante	**14.652**	**18.621**	**33.273**
Não circulante	**63.775**	**81.042**	**144.817**
Receita de seguros:	**(640.693)**	**–**	**(640.693)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(168.598)	–	(168.598)
Outros contratos	(472.095)	–	(472.095)
Despesas de contratos de seguro:	**108.043**	**327.011**	**435.054**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	346.038	346.038
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	108.043	–	108.043
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	(19.027)	(19.027)
Resultado de contratos de seguro	**(532.650)**	**327.011**	**(205.639)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**17.274**	**11.592**	**28.866**
Total das variações na demonstração de resultado	**(515.376)**	**338.603**	**(176.773)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	**(9.090)**	**1.374**	**(7.716)**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(524.466)**	**339.977**	**(184.489)**
Fluxos de caixa:	**558.404**	**(346.492)**	**211.912**
Prêmios recebidos	814.810	–	814.810
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(256.406)	–	(256.406)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(346.492)	(346.492)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2025	**112.365**	**93.148**	**205.513**
Circulante	**18.679**	**15.486**	**34.165**
Não circulante	**93.686**	**77.662**	**171.348**

			Consolidado
	31/12/2024		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	**23.701**	**97.659**	**121.360**
Circulante	**4.892**	**20.159**	**25.051**
Não circulante	**18.809**	**77.500**	**96.309**
Receita de seguros:	**(634.152)**	**–**	**(634.152)**
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(231.694)	–	(231.694)
Outros contratos	(402.458)	–	(402.458)
Despesas de contratos de seguro:	**111.827**	**302.250**	**414.077**
Sinistros e outras despesas incorridas	–	181.466	181.466
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	111.827	–	111.827
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	–	120.784	120.784
Resultado de contratos de seguro	**(522.325)**	**302.250**	**(220.075)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	**11.697**	**7.483**	**19.180**
Total das variações na demonstração de resultado	**(510.628)**	**309.733**	**(200.895)**
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	**11.225**	**(3.144)**	**8.081**
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	**(499.403)**	**306.589**	**(192.814)**
Fluxos de caixa:	**554.129**	**(304.585)**	**249.544**
Prêmios recebidos	793.107	–	793.107
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(238.978)	–	(238.978)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(304.585)	(304.585)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	**78.427**	**99.663**	**178.090**
Circulante	**14.652**	**18.621**	**33.273**
Não circulante	**63.775**	**81.042**	**144.817**

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.1.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo BBA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2025				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	(83.685)	26.338	56.372	179.065	178.090
Circulante	(15.635)	4.921	10.532	33.455	33.273
Não circulante	(68.050)	21.417	45.840	145.610	144.817
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(39.478)	(14.918)	(27.825)	(103.936)	(171.239)
CSM reconhecida	–	–	(27.825)	(103.936)	(131.761)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(14.918)	–	–	(14.918)
Ajustes de experiência	(39.478)	–	–	–	(39.478)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(63.247)	3.355	(1.683)	61.575	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	59.263	(4.721)	(1.683)	(52.859)	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(122.510)	8.076	–	114.434	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(19.545)	63	–	–	(19.482)
Ajustes no passivo de sinistros incorridos	(19.545)	63	–	–	(19.482)
Resultado de contratos de seguro	(122.270)	(11.500)	(29.508)	(42.361)	(205.639)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(5.120)	3.462	4.828	25.696	28.866
Total das variações na demonstração de resultado	(127.390)	(8.038)	(24.680)	(16.665)	(176.773)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro - ORA	(8.993)	1.277	–	–	(7.716)
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(136.383)	(6.761)	(24.680)	(16.665)	(184.489)
Fluxos de caixa:	211.912	–	–	–	211.912
Prêmios recebidos	814.810	–	–	–	814.810
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(256.406)	–	–	–	(256.406)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(346.492)	–	–	–	(346.492)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2025	(8.156)	19.577	31.692	162.400	205.513
Circulante	(1.358)	3.255	5.269	26.999	34.165
Não circulante	(6.798)	16.322	26.423	135.401	171.348

	Consolidado				
	31/12/2024				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.893	11.374	55.109	48.984	121.360
Circulante	1.216	2.348	11.375	10.112	25.051
Não circulante	4.677	9.026	43.734	38.872	96.309
Variações relacionadas aos serviços atuais:	(52.690)	(11.478)	(55.590)	(97.982)	(217.740)
CSM reconhecida	–	–	(55.590)	(97.982)	(153.572)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(11.478)	–	–	(11.478)
Ajustes de experiência	(52.690)	–	–	–	(52.690)
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(283.729)	22.820	49.561	211.348	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(160.386)	14.849	49.561	95.976	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(123.343)	7.971	–	115.372	–
Variações relacionadas aos serviços passados:	(5.240)	2.905	–	–	(2.335)
Ajustes no passivo de sinistros incorridos	(5.240)	2.905	–	–	(2.335)
Resultado de contratos de seguro	(341.659)	14.247	(6.029)	113.366	(220.075)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	(7.358)	2.531	7.292	16.715	19.180
Total das variações na demonstração de resultado	(349.017)	16.778	1.263	130.081	(200.895)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro – ORA	9.895	(1.814)	–	–	8.081
Total das variações na demonstração de resultado e ORA	(339.122)	14.964	1.263	130.081	(192.814)
Fluxos de caixa:	249.544	–	–	–	249.544
Prêmios recebidos	793.107	–	–	–	793.107
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(238.978)	–	–	–	(238.978)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(304.585)	–	–	–	(304.585)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 dezembro de 2024	(83.685)	26.338	56.372	179.065	178.090
Circulante	(15.635)	4.921	10.532	33.455	33.273
Não circulante	(68.050)	21.417	45.840	145.610	144.817

6.1.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo BBA:

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(301.123)	(301.123)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(135.310)	(135.310)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(165.813)	(165.813)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	423.633	423.633
Ajuste de risco não financeiro	(8.076)	(8.076)
CSM	(114.434)	(114.434)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(365.520)	(365.520)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(155.327)	(155.327)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(210.193)	(210.193)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	488.863	488.863
Ajuste de risco não financeiro	(7.971)	(7.971)
CSM	(115.372)	(115.372)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

6.2. Modelo de taxa variável (VFA)

6.2.1. Movimentação de contratos de seguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do passivo de cobertura remanescente e do passivo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo VFA:

	Consolidado		
	31/12/2025		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	6.337.656	–	6.337.656
Circulante	1.184.035	–	1.184.035
Não circulante	5.153.621	–	5.153.621
Receita de seguros:	(27.202)	–	(27.202)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(8.942)	–	(8.942)
Outros contratos	(18.260)	–	(18.260)
Despesas de contratos de seguro:	3.885	10.040	13.925
Sinistros e outras despesas incorridas	–	10.040	10.040
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.885	–	3.885
Componentes de investimento	(881.505)	881.505	–
Resultado de contratos de seguro	(904.822)	891.545	(13.277)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	872.177	–	872.177
Total das variações na demonstração de resultado	(32.645)	891.545	858.900
Fluxos de caixa:	655.041	(891.545)	(236.504)
Prêmios recebidos	669.570	–	669.570
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(14.529)	–	(14.529)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(891.545)	(891.545)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2025	6.960.052	–	6.960.052
Circulante	1.157.116	–	1.157.116
Não circulante	5.802.936	–	5.802.936

	Consolidado		
	31/12/2024		
	Passivo de cobertura remanescente Excluindo componente de perda	Passivo de sinistros incorridos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.470.808	–	5.470.808
Circulante	1.129.256	–	1.129.256
Não circulante	4.341.552	–	4.341.552
Receita de seguros:	(24.272)	–	(24.272)
Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	(9.190)	–	(9.190)
Outros contratos	(15.082)	–	(15.082)
Despesas de contratos de seguro:	3.383	9.040	12.423
Sinistros e outras despesas incorridas	–	9.040	9.040
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	3.383	–	3.383
Componentes de investimento	(745.758)	745.758	–
Resultado de contratos de seguro	(766.647)	754.798	(11.849)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.661	–	569.661
Total das variações na demonstração de resultado	(196.986)	754.798	557.812
Fluxos de caixa:	1.063.834	(754.798)	309.036
Prêmios recebidos	1.076.852	–	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	–	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	–	(754.798)	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	6.337.656	–	6.337.656
Circulante	1.184.035	–	1.184.035
Não circulante	5.153.621	–	5.153.621

6.2.2. Movimentação de contratos de seguro por componente de mensuração

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação dos saldos iniciais e finais do passivo líquido de contratos de seguros mensurados pelo VFA por componente de mensuração:

	Consolidado				
	31/12/2025				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2025	6.085.561	5.705	88.133	158.257	6.337.656
Circulante	1.136.938	1.066	16.465	29.566	1.184.035
Não circulante	4.948.623	4.639	71.668	128.691	5.153.621
Variações relacionadas aos serviços atuais:	773	(288)	(4.449)	(9.313)	(13.277)
CSM reconhecida	–	–	(4.449)	(9.313)	(13.762)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(288)	–	–	(288)
Ajustes de experiência	773	–	–	–	773
Variações relacionadas aos serviços futuros:	18.278	(2.218)	(20.599)	4.539	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	36.397	(2.574)	(20.599)	(13.224)	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(18.119)	356	–	17.763	–
Resultado de contratos de seguro	19.051	(2.506)	(25.048)	(4.774)	(13.277)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	872.177	–	–	–	872.177
Total das variações na demonstração de resultado	891.228	(2.506)	(25.048)	(4.774)	858.900
Fluxos de caixa:	(236.504)	–	–	–	(236.504)
Prêmios recebidos	669.570	–	–	–	669.570
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(14.529)	–	–	–	(14.529)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(891.545)	–	–	–	(891.545)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2025	6.740.285	3.199	63.085	153.483	6.960.052
Circulante	1.120.579	532	10.488	25.517	1.157.116
Não circulante	5.619.706	2.667	52.597	127.966	5.802.936

	Consolidado				
	31/12/2024				
			CSM		
	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixa	Ajuste de risco não financeiro	Contratos de acordo com a abordagem de transição ao valor justo	Outros contratos	Total
Saldos de passivos de contratos de seguro em 1º de janeiro de 2024	5.367.943	2.340	39.375	61.150	5.470.808
Circulante	1.108.023	483	8.128	12.622	1.129.256
Não circulante	4.259.920	1.857	31.247	48.528	4.341.552
Variações relacionadas aos serviços atuais:	297	(96)	(4.556)	(7.494)	(11.849)
CSM reconhecida	–	–	(4.556)	(7.494)	(12.050)
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	–	(96)	–	–	(96)
Ajustes de experiência	297	–	–	–	297
Variações relacionadas aos serviços futuros:	(161.376)	3.461	53.314	104.601	–
Variações das estimativas que ajustam a CSM	(119.808)	2.740	53.314	63.754	–
Contratos reconhecidos inicialmente no período	(41.568)	721	–	40.847	–
Resultado de contratos de seguro	(161.079)	3.365	48.758	97.107	(11.849)
(Receita)/despesas financeiras líquidas de contratos de seguro	569.661	–	–	–	569.661
Total das variações na demonstração de resultado	408.582	3.365	48.758	97.107	557.812
Fluxos de caixa:	309.036	–	–	–	309.036
Prêmios recebidos	1.076.852	–	–	–	1.076.852
Fluxo de caixa de aquisição de seguros	(13.018)	–	–	–	(13.018)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro pagos	(754.798)	–	–	–	(754.798)
Saldos de passivos de contratos de seguro em 31 de dezembro de 2024	6.085.561	5.705	88.133	158.257	6.337.656
Circulante	1.136.938	1.066	16.465	29.566	1.184.035
Não circulante	4.948.623	4.639	71.668	128.691	5.153.621

6.2.3. Estimativas dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no exercício

As tabelas a seguir, apresentam uma análise dos contratos de seguro inicialmente reconhecidos no período mensurados pelo VFA:

	Consolidado	
	31/12/2025	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(548.326)	(548.326)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(6.941)	(6.941)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(541.385)	(541.385)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	566.445	566.445
Ajuste de risco não financeiro	(356)	(356)
CSM	(17.763)	(17.763)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

	Consolidado	
	31/12/2024	
	Rentáveis	Total
Estimativas do valor presente de fluxos de saída de caixa futuros:	(1.232.196)	(1.232.196)
Fluxos de caixa de aquisição de seguros	(15.985)	(15.985)
Sinistros e outras despesas de contratos de seguro a pagar	(1.216.211)	(1.216.211)
Estimativas do valor presente de fluxos de entrada de caixa futuros	1.273.764	1.273.764
Ajuste de risco não financeiro	(721)	(721)
CSM	(40.847)	(40.847)
Perdas no reconhecimento inicial de contratos de seguro	–	–

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

6.3. Margem de serviço contratual (CSM) remanescente

As tabelas a seguir, demonstram o momento em que se espera que a CSM remanescente seja reconhecida no resultado em períodos futuros:

	Consolidado					
	31/12/2025					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	64.707	59.646	27.943	30.767	11.029	194.092
Modelo de taxa variável (VFA)	18.942	31.474	29.278	62.417	74.457	216.568
Total	**83.649**	**91.120**	**57.221**	**93.184**	**85.486**	**410.660**

	Consolidado					
	31/12/2024					
	Até 1 ano	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Modelo de mensuração geral (BBA)	126.583	61.805	17.137	16.222	13.690	235.437
Modelo de taxa variável (VFA)	3.948	7.070	7.001	17.547	210.824	246.390
Total	**130.531**	**68.875**	**24.138**	**33.769**	**224.514**	**481.827**

7. Ativos de contratos de resseguro

7.1. Modelo de alocação de prêmio (PAA)

7.1.1. Movimentação de contratos de resseguro por cobertura remanescente e sinistros incorridos

As tabelas a seguir, demonstram a movimentação entre os saldos iniciais e finais do ativo de cobertura remanescente e do ativo de sinistros incorridos para contratos mensurados pelo PAA:

	Consolidado			
	31/12/2025			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2025	**(2.060)**	**16.516**	**915**	**15.371**
Alocação de prêmios de resseguro pagos	**(16.844)**	**–**	**–**	**(16.844)**
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	**–**	**13.799**	**(97)**	**13.702**
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	13.799	(97)	13.702
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	**(16.844)**	**13.799**	**(97)**	**(3.142)**
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	**–**	**(35)**	**–**	**(35)**
Total das variações na demonstração de resultado	**(16.844)**	**13.764**	**(97)**	**(3.177)**
Fluxos de caixa:	**13.210**	**(14.141)**	**–**	**(931)**
Prêmios pagos	13.210	–	–	13.210
Valores recuperados de resseguradoras	–	(14.141)	–	(14.141)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2025	**(5.694)**	**16.139**	**818**	**11.263**

	Consolidado			
	31/12/2024			
	Ativo de cobertura remanescente	Ativo de sinistros incorridos		
	Excluindo componente de recuperação de perda	Estimativas do valor presente dos fluxos de caixas futuros	Ajuste de risco para risco não financeiro	Total
Saldo de ativos de contratos de resseguro em 1º de janeiro de 2024	**(1.941)**	**16.049**	**576**	**14.684**
Alocação de prêmios de resseguro pagos	**(15.182)**	**–**	**–**	**(15.182)**
Valores a recuperar junto a resseguradoras:	**–**	**19.749**	**339**	**20.088**
Recuperações de sinistros e outras despesas incorridos	–	19.749	339	20.088
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	**(15.182)**	**19.749**	**339**	**4.906**
Receita/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	**–**	**(415)**	**–**	**(415)**
Total das variações na demonstração de resultado	**(15.182)**	**19.334**	**339**	**4.491**
Fluxos de caixa:	**15.063**	**(18.867)**	**–**	**(3.804)**
Prêmios pagos	15.063	–	–	15.063
Valores recuperados de resseguradoras	–	(18.867)	–	(18.867)
Saldos de ativos de contratos de resseguro em 31 de dezembro de 2024	**(2.060)**	**16.516**	**915**	**15.371**

8. Desenvolvimento de sinistros

As tabelas a seguir, ilustram como as estimativas de sinistros acumulados se desenvolveram ao longo do tempo, bruto e líquido de resseguro:

	Consolidado										
	Bruto de resseguro										
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
No ano do aviso	65.143	72.418	76.055	89.873	95.223	159.279	131.848	117.088	159.294	162.758	1.128.979
Um ano após o aviso	52.810	59.397	75.573	94.326	101.755	179.641	140.878	126.413	160.628	–	991.421
Dois anos após o aviso	47.856	56.728	73.885	100.801	101.577	181.536	141.296	127.351	–	–	831.030
Três anos após o aviso	46.930	56.278	75.148	99.189	102.329	181.723	141.684	–	–	–	703.281
Quatro anos após o aviso	46.922	56.945	75.084	97.038	101.887	181.750	–	–	–	–	559.626
Cinco anos após o aviso	47.530	56.840	74.963	97.259	102.148	–	–	–	–	–	378.740
Seis anos após o aviso	47.674	56.537	74.716	98.360	–	–	–	–	–	–	277.287
Sete anos após o aviso	47.384	56.411	75.108	–	–	–	–	–	–	–	178.903
Oito anos após o aviso	48.442	56.968	–	–	–	–	–	–	–	–	105.410
Nove anos após o aviso	48.057	–	–	–	–	–	–	–	–	–	48.057
Estimativa em 31 de dezembro 2025 (a)	48.057	56.968	75.108	98.360	102.148	181.750	141.684	127.351	160.628	162.758	1.154.812
Pagamentos efetuados (b)	47.691	56.499	73.620	94.357	99.949	179.406	139.115	124.068	155.592	131.988	1.102.285
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	366	469	1.488	4.003	2.199	2.344	2.569	3.283	5.036	30.770	52.527
Total											**52.527**
Provisões atuariais complementares											43.973
Ajuste ao risco para risco não financeiro											4.948
Efeito financeiro na taxa de desconto											(8.300)
Passivos brutos de sinistros incorridos (Nota 6.1.1.)											**93.148**

	Consolidado										
	Líquido de resseguro										
Estimativas de sinistros acumulados brutos não descontados	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**	**2021**	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**Total**
No ano do aviso	64.989	71.622	74.678	86.986	87.518	145.380	124.516	108.506	136.333	149.875	1.050.403
Um ano após o aviso	52.697	59.016	73.873	90.547	96.410	169.059	133.785	117.116	141.465	–	933.968
Dois anos após o aviso	47.742	56.339	72.134	93.459	96.083	170.455	134.052	117.520	–	–	787.784
Três anos após o aviso	46.817	55.903	72.779	92.719	96.641	170.584	134.148	–	–	–	669.591
Quatro anos após o aviso	46.808	56.449	72.702	91.026	96.195	170.455	–	–	–	–	533.635
Cinco anos após o aviso	47.349	56.325	72.581	91.468	96.251	–	–	–	–	–	363.974
Seis anos após o aviso	47.428	56.018	72.609	91.815	–	–	–	–	–	–	267.870
Sete anos após o aviso	47.148	55.891	72.989	–	–	–	–	–	–	–	176.028
Oito anos após o aviso	47.328	55.944	–	–	–	–	–	–	–	–	103.272
Nove anos após o aviso	47.151	–	–	–	–	–	–	–	–	–	47.151
Estimativa em 31 de dezembro 2025 (a)	47.151	55.944	72.989	91.815	96.251	170.455	134.148	117.520	141.465	149.875	1.077.613
Pagamentos efetuados (b)	46.900	55.727	71.921	89.679	94.461	168.186	131.944	114.262	137.005	122.090	1.032.175
Sinistros pendentes (c) = (a) – (b)	251	217	1.068	2.136	1.790	2.269	2.204	3.258	4.460	27.785	45.438
Total											**45.438**
Créditos com resseguradoras											(7.110)
Provisões atuariais complementares											40.719
Ajuste ao risco para risco não financeiro											4.130
Efeito financeiro na taxa de desconto											(6.983)
Passivos brutos de sinistros incorridos											**76.194**

9. Outros créditos operacionais

Em 31 de dezembro de 2025, essa rubrica registra os pagamentos das obrigações operacionais ainda não reportados pelas instituições financeiras, no valor de R$ 42.614 (R$ 41.365 em 31 de dezembro de 2024). Os valores são liquidados nos meses subsequentes ao registro da emissão, mediante a retorno bancário.

10. Títulos e créditos a receber

A seguir, a composição e os saldos dos títulos e créditos a receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a receber	–	946	–	–
Contas a receber - fundos exclusivos (*)	–	–	442	1.546
Outros créditos a receber	–	–	3.641	3.211
Total	**–**	**946**	**4.083**	**4.757**

(*) Valores referentes a saldos de contas a receber dos fundos exclusivos consolidados.

11. Tributos

11.1 Impostos e contribuições a recuperar

A seguir, a composição dos impostos e contribuição a recuperar classificados na rubrica “Créditos tributários e previdenciários” no ativo circulante:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	1.037	906	1.597	1.466
CSLL	–	42	701	700
Outros	5	15	285	213
Total	**1.042**	**963**	**2.583**	**2.379**

11.2 Impostos e contribuições

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não há valor de impostos e contribuições a recolher da Companhia. No Grupo, observa-se a seguinte composição:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ	4.715	4.541
CSLL	3.709	3.806
PIS	100	92
COFINS	616	570
Total	**9.140**	**9.009**

11.3. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos, para o Consolidado, são compensados de acordo com o IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Apresenta-se, a seguir, o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados na rubrica “Tributos diferidos”:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ diferido:	**10.104**	**10.343**
Diferenças temporárias	4.055	2.022
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	6.049	8.321
CSLL diferido:	**6.063**	**6.207**
Diferenças temporárias	2.434	1.214
Ajuste de títulos e valores mobiliários a valor de mercado	3.629	4.993
PIS e COFINS diferidos	**4.339**	**4.581**
Total de créditos fiscais diferidos	**20.506**	**21.131**
IRPJ diferido:	**25.392**	**23.186**
Diferenças temporárias	25.392	23.186
CSLL diferido:	**15.234**	**13.912**
Diferenças temporárias	15.234	13.912
Total de débitos fiscais diferidos	**40.626**	**37.098**
Total de créditos e débitos diferidos	**20.120**	**15.967**

Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias são compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisão de fundo de *marketing*.

	Diferenças temporárias	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para contingências fiscais	–	29
Fundo de *marketing*	8.252	579
PIS exigibilidade suspensa	1.945	1.793
COFINS exigibilidade suspensa	11.970	11.033
Outras provisões	4.876	4.531
Outras receitas	(6.482)	(5.294)
PIS e COFINS diferidos	(4.339)	(4.581)
Total	**16.222**	**8.090**
Alíquota aplicada para IRPJ - 25%	**4.055**	**2.022**
Alíquota aplicada para CSLL - 9% e 15%	**2.434**	**1.214**

O Grupo realizou estudo indicando projeção de resultados para apuração de lucros tributáveis nos próximos dez anos, viabilizando o uso na integralidade dos créditos tributáveis diferidos, decorrentes de diferenças temporárias contabilizados em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A seguir, a composição da expectativa de realização dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

	Valor	%
2026	472	7,27%
2027	511	7,87%
2028	507	7,81%
2029	550	8,48%
2030	597	9,20%
2031 a 2035	3.852	59,37%
Total	**6.489**	**100,00%**

12. Depósitos judiciais e fiscais

A seguir, a composição da rubrica “Depósitos judiciais e fiscais” classificada no ativo não circulante, para o consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	410	231
Fiscais	15.493	14.304
Total	**15.903**	**14.535**

Abaixo, a movimentação dos depósitos judiciais fiscais:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**14.304**	**13.415**
Adições	8	–
Baixas	–	(45)
Atualização monetária	1.181	934
Saldo final	**15.493**	**14.304**

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

13. Investimentos

A seguir, a posição dos investimentos da Companhia:

							Controladora			
	Total de ativos	Total de passivos líquidos de provisões judiciais	Provisões judiciais	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Investimento		Resultado patrimonial	
							31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	7.427.266	7.223.330	15.121	72.188	188.815	121.265	188.815	214.860	121.265	107.380
Rio Grande Capitalização S.A.	1.553.340	1.459.404	1.209	90.000	92.727	56.875	92.727	120.584	56.875	44.096
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio							4	4	–	–
Total	**8.980.606**	**8.682.734**	**16.330**	**162.188**	**281.542**	**178.140**	**281.546**	**335.448**	**178.140**	**151.476**

A movimentação dos investimentos é a seguinte:

						Controladora
	Saldo em 31/12/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	214.860	(163.136)	30	15.796	121.265	188.815
Rio Grande Capitalização S.A.	120.584	(90.155)	5.423	–	56.875	92.727
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	–	–	–	–	4
Total	**335.448**	**(253.291)**	**5.453**	**15.796**	**178.140**	**281.546**

							Controladora
	Saldo em 01/01/2024	Dividendos	Ajuste TVM	ORA IFRS 17/CPC 50	Efeito da mudança de prática contábil	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2025
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	230.831	(115.002)	29	(8.378)	–	107.380	214.860
Rio Grande Capitalização S.A.	113.116	(20.944)	(15.833)	–	149	44.096	120.584
Rio Grande Capitalização S.A. – Ágio	4	–	–	–	–	–	4
Total	**343.951**	**(135.946)**	**(15.804)**	**(8.378)**	**149**	**151.476**	**335.448**

14. Obrigações a pagar

A composição das obrigações a pagar do Grupo é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores	–	–	7.685	7.351
Contas a pagar – fundos de investimentos (*)	–	–	9.476	11.224
Pagamentos a realizar (**)	–	–	11.862	24.653
Provisão para fundo de marketing	–	–	8.252	579
Outras contas a pagar	56	83	125	639
Total	**56**	**83**	**37.400**	**44.446**

(*) Valores referentes a saldos de contas a pagar dos fundos exclusivos consolidados.
(**) São pagamentos a efetuar relacionados a sinistros, comissões, prêmios e renda.

15. Passivos financeiros – capitalização

Registra-se as obrigações operacionais com vencimentos dentro dos dois meses seguintes à data das demonstrações financeiras. Essas obrigações são compostas de pró-labore e comissões no valor de R$ 2.416 (R$ 2.387 em 31 de dezembro de 2024).

16. Depósitos de terceiros

Os depósitos de terceiros são valores arrecadados pelos bancos e reportados para o Grupo, cujos títulos encontram-se em processo de emissão ou as parcelas dos títulos recebidos encontram-se ainda em processo de regularização ou identificação. O processo de regularização é aplicável às faturas recebidas com valores ou dados divergentes.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
1 até 30 dias	47	3
31 até 60 dias	–	2
61 até 120 dias	1	2
121 até 180 dias	–	–
181 até 365 dias	2	1
Acima de 365 dias	–	1
Total	**50**	**9**

17. Passivos financeiros atuariais – capitalização

Os passivos financeiros atuariais de capitalização estão classificados no passivo circulante, quando são esperadas exigibilidades dentro dos doze meses seguintes a data das demonstrações financeiras. A seguir, verifica-se a composição e a movimentação desses:

					Consolidado
	Saldo em 01/01/2025	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Provisão para resgates:	**1.367.553**	**1.533.983**	**(1.581.438)**	**107.325**	**1.427.423**
Provisão matemática para capitalização	1.224.193	740.552	(779.257)	103.711	1.289.199
Provisão para resgate de títulos antecipados	71.004	411.758	(400.932)	1.534	83.364
Provisão para resgate de títulos vencidos	30.074	381.523	(384.376)	693	27.914
Provisões para distribuição de bônus	42.282	150	(16.873)	1.387	26.946
Provisão para sorteios:	**12.189**	**43.598**	**(44.531)**	**(40)**	**11.216**
Provisão para sorteios a realizar	9.399	21.822	(23.259)	(122)	7.840
Provisão de sorteios a pagar	2.790	21.776	(21.272)	82	3.376
Outras provisões:	**17**	**4**	**(11)**	**–**	**10**
Provisão para receitas diferidas	17	4	(11)	–	10
Total	**1.379.759**	**1.577.585**	**(1.625.980)**	**107.285**	**1.438.649**

					Consolidado
	Saldo em 01/01/2024	Constituições	Amortizações/ prescrições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2024
Provisão para resgates:	**1.140.258**	**1.231.728**	**(1.082.424)**	**77.991**	**1.367.553**
Provisão matemática para capitalização	992.589	685.120	(528.574)	75.058	1.224.193
Provisão para resgate de títulos antecipados	63.230	248.272	(241.076)	578	71.004
Provisão para resgate de títulos vencidos	32.076	293.344	(295.629)	283	30.074
Provisões para distribuição de bônus	52.363	4.992	(17.145)	2.072	42.282
Provisão para sorteios:	**13.196**	**40.613**	**(41.462)**	**(158)**	**12.189**
Provisão para sorteios a realizar	7.350	22.108	(19.871)	(188)	9.399
Provisão de sorteios a pagar	5.846	18.505	(21.591)	30	2.790
Outras provisões:	**149**	**144**	**(276)**	**–**	**17**
Provisão para receitas diferidas	–	144	(127)	–	17
Provisão para despesas administrativas	149	–	(149)	–	–
Total	**1.153.603**	**1.272.485**	**(1.124.162)**	**77.833**	**1.379.759**

18. Provisões judiciais

18.1. Passivo de sinistros incorridos – judicial

As provisões de natureza cível que contemplam sinistros em disputa judicial relacionados à contratos existentes, em vigor ou não, estão contabilizadas no "Passivo de contratos de seguros", no passivo circulante e não circulante, de acordo com a expectativa de exigibilidade da sua realização. Essa expectativa é revista e atualizada semestralmente considerando o período entre o aviso e o respectivo pagamento.

A seguir, a composição dos processos relacionados aos sinistros judiciais por probabilidade de perda:

			Consolidado
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	86	7.877	7.877
Possível	186	26.040	-
Remota	3	271	-
Total	**275**	**34.188**	**7.877**

			Consolidado
	Contingências vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	74	5.396	5.396
Possível	152	17.617	–
Remota	6	287	–
Total	**232**	**23.300**	**5.396**

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais vinculadas a contratos de seguro:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**5.396**	**4.270**
Adições	3.297	4.027
Baixas	(1.831)	(3.019)
Ajuste	288	(495)
Atualização monetária e juros	727	613
Saldo final	**7.877**	**5.396**

18.2. Outras provisões judiciais e obrigações fiscais

O valor total em discussão dos processos judiciais é composto pelas causas cíveis, fiscais e previdenciárias e relacionadas as obrigações fiscais.

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	2.415	2.334
Obrigações ficais	13.915	12.826
Total	**16.330**	**15.160**

A seguir, a composição da rubrica "Provisões judiciais" por probabilidade de perda:

			Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	54	2.415	2.415
Possível	462	13.975	–
Remota	6	100	–
Total	**522**	**16.490**	**2.415**

			Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Provável	49	2.334	2.334
Possível	293	13.140	–
Remota	12	200	–
Total	**354**	**15.674**	**2.334**

			Consolidado
	Contingências fiscais		
	31/12/2025		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	9	1.917	–
Total	**9**	**1.917**	**–**

			Consolidado
	Contingências fiscais		
	31/12/2024		
	Quantidade	Valor estimado	Valor provisionado
Possível	9	2.177	–
Total	**9**	**2.177**	**–**

Abaixo, as movimentações das provisões judiciais não vinculadas a contratos de seguro, registradas como "Provisões judiciais":

		Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**2.334**	**1.786**
Adições	1.608	1.464
Baixas	(1.435)	(774)
Ajuste	(332)	–
Atualização monetária e juros	240	(142)
Saldo final	**2.415**	**2.334**

		Consolidado
	Contingências não vinculadas a contratos de seguro	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	**–**	**48**
Baixas	–	(50)
Atualização monetária e juros	–	2
Saldo final	**–**	**–**

No grupo "Provisões judiciais" também são registrados o valor total em discussão dos processos judiciais, composto pelas causas cíveis e pelas discussões em que se questionam PIS e COFINS sobre as receitas financeiras, onde o Grupo depositou judicialmente e provisionou os montantes até março de 2022 e depois dessa data, passou a pagar.

A seguir, as obrigações fiscais em discussão judicial conforme a composição:

		Consolidado
	31/12/2025	31/12/2024
PIS - exigibilidade suspensa	1.945	1.793
COFINS - exigibilidade suspensa	11.970	11.033
Total	**13.915**	**12.826**

A seguir, verifica-se o resumo dos principais questionamentos oriundos das obrigações fiscais:

							Consolidado
		31/12/2025					
		PIS		COFINS		Total	
Controladas	**Tese**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	167	167	1.028	1.028	1.195	1.195
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.998	1.778	12.299	10.942	14.297	12.720
Total		**2.165**	**1.945**	**13.327**	**11.970**	**15.492**	**13.915**

							Consolidado
		31/12/2024					
		PIS		COFINS		Total	
Controladas	**Tese**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**	**Depósito judicial**	**Provisão**
Rio Grande Capitalização S.A.	Alargamento da base (a)	146	152	901	937	1.047	1.089
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	Alargamento de base (b)	1.847	1.641	11.638	10.096	13.485	11.737
Total		**1.993**	**1.793**	**12.539**	**11.033**	**14.532**	**12.826**

Há as seguintes discussões de PIS/COFINS:

a) Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas à prescrição) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas de capitalização (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

b) Lei nº 9.718/98 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras em geral e sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livre e garantidores) Discussões vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos garantidores) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres); e Lei nº 12.973/14 - Alargamento da base de cálculo do PIS/COFINS das empresas seguradoras (não incidência do PIS/COFINS sobre receitas financeiras vinculadas aos ativos livres) - Discussão vinculadas ao Tema nº 372 do STF (PIS e COFINS sobre empresas seguradoras e financeiras) e ao Tema STF nº 1309 (PIS e COFINS sobre receita dos ativos garantidores e livres).

19. Patrimônio líquido

19.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado de R$ 118.334 é representado por 88.877.773 ações ordinárias nominativas.

19.2. Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2025, as reservas de lucros de R$ 170.934 (R$ 246.737 em 31 de dezembro de 2024) eram compostas por:

a) Reserva legal de R$ 23.667, constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício até que o valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei n.º 6.404/1976;

b) Reserva estatutária de R$ 87.379 (R$ 168.473 em 31 de dezembro de 2024), constituída ao final do exercício social, após as destinações legais compulsórias, conforme estatuto social; e

c) Outras reservas de R$ 59.888 (R$ 54.597 em 31 de dezembro de 2024), esta reserva foi constituída inicialmente em 2021 em função do impacto de adoção do IFRS 17/CPC 50 na data de transição, conforme descrito em estatuto social do Consolidado.

19.3. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. O estatuto social também prevê a possibilidade de serem declarados e pagos dividendos intermediários à conta de Lucros acumulados ou de Reservas de lucros existentes.

	2025	2024
Lucro líquido do ano	**177.490**	**150.734**
Ajuste efeito IFRS 17/CPC 50	(5.291)	5.595
Base para a distribuição de dividendos	**172.199**	**156.329**
Dividendos pagos e propostos	253.293	135.000
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	147,09%	86,36%
Destinação à reserva de lucros	**87.379**	**156.329**

A Companhia é uma *holding* de duas empresas operacionais, reguladas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, que impõem restrições ao mercado regulado de forma que a adoção das normas IFRS são apenas para aquelas aprovadas pelo regulador. No caso do IFRS 17/CPC 50, a SUSEP ainda não aprovou seu uso. Além disso, há uma gestão de capital e solvência que requer um controle maior de liquidez, não praticado em outros mercados.

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Diante desse cenário, a base de cálculo das destinações do resultado, segue as normas contábeis aplicáveis as seguradoras considerando as diretrizes do órgão regulador SUSEP, uma vez que a Companhia não possui outro fluxo de caixa relevante além daquele proveniente das empresas reguladas por tal órgão.

19.4. Ajuste de avaliação patrimonial

Registram-se os ganhos e perdas não realizados dos títulos e valores mobiliários classificados ao VJORA, relativos a títulos próprios e de suas controladas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários que são registrados no ativo não circulante, na rubrica "Créditos tributários e previdenciários" e outros resultados abrangentes relativos aos efeitos de taxas de juros dos fluxos do IFRS17/CPC 50. O saldo em 31 de dezembro de 2025 era uma perda de R$ 5.752 líquidos de tributos (perda de R$ 27.001, líquidos de tributos, em 31 de dezembro de 2024).

20. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com suas controladas diretas e indiretas, empresas ligadas e profissionais-chave da administração.

	Controladora			
	Ativo		Passivo	
Partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a) (b)	9	6	–	–
Rio Grande Capitalização S.A. (Controlada) (b)	–	946	–	–
Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Controlada) (b)	–	–	–	–
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (b)	–	–	–	–
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	–	–
Total	**9**	**952**	**–**	**–**

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
Partes relacionadas	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Investidora) (a)	4.178	7.213	–	–	–	–	(9.358)	(7.034)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (c) (*)	–	–	–	(17.063)	–	–	–	(203.508)
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A. (Controladora) (b)(c)	–	–	(17.383)		–	–	(218.265)	–
Icatu Seguros S.A. (Controladora) (e)	8.717	8.835	(4.146)	(5.751)	100.993	105.696	(44.162)	(46.202)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (d)	–	–	(1)	(1)	–	–	(9)	(15)
Icatu Capitalização S.A (Ligada) (f)	432	191	–	–	–	–	(831)	(949)
Total	**13.327**	**16.239**	**(21.530)**	**(22.815)**	**100.993**	**105.696**	**(272.625)**	**(257.708)**

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir:

(a) Saldos em conta corrente e despesas com tarifas bancárias e tarifas de arrecadação;

(b) Dividendos referentes às movimentações oriundas do resultado da Companhia;

(c) Valores referentes a acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmados com a Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes;

(d) Valores referentes a taxas de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.;

(e) Valores referentes a acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros S.A.. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes; e

(f) Aquisição de títulos de capitalização: títulos de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia.

(*) Para fins de restruturação societária do Grupo Icatu, a Icatu Assessoria S.A. foi incorporada pela Icatu Serviços de Adm. Previdenciária e Consultoria S.A., em 1º de janeiro de 2025.

21. Informações por linhas de negócio operacionais

As atividades do Grupo são organizadas da seguinte forma:

					Consolidado	
	Vida	Previdência complementar	Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
Receita de contratos de seguro	632.833	35.062	–	–	667.895	658.424
Despesas de contratos de seguro	(430.174)	(18.805)	–	–	(448.979)	(426.500)
Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro	(3.142)	–	–	–	(3.142)	4.906
Resultado de contratos de seguro e resseguro	**199.517**	**16.257**	**–**	**–**	**215.774**	**236.830**
Receita líquida com títulos de capitalização	–	–	157.440	–	157.440	144.105
Resultado com sorteios	–	–	(19.489)	–	(19.489)	(19.238)
Custo de aquisição	–	–	(34.314)	–	(34.314)	(30.838)
Outras receitas/(despesas) operacionais de capitalização	–	–	27.344	–	27.344	21.292
Resultado com operações de capitalização	**–**	**–**	**130.981**	**–**	**130.981**	**115.321**
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de seguro	4.069	49	–	–	4.118	(12.240)
Receitas/(despesas) financeiras líquidas de contratos de resseguro	(35)	–	–	–	(35)	(415)
Outras receitas/(despesas) financeiras líquidas	14.889	1.213	67.517	242	83.861	70.203
Resultado financeiro líquido	**18.923**	**1.262**	**67.517**	**242**	**87.944**	**57.548**
Despesas administrativas	(26.149)	(2.131)	(104.991)	(892)	(134.163)	(145.028)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(7.750)	(632)	–	–	(8.382)	(16.240)
Resultado antes dos tributos	**184.540**	**14.757**	**93.507**	**(650)**	**292.154**	**248.431**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(68.891)	(5.613)	(36.632)	–	(111.136)	(101.427)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.262)	(266)	–	–	(3.528)	3.730
Lucro líquido do exercício	**112.387**	**8.878**	**56.875**	**(650)**	**177.490**	**150.734**

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização.

					Consolidado	
	Vida	Previdência complementar	Capitalização	Outros (*)	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo	**7.214.234**	**211.857**	**1.543.488**	**2.036**	**8.971.615**	**8.335.109**
Investimentos em coligadas e controladas	45.495	143.320	92.731	–	281.546	335.448
Total do passivo	**202.107**	**7.035.166**	**1.450.760**	**66**	**8.688.099**	**7.997.039**

(*) Valores referente as receitas e despesas não relacionadas diretamente as operações de seguro, resseguro e capitalização

22. Receita e despesas de contratos de seguro

22.1. Receita de contratos de seguro

A seguir, a análise da receita de contratos de seguro reconhecida no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	**640.693**	**634.152**
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	**532.649**	**522.325**
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	385.970	357.275
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	14.918	11.478
CSM reconhecida	131.761	153.572
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	**108.044**	**111.827**
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	**27.202**	**24.272**
Valores relacionados às alterações de cobertura remanescente:	**23.317**	**20.889**
Expectativas de sinistros e outras despesas incorridos	9.267	8.743
Variações do ajuste de risco não financeiro para risco vencido	288	96
CSM reconhecida	13.762	12.050
Valores relacionados à recuperação dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	**3.885**	**3.383**
Total de receita de contratos de seguro	**667.895**	**658.424**

22.2. Despesas de contratos de seguro

A seguir, a análise das despesas de contratos de seguro reconhecidas no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de seguro mensurados pelo BBA	**(435.054)**	**(414.077)**
Sinistros e outras despesas incorridas	(346.038)	(181.466)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(108.043)	(111.827)
Variações nos fluxos de caixa de cumprimento referentes ao passivo de sinistros incorridos	19.027	(120.784)
Contratos de seguro mensurados pelo VFA	**(13.925)**	**(12.423)**
Sinistros e outras despesas incorridas	(10.040)	(9.040)
Amortização dos fluxos de caixa de aquisição de seguro	(3.885)	(3.383)
Total de despesas de contratos de seguro	**(448.979)**	**(426.500)**

23. Receita/(despesas) líquidas de contratos de resseguro

A seguir, a análise do resultado líquido de contratos de resseguro:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Contratos de resseguro mensurados pelo PAA	**(3.142)**	**4.906**
Receita de contratos de resseguro	13.702	20.088
Despesas de contratos de resseguro	(16.844)	(15.182)
Total	**(3.142)**	**4.906**

24. Resultado com operações de capitalização

A seguir, a análise do resultado com operações de capitalização reconhecido no exercício:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida com títulos de capitalização:	**157.440**	**144.105**
Resultado com sorteios:	**(19.489)**	**(19.238)**
Reversão das provisões para sorteios	23.259	21.374
Constituição para provisões para sorteios	(21.822)	(22.107)
Despesas com títulos de capitalização sorteados	(20.926)	(18.505)
Custo de aquisição diferido:	**(34.314)**	**(30.838)**
Despesas de corretagens	(34.153)	(30.688)
Despesas de custeamentos de vendas	(161)	(150)
Outras receitas/(despesas) operacionais:	**27.344**	**21.292**
Receita com resgastes de títulos de capitalização	12.466	8.921
Receita com prescrições de títulos de capitalização	18.014	14.665
Despesas com provisões	(3.143)	(2.300)
Outras receitas operacionais	7	6
Total	**130.981**	**115.321**

25. Resultado financeiro líquido

Em 31 de dezembro de 2025, o resultado financeiro líquido da Companhia era de R$ 242 (R$ 714 em 31 de dezembro de 2024). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado				
	31/12/2025				
	Contratos de seguro			Não relacionado a contratos de seguro	Total
	BBA	VFA	PAA		
Receitas financeiras:	**31.494**	**934.278**	**–**	**193.292**	**1.159.064**
Ao custo amortizado:	**–**	**–**	**–**	**14.043**	**14.043**
Fundos exclusivos	–	–	–	14.043	14.043
Ao VJORA:	**–**	**–**	**–**	**52.544**	**52.544**
Fundos exclusivos	–	–	–	52.544	52.544
Ao VJR:	**31.494**	**934.278**	**–**	**125.404**	**1.091.176**
Fundos exclusivos	31.494	934.278	–	125.404	1.091.176
Outras receitas financeiras	**–**	**–**	**–**	**1.301**	**1.301**
Despesas financeiras:	**(89.477)**	**(872.177)**	**(35)**	**(109.431)**	**(1.071.120)**
Ao VJR:	**(60.611)**	**–**	**–**	**–**	**(60.611)**
Fundos exclusivos	(60.611)	–	–	–	(60.611)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	**–**	**–**	**–**	**(107.285)**	**(107.285)**
Contratos de seguro emitidos	**(28.866)**	**(872.177)**	**–**	**–**	**(901.043)**
Contratos de resseguro	**–**	**–**	**(35)**	**–**	**(35)**
Outras despesas financeiras	**–**	**–**	**–**	**(2.146)**	**(2.146)**
Total	**(57.983)**	**62.101**	**(35)**	**83.861**	**87.944**

	Consolidado				
	31/12/2024				
	Contratos de seguro			Não relacionado a contratos de seguro	Total
	BBA	VFA	PAA		
Receitas financeiras:	**20.001**	**557.266**	**–**	**149.815**	**727.082**
Ao custo amortizado:	**–**	**–**	**–**	**14.469**	**14.469**
Fundos exclusivos	–	–	–	14.469	14.469
Ao VJORA:	**–**	**–**	**–**	**67.864**	**67.864**
Fundos exclusivos	–	–	–	67.864	67.864
Ao VJR:	**20.001**	**557.266**	**–**	**66.367**	**643.634**
Fundos exclusivos	20.001	557.266	–	66.367	643.634
Outras receitas financeiras	**–**	**–**	**–**	**1.115**	**1.115**
Despesas financeiras:	**(19.846)**	**(569.661)**	**(415)**	**(79.612)**	**(669.534)**
Ao VJR:	**(666)**	**–**	**–**	**(8)**	**(674)**
Fundos exclusivos	(666)	–	–	(8)	(674)
Passivos financeiros atuariais – capitalização	**–**	**–**	**–**	**(77.833)**	**(77.833)**
Contratos de seguro emitidos	**(19.180)**	**(569.661)**	**–**	**–**	**(588.841)**
Contratos de resseguro	**–**	**–**	**(415)**	**–**	**(415)**
Outras despesas financeiras	**–**	**–**	**–**	**(1.771)**	**(1.771)**
Total	**155**	**(12.395)**	**(415)**	**70.203**	**57.548**

26. Despesas administrativas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de despesas administrativas da Companhia era de R$ 892 (R$ 1.456 em 31 de dezembro de 2024). No Grupo era o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal próprio	(1.465)	(1.424)
Serviços de terceiros	(93.837)	(113.642)
Localização e funcionamento	(862)	(619)
Publicidade e propaganda	(15.996)	(11.075)
Publicações	(281)	(390)
Donativos e contribuições	(4.178)	(3.346)
Despesas administrativas diversas	(170)	(197)
Impostos	(1.035)	(1.130)
PIS	(1.548)	(1.223)
COFINS	(9.513)	(7.515)
Taxa de fiscalização	(5.191)	(4.377)
Outras despesas com tributos	(87)	(90)
Total	**(134.163)**	**(145.028)**

27. Outras receitas/(despesas) operacionais

A seguir, a composição de outras receitas e despesas operacionais para o Grupo:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com cobrança	(8.539)	(8.241)
Reversão/(provisão) para contingências cíveis	(523)	(822)
Reversão/(constituição) de provisão para riscos de créditos	–	379
Demais receitas/(despesas) operacionais	680	(7.556)
Total	**(8.382)**	**(16.240)**

28. Demonstração dos cálculos de Imposto de renda (IRPJ) e Contribuição social (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	31/12/2025		31/12/2024		31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos	**172.197**	**172.197**	**150.734**	**150.734**	**292.154**	**292.154**	**248.431**	**248.431**
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	**(172.847)**	**(172.847)**	**(151.476)**	**(151.476)**	**12.001**	**12.001**	**3.807**	**3.807**
Adição permanente	–	–	–	–	–	–	711	711
Contingência trabalhista, cíveis e fiscais	–	–	–	–	81	81	500	500
Doação e patrocínios indedutíveis	–	–	–	–	3.973	3.973	2.471	2.471
Outras provisões	–	–	–	–	7.805	7.805	214	214
PIS e COFINS diferido	–	–	–	–	242	242	(59)	(59)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	–	–	–	–	1.089	1.089	854	854
Tributos e contribuições em questionamento judicial	–	–	–	–	(1.189)	(1.189)	(884)	(884)
Equivalência patrimonial	(172.847)	(172.847)	(151.476)	(151.476)	–	–	–	–
Resultado ajustado	**(650)**	**(650)**	**(742)**	**(742)**	**304.155**	**304.155**	**252.238**	**252.238**
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas	–	–	–	–	–	–	–	–
Lucro após compensações	**–**	**–**	**–**	**–**	**304.155**	**304.155**	**252.238**	**252.238**
Alíquotas oficiais	**15% - 10%**	**9%**	**15% - 10%**	**9%**	**15% e 9%**	**15% e 9%**	**15% e 9%**	**15% e 9%**
Despesas com IRPJ e CSLL	–	–	–	–	(73.948)	(44.398)	(62.482)	(37.947)
Incentivos fiscais	–	–	–	–	3.957	–	2.442	–
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	–	–	–	–	(173)	(102)	181	109
Despesas com IRPJ e CSLL	**–**	**–**	**–**	**–**	**(70.164)**	**(44.500)**	**(59.859)**	**(37.838)**
Alíquota efetiva	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**24,02%**	**15,23%**	**24,09%**	**15,23%**

29. Lucro por ação

A Companhia tem uma estrutura societária simples e não possui diluidores, logo, seus lucros básicos e diluídos são iguais.

29.1. Básico e diluído

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	**177.490**	**150.734**
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (em unidades)	88.877.773	88.877.773
Lucro básico e diluído por ações (em R$)	**2,00**	**1,70**

Conselho de administração

Presidente:

Luciano Soares

Demais conselheiros:

Ademar Schardong; Artur José de Lemos Júnior; Edson Georges Nassar; Fernando Guerreiro de Lemos; Paula Schild Mascarenhas

Diretoria

Diretor-Presidente: César Luiz Salazar Saut

Diretor técnico-comercial: Marcio de Moraes Palmeira **Diretor administrativo-financeiro:** Luiz Gonzaga Veras Mota

Contador: Ivandro de Almeida Oliveira - CRC-RJ nº 076168/O-7 **Atuária:** Lígia Guedes de Abreu - MIBA nº 1394

continua

BANRISUL ICATU PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

CNPJ 14.159.197/0001-10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Banrisul Icatu Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de março de 2026
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5
Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PR050377/O-6

Parecer do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A.

Os membros do Conselho Fiscal da Banrisul Icatu Participações S.A. ("Companhia"), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo revisado e analisado o Relatório da Administração, as Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas, Rio Grande Seguros e Previdência S.A. e Rio Grande Capitalização S.A., referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, deliberaram, por unanimidade e sem reservas, emitir o presente parecer sem ressalvas, a fim de opinar favoravelmente à aprovação dos referidos documentos em Assembleia Geral Ordinária a ser oportunamente convocada.

Porto Alegre, 23 de março de 2026.

Márcio Santiago Câmara
Presidente

Agomar Aliatti
Conselheiro Vice-Presidente

Luiz Alcides Capoani
Conselheiro

Marcelo Eboli Botelho Benjamim
Conselheiro

PUBLICIDADE LEGAL

CLT PART. S.A.

CNPJ 56.085.859/0001-03

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

São convocados os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se **no dia 13 de abril de 2026,** às 14h, em primeira convocação, e às 14h30min, em segunda convocação, na sede da Companhia, situada na Avenida Nilo Peçanha, nº 2825, conjunto 907, Bairro Chácara das Pedras, na cidade de Porto Alegre/RS, CEP 91330-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Liquidação e extinção da Companhia; (ii) Aprovação das contas da sociedade; (iii) Nomeação do Liquidante.

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

SENHORES ACIONISTAS,

A. É com elevada consideração que comunicamos aos Senhores Acionistas que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Panatlântica S.A. reafirmou a solidez de sua trajetória industrial, mantendo a continuidade e a consistência de suas operações mesmo em ambiente econômico desafiador para o setor siderúrgico nacional.

B. A Companhia permaneceu atuando no atendimento às indústrias metalmecânicas, realizando o processamento e o fornecimento de aços planos, bem como a prestação de serviços relacionados a produtos siderúrgicos, mantendo relacionamento comercial com clientes em diversas regiões do Brasil.

C. O exercício de 2025 foi conduzido com disciplina operacional e prudência financeira, em contexto de volatilidade nos preços do aço, alto volume de importação, oscilações cambiais e condições de crédito restritivas, fatores que influenciaram o comportamento da demanda industrial ao longo do período.

D. Os créditos tributários federais decorrentes de decisões judiciais favoráveis foram regularmente compensados ao longo do exercício, em conformidade com a legislação aplicável, contribuindo para o desempenho financeiro e para o fortalecimento da estrutura patrimonial da Companhia.

E. A Administração deu continuidade ao programa permanente de modernização do parque fabril, promovendo investimentos seletivos em unidades operacionais estratégicas do grupo, com foco na atualização tecnológica, no aumento da eficiência industrial e no fortalecimento dos controles operacionais. Tais iniciativas abrangeram Centros de Serviços e operações logísticas, de acordo com o planejamento corporativo e as prioridades definidas para o exercício.

F. A Companhia atravessou os exercícios anteriores mantendo níveis operacionais consistentes, preservando sua capacidade produtiva e sua estrutura organizacional, fundamentos que sustentam sua continuidade empresarial.

G. Para o exercício de 2026, as perspectivas permanecem condicionadas à evolução do ambiente macroeconômico, às medidas voltadas ao equilíbrio do setor siderúrgico nacional e ao comportamento da atividade industrial. A Administração ingressa no novo exercício com postura responsável e confiante, mantendo foco na eficiência operacional, na competitividade e na preservação da solidez financeira que historicamente caracterizam a Companhia.

H. Permanecemos comprometidos com o aprimoramento contínuo da governança corporativa e com o fortalecimento das práticas ambientais e sociais, em consonância com a certificação ESG obtida em 2025, reafirmando nosso compromisso com a sustentabilidade e com todas as partes interessadas.

I. Reiteramos a política de valorização e manutenção do quadro diretivo e operacional das empresas do grupo, reconhecendo no capital humano um dos pilares essenciais da estabilidade e do desenvolvimento sustentável da Companhia.

J. Registramos nossos agradecimentos à CSN, importante fornecedora de aços planos, às instituições financeiras parceiras, aos colaboradores e ao fiel quadro de clientes industriais e de serviços, cuja confiança contribui para a continuidade de nossas atividades.

K. Como expressão de nossa filosofia administrativa tradicional, parcela relevante das reservas de lucros acumulados permanece retida na Companhia, fortalecendo sua base patrimonial e assegurando estabilidade, responsabilidade e visão de longo prazo aos seus acionistas.

L. A Companhia declara não manter contratos com seus auditores independentes ou partes relacionadas que não estejam vinculados exclusivamente à prestação de serviços de auditoria das demonstrações contábeis, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM (em reais mil)

ATIVO

	NOTAS	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
CIRCULANTE		**981.170**	**1.204.075**	**360.314**	**427.568**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	21.699	25.070	2.033	6.953
Aplicações de Liquidez Imediata	5	328.026	435.217	126.552	144.881
Clientes	6	224.310	282.204	64.718	99.756
Adiantamentos a Fornecedores		8.557	13.217	96	281
Estoques	7	284.783	294.669	103.070	102.567
Impostos a Recuperar	8	110.700	151.050	63.663	73.006
Outras Contas a Receber		3.095	2.648	182	124
NÃO-CIRCULANTE		**434.924**	**413.353**	**823.178**	**926.526**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**68.768**	**65.554**	**63.345**	**60.419**
Depósitos Judiciais		6.943	8.223	4.673	5.905
Outros Créditos		4.534	359	4.409	278
Impostos a Recuperar	8	57.291	56.972	54.263	54.236
INVESTIMENTOS	10	**6.752**	**6.752**	**689.605**	**762.137**
IMOBILIZADO	11	**354.680**	**336.335**	**68.300**	**102.244**
INTANGIVEL	4.10	**4.724**	**4.712**	**1.928**	**1.726**
TOTAL DO ATIVO		**1.416.094**	**1.617.428**	**1.183.492**	**1.354.095**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

PASSIVO

	NOTAS	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
CIRCULANTE		**470.832**	**548.199**	**260.419**	**327.086**
Fornecedores	12	297.438	307.273	125.225	128.081
Empréstimos e Financiamentos	13	135.167	179.430	116.724	135.261
Salários e Contribuições		4.709	4.681	1.276	1.261
Impostos a Recolher	14	9.673	13.094	860	616
Outras Contas a Pagar		5.758	17.000	1.846	38.962
Dividendos a Pagar		13.081	21.529	13.081	21.529
Férias e Encargos a Pagar		5.007	5.192	1.407	1.376
NÃO-CIRCULANTE		**203.202**	**320.193**	**181.013**	**277.972**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**203.202**	**320.193**	**181.013**	**277.972**
Empréstimos e Financiamentos	13	183.338	303.558	167.700	269.610
Tributos a Recolher/Diferidos	14	12.074	12.621	5.909	6.384
Provisões p/Contingências		2.722	2.182	2.352	288
Outras Contas a Pagar		5.069	142	5.052	-
Partes Relacionadas	9	-	1.690	-	1.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**742.060**	**749.036**	**742.060**	**749.036**
Capital Social	15	450.000	450.000	450.000	450.000
Reservas de Capital		103	103	103	103
Reservas de Lucros		282.693	289.648	282.693	289.648
Res. Reav./Ajustes Aval.Patrim.	14.c	9.264	9.285	9.264	9.285
TOTAL DO PASSIVO		**1.416.094**	**1.617.428**	**1.183.492**	**1.354.095**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**2.531.400**	**2.771.810**	**854.931**	**973.800**
Mercado Interno	2.506.681	2.746.864	830.212	948.964
Mercado Externo	24.719	24.946	24.719	24.836
Impostos e Devoluções	**(602.870)**	**(662.085)**	**(215.373)**	**(246.034)**
RECEITA OPERAC. LÍQUIDA	**1.928.530**	**2.109.725**	**639.558**	**727.766**
Custos das Vendas de Prod. e Serviços	**(1.717.282)**	**(1.848.647)**	**(579.775)**	**(656.348)**
LUCRO BRUTO	**211.248**	**261.078**	**59.783**	**71.418**
Receitas/Despesas Operacionais	**(126.161)**	**(132.667)**	**23.029**	**39.762**
Despesas Gerais e Administrativas	(63.324)	(71.769)	(22.676)	(28.306)
Despesas com Vendas	(71.822)	(73.410)	(20.384)	(21.390)
Outras Rec./Desp.Operacionais	8.985	12.512	7.307	(471)
Resultado Equivalência Patrimonial Nota 10)	-	-	58.782	89.929
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	**85.087**	**128.411**	**82.812**	**111.180**
Despesas Financeiras	(68.406)	(63.519)	(56.700)	(46.929)
Receitas Financeiras	60.512	55.112	24.880	20.455
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	**77.193**	**120.003**	**50.992**	**84.706**
Tributos Correntes (Nota 23)	(27.338)	(35.356)	(1.137)	(58)
Tributos Diferidos	11	11	11	11
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
Lucro básico e diluído por ação	2,08	3,54	2,08	3,54

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	49.866	84.659	49.866	84.659
ATRIBUÍDO A SÓCIOS DA EMPRESA CONTROLADORA	49.866	84.659	49.866	84.659

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
RECEITAS	**2.524.901**	**2.754.624**	**857.200**	**965.122**
Vendas de Produtos e Serviços	2.519.230	2.759.912	850.605	969.718
Outras Receitas/Despesas	8.737	(4.802)	9.232	(4.596)
Ganhos/Perdas no Receb. de Créditos	(3.066)	(486)	(2.637)	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(2.297.906)**	**(2.454.363)**	**(779.513)**	**(882.968)**
Matérias-Primas Consumidas	(1.942.917)	(2.126.691)	(640.684)	(741.798)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(355.197)	(341.497)	(136.904)	(141.867)
Recuperação/Perda de Valores Ativos	208	13.825	(1.925)	697
VALOR ADICIONADO BRUTO	**226.995**	**300.261**	**77.687**	**82.154**
RETENÇÕES	**(17.419)**	**(14.642)**	**(2.516)**	**(2.379)**
Depreciações e Amortizações (Nota 11)	(17.419)	(14.642)	(2.516)	(2.379)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**209.576**	**285.619**	**75.171**	**79.775**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**60.512**	**55.112**	**83.662**	**110.384**
Resultado da Equiv. Patrimonial (Nota 10)	-	-	58.782	89.929
Receitas Financeiras	60.512	55.112	24.880	20.455
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**270.088**	**340.731**	**158.833**	**190.159**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**270.088**	**340.731**	**158.833**	**190.159**
Empregados	**79.698**	**75.371**	**23.141**	**23.225**
Salários e Encargos	79.698	75.371	23.141	23.225
Tributos	**71.998**	**116.954**	**29.125**	**35.295**
Federais	57.169	82.940	16.909	19.848
Estaduais	12.574	32.655	11.904	15.142
Municipais	2.255	1.359	312	305
Financiamentos	**68.526**	**63.747**	**56.700**	**46.978**
Juros/Aluguéis	68.526	63.747	56.700	46.978
Remuneração de Capital Próprio	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**
Lucros Retidos	**49.866**	**84.659**	**49.866**	**84.659**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (em reais mil)

Descrição	CAPITAL Social	RESERVAS de Capital	RESERVA REAV./AJUSTE AVALIAÇÕES Controladas	AJUSTE DE AVALIAÇÃO - Controladora	RESERVAS DE LUCROS: RESERVA Legal	RESERVAS DE LUCROS: RESERVA Estatutária	LUCROS Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**450.000**	**103**	**8.841**	**465**	**45.506**	**335.650**	**-**	**840.564**
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos						(20.107)		(20.107)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(156.080)	-	(156.080)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	84.659	84.659
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	4.233	-	(4.233)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	80.447	(80.447)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**450.000**	**103**	**8.841**	**444**	**49.739**	**239.910**	**-**	**749.036**
Realização Reservas	-	-	-	(21)	-	-	21	-
Provisão Distribuição Dividendos						(11.843)		(11.843)
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	(45.000)	-	(45.000)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	49.866	49.866
Destinações Propostas								
Reserva Legal	-	-	-	-	2.493	-	(2.493)	-
Reserva Estatutária	-	-	-	-	-	47.394	(47.394)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	**450.000**	**103**	**8.841**	**423**	**52.232**	**230.461**	**-**	**742.060**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM (em reais mil)

	CONSOLIDADO 31/12/2025	CONSOLIDADO 31/12/2024	CONTROLADORA 31/12/2025	CONTROLADORA 31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro Líquido do Exercício	49.866	84.659	49.866	84.659
Ajuste por:				
Depreciações e Amortizações (Nota 11)	17.420	14.642	2.516	2.379
Ganho Equivalência Patrimonial (Nota 10)	-	-	(58.782)	(89.929)
Juros s/Empréstimos e Financiamentos	59.613	50.325	54.758	45.991
Baixa Líquida de Investimentos	-	15.754	-	18.302
Venda/Baixa de Ativos Imobilizados	2.093	636	36.251	-
Baixas de Ativo Intangível	17	-	26	-
Impostos sobre o lucro	27.327	35.345	1.126	47
Variação dos Ativos e Passivos				
(Aumento) Redução de Clientes	53.551	(19.665)	30.695	(5.369)
(Aumento) Redução nos Estoques	9.886	(47.949)	(504)	(4.854)
(Aumento) Redução em Impostos a Recuperar	40.031	28.024	9.316	9.541
(Aumento) Redução em Outras Contas a Receber	5.661	26.321	1.572	2.857
Aumento (Redução) em Fornecedores	(9.835)	57.696	(2.855)	19.192
Aumento (Redução) nos Impostos a Recolher/Diferido	(5.712)	2.703	(231)	(397)
Aumento (Redução) nos Salários/Férias e Contribuições	(157)	1.135	46	76
Aumento (Redução) em Outras Contas a Pagar	(5.772)	(4.291)	(30.000)	355
Impostos pagos	(25.585)	(35.345)	(1.126)	(47)
CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**218.404**	**209.990**	**92.674**	**82.803**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações financeiras	107.191	(10.993)	18.329	(18.425)
Aquisição de Ativos Imobilizados (Nota 11)	(36.751)	(42.739)	(4.138)	(2.214)
Aquisição de Ativos Intangíveis	(1.137)	(1.052)	(913)	(772)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS (APLICADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**69.303**	**(54.784)**	**13.278**	**(21.411)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Captação de Empréstimos e Financiamentos	67.883	255.533	63.428	234.664
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(234.078)	(179.283)	(185.502)	(124.883)
Lucros Recebidos Controladas	-	-	131.314	-
Dividendos Pagos/Creditados	(65.291)	(156.080)	(65.291)	(123.080)
Juros s/Empréstimos Pagos	(59.592)	(59.751)	(54.821)	(44.711)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(291.078)**	**(139.581)**	**(110.872)**	**(58.010)**
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(3.371)**	**15.625**	**(4.920)**	**3.382**
SALDO INICIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**25.070**	**9.445**	**6.953**	**3.571**
SALDO FINAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**21.699**	**25.070**	**2.033**	**6.953**

O conjunto de notas explicativas é parte integrante das demonstrações contábeis

continua

continuação

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Companhia, com sede em Gravataí (RS) e unidade industrial em Glorinha (RS), tem por objeto a industrialização, comércio, importação, exportação e beneficiamento de aços e metais, ferrosos ou não ferrosos, revestidos ou não, próprios ou de terceiros. A Companhia poderá participar do capital de outras sociedades.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: As Demonstrações Contábeis consolidadas e individuais da Companhia estão sendo apresentadas de acordo com os padrões internacionais (*International Financial Reporting Standards-IFRS*). Estas Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base nos pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As Informações Contábeis de encerramento foram preparadas pela Companhia para atualizar os usuários sobre as informações relevantes apresentadas no período coberto por estas Informações Contábeis e devem ser analisadas em conjunto com as demonstrações contábeis completas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. As políticas contábeis, o uso de certas estimativas contábeis, os julgamentos da Administração e os métodos de cálculo adotados nestas informações financeiras finais são os mesmos que os adotados quando da elaboração das demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e das informações financeiras finais do período de 12 meses findos em 31 de dezembro de 2025. As informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A partir deste exercício, a Companhia passou a apresentar suas demonstrações financeiras em milhares de reais (R$ mil). Os valores comparativos foram ajustados para fins de comparabilidade, de conformidade com a Lei n° 6.404/76 e CPC 26. O Conselho de Administração autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis Intermediárias, Individuais e Consolidadas, findas em 31 de dezembro de 2025, em 26 de março de 2026.

NOTA 03 - REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMPARATIVAS: Em assembleia geral realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição estatutária de dividendos no montante de R$ 20.107, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício de 31 de dezembro de 2024, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia. O pagamento será efetuado até 28 de novembro de 2025, aos acionistas titulares das ações na data da assembleia que deliberou sobre a destinação do resultado. Embora o montante aprovado represente a parcela de distribuição obrigatória de lucros prevista estatutariamente, a Companhia não reconheceu contabilmente o respectivo passivo no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2024. Desta forma, de acordo com o CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro, a Companhia realizou a retificação do balanço de 31 de dezembro de 2024, apresentado como comparativo nas demonstrações contábeis de 30 de setembro de 2025, conforme abaixo:

Ativo - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	151.834	144.881 (a)	6.953
Aplicações de liquidez imediata	-	(144.881) (a)	144.881
Outros ativos circulantes	275.734	-	275.734
Total do ativo circulante	**427.568**	-	**427.568**
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	926.526	-	926.526
Total do ativo não circulante	**926.526**	-	**926.526**
Total do ativo	**1.354.095**	-	**1.354.095**

Passivo e patrimônio líquido - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	305.557	-	305.557
Total do passivo circulante	**306.979**	**20.107**	**327.086**
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	277.972	-	277.972
Total do passivo não circulante	**277.972**	-	**277.972**
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	**769.144**	**(20.107)**	**749.037**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.354.095**	-	**1.354.095**

Demonstrativo do fluxo de caixa - Controladora	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	(1.855)	-	(1.855)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**82.804**	-	**82.804**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(2.986)	-	(2.986)
Aplicações financeiras de liquidez imediata	-	(18.425) (a)	(18.425)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(2.986)**	**(18.425)**	**(21.411)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(58.011)	-	(58.011)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(58.011)**	-	**(58.011)**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**21.807**	**(18.425)**	**3.382**

Ativo - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	460.287	435.217 (a)	25.070
Aplicações de liquidez imediata	-	(435.217) (a)	435.217
Outros ativos circulantes	703.691	-	703.691
Total do ativo circulante	**1.163.978**	-	**1.163.978**
Não circulante			
Outros ativos não circulantes	400.804	-	400.804
Total do ativo não circulante	**400.804**	-	**400.804**
Total do ativo	**1.564.782**	-	**1.564.782**

Passivo e patrimônio líquido - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Dividendos e JCP a distribuir	1.422	20.107 (b)	21.529
Outros passivos circulantes	526.669	-	526.669
Total do passivo circulante	**528.091**	**20.107**	**548.198**
Não circulante			
Outros passivos não circulantes	320.194	-	320.194
Total do passivo não circulante	**320.194**	-	**320.194**
Patrimônio líquido			
Outros saldos patrimoniais	509.127	-	509.127
Reserva estatutária	260.017	(20.107)	239.910
Total do patrimônio líquido	**769.144**	(20.107)	**749.037**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.617.429**	-	**1.617.429**

Demonstrativo do fluxo de caixa - Consolidado	Conforme apresentado anteriormente	Ajuste	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	84.659	-	84.659
Ajustes do lucro e variações de ativos e passivos	125.330	-	125.330
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**209.989**	-	**209.989**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Outros investimentos	(43.791)	-	(43.791)
	-	(10.993) (a)	(10.993)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	**(43.791)**	**(10.993)**	**(54.784)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Outras atividades de financiamento	(139.580)	-	(139.580)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	**(139.580)**	-	**(139.580)**
Aumento líquido/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	**26.618**	**(10.993)**	**15.625**

(a) Reclassificação dos saldos de caixa e equivalentes de caixa para a rubrica de aplicações financeiras de liquidez imediata. A reclassificação foi realizada para uma melhor apresentação das reais necessidades de caixa do Grupo. (b) Reclassificação dos dividendos mínimos obrigatórios, anteriormente apresentados na rubrica de reservas estatutárias, para o passivo circulante. A rubrica de dividendos e JCP a pagar apresentou um aumento de R$ 20.107, enquanto a rubrica de reservas estatutária apresentou uma redução de R$ 20.107. Os demais quadros, sendo eles o ativo, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração dos valores adicionados não sofreram alterações.

NOTA 04 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: 4.1 Consolidação - As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Panatlântica S.A. e suas controladas diretas Panatlântica Catarinense S.A. e a Panatlântica Ind. Com. de Tubos S/A., e suas controladas indiretas Açolog Serviços de Transporte e Logística Ltda., Panaser S/A.- Beneficiamento de Aços, Açolog Transporte Siderúrgico Ltda., e a Tubospan S.A., denominadas em conjunto como "Grupo". Os saldos de Ativos e Passivos e os valores das transações comerciais foram eliminados no processo de consolidação. Em agosto de 2025, a controlada indireta Panaser S/A – Beneficiamento de Aços, foi incorporada por sua controladora direta, a Panatlântica Tubos S.A.. **4.1.2 Demonstrações Contábeis Individuais -** No balanço patrimonial individual, essas participações são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido. **4.2 Estimativas e julgamentos contábeis -** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos -** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão incluídas nas notas explicativas: **b. Incertezas sobre premissas e estimativas -** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: i) Nota Explicativa nº 4.4 - Redução ao valor recuperável de ativos ("*impairment*") - Ativos Financeiro; ii) Nota Explicativa nº 4.9 - Vida útil do imobilizado: A análise da vida útil estimada do ativo imobilizado; e iii) Nota Explicativa nº 4.12 - Provisão para contingências: Estimativas de perdas relacionadas a passivos contingentes. **4.3 Moeda Funcional e de Apresentação das Demonstrações Contábeis -** A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. **4.4 Instrumentos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros não derivativos -** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA (Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes) como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente -** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros -** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros -** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira o Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **(iv) Compensação -** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenham a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.5 Estoques -** Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou fabricação, líquidos dos impostos recuperados, e não superam os preços de mercado ou custo de reposição. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas (Nota 07). **4.6 Impostos a Recuperar -** Os impostos a recuperar são demonstrados com base nos créditos oriundos de operações de entradas e saídas de mercadorias, decorrentes da não-cumulatividade destes e retenções na fonte (Nota 08). **4.7 Demais Ativos Circulantes e Não Circulantes -** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. **4.8 Investimentos -** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial na controladora. Os demais investimentos são avaliados pelo seu valor justo (Nota 10). **4.9 Imobilizado -** Edificações, Terrenos, Instalações, Máquinas e Equipamentos são os itens principais do imobilizado, sendo demonstrados pelo custo de aquisição ou avaliação. A depreciação dos bens é feita pelo método linear. O ativo imobilizado é segregado em classes bem definidas e relacionado às atividades operacionais. Sobre os mesmos, existem controles eficazes que possibilitam identificação de perdas e/ou mudanças de estimativas de vida útil. As Cias. no decorrer dos exercícios revisam e ajustam, quando necessário, a vida útil-econômica estimada de cálculo da taxa de depreciação (Nota 11). **4.10 Intangível -** Os valores relativos a desenvolvimento de projetos que são diretamente ligados a produção de nossos produtos e softwares foram classificados como ativos intangíveis, conforme Deliberação CVM n° 644/10. A amortização dos direitos é feita pelo método linear à taxa de 20,0% a.a.. **4.11 Passivo Circulante e Não Circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. A administração da Companhia considera que os prazos concedidos na liquidação das contas a pagar são inerentes as condições comerciais normalmente contratadas no mercado de atuação, não havendo característica de atividade de financiamento. **4.11.1 Empréstimos e Financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva (Nota 13). **4.11.2 Provisões -** As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. **4.12 Estimativas dos Ativos e Passivos Contingentes -** Em atendimento as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração da Companhia, mediante julgamento efetuado em conjunto com os assessores jurídicos, procedeu à mensuração e, conforme o caso, a respectiva escrituração de Ativos e Passivos considerados contingentes que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis. Entretanto, a liquidação dos eventos provisionados poderá ocorrer por valor diferente do estimado, fato inerente a este tipo de registro. **4.13 Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente -** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15,0%, acrescidas do adicional de 10,0% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240,0 para Imposto de Renda e 9,0% sobre o lucro tributável para Contribuição Social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30,0% do lucro real do exercício. A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os Impostos de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo, com base nas alíquotas vigentes no fim de cada período/regime fiscal (Nota 23). **4.14 Apuração do Resultado -** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. **4.15 Reconhecimento das Receitas de Vendas -** O Grupo utiliza o modelo, para determinação do reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente. O Grupo avaliou os 05 (cinco) passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pela norma contábil: i) Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes; ii) Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato; iii) Determinar o preço de cada tipo de transação; iv) Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos; v)Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. Desta forma, a receita de venda é reconhecida quando os produtos são entregues e a propriedade é transferida para os compradores. A receita é reconhecida, geralmente, na entrega dos produtos aos clientes. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. **4.16 Demonstração do Valor Adicionado - DVA -** A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) Individuais e Consolidadas com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM nº 557/08 da Comissão de Valores Mobiliários, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável às companhias abertas, enquanto para a IFRS representam informação contábil adicional.

4.17 Pronunciamentos Novos e/ou Revisados, Aplicados pela 1ª.vez em 2025 - As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **i) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis -** Uma moeda é considerada conversível quando a entidade consegue trocá-la por outra moeda por meio de mercados ou mecanismos cambiais que gerem direitos e obrigações exigíveis, sem atrasos indevidos na data de mensuração e para o fim determinado. Por outro lado, uma moeda não é tratada como conversível se, na data de mensuração e para o propósito especificado, a entidade só puder obter da outra moeda um valor meramente simbólico ou irrelevante. As alterações incluem principalmente o seguinte: • Requisitos para avaliar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é; • Requisitos para estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível em outra; • Requisitos adicionais de divulgação quando uma entidade estima a taxa de câmbio à vista porque uma moeda não é conversível em outra; • Orientações de aplicação para ajudar as entidades a avaliar se uma moeda é conversível em outra e a estimar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível; • Exemplos ilustrativos; e • Alterações à IFRS 1/CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro - para alinhar os requisitos relacionados à hiperinflação severa à IAS 21/CPC 02 (R2) alterada. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **ii) Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO_2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) -** Esta Orientação trata dos critérios contábeis de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos eventos econômicos relacionados à participação ou atuação de entidades em mercados compulsórios ou voluntários de créditos de carbono (tCO_2e) (comumente chamados de mercados de créditos de carbono), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO). A entidade deve avaliar, dentre as abordagens aceitáveis para contabilizar operações de negociação de créditos de carbono, qual é a mais adequada no contexto de seu negócio e divulgar tal definição na seção de políticas contábeis, caso julgue que esta informação seja importante para uma apropriada interpretação das demonstração contábeis por parte de seus usuários. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **a. Novas normas, revisões e interpretações emitidas, que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2025 -** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Entidade, a saber: **i) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 -** Classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à remensuração dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. **ii) IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras -** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. **iii) Alterações na IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública -** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Para as alterações da IFRS 19 a Empresa espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. Atualmente, a Empresa está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. Em relação às alterações da IFRS 19, a Entidade espera não ser elegível para aplicar os requisitos de divulgação reduzidos. **b. Reforma de incentivos e benefícios fiscais (LC 224/2025) -** A Lei Complementar n° 224/2025, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal e aplicáveis ao IRPJ, CSSL, PIS, COFINS, IPI, II e Contribuição Previdência Patronal. De modo sucinto, temos: • Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos; • Redução linear de 10% dos benefícios fiscais; • Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets; e • Estabelece regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (bets). **Avaliação de impacto:** A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 214/2025 e LC 224/2025 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas principais premissas. Além disso, concluiu com êxito os testes realizados em ambientes de homologação e produção para o correto destaque do IBS e da CBS nos documentos fiscais a serem emitidos a partir de 2026. A Empresa reconhece a obrigatoriedade de entregar a DERE, novo documento fiscal instituído para viabilizar a apuração do IBS e da CBS, considerando as particularidades de setores cuja aferição não segue exclusivamente a sistemática padrão de débito e crédito. Essa declaração atende situações em que a base de cálculo do tributo não corresponde ao preço da operação, mas depende de apurações complexas envolvendo margens e controles específicos de deduções. A Companhia não espera alterações no seu modelo de negócios em resposta aos impactos da LC 215/2025 e LC 224/2025 que requeressem uma mudança na forma esperada de utilização de seus ativos fixos e investimentos, embora espere impactos nos fluxos de caixa futuros.

NOTA 05- CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS: 5.1) Caixa e equivalentes de caixa, abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata, ou seja, resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação, sem penalidades para a Companhia e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo em Caixa	43	1.294	9	11
Depósitos a Vista	8.819	1.918	0	2.752
Aplicações Financeiras	12.837	21.858	2.024	4.190
Caixa e Equivalentes de Caixa	**21.699**	**25.070**	**2.033**	**6.953**

(*) A Companhia recebe em liquidação de direitos como Contas a Receber em moeda estrangeira e ordens de pagamento, das quais ela pode, conforme sua necessidade de caixa e melhor aproveitamento de taxa cambial, efetuar o fechamento de câmbio e recebimento dos Reais equivalente em seu caixa. 5.2) As aplicações financeiras de liquidez não imediata, referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (CDB´s) que não são prontamente conversíveis em caixa, considerando a data de transação. A classificação das aplicações financeiras depende do propósito pela qual o investimento foi adquirido e estão avaliadas ao custo amortizado, de acordo com sua categoria. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

		Consolidado		Controladora	
Descrição	**Remuneração**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	98% a 103% do CDI	328.026	435.217	126.552	144.881
Total		**328.026**	**435.217**	**126.552**	**144.881**

NOTA 06 – CLIENTES:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Clientes Nacionais	227.514	280.937	63.516	94.540
Clientes Exterior	6.510	6.341	6.510	6.341
(-) Prov.de Perdas Estimadas	(5.371)	(5.074)	(965)	(1.125)
Total Líquido a Receber	**228.653**	**282.204**	**69.061**	**99.756**
Total do Ativo Circulante	**224.310**	**282.204**	**64.718**	**99.756**
Total Ativo não Circulante	**4.343**	-	**4.343**	-

Abaixo, a movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo Inicial	5.074	6.416	1.125	2.689
Constituição PECLD	28	222	-	-
Reversão PECLD	-	(1.564)	-	(1.564)
Saldo Final	**5.102**	**5.074**	**1.125**	**1.125**

NOTA 07 - ESTOQUES:

	Consolidado		Controladora	
Descrição	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Produtos Prontos	82.120	97.748	31.214	33.557
Produtos em Elaboração	9.657	11.187	-	-
Matéria Prima	186.954	180.714	71.855	69.010
Materiais Divs./Outros	6.052	5.019	1	-
Total	**284.783**	**294.668**	**103.070**	**102.567**

NOTA 08 - IMPOSTOS A RECUPERAR:

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONSOLIDADO			
	31/12/2025		31/12/2024	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
IRRF/IRPJ	14.006	46	22.260	44
PIS/COFINS-NORMAL	7.839	-	11.648	-
IPI/ICMS	43.900	3.014	47.340	2.689
Pis/Cofins s/Base do ICMS (i)	44.858	54.231	69.765	54.230
Outros	97	-	36	9
Total	**110.700**	**57.291**	**151.049**	**56.972**

	Impostos, Taxas e Contribuições a Recuperar - CONTROLADORA			
	31/12/2025		31/12/2024	
Descrição	**Circulante**	**Não Circulante**	**Circulante**	**Não Circulante**
IRRF/IRPJ	8.428	-	8.736	-
PIS/COFINS-NORMAL	4.802	-	10.834	-
IPI/ICMS	34.225	32	33.600	5
Pis/Cofins s/Base do ICMS (i)	16.208	54.231	19.836	54.230
Total	**63.663**	**54.263**	**73.006**	**54.235**

(i) Refere-se ao saldo remanescente do imposto creditado frente ao êxito no processo que requeria a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS. O Grupo, após o êxito no processo, realizou o levantamento dos créditos e a solicitação de habilitação. No que tange à controladora, Panatlântica S.A., a receita federal não habilitou os créditos e realizou abertura de processo administrativo para discussão da memória de cálculo. Neste sentido, a administração realizou a reclassificação do equivalente a R$ 54.231 para o passivo não circulante, até que o crédito seja liberado para compensação.

NOTA 09 - TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: A Controladora e suas controladas realizam operações entre si, relativas a aspecto financeiros, comerciais e operacionais da Companhia. Descrevemos abaixo as operações mais relevantes.

	Saldos das controladas em aberto com a controladora			Efeito de resultado das das efetivas transações	
	Passivo Circulante	**Passivo não Circ.**	**Total de Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Saldo em 31/12/2024					
Açolog STL	389	-	389	-	3.873
Açolog TSL	-	-	-	-	653
Panatlântica Catarinense	7		7	2.377	63
Tubospan	33	-	33	59	2.453
Panaser	2	-	2	-	20
L.P. Aços Controladora (Mútuo)	-	1.690	1.690	-	804
Total	**431**	**1.690**	**2.121**	**2.436**	**8.149**

	Saldos das controladas em aberto com a controladora			Efeito de resultado das das efetivas transações	
	Passivo Circulante	**Passivo não Circ.**	**Total de Passivo**	**Receita**	**Despesa**
Saldo em 31/12/2025					
Açolog STL	275	-	275	-	3.394
Açolog TSL		-	-	-	495
Panatlântica Catarinense	1	-	1	437	327
Panatlântica Tubos	16	-	16	445	44
Tubospan	-	-	-	37	227
L.P. Aços Controladora (Mútuo)	-	-	-	-	66
Total	**292**	**-**	**292**	**919**	**4.553**

As operações com as partes relacionadas, quanto a prazos e preços, são realizadas em condições, as quais, podem divergir de condições semelhantes às aplicadas no mercado.

"O Grupo possui ainda relacionamento comercial com acionista CSN, através de contrato de compra de matéria prima e fornecimento de serviços de transporte, com determinadas regras de precificação e volumes, acordadas entre as partes. Durante o exercício de 2024 e 2025, parte substancial dos custos se refere a matéria prima adquirida da CSN. O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2025, na conta de fornecedores é de R$ 282.984 (R$ 284.105 em 31 de dezembro de 2024). O saldo em aberto, em 31 de dezembro de 2025, na conta de clientes é de R$ 21.856 (R$ 15.237 em 31 de dezembro de 2024). No exercício de 2025, também foram reconhecidas o equivalente a R$ 156.876 (R$ 173.209 em 31 de dezembro de 2024) de receitas de prestação de serviços de transporte. O contrato de mútuo firmado m 2010 com a Controladora L.P.Aços, com juros da taxa Selic, foi encerrado em abril de 2025.

Abaixo está apresentado o quadro da remuneração global dos administradores:

	Remuneração Conselho Administração e Diretores	
	31/12/2025	31/12/2024
Benificiários	**Remuneração/Benefícios**	**Remuneração/Benefícios**
Conselho	11.491	8.586
Diretoria	8.282	8.552
Soma	**19.773**	**17.138**

NOTA 10 - INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS: A seguir, apresenta-se os principais saldos das controladas diretas:

Descrição	Panatlântica Catarinense S.A.	Panatlântica Ind.Com.Tubos S.A.	Total
Ativo Circulante	153.949	394.427	548.376
Ativo não Circulante	102.041	278.711	380.752
Passivo Circulante	(50.629)	(154.087)	(204.716)
Passivo não Circulante	(17.830)	(387)	(18.217)
Lucro Liquido do Exercício	28.974	27.808	56.782
Total	**187.530**	**518.664**	**706.194**
Participação Direta no Capital	100,0%	100,0%	100,0%
Total do Investimento Direto	**187.530**	**502.557**	**690.087**

Abaixo, os principais saldos das controladas indiretas. Estas companhias são consolidadas em níveis intermediários e apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Descrição	Tubospan S.A.(Controlada Indireta)	Açolog STL Ltda.(Controlada Indireta)	Açolog TSL Ltda.(Controlada Indireta)
Ativo Circulante	889	57.784	14.098
Ativo não Circulante	30.219	12.923	458
Passivo Circulante	(106)	(5.773)	(109)
Passivo não Circulante	(3.972)	-	-
Resultado do Exercício	1.998	18.818	1.602
Total	**27.030**	**64.934**	**14.447**
Participação Direta no Capital	100,0%	100,0%	100,0%
Total do Investimento Indireto	**27.030**	**64.934**	**14.447**

A movimentação dos investimentos da controladora está representada da seguinte forma:

	MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E OUTROS				
Descrição	**PANATLÂNTICA CATARINENSE S.A.**	**PANATLÂNTICA IND.COM.TUBOS S.A.**	**INDUMINAS S.A.**	**OUTROS**	**TOTAL**
(=) Saldos em 31/12/2023	**237.002**	**468.182**	**18.302**	**25**	**723.511**
(+/-) Equivalência Patrimonial	34.554	55.375	-	-	89.929
(-) Distr. Lucros/Baixa de Invest.	(33.000)	-	(18.302)	-	(51.302)
(=) Saldos em 31/12/2024	**238.556**	**523.557**	**0**	**25**	**762.137**
(+/-) Equivalência Patrimonial	28.974	29.808	-	-	58.782
(-) Distribuição Lucros	(80.000)	(51.314)	-	-	(131.314)
(=) Saldos em 31/12/2025	**187.530**	**502.051**	**0**	**25**	**689.605**

A controlada Induminas S/A., foi incorporada em 05 de setembro de 2024, conforme ata da AGE de 05/09/2024, sendo que em outubro de 2024, a mesma foi vendida.

A controlada indireta Panaser S/A., foi incorporada em 01 de setembro de 2025, conforme ata da AGE de 28/08/2025, pela sua controladora Panatlântica Tubos S/A., sendo que a mesma, se tornou uma filial.

continua

continuação

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 11 – IMOBILIZADO:

CONSOLIDADO-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO

Itens	Saldo em: 31/12/2024	Incorp.Pser	Transf.	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em: 31/12/2025
Terrenos, Edifícios e Instalações	165.663	20.998	213	35.887	(36.078)	(3.286)	162.399
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	3.000	-	-	-	-	(32)	2.968
Máquinas e Equipamentos	118.466	7.352	25.948	13.205	(659)	(10.727)	146.233
Móveis e Utensílios	2.707	153	48	147	(31)	(357)	2.514
Veículos	11.076	-	-	1.498	(1.398)	(1.297)	9.879
Computadores e Periféricos	1.462	12	-	341	84	(612)	1.275
Outras Imobilizações	1.064	-	-	20	(211)	(2)	871
Sub-Total	**303.438**	**28.515**	**26.209**	**51.098**	**(38.293)**	**(16.313)**	**326.139**
Máquinas em Instalação	20.793	-	(25.948)	21.078	(17)	-	15.906
Obras em Andamento	12.104	-	(261)	827	(33)	-	12.637
Valor Liq.- Imobilizado	**336.335**	**28.515**	**-**	**73.003**	**(38.343)**	**(16.313)**	**354.680**

CONTROLADORA-QUADRO DA MOVIMENTAÇÃO

Itens	Saldo em: 31/12/2024	Adições	Baixas	Deprec.	Saldo em: 31/12/2025
Terrenos, Edifícios e Instalações	64.858	101	(35.997)	(661)	28.301
Terrenos, Edifícios-Custo Atribuído	672	-	-	(32)	640
Máquinas e Equipamentos	18.182	1.097	(53)	(910)	18.316
Móveis e Utensílios	390	47	-	(49)	388
Veículos	179	363	-	(45)	498
Computadores e Periféricos	366	160	(4)	(134)	388
Outras Imobilizações	177	20	(197)	-	-
Sub-Total	**84.824**	**1.788**	**(36.251)**	**(1.831)**	**48.531**
Máquinas em Instalação	7.442	2.262	-	-	9.704
Obras em Andamento	9.977	88	-	-	10.065
Valor Liq.- Imobilizado	**102.244**	**4.138**	**(36.251)**	**(1.831)**	**68.300**

CONSOLIDADO - QUADRO DOS SALDOS

Descrição	Taxa de Depreciação Anual (%)	Custo Corrigido 31.12.2024	Custo Corrigido 31.12.2025	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2024	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2025	Valor Líquido 31.12.2024	Valor Líquido 31.12.2025
Terrenos	-	77.158	69.449	-	0	77.158	69.449
Edificações	De 2 a 10	129.373	130.080	(31.982)	(36.204)	97.391	93.876
Máquinas e Equipamentos	De 3 a 10	221.012	262.329	(110.713)	(116.096)	110.299	146.233
Instalações	De 3 a 10	4.350	4.481	(2.359)	(2.439)	1.991	2.042
Computadores e Periféricos	20	6.337	6.340	(4.694)	(5.066)	1.643	1.275
Móveis e Utensílios	De 5 a 10	6.580	6.768	(3.709)	(4.254)	2.871	2.514
Veículos	De 12 a 20	14.264	13.219	(2.454)	(3.340)	11.810	9.879
Obras em Andamento	-	10.028	12.637	-	-	10.028	12.637
Outras Imobilizações	De 12 a 20	2.441	963	(90)	(92)	2.351	871
Máquinas em Instalação	-	20.793	15.906	-	-	20.793	15.906
Totais		**492.336**	**522.172**	**(156.001)**	**(167.491)**	**336.335**	**354.680**

CONTROLADORA - QUADRO DOS SALDOS

Descrição	Taxa de Depreciação Anual (%)	Custo Corrigido 31.12.2024	Custo Corrigido 31.12.2025	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2024	(-) Depreciação Acumulada 31.12.2025	Valor Líquido 31.12.2024	Valor Líquido 31.12.2025
Terrenos	-	39.867	3.870	0	0	39.867	3.870
Edificações	De 2 a 10	35.082	35.154	(10.059)	(10.720)	25.023	24.434
Máquinas e Equipamentos	De 3 a 10	48.543	49.393	(30.361)	(31.076)	18.182	18.316
Instalações	De 3 a 10	2.116	2.145	(1.475)	(1.508)	641	637
Computadores e Periféricos	20	1.742	1.781	(1.376)	(1.393)	366	388
Móveis e Utensílios	De 5 a 10	1.538	1.585	(1.148)	(1.197)	390	388
Veículos	De 12 a 20	422	785	(243)	(288)	179	498
Obras em Andamento	-	9.977	10.065	0	0	9.977	10.065
Outras Imobilizações	-	177	0	0	0	177	0
Máquinas em Instalação	-	7.443	9.704	0	0	7.442	9.704
Totais		**146.907**	**114.482**	**(44.662)**	**(46.182)**	**102.244**	**68.300**

NOTA 12 - FORNECEDORES:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Fornecedores Nacionais	295.730	301.623	125.225	128.081
Fornecedores Exterior	1.707	5.650	-	-
Total	**297.437**	**307.273**	**125.225**	**128.081**

NOTA 13 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Apresentamos a seguir as operações contratadas junto às Instituições Financeiras.

CONSOLIDADO

Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	63.950
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	135.166	115.480
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	73.204	81.273
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	110.134	222.285
	SOMA	**318.504**	**482.988**
	Circulante	**135.166**	**179.430**
	Não Circulante	**183.338**	**303.558**

CONTROLADORA

Encargos	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2025	-	44.320
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2026	116.724	90.941
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	Até 2027	65.492	71.269
CDI + 1,75% a 3,60% a.a	De 2028 a 2030	102.208	198.341
	SOMA	**284.424**	**404.871**
	Circulante	**116.724**	**135.261**
	Não Circulante	**167.700**	**269.610**

Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	482.988	406.192
Captação	67.883	255.533
Amortização Principal	(291.980)	(229.063)
Provisão de Juros	59.613	50.326
Saldo Final	**318.504**	**482.988**

Movimentação dos Empréstimos/Financiamentos - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Saldo Inicial	404.871	283.840
Captação	63.428	234.664
Amortização Principal	(238.634)	(158.854)
Provisão de Juros	54.759	45.222
Saldo Final	**284.424**	**404.871**

As operações de longo prazo são destinadas para aquisição de bens e equipamentos industriais, incorporados ao ativo imobilizado, cujas garantias reais são as próprias aquisições, mais duplicatas mercantis. A companhia assumiu obrigações contratuais de financiamentos que preveem a manutenção de determinados índices, sob pena de vencimento antecipado, conforme apresentado abaixo:

i) Dívida financeira líquida / Ebitda inferior a 2,0;
ii) Índice de liquidez corrente maior do que 1,5;
iii) Disponibilidades superiores à dívida de curto prazo;

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava adimplente com as obrigações.

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES:

a) Obrigações fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Circulante

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRRF	1.434	1.561	457	521
IRPJ/CSLL S/LUCRO REAL	5.408	7.150	318	-
PIS/COFINS	539	0	21	0
ICMS/IPI	2.040	2.966	1	2
OUTROS	252	1.417	63	93
TOTAL IMPOSTOS CP	**9.673**	**13.094**	**860**	**616**

b) Outras provisões fiscais

Impostos, Taxas e Contribuições - Não Circulante

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRPJ/CSLL - Cred. Pres. ICMS	483	483	483	483
IPTU/Outras Contribuições	2.848	3.311	655	1.118
TOTAL IMPOSTOS LP	**3.331**	**3.794**	**1.138**	**1.601**

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
IRPJ-Diferido (c.1)	6.429	6.490	3.508	3.515
CSLL-Diferida (c.1)	2.314	2.338	1.263	1.267
TOTAL IMPOSTOS LP	**8.743**	**8.828**	**4.771**	**4.782**

(i) Tributos Diferidos (IRPJ/CSLL) - A Companhia e suas Controladas procederam o registro dos tributos decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial sobre o ativo imobilizado: A controladora possui o equivalente a R$ 93.149 de prejuízos fiscais acumulados, para os quais, não foram reconhecidos impostos diferidos ativos.

NOTA 15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: ***a.* Capital Social e Direito das Ações -** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 450.000 (quatrocentos e cinquenta mil reais), que é composto por 22.907.083 Ações Ordinárias e 1.025.286 Ações Preferenciais, que totalizam 23.932.369 Ações, sem valor nominal, pertencentes inteiramente a acionistas domiciliados no País. Em 2025, foram pagos na integralidade os dividendos mínimos obrigatórios, destacados no exercício de 2024, no equivalente a R$ 20.107. Em 15 de outubro de 2025 foi aprovada pela assembleia geral extraordinária a distribuição de dividendos adicionais, referentes aos lucros do exercício de 2021, no equivalente a R$ 45.000, sendo que foram integralmente pagos em 20 de outubro de 2025. Foram destacados ainda o equivalente a R$ 11.843, referente a dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025. ***b.* Reservas - (a) Reserva legal:** Do lucro líquido do período, 5,0% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20,0% (vinte por cento) do capital social. **(b) Reservas de capital, opções outorgadas e ações em tesouraria:** Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da sociedade, bem como o financiamento de empresas controladas. **(c) Reserva de lucros:** Possui como principal finalidade assegurar a manutenção dos investimentos, do capital de giro e das operações. Trata-se dos lucros acumulados não destinados pela assembleia.

NOTA 16 - CONTRATOS DE SEGUROS: Devido à natureza e porte dos estoques de (produtos siderúrgicos) e principais bens do imobilizado (Prédios, Instalações e Equipamentos Industriais), é política da Companhia contratar seguros por valores condizentes, assumindo alguns riscos com sinistros, os quais são considerados de rara ocorrência. Os bens estão segurados contra incêndio, vendaval, acidentes pessoais, danos e roubos, da seguinte forma:

Risco Coberto	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Incêndio, Raio, Explosão, Roubo, Danos elétricos, Vendaval, Granizo, Responsabilidade Civil	277.160	310.718	65.000	65.000
Lucros Cessantes	71.830	72.265	30.000	30.000
Acidentes Pessoais, Danos Materiais, Danos Corporais	25.002	44.107	650	650
TOTAL	**373.992**	**427.090**	**95.650**	**95.650**

As informações relacionadas aos seguros contratados foram obtidas da Administração da Companhia e não foram objeto de procedimentos específicos por parte dos auditores independentes.

NOTA 17 - PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA: A Companhia patrocina, a funcionários que se inscreveram até agosto de 2019 de forma voluntária, um Plano de Complementação de Aposentadoria junto ao "Fundo Multipensions Bradesco", constituído com características de plano de contribuição definida, no qual não tem obrigação de efetuar contribuições adicionais após o término da prestação dos serviços pelos funcionários. Nestes 12 meses de 2025, a Companhia contribuiu com R$ 418,3 (R$ 482,7 em 12/2024).

NOTA 18 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS: A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade pelo seu valor de mercado. A exposição aos riscos, no entender da Companhia, se limitam ao Risco de Crédito, Risco de Preço, Risco de Taxa de Câmbio e ao Risco de Juros. Para todos eles a Companhia adota medidas junto ao mercado onde atua para mitigar o impacto nas suas operações comerciais.

NOTA 19 - CONTINGÊNCIAS: A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária. As respectivas provisões são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável. Os riscos classificados como prováveis totalizaram R$ 2.352 na controladora e R$ 2.722 no consolidado (R$ 230 na controladora e R$ 2.182 no consolidado em 2024). Existe ainda o equivalente a R$ 2.542 na controladora e R$ 3.796 no consolidado, referente a processos passíveis cíveis e trabalhistas, cuja probabilidade de perda é considerada como possível e não estão reconhecidas contabilmente.

NOTA 20 - RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS: Apresentamos a reconciliação da Receita Bruta para com a Receita Liquida:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Receita Bruta	2.531.400	2.771.810	854.931	973.800
IPI	(70.432)	(78.354)	(23.105)	(26.982)
ICMS	(327.274)	(359.561)	(125.587)	(143.329)
PIS	(34.403)	(37.830)	(11.123)	(12.779)
COFINS	(128.463)	(174.296)	(51.232)	(58.862)
ISS	(128)	(146)	-	-
Devoluções e Abatimentos	(12.170)	(11.898)	(4.326)	(4.083)
Receita Líquida	**1.958.530**	**2.109.725**	**639.558**	**727.765**

NOTA 21 - DESPESAS POR FUNÇÃO E POR NATUREZA

Despesas por Função - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo Produtos Vendidos	(1.717.282)	(1.848.647)
Despesas c/Vendas	(71.822)	(73.410)
Despesas Administrativas	(63.324)	(71.769)
Total	**(1.852.428)**	**(1.993.826)**

Despesas por Função - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Custo Produtos Vendidos	(579.775)	(656.348)
Despesas c/Vendas	(20.384)	(21.390)
Despesas Administrativas	(22.676)	(28.306)
Total	**(622.835)**	**(706.044)**

Despesas por Natureza - CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-Prima/Mat.de uso/consumo	(1.717.282)	(1.848.647)
Despesas c/Pessoal e Benefícios	(79.698)	(74.370)
Despesas c/Comissões	(20.709)	(16.280)
Despesas c/Fretes	(30.018)	(36.398)
Depreciação/Amortização	(17.420)	(14.642)
Outras Receitas/Despesas Operacionais	12.699	(3.489)
Total	**(1.852.428)**	**(1.993.826)**

Despesas por Natureza - CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Matéria-Prima/Mat.de uso/consumo	(579.775)	(638.052)
Despesas c/Pessoal e Benefícios	(23.141)	(27.915)
Despesas c/Comissões	(7.274)	(7.810)
Despesas c/Fretes	(3.253)	(3.086)
Depreciação/Amortização	(2.516)	(2.379)
Outras Despesas Operacionais	(6.876)	(26.802)
Total	**(622.835)**	**(706.044)**

NOTA 22 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS: As receitas/despesas financeiras-líquidas é composta como segue:

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Juros Recebidos	1.013	1.048	582	528
Rendimentos Aplic.Financeiras	47.878	41.843	21.090	14.995
Variações Monetárias Financeiras	11.574	12.220	3.208	4.931
Outras Receitas Financeiras	47	1	-	1
Total Receitas Financeiras	**60.512**	**55.112**	**24.880**	**20.455**

Descrição	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Juros s/Empréstimos/Financ.	(65.475)	(59.812)	(54.821)	(44.711)
Variação Cambial Passiva	(1.518)	(2.370)	(1.385)	(2.135)
Outras Despesas Financeiras	(1.411)	(1.336)	(493)	(83)
Total Despesas Financeiras	**(68.404)**	**(63.518)**	**(56.699)**	**(46.929)**
Resultado Financeiro Líquido	**(7.893)**	**(8.406)**	**(31.820)**	**(26.474)**

NOTA 23 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação das taxas efetiva e nominal de Imposto de Renda-IRPJ e Contribuição Social-CSLL, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2024, estão demonstradas abaixo:

CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2025 IRPJ	31/12/2025 CSLL	31/12/2024 IRPJ	31/12/2024 CSLL
Lucro Líquido antes dos Tributos	77.193	77.193	120.004	120.004
(-/+) Efeitos das IFRS	31	31	33	33
Lucro antes dos Tributos-Ajustado	**77.224**	**77.224**	**120.037**	**120.037**
(+) Adições	9.105	9.105	1.384	1.384
(-) Exclusões	(5.720)	(5.720)	(16.166)	(16.166)
Lucro Tributável/Base Cálculo	**80.609**	**80.609**	**105.255**	**105.255**
(-) Comp. 30% BCN	-	(334)	(1.645)	(1.645)
CSLL - 9%	-	**7.225**	-	**9.325**
(=) Base Cálculo/Despesa CSLL	**80.609**	**7.225**	**103.610**	**9.325**
IRPJ - 15%	12.091	-	15.542	-
IRPJ - 10%	8.037	-	10.508	-
(-) Deduções IRPJ	(14)	-	(19)	-
(=) Despesa IRPJ/CSLL	**20.113**	**7.225**	**26.031**	**9.325**

CONTROLADORA

Descrição	31/12/2025 IRPJ	31/12/2025 CSLL	31/12/2024 IRPJ	31/12/2024 CSLL
Lucro Líquido antes dos Tributos	50.992	50.992	84.706	84.706
(-/+) Efeitos das IFRS	31	31	33	33
Lucro antes dos Tributos-Ajustado	**51.023**	**51.023**	**84.739**	**84.739**
(+) Adições	2.455	2.455	320	320
(-) Exclusões	(61.688)	(61.688)	(93.193)	(93.193)
Lucro Tributável/Base Cálculo	**(8.210)**	**(8.210)**	**(8.134)**	**(8.134)**
(-) Comp. 30% BCN	-	(1.479)	-	-
CSLL - 9%	-	308	-	-
IRPJ - 15%	514	-	-	-
IRPJ - 10%	336	-	-	-
(-) Deduções IRPJ	(21)	-	-	-
(=) Receita/Despesa IRPJ/CSLL	**829**	**308**	**-**	**-**

NOTA 24 - LUCRO POR AÇÃO: Em atendimento a Deliberação CVM nº 636/10, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

a) Número de ações:

Ações Emitidas	31/12/2025	31/12/2024
Ações Ordinárias	22.907	22.907
Ações Preferenciais	1.025	1.025
Total	**23.932**	**23.932**

b) Resultado por ação: Como a Companhia não possui ações potenciais diluídas, apresenta o mesmo valor do lucro básico e diluído por ação.

Controladora	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Exercício	49.866	84.659
Lucro Básico e Diluído por Ação	2,08	3,54

NOTA 25 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO: A Companhia e suas controladas identificaram com base na sua estrutura de gerenciamento e nas informações gerenciais internas utilizadas pelos principais tomadores de decisão da Companhia, que sua operação total constitui um único segmento operacional. Desta forma a Demonstração de Resultado do Exercício já está adequada aos princípios necessários determinados pela Deliberação CVM nº 582/09.

NOTA 26 - GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS: Classificação dos instrumentos financeiros - Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente registradas e, de acordo com a avaliação da Administração, não há outras classificações possíveis para os instrumentos financeiros da Companhia, além das seguintes classificações: (a) ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado. Os instrumentos financeiros da Companhia, em aberto em cada data base, são os seguintes:

Classificação Instrumentos Financeiros

a) p/Custo Amortizado	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Ativos Financeiros				
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.699	25.071	2.033	6.953
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Clientes	228.653	282.204	69.061	100.034
Outros Ativos	11.843	16.225	344	405
Ativos Financeiros Totais	**590.221**	**758.716**	**197.990**	**252.273**

Classificação Instrumentos Financeiros

b) p/Custo Amortizado	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Passivos Financeiros				
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Fornecedores	(297.437)	(307.273)	(125.225)	(128.081)
Outras Contas a Pagar	(5.758)	(17.142)	(1.846)	(8.215)
Débitos c/Controlada	-	(1.690)	0	(29.937)
Dividendos a Pagar	(13.081)	1.422	(13.081)	(1.422)
Passivos Financeiros Totais	**(634.780)**	**(807.671)**	**(424.576)**	**(572.526)**
Instrumentos Financeiros Totais	**(44.559)**	**(48.955)**	**(226.586)**	**(320.253)**

Risco de crédito - Apresentamos os ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de crédito:

Risco de Crédito

Ativo	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.699	25.071	2.033	6.953
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Clientes	228.653	282.204	69.061	100.034
Outros Ativos	11.843	16.225	344	405
Total	**590.221**	**758.716**	**197.990**	**252.273**

De acordo com a política da Companhia é constituída provisão para risco de crédito após a análise individual das contas a receber. Abaixo, uma análise da exposição do risco de crédito do contas a receber:

Descrição	Consolidado	Controladora
Titulos a Vencer	207.247	55.682
Vencidos, entre 01 a 90 dias,	10.299	6.823
Vencidos, entre 91 a 180 dias,	981	110
Vencidos, entre 181 a 360 dias,e	1.741	1.164
Vencidos há mais de 360 dias	13.755	6.247
	234.024	70.026

Risco de liquidez - A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem retorno aos sócios, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação. A seguir, estão as maturidades contratuais dos principais passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 nas informações contábeis finais individuais e consolidadas:

Risco de Liquidez
Consolidado em 31/12/2025

Passivos Financeiros não Derivativos	Vlr.Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	2026	2027	2028 A 2030
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(484.405)	(198.606)	(111.413)	(174.386)
Fornecedores	(297.437)	(297.437)	(297.437)	-	-
Outras Contas a Pagar	(5.758)	(5.758)	(5.758)	-	-
Dividendos a Pagar	(13.081)	(13.081)	(13.081)	-	-
Total	**(634.780)**	**(800.681)**	**(514.882)**	**(111.413)**	**(174.386)**

Risco de Liquidez
Controladora em 31/12/2025

Passivos Financeiros não Derivativos	Vlr.Contábil	Fluxo de Caixa Contratual	2026	2027	2028 A 2030
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(284.424)	(432.571)	(177.354)	(99.491)	(155.726)
Fornecedores	(125.225)	(125.225)	(125.225)	-	-
Outras Contas a Pagar	(1.846)	(1.846)	(1.846)	-	-
Dividendos a Pagar	(13.081)	(13.081)	(13.081)	-	-
Total	**(424.576)**	**(572.723)**	**(317.506)**	**(99.491)**	**(155.726)**

Risco de mercado - Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, impactam nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Risco de taxa de juros -** Na data das informações contábeis intermediárias, os instrumentos financeiros da Companhia, remunerados a uma taxa de juros variável, estão a seguir apresentados pelo valor contábil:

Risco de Taxas de Juros

Valor Contábil dos Instrumentos Financeiros de Taxa Variável	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Débitos c/Partes Relacionadas	-	(1.690)	-	(1.690)
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Total	**9.522**	**(49.462)**	**(157.872)**	**(261.680)**

Análise de sensibilidade de valor justo para instrumento de taxa fixa - A Companhia não contabiliza nenhum ativo ou passivo financeiro de taxa de juros fixa pelo valor justo por meio do resultado, e a Companhia não designa derivativos (*swaps* de taxa de juros) como instrumentos de proteção sob um modelo de contabilidade de *hedge* de valor justo. Portanto, uma alteração nas taxas de juros na data de relatório não alteraria o resultado. **Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável -** Um aumento de 1% nas taxas de juros, na data das informações contábeis finais, não teria reflexo relevante no patrimônio no exercício findo de 12 meses em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com os montantes abaixo demonstrados. A análise considera que todas as outras variáveis são mantidas constantes:

Valor Contábil dos Instrumentos Financeiros de Taxa Variável	Consolidado 31/12/2025	Consolidado 31/12/2024	Controladora 31/12/2025	Controladora 31/12/2024
Aplicação Financeira	328.026	435.216	126.552	144.881
Débitos c/Partes Relacionadas	-	(1.690)	-	(1.690)
Empréstimos e Financiamentos Bancários	(318.504)	(482.988)	(284.424)	(404.871)
Total	**9.522**	**(49.462)**	**(157.872)**	**(261.680)**
Taxa de Juros Esperada	**15,0%**	**15,0%**	**15,0%**	**15,0%**
Impacto c/Taxa de Juros Esperada	**1.428**	**(7.419)**	**(23.681)**	**(39.252)**
Variações 10,0%	1.571	(8.161)	(26.049)	(43.177)
Impacto no Resultado	143	(742)	(2.368)	(3.925)
Variações 15,0%	1.643	(8.532)	(27.233)	(45.140)
Impacto no Resultado	72	(371)	(1.184)	(1.963)

continua

continuação

PANATLÂNTICA®

COMPANHIA ABERTA - C.N.P.J. 92.693.019/0001-89

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RAUL MASELLI
Presidente do Conselho

RINALDI MASELLI
LUIS FERNANDO B. MARTINEZ

GILDO GARCIA
ANGÉLICA MARIA DE QUEIROS

DIRETORIA

KARL ERNST STEPPE
GILÇO FERNANDES GONÇALVES

RICARDO GONZATTO SOARES
BARLAN ANTONIO DOS SANTOS JÚNIOR

AIRTON TEOBALDO HENZ
Contador CRC - RS 048.754/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Panatlântica S.A.
Gravataí - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Panatlântica S.A. ("Companhia")**, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Panatlântica S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos o assunto descrito a seguir como principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Reconhecimento de receita de vendas	Resposta da auditoria ao assunto
Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.15, a Companhia reconhece as receitas de vendas quando satisfaz a obrigação de desempenho assumida junto aos seus clientes, o que ocorre, em geral, no momento da entrega dos produtos. Consideramos o reconhecimento de receita de vendas como um principal assunto de auditoria em razão do risco de reconhecimento prematuro das receitas, o qual poderia impactar de forma relevante o desempenho das operações da Companhia. Adicionalmente, esse processo envolve julgamentos e estimativas relevantes por parte da Administração, especialmente quanto à efetiva entrega dos produtos no encerramento do exercício.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram dentre outros: ▪ Entendimento do ambiente de controle internos relacionados ao processo de reconhecimento de receitas, bem como das premissas utilizadas pela Administração para o julgamento da entrega dos produtos ao final do exercício; ▪ Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia em relação aos requerimentos do Pronunciamento Técnico CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes; ▪ Inspeção, por amostragem, dos documentos de vendas que comprovam a efetiva entrega dos produtos aos clientes; e; ▪ Avaliação das estimativas de entrega elaboradas pela Administração, com base na análise dos prazos médios apurados a partir dos comprovantes de entrega efetivamente realizados ao longo do exercício, com o objetivo de verificar a razoabilidade do adequado corte das receitas no encerramento exercício. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos descritos acima, consideramos que o reconhecimento das receitas de vendas é razoável, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes- As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram o relatório, em 27 de fevereiro de 2025, sem modificações sobre essas demonstrações contábeis. **Reapresentação das demonstrações contábeis comparativas -** O exame das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da reapresentação das demonstrações contábeis comparativas descritos na Nota n° 03, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, em 27 de fevereiro de 2025. Como parte de nossos exames das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 31 de dezembrode 2025, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa n° 03, que foram efetuados para alterar os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis de 2024, os quais foram executados de forma adequada. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2024 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações contábeis de 2024 tomadas em conjunto. **Demonstrações do valor adicionado -** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accouting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: ▪ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. ▪ Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. ▪ Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. ▪ Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. ▪ Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. ▪ Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 26 de março de 2026.

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 RS 005519/F-0
Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2

ASCOL

AGROSETA S.A.

CNPJ Nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Desempenho econômico-financeiro:** A empresa está voltada à aplicação e otimização de seus recursos financeiros. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da companhia. Estância Velha/RS, 20 de março de 2026. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**12.186.072**	22.023.457
Clientes	6	**5.000.000**	-
Impostos a recuperar	7	**628.007**	413.804
		17.814.079	22.437.261
Não circulante			
Depósitos judiciais	13	**124.062**	124.062
Partes relacionadas	8	**19.250.393**	21.694.307
Impostos diferidos	17	**4.457.516**	4.041.411
Imobilizado	9	**230.002**	230.002
Ativo biológico	10	**10.051.400**	-
		34.113.373	26.089.782
Total do ativo		**51.927.452**	48.527.043

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	11	**2.786.600**	-
Obrigações sociais trabalhistas		**4.000**	4.045
Obrigações tributárias	12	**66.058**	71.771
Dividendos a pagar		**93.865**	525.541
Partes relacionadas	8	**-**	1.212.827
		2.950.523	1.814.184
Não circulante			
Provisão para contingências	13	**2.943.119**	976.046
		2.943.119	976.046
Patrimônio líquido	14		
Capital social		**43.434.946**	43.434.946
Reservas de lucros		**2.598.864**	2.301.867
		46.033.810	45.736.813
Total do passivo e patrimônio líquido		**51.927.452**	48.527.043

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas		**(3.673.753)**	(455.004)
Outros resultados operacionais	16	**-**	25.000
(Prejuízo) antes do resultado financeiro		**(3.673.753)**	(430.004)
Resultado financeiro	15	**4.210.186**	3.709.734
Resultado antes das provisões		**536.433**	3.279.730
Imposto de renda e contribuição social	17	**(563.033)**	(775.817)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**416.104**	(296.470)
Lucro líquido do exercício		**389.504**	2.207.443

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**389.504**	2.207.443
Resultado abrangente total do exercício	**389.504**	2.207.443

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do I.R. e contribuição social	**536.433**	3.279.730
Ajustes em:		
Provisão para contingências	**1.967.073**	140.670
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**(5.000.000)**	-
Impostos a recuperar	**(214.203)**	122.040
Depósitos judiciais	**-**	2.052
Partes relacionadas	**1.231.087**	26.619.914
Fornecedores	**2.786.600**	-
Obrigações sociais trabalhistas	**(45)**	285
Obrigações tributárias	**13.900**	(22.650)
I.R. e contribuição social pagos	**(582.646)**	(774.240)
Fluxo de caixa gerado p/ativid. operac.	**738.199**	29.367.801
Fluxo de caixa das atividades de invest.		
Aquisições de ativo biológico	**(15.051.400)**	-
Recebimento de ativo biológico	**5.000.000**	-
Fluxo de caixa gerado p/ativid. de invest.	**(10.051.400)**	-
Fluxo de caixa gerado pela atividade de financiamento		
Dividendos pagos	**(524.184)**	(7.347.471)
Fluxo de caixa gerado pela atividade de financiamento	**(524.184)**	(7.347.471)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(9.837.385)**	22.020.330
Caixa e equiv. de caixa início do período	**22.023.457**	3.127
Caixa e equiv. de caixa final do período	**12.186.072**	22.023.457

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

		Reservas de lucros				
Eventos	Capital Social	Legal	Investimento e capital de giro	À disposição da Assembleia	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	43.434.946	618.692	-	5.511.199	-	49.564.837
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.207.443	2.207.443
Destinações do lucro:						
Reserva legal	-	110.372	-	-	(110.372)	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	-	-	-	-	(524.268)	(524.268)
Dividendos distribuídos	-	-	-	(5.511.199)	-	(5.511.199)
Reserva à disposição da assembleia	-	-	-	1.572.803	(1.572.803)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.434.946	729.064	-	1.572.803	-	45.736.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	**389.504**	**389.504**
Destinações do lucro:						
Reserva legal	**-**	**19.475**	**-**	**-**	**(19.475)**	**-**
Reserva de investimento e capital de giro	**-**	**-**	**1.572.803**	**-**	**-**	**1.572.803**
Dividendos mínimos obrigatórios propostos	**-**	**-**	**-**	**-**	**(92.507)**	**(92.507)**
Reserva à disposição da assembleia	**-**	**-**	**-**	**(1.295.281)**	**(277.522)**	**(1.572.803)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**43.434.946**	**748.539**	**1.572.803**	**277.522**	**-**	**46.033.810**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Agroseta S/A é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida 1º de maio, nº 1111, no Bairro das Rosas, em Estância Velha - RS, fundada em 13 de fevereiro de 1992, tem como atividade preponderante a exploração da agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo anterior. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2026.

3. Políticas contábeis materiais:

a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras de liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

d) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

e) Ativo biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado.

f) Obrigações tributárias - *Imposto de renda e contribuição social - correntes:* O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000,00 mil no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos:* Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda base negativa da contribuição social, e para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Companhia tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

g) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

h) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas).

i) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, da Companhia.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statement* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

i) Novas normas de contabilidade

Reforma tributária	A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo. Embora o novo modelo tributário entre em vigor em anos posteriores a 2025, com ano teste em 2026 e transição gradual para novos tributos a partir de 2027, os impactos financeiros e as incertezas relacionadas à transição para o novo modelo tributário podem representar a necessidade de refletir tal mudança nas estimativas que servem de base para mensuração de determinados ativos, impactos estes como: Impacto na avaliação da redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1) (IAS 36); Mensuração ao valor justo de instrumentos patrimoniais detidos em outras entidades pelo CPC 46 (IFRS 13); Potencial decisão de mudança de localização ou descontinuidade de plantas produtivas em decorrência de previsão de extinção de incentivos fiscais; Recuperação de impostos (por exemplo, ICMS, PIS e COFINS), considerando as expectativas de realização do saldo a recuperar acumulado na data base; Estimativas de probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros para reconhecimento de imposto de renda diferido ativo pelo CPC 32 (IAS 12); entre outras.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber.

Provisões para litígios: A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Imposto de renda, contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo sobre as diferenças temporárias foi calculado com base nas diferenças temporárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa	2025	2024
Caixa e bancos	**1.924**	5.681
Aplicações financeiras	**12.184.148**	22.017.776
Total	**12.186.072**	22.023.457

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha, cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100% do CDI.

6. Clientes:

Composição dos saldos	2025	2024
Mercado interno	**5.000.000**	-
Total	**5.000.000**	-
Vencimento das duplicatas:		
A vencer	**5.000.000**	-
Total	**5.000.000**	-

7. Impostos a recuperar:

	2025	2024
IRPJ a recuperar	**562.011**	413.804
CSLL a recuperar	**65.996**	-
Total	**628.007**	413.804

Referem-se a antecipações durante o exercício e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF.

8. Partes relacionadas:

	2025	2024
Mútuos (Ativo)		
Mita Ltda	**13.235.435**	21.694.307
Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia	**6.014.958**	-
	19.250.393	21.694.307
Mútuos (Passivo)		
Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia	**-**	1.212.827
Clientes		
Seta S/A - Extrativa Tanino de Acácia	**5.000.000**	-

Transações operacionais - A Companhia realiza transações de compra e venda de mercadorias com base em preços de mercado.

Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado.

9. Imobilizado: Composição

	2025		2024	
	Custo	Valor Contábil líquido	Custo	Valor Contábil líquido
Terrenos	**230.002**	**230.002**	230.002	230.002

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10. Ativo biológico:

	2024				2025		
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Florestas	-	-	-	-	**15.051.400**	**(5.000.000)**	**10.051.400**
Total	-	-	-	-	**15.051.400**	**(5.000.000)**	**10.051.400**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia adquiriu Florestas de Acácia Negra pelo montante de R$ 15.051.400, para garantia de fornecimento de matéria prima para as empresas do Grupo Econômico. O saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo de aquisição adicionado ao custo de manejo da Floresta, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impaiment*".

11. Fornecedores

	2025	2024
Fornecedores nacionais	**2.786.600**	-
Total	**2.786.600**	-

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

12. Obrigações tributárias

Obrigações tributárias	2025	2024
Contribuição social	**-**	19.613
PIS/COFINS	**16.385**	16.182
IRRF	**-**	2.432
IOF	**48.873**	32.735
INSS	**800**	809
Total	**66.058**	71.771

13. Provisão para litígios e depósitos judiciais

Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

Provisão para contingências	2024	Movimento	2025
Trabalhistas	124.062	-	124.062
Cíveis	851.984	1.967.073	**2.819.057**
	976.046	1.967.073	**2.943.119**

A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos cíveis avaliados como perda possível totalizam R$ 3.009.875 e referem-se a sucumbência de um processo de 1995 referente negociação de compra/venda de terras. A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

Depósitos judiciais	2025	2024
Trabalhistas	**124.062**	124.062
	124.062	124.062

14. Patrimônio líquido:

a) Capital social - O Capital Social de R$43.434.946 está dividido em 75.897.660 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencente a acionistas domiciliados no país.

b) Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal*: constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76.

c) Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. A apuração dos dividendos está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	**389.504**	2.207.443
Reserva legal	**(19.475)**	(110.372)
Base de cálculo para dividendos	**370.029**	2.097.071
Dividendos mínimos (25%)	**92.507**	524.268
Dividendo por ação	**0,001**	0,006

15. Resultado financeiro:

	2025	2024
Despesas financeiras		
Juros passivos	**-**	(127.956)
Outras despesas financeiras	**(5.984)**	(67.531)
Total	**(5.984)**	(195.487)
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira	**2.639.452**	1.772.509
Juros ativos	**1.530.439**	2.083.464
Outras receitas financeiras	**46.279**	49.248
Total	**4.216.170**	3.905.221
Resultado financeiro líquido	**4.210.186**	3.709.734

16. Outros resultados operacionais:

Outros resultados operacionais	2025	2024
Alienação de bem do ativo imobilizado	**-**	25.000
Total	**-**	25.000

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos		
Provisão contingências	1.000.660	331.855
Prejuízo fiscal e base negativa	**3.456.856**	3.709.556
Total 34%	**4.457.516**	4.041.411

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes dos impostos	**536.433**	3.279.730
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**(182.387)**	(1.115.108)
Efeito dos impostos sobre:		
Outros efeitos	**35.458**	42.821
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(146.929)**	(1.072.287)
Alíquota efetiva %	**-27%**	-33%
Corrente	**(563.033)**	(775.817)
Diferido	**416.104**	(296.470)

continua

continuação

Diretoria

Diogo Carlos Leuck - Diretor Presidente **Carlos Alfredo Leuck -** Diretor **Viviana A. M. Schröder -** Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Agroseta S.A.**
Estância Velha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Agroseta S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

SETA S/A - EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA

CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 433 0000 2730

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 com as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A Seta S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela empresa Setapar S.A. e sua atividade consiste na extração e comercialização de tanino vegetal, oferecendo soluções a partir de extratos naturais para os clientes. A empresa tem em seu portfólio ampla linha de taninos vegetais, naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados a atender ao mercado mundial de curtimento e recurtimento de couros. Além disso, o tanino é usado como base e/ou insumo na indústria de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, produção de adesivos, bebidas, dentre outras aplicações. Em 2025, a empresa direcionou esforços para a redução de custos, a manutenção necessária dos equipamentos fabris e planejando intervenções importantes para garantir a continuidade da produção. Foi alterada a forma e os integrantes da gestão administrativa, comercial e da diretoria com o objetivo de reduzir custos nos próximos exercícios, seja pelas adequações no quadro de pessoas, seja pelas reduções de despesas comerciais, administrativas e financeiras. A reestruturação das áreas comercial e de inovação ao final do exercício de 2025 teve por objetivo a retomada e ampliação da carteira de clientes, o aumento do faturamento e a consolidação dos mercados e de novos produtos. Os novos projetos estão sendo revisitados e replanejados, observando-se horizontes de curto, médio e longo prazos, conforme prontidão, tamanho e potencial de rentabilidade. A Companhia manteve o aumento de sua participação no mercado de águas e efluentes e nos investimentos na melhoria dos seus processos industriais com foco em automatização e na qualificação de sua equipe de trabalho. Seguindo a tendência de 2024, no último exercício, a maior dificuldade enfrentada foi o alto custo de aquisição da matéria-prima. A diminuição do volume ofertado de casca de acácia-negra, somada à redução de preços do produto acabado praticados pela concorrência nos diversos tipos de taninos, torna ainda mais desafiadora a busca por resultados e a ampliação de volumes de venda. Consolidou-se, e de maneira ainda mais evidente, a necessidade de continuar investindo no fomento florestal. A Seta renovou e ampliou o programa de melhoramento genético da acácia-negra, dando continuidade à parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Chegamos ao décimo ano de pesquisas em melhoramento genético florestal, com progenes que apresentarão incrementos de volume de madeira e de casca em níveis consideravelmente superiores à média da produção convencional. A expansão da produção de sementes com melhoramento, através da implantação de novas APS (áreas de produção de sementes) garantirá o aumento de produtividade, volumes e rentabilidade aos produtores florestais e à empresa. Mantivemos o fornecimento subsidiado de mudas e insumos para o plantio diretamente para os produtores rurais ou por meio de parcerias com Prefeituras e assistência técnica gratuita aos produtores, além de disponibilizar equipe própria especializada como forma de apoio e manutenção do cultivo da acácia-negra. A administração entende que os maiores desafios para os próximos exercícios estão ligados ao recuo do consumo global e à recente redução de demanda em alguns mercados importantes, como a China, provocada principalmente pelo "tarifaço" norte americano. No mercado interno, a reforma tributária e o cenário de instabilidade política e econômica são exemplos de impactos que podem levar à necessidade de novas adequações dos processos da Companhia. Ainda como desafios, a demanda constante por novas certificações para atender ao mercado mundial, contribuem de forma importante para o aumento dos processos e custos operacionais. A Companhia optou por não constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos acumulados deste exercício no valor de R$ 1.305.087 nas demonstrações financeiras de 2025, por já possuir saldo ativado dos anos anteriores para utilização futura. A ativação deste saldo será avaliada ao final do próximo exercício. Além disso, a administração segue priorizando a segurança e a vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno financeiro, mas, sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. Adicionalmente, a Seta lançou um programa de recuperação de áreas degradadas, com a priorização do uso de acácia-negra nas partes produtivas e espécies nativas nas áreas de conservação. Esse programa irá fortalecer o fomento florestal, priorizando a sustentabilidade, recuperando áreas degradadas pelas cheias de 2024, ou mesmo pelo mau uso do solo. Este programa ajudará a manter a acacicultura e tornar a cadeia de produtores rurais mais robusta e sustentável. Desta forma, reforçamos nosso compromisso com o meio ambiente, com a sociedade e com os resultados financeiros. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio que temos recebido. Aos nossos mais de 170 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da Companhia.Estância Velha, RS, 20 de março de 2026. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Ativo	Nota	2025	2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	**1.257.286**	1.023.256
Clientes	6	**15.111.527**	9.679.644
Impostos a recuperar	7	**1.736.893**	1.981.263
Estoques	8	**34.776.258**	30.500.846
Adiantamentos a fornecedores		**365.790**	699.674
Outras contas a receber		**124.407**	20.782
Instrumentos financeiros	22	**1.002.709**	-
Dividendos a receber	10	**57.620**	326.554
Despesas do exercício seguinte		**287.776**	304.649
		54.720.266	44.536.668
Não circulante			
Depósitos judiciais	16	**834.548**	843.282
Partes relacionadas	9	**-**	1.212.827
Imóveis a comercializar		**1.033.749**	1.233.749
Impostos a recuperar	7	**23.389**	172.986
Impostos diferidos	17	**3.495.807**	3.351.504
Outras contas a receber		**181.700**	181.700
Ativo biológico	12	**14.726.744**	9.032.025
Investimentos	10	**28.673.394**	28.488.401
Imobilizado	11	**33.372.866**	34.436.343
Intangível	13	**163.438**	217.825
		82.505.635	79.170.642
Total do ativo		**137.225.901**	123.707.310

Passivo	Nota	2025	2024
Circulante			
Fornecedores	14	**7.771.537**	1.727.217
Obrigações sociais trabalhistas		**2.751.273**	2.639.841
Obrigações tributárias	15	**1.190.024**	1.075.229
Adiantamentos de clientes		**264.310**	75.012
Venda para entrega futura		**5.579.189**	1.044.738
Partes relacionadas	9	**6.014.957**	-
Outras contas a pagar		**944.645**	468.840
Dividendos a pagar	18	**1.438**	1.438
		24.517.373	7.032.315
Não circulante			
Fornecedores	14	**44.250**	-
Provisão para contingências	16	**10.927.245**	10.042.157
		10.971.495	10.042.157
Patrimônio líquido	18		
Capital social		**62.495.194**	62.495.194
Reservas de lucros		**37.415.807**	42.272.560
Reserva de reavaliação		**1.826.032**	1.865.084
		101.737.033	106.632.838
Total do passivo e patrimônio líquido		**137.225.901**	123.707.310

Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota	2025	2024
Receita líquida	19	**105.240.709**	92.552.508
Custo dos produtos vendidos		**(79.497.664)**	(73.078.765)
Lucro bruto		**25.743.045**	19.473.743
Despesas com vendas		**(12.349.267)**	(9.937.285)
Despesas gerais e administrativas		**(15.696.574)**	(14.065.186)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**242.613**	1.372.469
Outros resultados operacionais	21	**(2.143.213)**	(2.212.765)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(4.203.396)**	(5.369.024)
Resultado financeiro	20	**(836.712)**	3.471.675
Resultado antes das provisões		**(5.040.108)**	(1.897.349)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	**80.534**	627.681
Prejuízo líquido do exercício		**(4.959.574)**	(1.269.668)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Prejuízo líquido do exercício	**(4.959.574)**	(1.269.668)
Resultado abrangente total do exercício	**(4.959.574)**	(1.269.668)

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	**(5.040.108)**	(1.897.349)
Ajustes em:		
Depreciação, amortização e exaustão	**3.911.045**	3.874.935
Equivalência patrimonial	**(242.613)**	(1.372.469)
Resultado na venda/baixa de investim.	**-**	28.000
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível/ativo biológico	**4.720.195**	1.102.569
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**(1.002.709)**	-
Reversão/Provisão p/riscos de créditos	**(52.597)**	24.157
Provisão para contingências	**885.088**	817.093
Variação de ativos e passivos:		
Clientes	**(5.379.286)**	(137.841)
Impostos a recuperar	**393.966**	888.411
Estoques	**(4.275.412)**	7.886.734
Adiantamentos a fornecedores	**333.884**	(255.760)
Outras contas a receber	**(103.625)**	99.824
Despesas do exercício seguinte	**16.874**	(17.171)
Depósitos judiciais	**8.734**	30.514
Partes relacionadas	**7.227.784**	(10.264.484)
Fornecedores	**6.088.570**	(660.822)
Obrigações sociais trabalhistas	**111.431**	272.528
Obrigações tributárias	**114.795**	143.210
Adiantamentos de clientes	**189.298**	6.054
Vendas para entrega futura	**4.534.451**	(2.483.793)
Outras contas a pagar	**475.805**	(6.766)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**12.915.570**	(1.922.426)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado	**(2.983.475)**	(2.663.661)
Adições de ativo biológico	**(10.767.649)**	(1.289.176)
Recebimento na venda de investimentos	**200.000**	900.000
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**543.030**	230.709
Dividendos recebidos de controladas	**326.554**	4.577.064
Fluxo de caixa gerado pelas atividades investimentos	**(12.681.540)**	1.754.936
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**234.030**	(3.279.562)
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**1.023.256**	4.302.818
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**1.257.286**	1.023.256
Itens que não afetam o caixa:		
Absorção de prejuízos acumulados em controlada	**-**	(3.112.072)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Eventos	Capital social	Reserva de Lucros – Legal	Reserva de Lucros – Investimento e capital de giro	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	62.495.194	5.252.913	38.186.495	1.904.136	-	107.838.738
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(1.269.669)	(1.269.669)
Realização de reservas	-	-	-	(102.821)	102.821	-
Impostos diferidos	-	-	-	63.769	-	63.769
Destinações do resultado:						
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	(1.166.848)	-	1.166.848	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	62.495.194	5.252.913	37.019.647	1.865.084	-	106.632.838
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	**(4.959.574)**	**(4.959.574)**
Realização de reservas	-	-	-	**(102.821)**	**102.821**	**-**
Impostos diferidos	-	-	-	**63.769**	-	**63.769**
Destinações do resultado:						
Reserva de investimento e capital de giro	-	-	**(4.856.753)**	-	**4.856.753**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**62.495.194**	**5.252.913**	**32.162.894**	**1.826.032**	**-**	**101.737.033**

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes e produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. A Companhia possui participação na empresa relacionada abaixo:

Razão social	País	Relação		Participação 31/12/2025	Participação 31/12/2024
Agroseta S.A	Brasil	Direta	Controlada	**62,2877%**	62,2877%
Curtidora Aquila S.A.	Brasil	Direta	Controlada	**-**	99,9987%

A controlada Curtidora Aquila S.A. foi baixada definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia não está apresentando demonstrações financeiras consolidadas por atender aos critérios previstos no parágrafo 10 do CPC 36, a saber: (i) A Companhia é ela própria uma controlada (integral ou parcial) de outra entidade, a qual, em conjunto com os demais proprietários, incluindo aqueles sem direito a voto, foram consultados e não fizeram objeção quanto à não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) Os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Sociedade não são negociados em mercado aberto (bolsas de valores no País ou no exterior ou mercado de balcão - mercado descentralizado de títulos não listados em bolsa de valores ou cujas negociações ocorrem diretamente entre as partes, incluindo mercados locais e regionais); (iii) A Sociedade não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (iv) A controladora final da Sociedade disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. A controladora final da Empresa é Setapar S.A. que apresentou demonstrações financeiras consolidadas datada de 20 de março de 2026. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2026.

3. Políticas contábeis materiais: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Obrigações tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k) Demais Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Bens destinados a venda - A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantidos para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O ativo imobilizado não é depreciado quando classificado como mantidos para venda. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras, da Companhia.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statement* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
Reforma tributária	A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo. Embora o novo modelo tributário entre em vigor em anos posteriores a 2025, com ano teste em 2026 e transição gradual para novos tributos a partir de 2027, os impactos financeiros e as incertezas relacionadas à transição para o novo modelo tributário podem representar a necessidade de refletir tal mudança nas estimativas que servem de base para mensuração de determinados ativos, impactos estes como: Impacto na avaliação da redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1) (IAS 36); Mensuração ao valor justo de instrumentos patrimoniais detidos em outras entidades pelo CPC 46 (IFRS 13); Potencial decisão de mudança de localização ou descontinuidade de plantas produtivas em decorrência de previsão de extinção de incentivos fiscais; Recuperação de impostos (por exemplo, ICMS, PIS e COFINS), considerando as expectativas de realização do saldo a recuperar acumulado na data base; Estimativas de probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros para reconhecimento de imposto de renda diferido ativo pelo CPC 32 (IAS 12); entre outras.
IFRS 9 e à IFRS 7: Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Essas alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas.

continua

continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa* - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios* - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos* - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base na realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado e nas provisões temporárias.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	2025	2024
Caixa e bancos	**50.849**	191.592
Cambiais disponíveis	**1.206.437**	831.664
Total	**1.257.286**	1.023.256

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As cambiais disponíveis totalizam US$ 219.280 de dólares americanos (US$ 134.319 em 2024).

6. Clientes:

Composição dos Saldos:	2025	2024
Mercado interno	**3.971.596**	3.623.684
Partes relacionadas	**-**	54.177
Mercado externo	**11.914.336**	6.828.785
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(774.405)**	(827.002)
Total	**15.111.527**	9.679.644

Vencimento das duplicatas:	2025	2024
A vencer	**10.122.905**	7.387.364
Vencidas até 30 dias	**2.877.664**	67.657
Vencidas de 31 a 180 dias	**1.336.553**	1.397.621
Vencidas acima de 180 dias	**774.405**	827.002
Total	**15.111.527**	9.679.644

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa	
Saldo em 31/12/2024	**(827.002)**
Baixa de provisão	**52.597**
Saldo em 31/12/2025	**(774.405)**

7. Impostos a recuperar:

	2025	2024
ICMS	**24.771**	525
ICMS s/ativo imobilizado	**295.928**	462.793
IPI	**12.396**	4.925
PIS/COFINS	**1.422.563**	1.537.356
IRPJ e CSLL a recuperar	**-**	107.426
Outros Impostos	**4.624**	41.224
Total	**1.760.282**	2.154.249
Ativo circulante	**1.736.893**	1.981.263
Ativo não circulante	**23.389**	172.986

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF.

8. Estoques:

	2025	2024
Matérias-primas e material secundário	**2.753.395**	3.282.010
Produtos acabados	**30.646.829**	26.000.889
Produtos em elaboração	**19.470**	23.167
Outros	**1.356.564**	1.194.780
Total	**34.776.258**	30.500.846

9. Partes relacionadas: Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado desses exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com suas controladas e outras partes relacionadas.

	2025	2024
Mita Ltda		
Clientes	**100.833**	54.177
Vendas	**8.931.760**	5.788.796
Agroseta S.A.		
Fornecedores	**(5.000.000)**	-
Mútuo (Ativo)	**-**	1.212.827
Mútuo (Passivo)	**(6.014.957)**	-

Transações operacionais - A Companhia realiza transações de compra e venda de mercadorias com base em preços de mercado. Transações não operacionais - As operações de mútuo com partes relacionadas estão suportadas por contratos entre as partes; sobre estas há incidência de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, cujo recolhimento ocorre de forma mensal, e a duração do presente contrato é por tempo indeterminado.

10. Investimentos:

Dados dos investimentos

Participações em controladas	Agroseta SA
Quantidade ações	**75.897.660**
Valor do patrimônio líquido	**46.033.810**
Resultado do exercício	**389.504**
Ativo	**51.927.452**
Percentuais de participação	**62,2877%**

Movimentação dos investimentos

Participações em controladas	Agroseta SA
Investimentos	**28.488.401**
Saldo no início do exercício	**28.488.401**
Equivalência patrimonial	**242.613**
Dividendos propostos	**(57.620)**
Saldo no final do exercício	**28.673.394**
Investimentos	**28.673.394**

11. Imobilizado

11.1. Composição

	2025			2024		
	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Imóveis e obras civis	**23.848.924**	**(10.484.273)**	**13.364.651**	23.657.046	(9.981.916)	13.675.130
Equip. e instalações industriais	**60.328.702**	**(42.324.662)**	**18.004.040**	59.322.104	(40.056.649)	19.265.455
Equip. e instalações de escritório	**1.441.864**	**(1.141.888)**	**299.976**	1.411.959	(1.075.490)	336.469
Equip. processamento de dados	**1.971.449**	**(1.458.428)**	**513.021**	1.895.159	(1.199.341)	695.818
Veículos	**949.014**	**(526.573)**	**422.441**	632.271	(515.222)	117.049
Imobilizações em andamento	**768.737**	**-**	**768.737**	346.422	-	346.422
Total	**89.308.690**	**(55.935.824)**	**33.372.866**	87.264.961	(52.828.618)	34.436.343

11.2. Movimentação do imobilizado

		2024					2025				
	31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	31/12/2024	Adições	Baixas	Transf.	Deprec.	31/12/2025
Imóveis e obras civis	14.070.268	47.587	-	90.929	(533.654)	13.675.130	**34.531**	**(60.959)**	**258.280**	**(542.331)**	**13.364.651**
Equip. e instalações industriais	20.068.219	1.748.226	-	272.688	(2.823.678)	19.265.455	**1.537.629**	**(126.737)**	**187.900**	**(2.860.207)**	**18.004.040**
Equip. e instalações de escritório	364.861	39.574	-	-	(67.966)	336.469	**29.903**	**-**	**-**	**(66.396)**	**299.976**
Equip. de processamento de dados	863.703	118.235	(2.039)	-	(284.081)	695.818	**107.927**	**(2.598)**	**-**	**(288.126)**	**513.021**
Veículos	217.002	-	-	-	(99.953)	117.049	**404.990**	**-**	**-**	**(99.598)**	**422.441**
Imobiliz. em andam.	-	710.039	-	(363.617)	-	346.422	**868.495**	**-**	**(446.180)**	**-**	**768.737**
Total	35.584.053	2.663.661	(2.039)	-	(3.809.332)	34.436.343	**2.983.475**	**(190.294)**	**-**	**(3.856.658)**	**33.372.866**

Em 2025 a Companhia transferiu de imobilizado em andamento para equipamentos e instalações industriais o valor de R$187.900 e para imóveis e obra civis o valor de R$258.280 referente a melhorias no seu parque fabril. O imobilizado em andamento refere-se a equipamentos e instalações industriais com expectativa de término para junho de 2026. A Companhia revisa e ajusta a vida útil-econômica estimada para o cálculo da depreciação. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a administração atualizou a análise e não identificou a necessidade de alteração das taxas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

12. Ativo biológico

		2024			2025		
	31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	Adições	Baixas	31/12/2025
Arrendamento rural	471.115	85.261	-	556.376	**189.677**	**-**	**746.053**
Florestas	8.602.973	1.203.915	(1.331.239)	8.475.649	**10.577.972**	**(5.072.930)**	**13.980.691**
Total	9.074.088	1.289.176	(1.331.239)	9.032.025	**10.767.649**	**(5.072.930)**	**14.726.744**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impairment*".

13. Intangível

13.1. Composição

	2025			2024		
Descrição	Custo	Amortização acumulada	Valor Contábil líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor contábil líquido
Marcas e patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sistema de informática	**2.096.422**	**(1.996.163)**	**100.259**	2.096.422	(1.941.776)	154.646
Total	**2.159.601**	**(1.996.163)**	**163.438**	2.159.601	(1.941.776)	217.825

13.2. Movimentação do intangível

	2024			2025	
	31/12/2023	Amort.	31/12/2024	Amort.	31/12/2025
Marcas e patentes	63.179	-	63.179	**-**	**63.179**
Sistema de informática	220.249	(65.603)	154.646	**(54.387)**	**100.259**
Total	283.428	(65.603)	217.825	**(54.387)**	**163.438**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

14. Fornecedores:

	2025	2024
Fornecedores nacionais	**7.815.787**	1.580.083
Fornecedores internacionais	**-**	147.134
Total	**7.815.787**	1.727.217
Passivo circulante	**7.771.537**	1.727.217
Passivo não circulante	**44.250**	-

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

15. Obrigações tributárias

	2025	2024
ICMS	**126.343**	39.234
ISSQN	**22.687**	6.909
IRRF retido	**542.857**	535.181
PIS/COFINS/CSLL retido	**11.531**	7.374
PIS/COFINS	**-**	13.040
INSS	**333.178**	320.564
FGTS	**153.428**	150.915
IOF	**-**	2.012
Total	**1.190.024**	1.075.229

16. Provisão para contingências e depósitos judiciais: Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	2024	Adições	Baixas	2025
Provisão para contingências				
Cíveis	8.225.709	**2.272.736**		**- 10.498.445**
Trabalhistas	1.816.448	**145.800**	**(1.533.448)**	**428.800**
Total	10.042.157	**2.418.536**	**(1.533.448)**	**10.927.245**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$10.433.956 em 31 de dezembro de 2025. O valor relacionado a adições de processos trabalhistas se refere a provisão de três processos que estão em andamento. O valor relacionado a baixa de processo trabalhista se refere principalmente a reclassificação de um dos processos de valor relevante para "remoto" devido ao andamento das discussões na esfera judicial favorável a Companhia. A Companhia é parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas. Os processos trabalhistas avaliados como perda possível totalizam R$50.099 e os processos tributários R$82.610. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a Companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema.

Depósitos judiciais - A Companhia efetuou depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

	2025	2024
Depósitos judiciais		
Cíveis	**710.591**	710.591
Trabalhistas	**123.957**	132.691
Total	**834.548**	843.282

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis e trabalhistas em que a Companhia optou por entrar com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante.

17. Imposto de renda e contribuição social

a) Imposto de renda e a contribuição social diferidos

	2025	2024
Ativos fiscais diferidos		
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	**3.715.263**	3.414.334
Outras provisões	**325.342**	162.731
Resultado diferido - CPC 47	**241.130**	352.170
Prejuízos fiscais	**1.764.715**	1.764.715
Imposto de renda e contribuição social diferido (ativo)	**6.046.450**	5.693.950
Passivos fiscais diferidos		
Reserva de reavaliação	**(63.552)**	(127.321)
Depreciação Lei 12.913/14	**(2.146.170)**	(2.215.125)
Valor justo de Instrumentos financeiros.	**(340.921)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferido (passivo)	**(2.550.643)**	(2.342.446)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	**3.495.807**	3.351.504

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	2025	2024
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(5.040.108)**	(1.897.349)
Alíquota fiscal	**34%**	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**1.713.637**	645.099
Efeito dos impostos sobre:		
Despesas não dedutíveis	**(478.967)**	(432.713)
Resultado de equivalência patrimonial	**82.488**	466.639
Prejuízo sem expectativa de realização	**(1.305.087)**	-
Outros efeitos	**68.463**	(51.344)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**80.534**	627.681
Alíquota efetiva %		
Diferido	**80.534**	627.681

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta R$ 3.838.491 de prejuízos fiscais e base negativa (R$ 846.677 em 2024) e sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há a expectativa de realização dos créditos.

18. Patrimônio líquido: Capital social - O Capital Social de R$62.495.194, está dividido em 143.500.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertence a acionistas domiciliados no país. Reserva de lucros - A reserva de lucros é composta por: *Reserva legal:* constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76; *Reserva de investimento e capital de giro:* tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro. Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2000, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$102.821 e o respectivo imposto diferido de R$63.769. Dividendos - Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendos mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

19. Receita líquida:

	2025	2024
Receita bruta	**111.921.985**	99.012.139
Mercado interno	**36.142.559**	31.163.910
Mercado externo	**75.779.426**	67.848.229
Impostos sobre vendas	**(6.191.736)**	(5.697.000)
Devoluções de vendas	**(489.540)**	(762.631)
Receita líquida	**105.240.709**	92.552.508

20. Resultado financeiro:

	2025	2024
Despesas financeiras		
Variações cambiais	**(4.480.867)**	(862.345)
Juros passivos	**(53.381)**	(146.692)
Outras despesas financeiras	**(197.910)**	(354.999)
Total	**(4.732.158)**	(1.364.036)
Receitas financeiras		
Variações cambiais	**2.763.026**	4.680.087
Juros ativos	**129.711**	131.077
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**1.002.709**	-
Outras receitas financeiras	**-**	24.547
Total	**3.895.446**	4.835.711
Resultado financeiro	**(836.712)**	3.471.675

21. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(350.417)**	(285.476)
Alienação de investimentos	**(200.000)**	(928.000)
Fomento florestal	**(2.348.663)**	(2.228.062)
Outras despesas operacionais	**(22.439)**	(47.586)
Total	**(2.921.519)**	(3.489.124)
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**543.030**	230.709
Alienação de investimentos	**200.000**	900.000
Outras receitas operacionais	**35.276**	145.650
Total	**778.306**	1.276.359
Outros resultados operacionais	**(2.143.213)**	(2.212.765)

A Companhia investiu R$2.348.663 no plano de Fomento Florestal em 2025 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos. Em outubro de 2025, a Companhia alienou um imóvel na cidade de Taquari/RS pelo valor de R$200.000.

22. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda. d) Instrumentos financeiros derivativos - No exercício de 2025, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (travas cambiais) com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de moedas estrangeiras visando a proteção de suas exportações. Os saldos estão registrados no balanço patrimonial conforme segue:

	2025	2024
Instrumentos financeiros – travas cambiais	**1.002.709**	-
	1.002.709	-

Os contratos em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

Contraparte	Vencimento	Moeda	Nocional	Valor justo
Bradesco	Março/2026	US$	**258.868**	(100.955)
Santander	Abril/2026	US$	**5.702.106**	1.108.997
Santander	Maio/2026	US$	**1.019.804**	(183.323)
Santander	Junho/2026	US$	**1.545.930**	177.990
				1.002.709

A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, mensurando os mesmos ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de precificação é o desconto no fluxo de caixa com projeções da "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão". Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro do exercício em conformidade com o regime de competência. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

23.Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

24. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Cobertura em 31/12/2025	Importância Segurada
Cobertura básica	**13.442.000**
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	**30.700.000**
Danos elétricos	**1.200.000**
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	**300.000**

Diretoria

Diogo Carlos Leuck
Diretor Presidente
Carlos Alfredo Leuck
Diretor
Viviana A. M. Schröder
Contadora CRC/RS 84.450

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Seta S.A. - Extrativa Tanino de Acácia
Estância Velha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Seta S.A. - Extrativa Tanino de Acácia (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

SETAPAR S/A

CNPJ 93.138.204.0001-74 • NIRE 43300030482

Relatório da Administração: Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a administração submete à apreciação o presente relatório, as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas notas explicativas, acompanhadas do relatório do Auditor Independente. **Contexto operacional e desempenho:** A SETAPAR S.A. é uma *holding* de capital fechado que atua no mercado por meio de suas empresas controladas em diferentes segmentos, entregando soluções a partir de extratos naturais oriundos de diversas espécies vegetais, sempre alinhadas com rigorosos padrões de responsabilidade social, ambiental e econômica. A unidade localizada na cidade de Rio Grande, RS atua na produção e comercialização de cavacos de madeira para atender à produção de celulose e energia no mercado global. A unidade de Estância Velha, RS, por sua vez, produz e comercializa a já tradicional linha de taninos vegetais naturais e modificados, bem como taninos sintéticos e especialidades químicas, todos voltados a atender ao mercado mundial de curtimento e recurtimento de couros. Além disso, o tanino é usado como base e/ou insumo na indústria de nutrição animal, tratamento de águas e efluentes, produção de adesivos, bebidas, dentre outras aplicações. Em 2025, a demanda por cavacos de madeira se manteve abaixo da expectativa dos volumes de venda esperados pela Companhia, apresentando uma importante redução em relação ao exercício anterior. O mercado de celulose apresentou reduções de preços em patamares jamais vistos, alcançando níveis abaixo de US$ 500,00 por tonelada do produto. Algumas empresas produtoras de celulose reduziram seus volumes, promoveram paradas de fábrica e até cancelaram alguns navios de matéria-prima, impactando fortemente o mercado de fornecimento de cavacos de madeira. O mercado europeu de energia, motivado pela guerra entre Rússia e Ucrânia, teve elevação nos preços do gás em 2022, o que culminou no aumento de demanda e de preços do cavaco de madeira até 2024. Em 2025, os preços do gás na Europa voltaram a patamares normais, resultando na redução da demanda pela importação de cavacos de madeira e, consequentemente, forçando a redução de preços. Adicionalmente, tivemos a alta nos custos de produção no Brasil, destacando-se encargos salariais, impostos, diesel e energia elétrica. Houve também aumento nos preços da matéria-prima, casca de acácia-negra, madeira e outros insumos. Com relação à madeira, os custos se mantiveram elevados, tendo em vista a baixa oferta de florestas e a venda de florestas "em pé" para novos "*players*" de mercado. Este cenário desafiador impactou de forma negativa o resultado da Companhia no período. Além disso, por consequência da enchente que assolou o Estado do Rio Grande do Sul em abril e maio de 2024, a Companhia registrou uma perda de cerca de R$ 14,3 milhões em estoque de madeira e R$ 4,01 milhões em estoque de cavacos. A maior parte do prejuízo contabilizado no exercício de 2025 se deve aos ajustes de estoques perdidos em consequência das enchentes. A nova administração, que assumiu em setembro de 2025, buscou ajustar a Companhia à realidade do mercado. Na unidade de Estância Velha, RS, que produz taninos, se promoveram ajustes nas gestões comercial e de inovação, aproximando as áreas, focando na retomada de clientes e na consolidação de mercados. Postergou-se também a abertura de projetos com menor prontidão, menor volume e menor potencial de rentabilidade para dar foco em projetos de maior prontidão e que colaborem com a rentabilidade da companhia de forma mais rápida. Na unidade de Rio Grande, RS, que produz cavacos de madeira, com a finalidade de otimizar custos operacionais, reduziu-se um turno de trabalho, passando de três para dois turnos somente. Com isso, passou-se a produzir volumes de estoques mais ajustados, mas com melhor controle, qualidade e redução de custos, sem ter de ofertar mais do que a demanda de mercado. Entendemos que, em momentos de redução de volumes e de preços por parte dos mercados, devemos valorizar e manter nossos estoques florestais para o futuro, nos adequando ao momento econômico, porém atendendo aos nossos clientes com qualidade e mantendo uma rentabilidade suficiente para sustentar a continuidade do negócio. A Companhia continua investindo no fomento da acacicultura. O melhoramento genético da espécie, fortalecido pelo projeto em parceria com a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), adicionado ao melhor manejo das florestas, promovido pela nossa assistência técnica junto aos produtores, indica um melhoramento na produtividade, rentabilidade e ampliação dos maciços florestais, garantindo a disponibilidade de matéria-prima para os próximos ciclos de colheita. A garantia futura de matéria-prima está ligada ao plano de fomento da empresa, através do fornecimento subsidiado de mudas de acácia-negra e insumos diretamente para os produtores rurais ou por meio de parcerias com Prefeituras, além do acima já citado melhoramento e assistência técnica qualificada. Em relação aos processos e às operações internas, a administração atual vem trabalhando na redução dos custos operacionais e na redução de despesas comerciais e administrativas. Entende-se que manter o foco na retomada de clientes e mercados e buscar a otimização dos recursos terá impacto direto na conversão de resultados para a Companhia. A Companhia optou por não constituir o imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os prejuízos acumulados deste exercício no valor de R$ 7.579.190 nas demonstrações financeiras de 2025, por já possuir saldo ativado dos anos anteriores para utilização futura. A ativação deste saldo será avaliada ao final do próximo exercício. E junto a isso, a empresa dá continuidade às melhores práticas de segurança e vida das pessoas, implantando programas de conscientização e de melhorias, priorizando investimentos que tragam retorno financeiro, mas sobretudo, que melhorem a segurança e o bem estar dos colaboradores. **Agradecimento:** Aos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores e Comunidade, queremos registrar os nossos agradecimentos pela confiança e apoio. Aos nossos mais de 240 colaboradores, especial agradecimento pelo empenho e perseverança na superação de obstáculos, assim como pela dedicação aos interesses da Companhia. Estância Velha, RS, 20 de março de 2026. A Administração.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (em reais)

Ativo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	**2.536.492**	2.258.774	**16.011.608**	33.645.156
Clientes	6	**-**	-	**38.657.800**	14.060.096
Impostos a recuperar	7	**-**	306	**5.871.712**	6.191.826
Estoques	8	**-**	-	**59.119.009**	89.079.711
Adiantamentos a fornecedores		**-**	-	**4.029.955**	5.015.905
Dividendos a receber	9	**29.534**	167.374	**-**	-
Outras contas a receber		**-**	-	**465.734**	54.821
Instrumentos financeiros	21	**-**	-	**3.565.833**	-
Despesas do exercício seguinte		**-**	-	**456.247**	494.846
Total do ativo circulante		**2.566.026**	2.426.454	**128.177.898**	148.542.361
Não circulante					
Depósitos judiciais	15	**-**	-	**1.820.721**	1.829.455
Imóveis a comercializar		**-**	-	**1.033.749**	1.233.749
Impostos a recuperar	7	**-**	-	**347.207**	504.938
Impostos diferidos	16	**-**	-	**13.303.804**	13.564.814
Adiantamentos a fornecedores		**-**	-	**270.485**	270.485
Outras contas a receber		**-**	-	**181.700**	185.790
Investimentos	9	**188.271.628**	209.348.569	**-**	-
Imobilizado	10	**-**	-	**63.200.214**	67.971.518
Ativo biológico	11	**-**	-	**24.778.144**	9.032.025
Intangível	12	**-**	-	**175.846**	238.620
Total do ativo não circulante		**188.271.628**	209.348.569	**105.111.870**	94.831.394
Total do ativo		**190.837.654**	211.775.023	**233.289.768**	243.373.755

Passivo	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Circulante					
Fornecedores	13	**-**	-	**8.004.520**	2.469.687
Obrigações sociais trabalhistas		**9.000**	2.675	**3.664.019**	3.838.288
Obrigações tributárias	14	**6.659**	1.107	**1.593.611**	1.702.644
Adiantamentos de clientes		**-**	-	**2.465.270**	4.206.996
Venda para entrega futura		**-**	-	**5.579.189**	1.044.738
Outras contas a pagar		**1.571.022**	1.571.022	**2.860.867**	2.799.766
Dividendos	17	**196**	196	**8.345**	33.247
		1.586.877	1.575.000	**24.175.821**	16.095.366
Não circulante					
Fornecedores		**-**	-	**44.250**	-
Provisão para contingências	15	**-**	-	**13.902.364**	11.018.203
Impostos diferidos	16	**1.154.131**	1.154.131	**1.154.131**	1.154.131
		1.154.131	1.154.131	**15.100.745**	12.172.334
Patrimônio líquido	17				
Capital social		**92.011.269**	92.011.269	**92.011.269**	92.011.269
Reservas de lucros		**94.317.275**	115.228.708	**94.317.275**	115.228.708
Reserva de reavaliação		**1.768.102**	1.805.915	**1.768.102**	1.805.915
Total do patrimônio líquido		**188.096.646**	209.045.892	**188.096.646**	209.045.892
Dos acionistas não controladores		**-**	-	**5.916.556**	6.060.163
		188.096.646	209.045.892	**194.013.202**	215.106.055
Total do passivo e patrimônio líquido		**190.837.654**	211.775.023	233.289.768	243.373.755

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em reais)

Eventos	Capital social	Reserva de lucros: Legal	Reserva de lucros: Lucros a realizar	Reserva de lucros: Investim. e capital de giro	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Particip. dos não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2023	92.011.269	3.126.200	35.495.539	80.302.890	1.843.728	-	212.779.626	6.320.957	219.100.583
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(3.795.480)	(3.795.480)	86.418	(3.709.062)
Realização de reserva	-	-	-	-	(37.813)	99.559	61.746	2.023	63.769
Destinações do resultado:									
Reserva de lucros a realizar	-	-	(3.695.921)	-	-	3.695.921	-	-	-
Dividendos adicionais distribuídos em controlada	-	-	-	-	-	-	-	(318.896)	(318.896)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(30.339)	(30.339)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	92.011.269	3.126.200	31.799.618	80.302.890	1.805.915	-	209.045.892	6.060.163	215.106.055
Prejuízo líquido do exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(21.010.991)**	**(21.010.991)**	**(140.277)**	**(21.151.268)**
Realização de reserva	**-**	**-**	**-**	**-**	**(37.813)**	**99.558**	**61.745**	**2.023**	**63.768**
Destinações do resultado:									
Absorção de prejuízos	**-**	**-**	**(20.911.433)**	**-**	**-**	**20.911.433**	**-**	**-**	**-**
Dividendo mínimo obrigatório	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(5.353)**	**(5.353)**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**92.011.269**	**3.126.200**	**10.888.185**	**80.302.890**	**1.768.102**	**-**	**188.096.646**	**5.916.556**	**194.013.202**

Demonstrações dos resultados Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida das vendas	18	**-**	-	**204.883.711**	220.172.866
Custos dos produtos vendidos		**-**	-	**(173.845.783)**	(179.959.317)
Lucro bruto		**-**	-	**31.037.928**	40.213.549
Despesas com vendas		**-**	-	**(23.674.645)**	(25.436.483)
Despesas gerais e administrativas		**(191.529)**	(141.270)	**(24.437.473)**	(20.292.925)
Resultado de equiv. patrimonial	9	**(21.109.152)**	(3.666.534)	**-**	-
Outros resultados operacionais	20	**-**	-	**(7.825.861)**	(4.799.600)
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(21.300.681)**	(3.807.804)	**(24.900.051)**	(10.315.459)
Resultado financeiro	19	**309.506**	12.324	**4.656.410**	5.388.876
Resultado antes das provisões		**(20.991.175)**	(3.795.480)	**(20.243.641)**	(4.926.583)
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	**(19.816)**	-	**(582.848)**	(775.817)
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	16	**-**	-	**(324.779)**	1.993.339
Prejuízo líquido do exercício		**(21.010.991)**	(3.795.480)	**(21.151.268)**	(3.709.061)
Atribuível aos acionistas não controladores		**-**	-	**140.277**	(86.419)
Atribuível aos acionistas controladores		**(21.010.991)**	(3.795.480)	**(21.010.991)**	(3.795.480)
Prejuízo líquido por ação (em reais)		**(0,71)**	(0,13)	**(0,71)**	(0,13)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Prejuízo líquido do exercício	**(21.010.991)**	(3.795.480)	**(21.010.991)**	(3.795.480)
Resultado abrangente total do exercício	**(21.010.991)**	(3.795.480)	**(21.010.991)**	(3.795.480)
Atribuível aos acionistas não controladores	**-**	-	**140.277**	(86.419)
Atribuível aos acionistas controladores	**(21.010.991)**	(3.795.480)	**(20.870.714)**	(3.881.899)

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do I.R. e contribuição social	**(20.991.175)**	(3.795.480)	**(20.243.641)**	(4.926.583)
Ajustes em:				
Depreciação, amortização e exaustão	**-**	-	**7.953.797**	7.741.732
Equivalência patrimonial	**21.109.152**	3.666.534	**-**	-
Resultado na venda/baixa de imobilizado/intangível	**-**	-	**4.802.136**	1.083.196
Resultado na venda/baixa de investimentos	**-**	-	**-**	28.039
Reversão/Provisão para crédito de liquidação duvidosa	**-**	-	**(57.597)**	24.157
Provisão para contingências	**-**	-	**2.884.161**	915.763
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**-**	-	**(3.565.833)**	
Encargos sobre empréstimos	**-**	-	**-**	1.105.618
Variação de ativos e passivos:				
Clientes	**-**	-	**(24.540.107)**	(4.490.795)
Impostos a recuperar	**306**	(306)	**477.844**	1.363.384
Estoques	**-**	-	**29.960.702**	50.981.327
Adiantamento a fornecedores	**-**	-	**985.951**	816.139
Outras contas a receber	**-**	-	**(406.824)**	148.793
Despesas do exercício seguinte	**-**	-	**38.599**	43.079
Depósitos judiciais	**-**	-	**8.734**	43.156
Fornecedores	**-**	-	**5.579.083**	(1.376.538)
Obrigações sociais trabalhistas	**6.325**	190	**(174.270)**	96.627
Obrigações tributárias	**2.877**	594	**(92.094)**	(248.863)
Adiantamentos de clientes	**-**	-	**(1.741.726)**	(5.651.150)
Vendas para entrega futura	**-**	-	**4.534.451**	(2.483.793)
I.R. e contribuição social pagos	**(17.141)**	-	**(599.786)**	(774.240)
Outras contas a pagar	**-**	-	**61.100**	753.138
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	**110.344**	(128.468)	**5.864.680**	45.192.186
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos de controladas	**167.374**	2.345.954	**493.928**	6.923.018
Aquisições de imobilizado	**-**	-	**(3.505.198)**	(9.121.971)
Aquisições de ativo biológico	**-**	-	**(25.819.049)**	(1.289.176)
Recebimento na venda de investimentos	**-**	-	**200.000**	900.000
Recebimento na venda de imobilizado e intangível	**-**	-	**5.656.274**	277.709
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de investimento	**167.374**	2.345.954	**(22.974.045)**	(2.310.420)
Fluxos de caixa gerado pelas atividades de financiamento				
Dividendos pagos	**-**	-	**(524.183)**	(7.347.471)
Liquidação de financiamentos	**-**	-	**-**	(21.108.014)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**-**	-	**(524.183)**	(28.455.485)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**277.718**	2.217.486	**(17.633.548)**	14.426.281
Caixa e equivalentes de caixa início do período	**2.258.774**	41.288	**33.645.156**	19.218.875
Caixa e equivalentes de caixa final do período	**2.536.492**	2.258.774	**16.011.608**	33.645.156

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

1. Informações sobre a Companhia: A Setapar S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Primeiro de Maio, 1109, Bairro das Rosas em Estância Velha - RS, fundada em 19/10/1989, tem como atividade preponderante a participação no capital de outras sociedades.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância aos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2025. Não houve mudanças significativas nas políticas contábeis da Companhia em relação às políticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, análise do valor recuperável líquido dos estoques, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e garantias. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em reunião realizada em 20 de março de 2026.

3. Principais práticas contábeis: a) Moeda funcional e conversão de saldos denominados em moeda estrangeira - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado. b) Caixa e equivalentes de caixa - Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos e outros fins. Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez diária e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". c) Clientes - Apresenta os valores a receber de clientes pela venda de produtos no decurso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são analisadas e constituídas a partir do valor faturado ao cliente, com base no histórico de inadimplência e análise individual dos clientes. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. d) Estoques - Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede ao seu valor realizável líquido. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma: *Matérias-primas, materiais auxiliares e de manutenção* - custo de aquisição segundo o custo médio. *Produtos acabados e em elaboração* - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. e) Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a sociedade. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultante conforme incorridos. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens. Terrenos não são depreciados. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. f) Ativo Biológico - Os ativos biológicos, representados por florestas de acácia negra, estão registrados pelo valor de custo incorrido, o qual substancialmente representa o valor justo na data do balanço, deduzidos das despesas de venda. Despesas de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A avaliação de ativos biológicos por seu valor justo considera preços cotados no mercado e certas estimativas, principalmente projeção do fluxo de caixa futuro de acordo com o ciclo de produtividade das florestas, levando-se em consideração o seu crescimento e as variações de preço de mercado. g) Reconhecimento da receita - O CPC 11- Receita de Contratos de Clientes estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem:

- A identificação do contrato com o cliente;
- A identificação das obrigações de desempenho;
- A determinação do preço da transação;
- A alocação do preço da transação; e
- O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho.

Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. *Venda de produtos* - A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente. *Receita de juros* - Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. h) Tributárias - *Impostos sobre vendas* - Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas;
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda do exercício é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240.000 no período de 12 meses para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social está reconhecida no resultado, pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores possíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Os impostos diferidos são registrados integralmente no longo prazo. *Impostos diferidos* - Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças possam ser realizadas. O valor contábil dos impostos diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma Empresa tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. i) Provisões - As provisões são reconhecidas pela Companhia quando se tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. j) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar. Esses passivos foram classificados nas categorias de passivos financeiros a valor justo por meio de resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda. k)Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes - São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivas). l) Consolidação - As demonstrações financeiras consolidadas, no ano de 2025 e 2024, compreendem as demonstrações financeiras das Empresas controladas relacionadas abaixo:

Razão social		Participação 2025 Direta	Participação 2025 Indireta	Participação 2024 Direta	Participação 2024 Indireta
Seta S.A.	Controlada	**96,83%**	**-**	**96,83%**	**-**
Mita Ltda	Controlada	**99,97%**	**-**	**99,97%**	**-**
Agroseta S.A.	Controlada	**31,93%**	**62,29%**	**31,93%**	**62,29%**

A controlada Curtidora Áquila S.A. foi baixada definitivamente em 02 de dezembro de 2024 conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária. As demonstrações financeiras das controladas foram elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes com as normas expedidas pelo CPC. Para a consolidação, os seguintes critérios foram adotados: (i) eliminação das participações entre empresas incluídas na consolidação e os correspondentes resultados de equivalência patrimonial; (ii) eliminação dos resultados provenientes de operações realizadas entre as empresas consolidadas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos e (iii) o valor da participação dos acionistas minoritários é calculado e demonstrado separadamente. Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do exercício e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo. Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no lucro do exercício respectivamente, no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício. m) Novas normas de contabilidade - Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração,

continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Norma nova e normas alteradas	Objetivo
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (*primary financial statement* (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 só entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
Reforma tributária	A publicação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e a edição da Lei Complementar nº 214/2025 marcaram o início da Reforma Tributária do consumo. Embora o novo modelo tributário entre em vigor em anos posteriores a 2025, com ano teste em 2026 e transição gradual para novos tributos a partir de 2027, os impactos financeiros e as incertezas relacionadas à transição para o novo modelo tributário podem representar a necessidade de refletir tal mudança nas estimativas que servem de base para mensuração de determinados ativos, impactos estes como: Impacto na avaliação da redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1) (IAS 36); Mensuração ao valor justo de instrumentos patrimoniais detidos em outras entidades pelo CPC 46 (IFRS 13); Potencial decisão de mudança de localização ou descontinuidade de plantas produtivas em decorrência de previsão de extinção de incentivos fiscais; Recuperação de impostos (por exemplo, ICMS, PIS e COFINS), considerando as expectativas de realização do saldo a recuperar acumulado na data base; Estimativas de probabilidade de existência de lucros tributáveis futuros para reconhecimento de imposto de renda diferido ativo pelo CPC 32 (IAS 12); entre outras.
IFRS 9 e à IFRS 7: Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Essas alterações introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. Estimativas e premissas - As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir: *Provisão para créditos de liquidação duvidosa* - É constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre valores a receber. *Provisões para litígios* - A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda, contribuição social diferidos* - O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. O imposto diferido passivo foi calculado com base nas diferenças temporárias e a realização das reservas de reavaliação do ativo imobilizado.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	**988**	6.479	**85.518**	255.791
Aplicações financeiras	**2.535.504**	2.252.295	**14.719.653**	32.557.701
Cambiais disponíveis	**-**	-	**1.206.437**	831.664
Total	**2.536.492**	2.258.774	**16.011.608**	33.645.156

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa não possuem restrições para uso, têm vencimento original de curto prazo, são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e não estão sujeitas a um significante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 4 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com rendimento de aproximadamente 100%. As cambiais disponíveis totalizam US$219.280 de dólares americanos (US$134.319 em 2024).

6. Clientes

Composição dos Saldos	Consolidado 2025	2024
Mercado interno	**3.884.081**	5.099.578
Mercado externo	**35.554.104**	9.798.500
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(780.385)**	(837.982)
Total	**38.657.800**	14.060.096

Vencimento das duplicatas	Consolidado 2025	2024
A vencer	**33.763.432**	10.316.565
Vencidas até 30 dias	**2.777.430**	1.495.433
Vencidas de 31 a 180 dias	**1.336.553**	1.410.116
Vencidas de 181 a 360 dias	**-**	27.607
Vencidas a mais de 360 dias	**780.385**	810.375
Total	**38.657.800**	14.060.096

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Créditos de liquidação duvidosa - Consolidado	
Saldo em 31/12/2024	837.982
Baixa de provisão	**(57.597)**
Saldo em 31/12/2025	**780.385**

7. Impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda	**-**	306	**1.312.611**	1.262.167
Contribuição social	**-**	-	**162.181**	403.158
ICMS	**-**	-	**1.335.054**	1.044.569
ICMS sobre ativo imobilizado	**-**	-	**749.927**	1.285.638
IPI	**-**	-	**19.743**	7.847
PIS/COFINS	**-**	-	**1.985.658**	2.385.735
IRRF a recuperar	**-**	-	**200.665**	60.820
Outros impostos	**-**	-	**453.080**	246.830
Total	**-**	306	**6.218.919**	6.696.764
Ativo circulante	**-**	306	**5.871.712**	6.191.826
Ativo não circulante	**-**	-	**347.207**	504.938

Os saldos de ICMS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários e são compensados com débitos próprios. O ICMS s/ativo imobilizado é compensado na razão de 1/48 avos ao mês com o ICMS a recolher. Os saldos de IPI, PIS e COFINS correspondem a créditos de aquisição de matéria-prima, materiais auxiliares e materiais intermediários, e são compensados com débitos próprios e/ou outros débitos administrados pela SRF. Os saldos de IRPJ e CSLL correspondem a antecipações destes tributos superiores ao valor devido apurado ao final do exercício.

8. Estoques:

	Consolidado 2025	2024
Matérias-primas e material secundário	**5.606.537**	15.083.586
Produtos acabados e elaboração	**51.241.172**	71.917.608
Outros	**2.271.300**	2.078.517
Total	**59.119.009**	89.079.711

9. Investimentos

Dados dos investimentos

Participações em controladas	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.
Quantidade ações/cotas	143.500.000	4.500.000	75.897.660
Valor do patrimônio líquido	101.737.033	75.090.734	46.033.810
Resultado do exercício	(4.959.574)	(16.436.747)	389.504
Ativo	137.225.901	94.682.162	51.927.452
Percentuais de participação	96,8276%	99,9667%	31,9253%

Movimentação dos investimentos

	Seta S.A.	Mita Ltda	Agroseta S.A.	Total
Saldo no início do exercício	103.249.989	91.496.973	14.601.607	209.348.569
Equivalência patrimonial	**(4.802.234)**	**(16.431.268)**	**124.350**	**(21.109.152)**
Dividendos propostos	**-**	**-**	**(29.534)**	**(29.534)**
Prov. Impostos reserva reavaliação	**61.745**	**-**	**-**	**61.745**
Saldo no final do exercício	**98.509.500**	**75.065.705**	**14.696.423**	**188.271.628**

Seta S.A. - A Sociedade dedica-se principalmente à industrialização e comercialização de extratos tanantes, produtos químicos, exploração do florestamento e reflorestamento, bem como, a industrialização e comércio de produtos florestais. Mita Ltda. - A Sociedade tem por objeto a transformação de toras de madeira em lascas. Suas operações estão concentradas em aquisição de toras de madeira, transformação das mesmas em lascas e a sua exportação. Agroseta S.A. - A sociedade dedica-se principalmente à exploração da atividade agropecuária em todas as suas modalidades, em especial a acacicultura e a comercialização dos seus produtos.

10. Imobilizado

10.1. Composição

Consolidado

	2025 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido	2024 Custo	Depreciação Acumulada	Valor Contábil Líquido
Imóveis e obras civis	**40.349.789**	**(16.399.010)**	**23.950.779**	40.347.911	(15.657.208)	24.690.703
Equip. e instalações industriais	**94.805.350**	**(60.060.402)**	**34.744.948**	91.960.585	(55.593.786)	36.366.799
Equip. e instalações de escritório	**1.947.880**	**(1.488.143)**	**459.737**	1.906.378	(1.393.585)	512.793
Equip. processamento de dados	**2.822.422**	**(2.128.671)**	**693.751**	2.732.388	(1.767.995)	964.393
Veículos	**9.025.543**	**(6.443.281)**	**2.582.262**	8.708.800	(5.352.089)	3.356.711
Imobilizações em andamento	**768.737**	**-**	**768.737**	2.080.119	-	2.080.119
Total	**149.719.721**	**(86.519.507)**	**63.200.214**	147.736.181	(79.764.663)	67.971.518

10.2. Movimentação do imobilizado

Consolidado

	2024 31/12/2023	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2024	2025 Adições	Baixas	Transf.	Depreciação	31/12/2025
Imóveis e obras civis	24.757.903	97.567	-	788.102	(952.869)	24.690.703	**34.531**	**(60.959)**	**258.280**	**(971.776)**	**23.950.779**
Equip. e inst. industriais	34.844.901	5.724.356	(27.627)	720.418	(4.895.249)	36.366.799	**1.981.720**	**(321.922)**	**1.973.888**	**(5.255.537)**	**34.744.948**
Equip. e inst. de escritório	548.756	60.909	-	-	(96.873)	512.792	**41.500**	**-**	**-**	**(94.556)**	**459.736**
Equip. proces. de dados	1.217.509	142.758	(2.039)	-	(393.834)	964.394	**121.671**	**(2.598)**	**-**	**(389.715)**	**693.752**
Veículos	4.065.869	619.070	-	-	(1.328.227)	3.356.712	**404.990**	**-**	**-**	**(1.179.439)**	**2.582.263**
Imobilizações em andamento	1.111.327	2.477.311	-	(1.508.520)	-	2.080.118	**920.786**	**-**	**(2.232.168)**	**-**	**768.736**
Total	66.546.265	9.121.971	(29.666)	-	(7.667.052)	67.971.518	**3.505.198**	**(385.479)**	**-**	**(7.891.023)**	**63.200.214**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos desta poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável, e desta forma nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações contábeis. O imobilizado em andamento refere-se à aquisição de equipamentos e instalações industriais, com expectativa de término para abril de 2026. Em 2025 a controlada Seta S/A transferiu de imobilizado em andamento para máquinas e instalações industriais o valor de R$187.900 e para imóveis e obras civis o valor de R$258.280 referente a melhorias no seu parque fabril de Estância Velha. A controlada Mita Ltda transferiu de imobilizado em andamento em 2025 para equipamentos e instalações industriais o valor de R$1.785.988 referente a melhorias no seu parque fabril de Rio Grande. Totalizando a capitalização de R$2.232.168 de imobilizado em andamento. Os componentes do imobilizado mantiveram sua vida útil de maneira uniforme durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, com aplicação de seguintes taxas pelo método linear:

Imóveis e obras civis	4% ao ano
Equipamentos e instalações industriais	10% ao ano
Equipamentos e instalações de escritório	10% ao ano
Equipamentos de processamento de dados	10% ao ano
Veículos	20% ao ano

11. Ativo Biológico:

Consolidado

	2024 31/12/2023	Adições	Baixas	31/12/2024	2025 Adições	Baixas	31/12/2025
Florestas	8.602.973	1.203.915	(1.331.239)	8.475.649	**25.629.372**	**(10.072.930)**	**24.032.091**
Arrendamento rural	471.115	85.261	-	556.376	**189.677**	**-**	**746.053**
Total	9.074.088	1.289.176	(1.331.239)	9.032.025	**25.819.049**	**(10.072.930)**	**24.778.144**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo biológico foi mantido pelo seu custo, uma vez que a melhor estimativa do valor justo se aproxima ao valor de custo incorrido, adicionalmente a Companhia não identificou a existência de indicadores de "*impairment*".

12. Intangível

12.1. Composição

Consolidado

Descrição	2025 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido	2024 Custo	Amortização Acumulada	Valor Contábil Líquido
Marcas e Patentes	**63.179**	**-**	**63.179**	63.179	-	63.179
Sistemas de informática	**1.897.294**	**(1.784.627)**	**112.667**	2.307.958	(2.132.517)	175.441
Total	**1.960.473**	**(1.784.627)**	**175.846**	2.371.137	(2.132.517)	238.620

12.2. Movimentação do intangível

Consolidado

	31/12/2023	2024 Amortização	31/12/2024	2025 Amortização	31/12/2025
Marcas e Patentes	63.179	-	63.179	**-**	**63.179**
Sistemas de Informática	250.121	(74.680)	175.441	**(62.774)**	**112.667**
Total	313.300	(74.680)	238.620	**(62.774)**	**175.846**

A amortização de sistemas de informática foi calculada pelo método linear, com aplicação da taxa de 20% ao ano.

13. Fornecedores

Consolidado

	Consolidado 2025	2024
Fornecedores nacionais	**8.048.770**	2.322.553
Fornecedores internacionais	**-**	147.134
Total	**8.048.770**	2.469.687
Passivo circulante	**8.004.520**	2.469.687
Passivo não circulante	**44.250**	-

Estão demonstrados ao seu valor presente e são obrigações resultantes de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os saldos referentes a fornecedores do exterior estão valorizados e ajustados às taxas cambiais do dia do fechamento do balanço.

14. Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	**1.545**	-	**1.545**	-
Contribuição social	**1.130**	-	**1.130**	19.613
ICMS	**-**	-	**126.343**	39.234
ISSQN	**-**	-	**26.316**	10.304
IRRF	**401**	-	**650.658**	773.627
PIS/COFINS	**1.423**	572	**17.808**	29.794
PIS/COFINS/CSLL retido	**-**	-	**18.624**	14.964
IOF	**-**	-	**48.873**	34.747
INSS	**1.800**	535	**508.171**	575.106
FGTS	**360**	-	**194.143**	205.255
Total	**6.659**	1.107	**1.593.611**	1.702.644

15. Provisão para contingências e depósitos judiciais

Consolidado - Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia mantém provisão para riscos contingenciais, de naturezas trabalhistas e cíveis, decorrentes das atividades normais de seus negócios, em montantes considerados suficientes para fazer face a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis, conforme movimentação demonstrada a seguir:

	2024	Adições /baixas	2025
Cíveis	9.077.693	4.239.808	**13.317.501**
Trabalhistas	1.940.510	(1.355.647)	**584.863**
Total	11.018.203	2.884.161	**13.902.364**

O principal processo civil provisionado se refere a uma ação proposta na década de noventa por empresa de representação comercial que atendia as vendas de tanino da controlada Seta S/A. O processo foi julgado procedente, ocorrendo, em 2017, o pagamento de parte do montante requerido no processo. O processo teve continuidade para a discussão do critério de atualização monetária do saldo devedor executado, sendo que o valor de correção monetária de provável pagamento pela Companhia está estimado em R$10.433.956 em 31 de dezembro de 2025. O valor relacionado a adições de processos trabalhistas se refere a provisão de três processos que estão em andamento na controlada Seta S/A, e um processo na controlada Mita Ltda. O valor relacionado a baixa de processo trabalhista se refere principalmente a reclassificação de um dos processos de valor relevante para "remoto" na controlada Seta S/A. Os processos avaliados como perda "possível" estão abaixo demonstrados:

	2025	2024
Cíveis	**10.000**	3.009.875
Trabalhistas	**264.784**	150.000
Tributário	**2.209.877**	2.003.390

Os processos tributários referem-se substancialmente a matéria de créditos de PIS e COFINS. Em relação ao posicionamento adotado pelo STF no julgamento dos Temas 881 e 885, informamos que mesmo após o êxito obtido em ação ordinária em relação a contribuição ao INCRA, a Companhia nunca deixou de recolher os valores devidos, portanto, não há risco envolvido em relação ao Tema. As controladas são parte em outras discussões, para as quais as probabilidades de perdas foram consideradas "remotas" e, portanto, não foram constituídas provisões para perdas.

Depósitos judiciais - As controladas efetuaram depósitos judiciais, exigidos para dar seguimento nos processos, como segue:

	Consolidado 2025	2024
Cíveis	**710.591**	710.591
Trabalhistas	**280.704**	289.438
Tributários	**829.426**	829.426
Total	**1.820.721**	1.829.455

Os depósitos referem-se substancialmente a processos cíveis, trabalhistas e tributários em que as controladas optaram por entrarem com recurso em instância superior para discutir os pedidos julgados procedentes ao reclamante.

16. Imposto de renda e contribuição social

Consolidado - (a) *Impostos diferidos:* o imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis a prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil. Os saldos registrados são originados de diferenças temporárias diversas. O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são reconhecidos pois há expectativa de geração de resultado tributável futuro em montante suficiente para a utilização de tais valores.

	31/12/2025	31/12/2024
Ativos fiscais diferidos		
Provisões para contingências	**4.726.803**	3.746.189
Resultado diferido - CPC 47	**241.130**	352.170
Outras provisões	**438.658**	421.099
Prejuízos fiscais	**12.151.017**	12.403.718
Imposto de renda e contribuição social diferido (ativo)	**17.557.608**	16.923.176
Passivos fiscais diferidos		
Deságio sobre investimento	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Reserva de reavaliação	**(63.552)**	(127.321)
Depreciação Lei 12.913/14	**(2.977.870)**	(3.231.041)
Ajuste a valor justo de instrumentos financeiros	**(1.212.382)**	-
Imposto de renda e contribuição social diferido (passivo)	**(5.407.935)**	(4.512.493)
Imposto de renda e contribuição social diferido líquido	**12.149.673**	12.410.683
Agroseta S/A	**4.457.516**	4.041.411
Seta S/A	**3.495.807**	3.351.504
Mita Ltda	**5.350.481**	6.171.899
Ativo diferido	**13.303.804**	13.564.814
Setapar S/A	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Passivo diferido	**(1.154.131)**	(1.154.131)
Diferido líquido	**12.149.673**	12.410.683

(b) *Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva* - A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	31/12/2025 Controladora	Consolidado	31/12/2024 Controladora	Consolidado
Prejuízo contábil antes dos impostos	**(20.991.175)**	**(20.243.641)**	(3.795.480)	(4.926.583)
Alíquota fiscal	**34%**	**34%**	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas nominais	**7.137.000**	**6.882.838**	1.290.463	1.675.038
Efeito dos impostos sobre:				
Despesas não dedutíveis	**-**	**(478.968)**	-	(432.714)
Equivalência patrimonial	**(7.177.113)**	**-**	(1.246.622)	-
Compensação com prejuízos anos anteriores	**-**	**-**	-	-
Outros efeitos	**20.297**	**267.693**	(43.841)	(24.802)
Prejuízo sem expectativa de realização	**-**	**(7.579.190)**	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	**(19.816)**	**(907.627)**	-	1.217.522
Alíquota efetiva %	-	-	-	25%
Corrente	**(19.816)**	**(582.848)**	-	(775.817)
Diferido	**-**	**(324.779)**	-	1.993.339

Em 31 de dezembro de 2025 a controlada Mita Ltda apresenta R$ 18.453.246 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (R$3.905.537 em 2024) e sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há a expectativa de realização dos créditos nesse momento. Em 31 de dezembro de 2025 a controlada Seta S/A apresenta R$3.838.491 de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (R$846.677 em 2024) e sobre os quais não foram constituídos impostos diferidos uma vez que não há a expectativa de realização dos créditos nesse momento.

17. Patrimônio líquido

Capital Social - Pertence a acionistas domiciliados no país e está dividido em 29.693.296 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado o pagamento de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Reserva de Lucros - A reserva de lucros é composta por:

Reserva legal: constituída com a destinação de até 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social realizado, conforme art. 193 da Lei 6.404/76;

Reserva de lucros a realizar: representa o valor de dividendos obrigatórios sobre os lucros não realizados financeiramente em controladas;

Reserva de investimento e capital de giro: tem por finalidade assegurar investimentos e capital de giro;

Reserva de lucros à disposição da Assembleia: reserva de lucros à disposição da assembleia de acionistas para destinação.

Reserva de reavaliação - A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens do ativo imobilizado no exercício de 2025, líquida de imposto de renda diferido. A Reserva é realizada com base nas depreciações, baixas, estornos ou alienações dos respectivos bens reavaliados é transferida para lucros acumulados. No exercício foi realizada a parcela do saldo dessa reserva anteriormente constituída no montante de R$99.558 e o respectivo imposto diferido de R$61.745. Dividendos - O estatuto social da Companhia prevê o cálculo do dividendo mínimo obrigatório com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei.

18. Receita líquida

	Consolidado 2025	2024
Receita bruta mercado interno	**26.820.737**	29.689.896
Receita bruta mercado externo	**184.354.188**	197.442.824
Impostos	**(5.801.674)**	(6.197.214)
Devoluções	**(489.540)**	(762.640)
Receita líquida	**204.883.711**	220.172.866

19. Resultado financeiro

	Controladora 2025	2024	Consolidado 2025	2024
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	**-**	-	**(1.486.091)**	(2.639.062)
Variações cambiais	**-**	-	**(6.378.933)**	(3.603.336)
Outras despesas financeiras	**(1.053)**	(991)	**(892.030)**	(1.241.859)
Total	**(1.053)**	(991)	**(8.757.054)**	(7.484.257)
Receitas financeiras				
Rendimento aplicação financeira	**310.533**	13.315	**3.733.567**	2.186.683
Variações cambiais	**-**	-	**4.225.719**	8.285.232
Juros ativos	**-**	-	**129.711**	2.214.541
Outras receitas financeiras	**26**	-	**1.758.634**	186.677
Ajuste a valor justo - instrumentos financeiros	**-**	-	**3.565.833**	-
Total	**310.559**	13.315	**13.413.464**	12.873.133
Resultado financeiro	**309.506**	12.324	**4.656.410**	5.388.876

continua

Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

20. Outros resultados operacionais

	Consolidado 2025	2024
Outras despesas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**(5.545.602)**	(313.104)
Alienação de investimentos	**(200.000)**	(928.000)
Fomento florestal	**(4.512.315)**	(4.290.176)
Outras despesas operacionais	**(3.638.336)**	(686.563)
Total	**(13.896.253)**	(6.217.843)
Outras receitas operacionais		
Alienação de bens do ativo imobilizado	**5.656.274**	302.709
Alienação de investimentos	**200.000**	900.000
Outras receitas operacionais	**214.118**	215.534
Total	**6.070.392**	1.418.243
Outros resultados operacionais	**(7.825.861)**	(4.799.600)

Em outubro de 2025, a controlada Seta S/A alienou um imóvel na cidade de Taquari/RS pelo valor de R$200.000. As Controladas Seta S/A e Mita Ltda investiram R$4.512.315 no plano de Fomento Florestal em 2025 para promover o desenvolvimento da acacicultura apoiando o produtor com orientação técnica e subsidiando a aquisição de mudas e insumos necessários ao plantio, garantindo assim o fornecimento de matérias-primas para os próximos anos.

21. Gestão de risco financeiro: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Administração se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. a) Risco de crédito - O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. A política de crédito da Companhia e suas controladas considera o nível de risco que está disposto a aceitar no curso normal dos seus negócios. A diversificação da sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes são os procedimentos adotados para minimizar os problemas de possíveis inadimplências em suas contas a receber. b) Risco de liquidez - A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de caixa suficiente e investimentos de curto prazo, a disponibilidade de financiamento através de um montante adequado de facilidades de crédito e a possibilidade de fechar posições no mercado. c) Risco de moeda - O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das contas a receber e a pagar está vinculado a esta moeda. d) Instrumentos financeiros derivativos - No exercício de 2025, as controladas Seta S/A e Mita Ltda contrataram instrumentos financeiros derivativos (travas cambiais) com o objetivo único de proteção a riscos na oscilação de moedas estrangeiras visando a proteção de suas exportações. Os saldos estão registrados no balanço patrimonial conforme segue:

	Consolidado 2025	2024
Instrumentos financeiros – travas cambiais – Seta S/A	**1.002.709**	-
Instrumentos financeiros – travas cambiais – Mita Ltda	**2.563.124**	-
	3.565.833	-

Os contratos em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

Contraparte	Vencimento	Moeda	Nocional	Valor justo
Bradesco	Março/2026	US$	**258.868**	**(100.955)**
Santander	Março/2026	US$	**2.400.000**	**620.548**
Santander	Abril/2026	US$	**22.097.142**	**2.634.019**
Santander	Maio/2026	US$	**2.019.804**	**234.231**
Santander	Junho/2026	US$	**1.545.930**	**177.990**
				3.565.833

A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, mensurando os mesmos ao valor justo por meio do resultado. A metodologia de precificação é o desconto no fluxo de caixa com projeções da "B3 S.A.- Brasil, Bolsa e Balcão". Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado financeiro do exercício em conformidade com o regime de competência. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

22. Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital é o de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

23. Cobertura de seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas em: 31/12/2025	Importância segurada
Coberturas básicas	**24.920.700**
Incêndios, explosões, fumaça e queda de aeronave	**30.700.000**
Responsabilidade civil	**1.751.000**
Vendaval, furacão, ciclone, tornado e queda de granizo	**300.000**
Danos elétricos	**2.920.000**

Diretoria

Diogo Carlos Leuck
Diretor Presidente
Jaqueline Franceschetti
Diretora
Viviana A. M. Schröder
Contadora CRC/RS 84.450

Parecer do Conselho Fiscal

O parecer do Conselho Fiscal se encontra ä disposição dos acionistas na sede social, em conformidade com o art. 133, § 3º da Lei nº 6.404/76.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **Setapar S.A.**
Estância Velha - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Setapar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F
Raquel Laguna Zambelli Cerqueira
Contadora CRC RS-069287/O-5

ASCOL

PUBLICIDADE LEGAL

REFLORESTADORES UNIDOS S/A

CNPJ 88.647.896/0001-46
NIRE 43 3 0002032 1

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Senhores Acionistas: submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Reflorestadores Unidos S.A. relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Permanecemos ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que entenderem necessários. Cambará do Sul, RS, 26 de março de 2026. A Diretoria.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Controlada		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
ATIVO CIRCULANTE	**38.431.232**	**41.687.470**	**47.773.470**	**51.196.685**
Caixa e Equivalentes de Caixa	**9.820.301**	**8.050.379**	**18.762.743**	**15.604.419**
Caixa	27.017	27.973	29.119	30.187
Depósitos Bancários	9.793.284	8.022.406	18.733.624	15.574.232
Créditos	**11.924.614**	**14.546.279**	**13.650.908**	**15.135.557**
Créditos a Receber de Clientes	11.924.614	14.546.279	13.650.908	15.135.557
Outros Créditos	**12.069.919**	**13.970.295**	**12.735.024**	**14.548.762**
Adiantamento a Funcionários	298.152	212.819	303.504	214.117
Adiantamento a Fornecedores	6.297.683	11.044.634	6.299.961	11.046.393
Outros Créditos	3.282.986	326.581	-	-
Adiantamento a Acionistas	-	-	-	-
Depósitos Judiciais	304.304	282.437	304.304	282.437
Impostos a Recuperar	1.886.795	2.103.825	2.544.271	2.679.235
Estoques	**4.466.513**	**4.970.773**	**5.754.821**	**6.075.941**
Matéria Prima e Materiais	1.055.450	960.842	2.156.463	960.842
Produtos Prontos	1.176.182	2.026.695	1.363.478	3.131.863
Produtos em Elaboração	2.234.880	1.983.236	2.234.880	1.983.236
Despesas Antecipadas	**149.883**	**149.743**	**152.959**	**158.587**
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**171.326.701**	**138.945.161**	**162.509.099**	**129.708.580**
Investimentos	**16.633.562**	**17.595.051**	**115.101**	**185.274**
Participações Diversas	16.633.562	17.595.051	115.101	185.274
Ativos Biológicos	**52.837.925**	**25.763.698**	**52.837.925**	**25.763.698**
Reflorestamento	52.837.925	25.763.698	52.837.925	25.763.698
Imobilizado	**101.595.807**	**95.314.069**	**109.231.879**	**103.433.421**
Imóveis	73.919.179	72.607.985	73.919.179	72.607.985
Máquinas e Instalações	51.603.573	50.242.167	60.686.865	59.233.505
Veículos	3.514.688	3.230.481	3.514.688	3.230.481
Móveis, Utens. e Equipamentos	1.241.585	1.160.607	1.304.974	1.223.996
Imobilizado em Andamento	10.413.739	2.403.437	10.837.042	2.489.205
(-) Depreciações Acumuladas	(39.096.958)	(34.330.608)	(41.030.869)	(35.351.752)
Intangível	**259.407**	**272.343**	**324.195**	**326.188**
Marcas e Patentes	188.305	176.818	251.371	228.108
Softwares	342.585	342.585	346.750	346.750
(-) Amortizações Acumuladas	(271.483)	(247.060)	(273.926)	(248.670)
TOTAL DO ATIVO	**209.757.931**	**180.632.631**	**210.282.569**	**180.905.265**

PASSIVO	Controlada		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
PASSIVO CIRCULANTE	**68.987.778**	**32.341.666**	**69.507.916**	**32.608.199**
Fornecedores	23.051.495	6.660.463	23.289.953	6.744.435
Empréstimos e Financiamentos	7.364.434	3.371.902	7.364.434	3.371.902
Impostos e Contribuições a Pagar	9.977.138	3.795.690	10.090.814	3.869.731
Obrigações Sociais a Pagar	4.037.917	4.446.132	4.205.920	4.554.653
Serviços e Utilidades a pagar	282.144	253.334	282.144	253.334
Adiantamentos de Clientes	48.334	33.428	48.334	33.428
Dividendos a Pagar	24.177.564	13.731.966	24.177.564	13.731.966
Credores por Contratos	48.751	48.751	48.751	48.751
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**35.338.348**	**12.192.695**	**35.342.848**	**12.198.795**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**35.338.348**	**12.192.695**	**35.342.848**	**12.198.795**
Impostos e Contrib. - Parcelamento	11.216.856	11.601.002	11.216.856	11.607.102
Outras Obrigações	525.939	30.800	530.439	30.800
Credores por Contratos	560.893	560.893	560.893	560.893
Dividendos	23.034.661	-	23.034.661	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**105.431.805**	**136.098.271**	**105.431.805**	**136.098.271**
Capital Social	**17.600.000**	**17.600.000**	**17.600.000**	**17.600.000**
Capital Subscrito e Integralizado	17.600.000	17.600.000	17.600.000	17.600.000
Reservas	**47.729.900**	**32.305.237**	**47.729.900**	**32.305.237**
Reservas Legal	3.520.000	3.520.000	3.520.000	3.520.000
Reservas de Reavaliação	3.843.742	3.843.742	3.843.742	3.843.742
Reservas de Lucros	40.366.159	24.941.495	40.366.159	24.941.495
Ajuste a Valor Patrimonial	**40.101.904**	**40.101.904**	**40.101.904**	**40.101.904**
Ajuste ao valor patrimonial	40.101.904	40.101.904	40.101.904	40.101.904
A Disposição da Assembleia	**-**	**46.091.130**	**-**	**46.091.130**
TOTAL PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO	**209.757.931**	**180.632.631**	**210.282.569**	**180.905.265**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Controlada		Consolidado	
	31/12/25	31/12/24	31/12/25	31/12/24
Receita Bruta	**156.163.749**	**153.424.218**	**166.908.973**	**163.591.220**
Receitas com Vendas MI	62.698.673	61.071.302	72.602.215	71.238.304
Receitas com Vendas ME	93.465.076	92.352.916	94.306.758	92.352.916
Deduções	**(17.527.088)**	**(11.860.668)**	**(18.059.643)**	**(12.368.539)**
Impostos e Contribuições	(11.845.296)	(10.967.320)	(12.268.953)	(11.242.912)
Devoluções e Abatimentos	(5.681.791)	(893.348)	(5.790.691)	(1.125.627)
Receita Líquida	**138.636.662**	**141.563.550**	**148.849.330**	**151.222.682**
Custo dos Produtos Vendidos	**(73.570.546)**	**(69.381.119)**	**(79.254.625)**	**(76.272.735)**
Lucro Bruto	**65.066.116**	**72.182.431**	**69.594.705**	**74.949.947**
Despesas Operacionais	**(20.823.620)**	**(20.491.075)**	**(22.202.627)**	**(21.820.643)**
Despesas com Vendas	(10.522.931)	(9.876.018)	(11.575.373)	(10.882.679)
Despesas Administrativas	(8.143.481)	(10.312.358)	(8.469.420)	(10.634.982)
Despesas Tributárias	(2.157.209)	(302.698)	(2.157.834)	(302.982)
Outras Receitas Operacionais	**1.423.358**	**465.097**	**1.424.636**	**466.527**
Outras Receitas	2.763.725	1.318.114	2.765.003	1.319.544
Outras Despesas	(1.340.367)	(853.017)	(1.340.367)	(853.017)
Lucro Antes do Result. Financeiro	**45.665.853**	**52.156.454**	**48.816.713**	**53.595.831**
Resultado Financeiros Líquido	**(5.404.722)**	**(2.418.090)**	**(4.452.065)**	**(2.066.491)**
Despesas Financeiras	(12.614.134)	(5.698.275)	(12.618.648)	(5.706.919)
Receitas Financeiras	7.209.412	3.280.185	8.166.583	3.640.428
Resultado Equiv. Patrimonial	**3.453.355**	**1.352.032**	**-**	**-**
Resultado Antes dos Tributos	**43.714.487**	**51.090.396**	**44.364.649**	**51.529.340**
Contribuição Social	(3.631.372)	(4.568.266)	(3.831.978)	(4.708.087)
Imposto de Renda	(9.656.661)	(12.180.588)	(10.083.393)	(12.445.775)
Programa Particip. de Resultados	(1.113.984)	(1.561.286)	(1.136.809)	(1.595.223)
Lucro Líquido do Exercício	**29.312.470**	**32.780.255**	**29.312.470**	**32.780.255**
Lucro por Lote de Mil Ações	**1.803**	**2.016**	**1.803**	**2.016**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais	Controlada 31/12/25	Controlada 31/12/24	Consolidado 31/12/25	Consolidado 31/12/24
Lucro antes do IR e da Contribuição Social	**43.714.485**	**51.090.396**	**47.795.179**	**52.847.435**
Ajustes p/conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Programa Participação de Resultado	(1.113.984)	(1.561.286)	(1.136.809)	(1.595.223)
Ajustes de Exercícios anteriores	-	-	-	-
Depreciação e Amortização	6.659.347	6.166.516	7.572.947	7.048.879
Exaustão Ativo Biológico	-	10.891.712	-	10.891.712
Equivalência Patrimonial	(3.453.355)	(1.352.032)	(3.453.355)	(1.352.032)
Custo Residual de Ativos Permanentes Baixados e Vendidos	3.685.199	1.675.322	3.685.199	1.675.322
Variações nos ativos e passivos				
Variação Contas a Receber de Clientes	2.621.665	(4.914.965)	3.758.681	(2.941.579)
Variação Adiantamentos Diversos	1.705.213	(9.468.142)	1.791.851	(9.498.206)
Variação Impostos a Recuperar	217.030	1.200.360	217.030	1.200.360
Variação Depósitos Judiciais	(21.866)	(39.986)	(21.866)	(39.986)
Variação Estoques	504.260	(1.479.481)	687.401	(50.123)
Variação Despesas Antecipadas	(139)	(31.842)	(5.906)	8.399
Variação Fornecedores	16.391.032	2.693.081	16.545.518	2.011.929
Variação Obrigações Fiscais	5.187.680	411.294	5.227.315	342.295
Variação Obrig. Sociais e Trabalhistas a Pagar	(388.577)	1.040.209	(388.577)	1.040.209
Variação Serviços e Utilidades a pagar	28.810	(15.602)	28.810	(15.602)
Variação Adiantamentos de Clientes	14.906	(94.688)	14.906	(94.688)
Variação Consórcios a Pagar	(3.316)	28.922	(3.316)	28.922
Variação Dividendos	(1.071.732)	4.027.567	(4.086.019)	4.027.567
Variação Provisões Trabalhistas	(19.638)	324.512	(19.638)	324.512
Variação Parcelamentos Fiscais	1.095.787	432.470	1.095.787	426.784
Variação Outras Obrigações	8.974	3.050	8.974	3.050
IR e Contribuição Social Pagos	(13.288.034)	(16.748.854)	(13.915.371)	(17.153.862)
Recursos líq. das ativ. operacionais	**62.473.747**	**44.278.533**	**65.398.742**	**49.136.075**
Fluxo de Caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e Intangível	(16.613.345)	(8.267.557)	(17.054.609)	(8.717.127)
Aquisição de Ativo Biológico	(27.074.226)	(7.048.427)	(27.074.226)	(7.048.427)
Participações Societárias	4.414.843	1.485.444	4.414.843	1.485.444
Recursos líq. ativ. de Investimento	**(39.272.728)**	**(13.830.540)**	**(39.713.992)**	**(14.280.110)**
Fluxos de caixa das atividade de Financiamentos				
Empréstimos e Financiamentos	3.995.849	2.586.822	3.995.849	2.586.822
Distribuição de Lucros	(25.426.945)	(26.481.386)	(28.419.584)	(27.971.386)
Recursos líq. das ativ. de financiamento	**(21.431.096)**	**(23.894.564)**	**(24.423.735)**	**(25.384.564)**
Aumento/Red. nas disponibilidades	**1.769.923**	**6.553.429**	**3.158.323**	**9.781.594**
No início do período	8.050.379	1.496.948	15.604.419	5.822.825
No final do período	9.820.302	8.050.377	18.762.743	15.604.419

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Contas / Histórico	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Ajuste a Valor Presente	Resultados Acumulados	Saldo a Disposição da Assembleia	Total
Transferência p/Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Suplementar	-	-	-	(18.286.323)	-	-	-	(18.286.323)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	32.780.255	-	32.780.255
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	-	(8.195.064)	-	(8.195.064)
Saldo a Disposição Assembleia	-	-	-	-	-	(24.585.192)	24.585.192	-
Saldo 31.12.2024	**17.600.000**	**3.520.000**	**3.843.742**	**24.941.495**	**40.101.904**	**-**	**46.091.130**	**136.098.271**
Transferência p/Reserva de Lucros	-	-	-	-	-	-	(46.091.130)	(46.091.130)
Dividendos Suplementar	-	-	-	(17.000.000)	-	-	-	(17.000.000)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	29.312.470	-	32.780.255	-	62.092.725
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(8.043.532)	-	(8.195.064)	-	(16.238.596)
Dividendos LEI 15.270	-	-	-	(34.551.991)	-	-	-	(34.551.991)
Saldo a Disposição Assembleia	-	-	-	45.707.717	-	(24.585.192)	-	21.122.525
Saldo 31.12.2025	**17.600.000**	**3.520.000**	**3.843.742**	**40.366.159**	**40.101.904**	**-**	**-**	**105.431.805**

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL: A Reflorestadores Unidos S/A (a "Companhia" ou a "Controladora"), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro jurídico em Cambará do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na RS 020, Km 135 Fazenda Espírito Santo, CEP 95480-000. A Companhia tem por objetivo realizar, por conta própria ou de terceiros, as seguintes operações; a) silvicultura, praticando o florestamento ou reflorestamento de terras de sua propriedade ou de terceiros, como julgar de seu interesse ou conveniência, inclusive com parceria florestal; b) agricultura e pecuária, para alcançar uma exploração integrada, com equilíbrio agro-silvo-pastoril; c) estudo e projetos técnicos pertinentes aos seus objetivos, exigidos por legislação específica; d) industrialização florestal, para aproveitamento de reservas disponíveis ou formadas; e) compra e venda de mercadorias ou produtos de sua produção ou de terceiros, industrialização, importação e exportação, concernentes às suas atividades; f) associar-se, de qualquer modo, em sociedade ou empresas, nacionais ou estrangeiras que explorem os mesmos ou outro gênero de agricultura, silvicultura, pecuária, indústria e comércio; g) revenda de derivados de petróleo, álcool hidratado e instalações de serviços; h) compra e venda de terras e floresta; i) instalação e montagem de seus produtos e afins; j) comércio de energia elétrica. A única controlada da companhia que está incluída nas demonstrações financeiras consolidada é a Unidos Woodtech S/A, a qual foi constituída em 13 de outubro de 2020 e teve início em suas operações no exercício de 2021, tem como o objeto social: industrialização florestal para aproveitamento de reservas disponíveis ou formadas; compras e venda de mercadorias ou produtos de sua produção ou de terceiros, industrialização, importação e exportação concernentes a suas atividades; associar-se, de qualquer modo, em sociedade e empresas nacionais ou estrangeiras, que explorem os mesmos ou outros gêneros de agricultura, silvicultura, pecuária, indústria e comércio; compra e venda de terras e florestas; produção e comercialização de pellet, molduras, pecuária, indústria e comércio; produção e comercialização de biomassa. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), alterações posteriores (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). Foi obedecido também o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (ITG1000) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade. **NOTA 2.1. BASE DE PREPARAÇÃO:** As Demonstrações Financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrange a legislação societária. A administração concluiu que as demonstrações contábeis, a posição financeira e patrimonial, o desempenho e o fluxo de caixa da sociedade, estão apresentadas de forma apropriada. **NOTA 2.2. CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em R$ (Reais), que é a moeda funcional da empresa. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e a perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão da taxa de câmbio no final do exercício, referentes Ativos e Passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidas na Demonstração do Resultado. **NOTA 3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS:** Dentre os principais procedimentos contábeis adotados para a preparação das demonstrações contábeis, destacam-se: **a) Apuração do Resultado:** O resultado do exercício foi apurado pelo regime de competência e inclui, quando aplicável, os rendimentos e encargos incidentes e incorridos sobre direitos e obrigações. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e não estão sujeitos a risco de mudança de valor. **c) Créditos:** Na categoria de instrumentos financeiros, estão registrados os títulos pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Os títulos em moeda estrangeira estão convertidos em moeda nacional pelo regime de competência. **d) Instrumentos Financeiros:** Incluem caixa e equivalentes de caixa, investimentos em instrumentos financeiros de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, bem como contas a pagar e outras dívidas. **e) Ativos Financeiros Não Derivativos:** A companhia reconhece os empréstimos recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **f) Passivos Financeiros Não Derivativos:** A Companhia reconhece passivos financeiros inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor original acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **g) Avaliação dos Estoques:** Os estoques foram avaliados como segue: Produtos prontos e em elaboração de acordo com os critérios do art. 308 do atual Regulamento do Imposto de Renda (Decreto 9.580 de 22/11/2018); matérias-primas e materiais pelo custo médio de aquisição, líquidos dos impostos compensáveis quando aplicáveis, os quais não superam os preços de mercado; (art.305 – Decreto 9.580/2018) e o valor dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização líquidos dos custos de venda. **h) Investimentos:** Os investimentos estão contabilizados pelo custo de aquisição de acordo com a legislação vigente. **i) Ativos Biológicos:** Os ativos biológicos da Companhia estão representados pelas florestas de Pinus, em formação, cujo produtos agrícolas (toras) são vendidos ao mercado ativo, como também podem ser utilizadas como matéria prima na própria indústria, basicamente. A metodologia utilizada na mensuração do valor dos ativos biológicos da Companhia corresponde ao valor de custo de implantação e manutenção incorridos. A exaustão dos recursos florestais está sendo calculada na medida em que ocorrem os cortes e na proporção das árvores cortadas. **j) Imobilizado:** Os bens integrantes do ativo imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição, atualizados monetariamente, quando cabível, até 31/12/1995. Os imóveis estão acrescidos de reavaliação de terrenos já antes realizada, cujo montante do residual líquido, ao final do exercício, era de R$ 3.844 mil. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento), segundo as seguintes taxas: Prédios = 4%; Equipamentos, instalações e móveis industriais e de escritório = 10%; Equipamentos de informática e Veículos = 20%. Para o maquinário da companhia que operam mais de um turno a empresa reconhece a depreciação acelerada coma as seguintes taxas: Um turno de 9hs = 10%; Dois turnos totalizando 17hs = 15%; Três turnos totalizando 24hs = 20%. **l) Intangível:** Os ativos intangíveis compreendem marcas e patentes, direito de uso de software. São demonstrados ao custo de aquisição deduzido da amortização no período, apurado de forma linear com base na vida útil estimada do bem. A amortização é reconhecida no resultado. **m) Empréstimos e Financiamentos:** São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços. **n) Reconhecimento das Receitas:** A receita de venda está apresentada líquida, ou seja, não inclui os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas. A receita líquida é reconhecida no resultado quando: a) seu valor pode ser mensurado de forma confiável; b) todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador; c) a Companhia não detém mais o controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida; d) é provável que os benefícios econômicos sejam gerados ao seu favor. **o) Investimentos em controladas:** Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada. A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **NOTA 4 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL:** A Companhia calcula o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL) pelo Lucro Real Anual. **NOTA 5 - OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO:** Estão demonstradas pelos valores devidos na data do encerramento do exercício social, neles já incluídos os encargos financeiros incorridos e as atualizações monetárias, observadas as taxas e os indicadores legais e contratados. Os impostos e contribuições parceladas referem-se a débitos, sujeitos aos encargos legais. **NOTA 6 - COBERTURA DE SEGUROS:** A Companhia mantém cobertura de seguros para bens do Ativo Imobilizado, Veículos e Máquinas, no valor de R$ 15.496 mil. **NOTA 7 - CAPITAL SOCIAL:** O Capital Social de R$ 17.600.000,00, (Dezessete milhões e seiscentos mil reais) totalmente subscrito e integralizado, pertence inteiramente a acionistas domiciliados no país, é representado por 16.262.702 (Dezesseis milhões, duzentos e sessenta e dois mil e setecentos e duas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. **NOTA 8 - DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO:** A Reserva Legal é constituída à razão de 5% (cinco por cento) do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social. O Estatuto Social da Companhia estabelece a distribuição mínima obrigatória de dividendos correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da legislação societária vigente. Os dividendos declarados foram devidamente destacados do Patrimônio Líquido e registrados como obrigação no passivo circulante. Em observância ao disposto na Lei nº 15.270, a Companhia apurou balanço patrimonial intermediário em 30 de novembro de 2025. Em Assembleia Geral realizada na sede da Companhia em 16 de dezembro de 2025, os acionistas aprovaram, por unanimidade, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, até então apurado. A Ata da AGE foi devidamente aprovada e registrada Junta Comercial do Rio Grande do Sul. **NOTA 9 - PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS:** A Companhia remunerou seus colaboradores mediante participação nos resultados no valor R$ 1.113.984 (Um milhão, cento e treze mil, novecentos e oitenta e quatro reais), por terem atendido as metas e performance estabelecidos.

Cambará do Sul (RS), 31 de dezembro de 2025.

CASSIANO DE ZORZI - Diretor - CPF 761.349.540-04 **EVERALDO LUIZ BOSCHETTI** - Diretor - CPF 502.795.800-53 **LITIÉRIA DE LIÃO KLIPPEL** - Contadora - CRC RS-104754/0 - CPF 009.940.830-92

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A. CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 02 de março de 2026 às 10:15 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por videoconferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a destinação de participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025. **5. Deliberação:** Aprovar, por unanimidade dos presentes, nos termos do artigo 29 do Estatuto Social, autorizar "*ad referendum* da Assembleia" a destinação de Participação aos Administradores, com base nas Demonstrações Financeiras do 4T25 da Companhia, no montante de R$ 5.729.129,44 (cinco milhões, setecentos e vinte e nove mil, cento e vinte e nove reais e quarenta e quatro centavos). **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 02 de março de 2026. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11668058 em 18/03/2026 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 260915386 - 05/03/2026. Autenticação: 7F179D613CA56482E79DB53DEBAB1090D6FEC844. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 1. Data, Hora e Local: Realizada em 02 de março de 2026 às 10:00 horas, na sede social da Irani Papel e Embalagem S.A. (Companhia), localizada na Avenida Carlos Gomes, nº 400, Salas 502/503, Edifício João Benjamim Zaffari, Bairro Boa Vista, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-900, de forma exclusivamente virtual, por vídeo conferência, nos termos do Artigo 11, §2º, do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Mesa:** A reunião foi convocada tempestivamente, nos termos do artigo 11 do Estatuto Social da Companhia e presidida por Péricles Druck. **3. Presenças:** Presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a distribuição de dividendos intercalares, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025. **5. Deliberação:** O Conselho de Administração, por unanimidade dos presentes, sem quaisquer ressalvas ou restrições, com base nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia, deliberou: **i.** Aprovar, "*ad referendum*" da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 29, *caput*, do Estatuto Social, a distribuição de dividendos intercalares aos acionistas, no valor total de R$ 9.583.190,94 (nove milhões, quinhentos e oitenta e três mil, cento e noventa reais e noventa e quatro centavos), correspondentes a R$ 0,041575446 por ação ordinária, aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 05 de março de 2026 ("Dividendos Intercalares – 4ºTrimestre"). Os Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora distribuídos serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório eventualmente declarado pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as contas dos administradores relativas ao exercício social de 2025, conforme faculta o supracitado artigo 29, *caput*, do Estatuto Social; **ii.** Registrar que o montante dos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre ora aprovados, perfazem 25% do lucro líquido apurado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, calculado de acordo com os artigos 22 a 29 do Estatuto Social e atende a "*Política de Distribuição de Dividendos e Pagamento de Juros sobre o Capital Próprio*" da Companhia; **iii.** Registrar que as ações de emissão da Companhia serão negociadas *exproventos* em relação aos Dividendos Intercalares – 4º Trimestre a partir de 06 de março de 2026 (inclusive) e o pagamento aos Acionistas dos Dividendos Intercalares – 4T25, será realizado até 20 de março de 2026. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata que, foi por todos assinada. (Assinaturas: Péricles Druck, Paulo Iserhard, Paulo Sergio Viana Mallmann, Roberto Faldini, Maria Cristina Capocchi Ricciardi e Carlos Fernando Souto). **7. Declaração:** Declaro que a presente é cópia fiel da ata transcrita em livro próprio. Porto Alegre, 02 de março de 2026. Péricles Druck - Presidente do Conselho de Administração. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11663330 em 17/03/2026 da Empresa IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A., CNPJ 92791243000103 e protocolo 260914967 - 05/03/2026. Autenticação: AD1D3BA2248B0FC17289EA6AF8F2C43E5E99D9. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.